A ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO DEBATE ENTRE OS PENSAMENTOS LIBERAL E MARXISTA CONTEMPORÂNEO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS COOPERATIVAS

*Farid Eid**
*Caio Luis Chiariello***

RESUMO

Desde o período pós 2° Guerra Mundial a intervenção do estado na economia e a influência das organizações de trabalhadores nas decisões do capital foram criticados pelos defensores do retorno da total liberdade dos agentes em um mercado sem regulações. Após as crises doa anos 70, o neoliberalismo passou a permear o debate político e econômico com a tese de que o desenvolvimento econômico proporcionado pelo mercado global solucionaria a questão do desemprego, o que não se verificou ao longo das décadas de 80 e 90, quando a produção cresceu sem impulsionar o aumento do emprego formal. Diante desse quadro, os liberais defendem que movimentos como a Economia Solidária surgem como atenuantes dos momentos da crise capitalista sem alterar a organização hierárquica do trabalho, ao passo que o pensamento marxista contemporâneo observa que esse movimento busca redimensionar suas possibilidades mediante a organização democrática do trabalho, demonstrando não se comportar apenas como paliativo dos momentos de crise e sim como um modo material de produção a se estabelecer.

Palavras-chave: Economia Solidária; pensamento liberal; marxismo contemporâneo; organização do trabalho; cooperativas.

---

* Doutor em Economia e Gestão pela Université de Picardie Jules Verne, França. Professor e pesquisador do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar. Coordenador do Grupo de Trabalho Inter-Institucional – UFSCar-INCRA-Movimentos Sociais Rurais no processo de implantação de um Curso de Graduação em Agronomia, Universidade Federal de São Carlos, 2006. Membro do grupo nacional de acompanhamento para o desenvolvimento organizacional das cooperativas de reforma agrária, CONCRAB, São Paulo. Membro da Coordenação do Programa Nacional de Economia Solidária da Fundação Interuniversitária de Estudos sobre o Trabalho (UNITRABALHO), responsável pela Metodologia de formação dos empreendimentos de economia solidária. Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. farid@power.ufscar.br

** Graduação em Ciências Econômicas pela UNESP. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSCar. Membro do Núcleo de Estudos Contemporâneos – Projeto Universidade Popular do Vale do Ribeira, 1999-2003. Membro da Incubadora de Cooperativas da UNESP-Araraquara, 2002-2004. Pesquisador do Grupo Extensão e Pesquisa em Economia Solidária-UFSCar. Bolsista CAPES. mudomundo@hotmail.com

Introdução

A observação do momento atual da crise do trabalho pode levar-nos a contemplar a realidade sob duas perspectivas distintas: 1) vivemos um momento inédito e desafiador, dotado de grandes possibilidades, ou seja, onde o trabalho possa renovar suas possibiliddes transformadoras através de sua flexibilização; 2) vivemos uma repetição de situações de exploração já conhecidas, um momento doloroso onde o trabalho passa a ser minado pelo advento de sua precarização.

Essas percepções nos remetem ao entendimento do cenário atual do neoliberalismo, donde extraimos uma leitura na qual o trabalho vem sendo descaracterizado enquanto formador de todo o valor. Assim as relações de trabalho e a solidariedade se esfacelam a cada dia, levando à urgência de movimentos que busquem a recondução do trabalho e do trabalhador ao núcleo central da produção material, buscando assim uma nova racionalidade social no universo da produção. A Economia Solidária, ao propor uma nova forma de organização do trabalho sob os signos da democrática e da autogestão, participa do debate acerca da busca por essa nova racionalidade social, colaborando para a redução das mazelas sociais detectadas nos momentos de crise mas visualizando a permanência de suas atividades para além da curta temporalidade.

1. Neoliberalismo e a precarização do trabalho

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, as nações ocidentais passaram a questionar a gama de vantagens prometidas pelo pensamento liberal mediante a aplicação das leis do mercado para a compreensão das questões econômicas e sociais e sua solução. O cumprimento dos preceitos liberais foram tomados como causadores das grandes crises econômicas do início do século XX e a Grande Depressão de 1929, resultando na ascensão de regimes de extrema direita, como o fascismo e nazismo, que rejeitavam o poder do mercado na configuração sócioeconômica, protagonizando mais um conflito bélico de proporção global (HOBSBAWN, 1995). No pós Segunda Guerra Mundial, uma 'aliança' construída entre capitalistas e trabalhadores atrofiou a influência da ideologia liberal que orientava a economia desde o Século XIX. O liberalismo fora questionado pela sua insuficiência na manutenção do equilíbrio econômico. O fortalecimento do estado como entidade necessária para intervir na economia e não permitir as assimetrias causadas pelo liver mercado foi entendida pelos pensadores liberais da época, dentre seus expoentes Von Hayek e Milton Friedman, como um entrave à liberdade dos mercados na auto-determinação da vida econômica e social, contribuindo para a deformação do equilíbrio natural alcançado pela livre atuação dos agentes econômicos. Para esses pensadores, a intervenção estatal destruiria a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência da qual dependeria a prosperidade de todos (ANDERSON, 1995). Ato contínuo, concluiu-se que a presença do Estado na esfera econômica, atuando através dos mecanismos de regulação, cerceava a liberdade de atuação dos indivíduos, comprometendo o desenvolvimento natural da atividade econômica. Nesse quadro, o movimento operário contemplado com maior participação nas decisões acerca do direcionamento da economia adquiriu um maior poder de atuação, reduzindo as bases de acumulação e pressionando o Estado a realizar investimentos crescentes em gastos sociais, o que para os liberais teria um efeito imediato de redução das taxas de lucro das empresas, iniciando um processo inflacionário na busca por lucratividade.

O pensamento liberal atestava que a crise de lucratividade e acumulação deveria ser evitada atraves de mecanismos que enfraquecessem o movimento operário para redução de seu poder

concreto, esterilizando os sindicatos. Por outro lado, defendiam o afastamento do estado das atividades econômicas de cunho privado, desestatizando a economia, desregulamentando mercados e equilibrando seus déficits sucessivos cortando os gastos sociais. Idealizado após a Segunda Guerra Mundial, o chamado receituário neoliberal propunha a volta ao império do livre mercado como única forma de garantir a liberdade dos indivíduos e maximização de sua satisfação. Sem instituições interventoras, os agentes realizariam uma cooperação voluntária, liberando a força de trabalho para ser negociada com as empresas, que produziriam para a troca de todos os bens e serviços, beneficiando a todos (FRIEDMAN, 1988).

A retomada dos preceitos liberais sob a forma do ideário neoliberal se mostrou de suma inportância para a defesa da classe capitalista diante do dirigismo econômico realizado por governos de orientação keynesiana e da ação dos movimentos sociais e sindicatos, que marcavam sua presença na defesa de seus interesses diante dos processos decisórios do grande capital. Na nova ofensiva do capital após os 'anos dourados' a premissa liberal reivindicava a total fluidez dos fatores capital e trabalho, sem quaisquer alianças, para garantir a retomada do crescimento, elevação dos níveis de produtividade, taxas de lucro e emprego (SINGER, 1999). O rearranjo das forças produtivas mediante novos modelos de organização do trabalho como o Modelo Japonês, alavancado pelas transformações da base técnica engendrada pela Tereceira Revolução Industrial, trariam novos formatos na relação capital-trabalho, contribuindo para o alcance de um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico e humano.

Porém, a partir da década de 1980, passamos a observar um descolamento na premissa de que um aumento de produção levaria a um aumento proporcional de nível de emprego, o que contraria a proposição econômica neoclássica do equilíbrio entre oferta e demanda do fator trabalho pela via das livres forças do mercado. Na configuração do mercado globalizado as empresas capitalistas veem-se obrigadas a investir na reestruturação produtiva e em mudanças organizacionais para a manutenção de suas atividades e conquista de novos espaços, algo indispensável no cenário competitivo, levando muitas vezes à políticas de redução de custos pela supressão de postos de trabalho. Portanto a elevação da produção se dá com redução no nível geral de emprego formal.

Ao fim do Século XX, cerca de 1,2 bilhão de pessoas, ou 1/3 da força de trabalho humana mundial encontrava-se em situação de desemprego ou de trabalho precário (ANTUNES, 2001) e desde o início dos anos 90 assistimos o aprofundamento do desemprego de longa duração e a inserção do Brasil no campo das estratégias de liberação política e econômica. No discurso liberal, o desenvolvimento econômico e o crescimento do emprego decorreriam da livre ação do mercado com o esvaziamento do Estado. Quando apreciada a realidade, verifica-se que recuperar crescimento e produtividade para o capital nacional e internacional significou a desregulamentação social para transferência de renda ao capital (BARBOSA, 2005). O rearranjo da divisão do trabalho e sua constante precarização vai de encontro aos interesses dos proprietários dos meios de produção que demandam a força de trabalho, ajudados pela movimentação de capitais e comércio da globalização, somados à revolução tecnológica. Assim os efeitos da Terceira Revolução Industrial e globalização se somam quando o desemprego estrutural, causado pela globalização, assemelha-se em seus efeitos ao desemprego tecnológico, pois não causa necessariamente aumento do número absoluto de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir (SINGER, 1998).

Diante do quadro de precarização do trabalho e desemprego crescente, outras formas alternativas de inclusão em atividades econômicas que proporcionem emprego e renda reaparecem no debate contemporâneo. Uma dessas formas alternativas se da por meio da associação de trabalhadores em cooperativas. Gonçalves (2003) destaca três modalidades

diferentes de cooperativas: cooperativas populares inseridas na Economia Solidária; cooperativas convencionais ou tradicionais chamadas de cooperativas capitalistas e cooperativas fraudulentas, que são na verdade apêndices de empresas capitalistas. Aquelas denominadas cooperativas capitalistas, historicamente muito presentes nas atividades rurais, geralmente estão ligadas à produção de commodities em grande escala e fortemente inseridas no mercado internacional, realizando suas atividades produtivas submetendo a racionalidade social à racionalidade técnica. Nas cooperativas tradicionais busca-se uma organização interna do trabalho à luz dos postulados da Economia Neoclássica e da Nova Economia Institucional, segundo os quais a gestão do empreendimento se orienta por indicadores de eficiência econômica e otimização dos resultados. Por outro lado, observa-se a formação de cooperativas populares preocupadas em oferecer melhores condições de vida aos associados, ao mesmo tempo em que adotam ferramentas de gestão que possibilitam maior eficácia e permanência no mercado, preservando seus princípios e oferecendo produtos de qualidade ao mercado consumidor. Nas cooperativas populares espera-se que a organização interna do trabalho se dê sob a ótica do pensamento marxista contemporâneo, tomando a cooperativa como um espaço de fomento de solidariedade e união, onde se deseja que os resultados sociais sejam priorizados em relação aos econômicos pela adoção de ferramentas de gestão que priorizem a dimensão sócio-econômica dos associados, focalizando as relações internas de produção e trabalho sob a luz de suas demandas endógenas.

2. A Economia Solidária e seu papel diante da crise recente do trabalho

No Brasil, a partir da década de 1980 um considerável número de trabalhadores passou a se organizar democrática e igualitariamente em empreendimentos econômicos solidários nos meios urbano e rural, sendo observados num primeiro momento como um espaço de assistencialismo ou pré-políticas, mas que passaram a demonstrar seu potencial para "revigorar as energias de setores populares excluídos, de emancipação e apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais" (EID, 2001b:16). Com a disseminação de empreendimentos de economia solidária verificou-se o aumento do interesse de investigação científica dessas iniciativas no campo e na cidade, observando seus impactos na qualidade de vida e no desenvolvimento local e regional. Estes movimentos surgem sim num momento de crise capitalista, mas as crises são inerentes ao sistema, e atualmente "o processo de crise é permanente, o que temos são crises sucessivas. Na verdade, trata-se de uma crise global, cuja evidência tanto se faz por meio de fenômenos globais como de manifestações particulares, neste ou naquele país, neste ou naquele momento, mas para produzir o novo estágio da crise. Nada é duradouro" (SANTOS, 2000:35). Diante de suas sucessívas críses, o capitalismo se expande ciclicamente, gerando diversos formatos de composição social à margem do capital.

De acordo com a tese liberal os empreendimentos como os de Economia Solidária, como cooperativas e associações de trabalhadores, surgiriam em momentos críticos da crise cíclica de acumulação, sem no entanto se afastarem das estruturas do modo de produção capitalista. "(...) os movimentos de expansão e contração do capital (ciclos) fazem e refazem espaços para atividades não tipicamente capitalistas, donde se deduz suas relações de subordinação com esta vida mercantil típica. Mas, do ponto de vista liberal essa segmentação social é natural no sentido como se apresenta, de ser assim que funciona a produção e distribuição de riqueza, reafirmando o dualismo social – porque nem todos vão acompanhar as necessidades do capital." (BARBOSA, 2005: 47). Essas atividades não tipicamente capitalistas, como as realizadas pela Economia Solidária, se consolidariam de forma estritamente dependente dos indicadores econômicos e sociais: os trabalhadores excluídos do emprego formal prefeririam

sempre a segurança do trabalho assalariado. Logo a organização do trabalho cooperado se manifestaria diante da escassez de oportunidades de retorno do trabalhador ao mercado formal de trabalho durante as crises capitalistas. Assim que o movimento cíclico se torna ascendente e o processo produtivo se recupera, o capitalismo acena com nova possibilidade de recondução dos trabalhadores excluídos, ora atuando em empreendimentos solidários ou informais.

A tarefa à qual se propõe a Economia Solidária é justamente transpor sua condição de modo material de produção na órbita do sistema capitalista. É neste ponto que opina atualmente o pensamento liberal, ressaltando que movimentos de Economia Solidária representarim uma forma alternativa de ocupação participativa dos indivíduos na economia, atuando na correção de instabilidades temporais do mercado de trabalho, contribuindo inclusive para que o movimento de ascenção econômica se dê com ações coletivas capitaneadas pela sociedade civil pela manutenção dos postos de trabalho, "exercendo um papel funcional ao mercado, uma vez que incorpora parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital e abandonados pela desmontagem do *Welfare State*. (...) essas atividades acabam suprindo em alguma medida as lacunas sociais que foram se abrindo. Como mecanismo minimizador do desemprego estrutural, elas cumprem uma função, ainda que limitadíssima." (ANTUNES, 2004: 340)

Nesse contexto, várias instituições ligadas aos movimentos trabalhista e sindical de esquerda questionam o papel da Economia Solidária e sua suposta funcionalidade para as determinações do modo de produção capitalista. Para Eid (2001a), tal afirmação advém do entendimento de que a Economia Solidária seria um movimento amenizador da crise do capital que retardaria o processo revolucionário através de um pseudo pacto social. Para muitos pensadores, a Economia Solidária faria seduzir parcelas da classe operária para tirá-la do caminho revolucionário que deve levar à queda do regime capitalista, deflagrando seu caráter reformista.

A possibilidade de deformação dos empreendimentos associativos quanto a seus princípios é contemplada pela tese liberal quando argumentam que assim que a crise capitalista se atenua, a produção restabelece seus patamares anteriores e volta a contratar, ocorrendo no mínimo duas situações: a) o empreendimento cooperativo cresce e se ajusta à mesma lógica da empresa capitalista, ou seja, há a subordinação da racionalidade social à racionalidade técnica, via adoção sistemática dos postulados da competição globalizada, impondo deformações crescentes aos princípios da Economia Solidária; b) o empreendimento cooperativo não cresce e se inviabiliza no plano econômico-financeiro pela ausência de adoção das ferramentas de gestão competitivas. O ciclo de vida do empreendimento cooperativo passa a ser encarado como o de pequenas e médias empresas que se constituem mas abreviam sua existência, vindo à falir. Teríamos como resultado um processo de esvaziamento de uma iniciativa, aparentemente coletiva, do empreendimento cooperativo, já que teria cumprido sua função inicial de proporcionar amortecimento às pressões sociais durante as crises cíclicas da acumulação de capital. A partir desta situação, cada indivíduo trabalhador voltaria à condição de assalariado da empresa capitalista.

A esse respeito Rosa Luxemburgo (2005) atesta que as relações sociais de produção inseridas no universo das cooperativas não possuem características das relações capitalistas, mas ainda assim as cooperativas são submetidas às leis do mercado tradicional, tendo suas relações de trabalho balizadas pela lógica do capital, intensificando as economias de escala constantemente exigidas pela concorrencia do mercado ao redor, fazendo com que as cooperativas reproduzam as relações de trabalho convencionais das firmas capitalistas. Já Karl Kautsky (1968) entende que as cooperativas não se configuram numa etapa para o socialismo, pois ao se desenvolverem e crescerem passam a reproduzir a lógica das empresas

capitalistas, contratando trabalhadores assalariados sem participação na propriedade do empreendimento, portanto sujeitos a serem explorados pela cooperativa.

Emerge portanto a hipótese de que os empreendimentos de Economia Solidária estariam diante de uma zona cinzenta onde os princípios que norteiam suas formas de organização do trabalho os colocam diante de um debate teórico entre os preceitos liberais, que atestam que a Economia Solidária é realmente um modo de produção material residual que atende às urgências do capital, sendo acionada nos momentos de crise de acumulação e posteriormente esvaziada quando da alternança para o movimento ascendente da atividade econômica, portanto não necessáriamente necessita de um aparato de princípios que contemplem outra racionalidade que não a vigente no modo de produção capitalista. O outro participante desse debate são as correntes do pensamento marxista contemporâneo que revestem os empreendimentos solidários de possibilidades duradouras para além dos movimentos das crises cíclicas, revigorando-se por princípios que reforcem os pilares de uma racionalidade que transpasse os limites do pensamento único, propondo estratégias de organização do trabalho que distõem da operacionalidade e funcionalidade deste na produção capitalista, vislumbrando outras relações com lastro na solidariedade.

4. A abordagem liberal acerca da organização do trabalho nas cooperativas

A forma como a organização do trabalho se dá nas cooperativas tradicionais tomada sob o enfoque do Pensamento Econômico Neoclássico e da Nova Economia Institucional nos remete a ao entendimento de que as cooperativas não são apenas empresas empresas de trabalho que não visam lucro, mas sim empreendimentos onde o ponto ótimo de eficiência de operações se dá na maximização dos ganhos (BIALOSKORSKY NETO, 1998). De outra forma o aspecto coletivo da cooperativa poderia levar à deformação do conceito de eficiência econômica da empresa, se visasse apenas maximização dos serviços aos cooperados. As cooperativas, quando visam a simples subsistência de seus cooperados em pequenos empreendimentos, com baixo alcance de mercado e necessidade de ajuda oficial, negligenciam o componente competitivo e se abstém de galgar um posicionamento agressivo diante do mercado (BIALOSKORSKY NETO, 2001). Assim os princípios doutrinários delimitariam as estratégias de gestão possíveis dado que o cooperado teria um duplo papel de trabalhador e administrador de empresa e "isto o induz a estruturar sua atividade produtiva como um capitalista e, ao mesmo tempo, participar de uma sociedade gerida pelos princípios da cooperação, qualificada como cooperação benigna. Nos casos em que tem a gestão conduzida pelo próprio cooperado, a cooperativa perde algumas vantagens advindas da especialização" (ZILBERSZTAJN, 2005: 57). O trabalhadorquando assume a função de gestor e empresário, deve optar emtre dar continuidade às economias de escopo capazes de prover sua sobrevivência material ou assumir o desafio de fazer o empreendimento crescer, objetivando economias de escala, utilizando para tanto de um diferenciado instrumental presente na administração científica e suas ferramentas gerencias.

Ao pesquisar a gestão da COCAMAR na cidade de Maringá-PR, Bialoskorsky Neto (1998) verificou uma mudança na gestão administrativa da cooperativa a partir do ano de 1989, com as seguintes prioridades: a) redução dos níveis hierárquicos com maior flexibilidade da administração; b) redução do quadro associativo, classificação e eliminação dos cooperados que gerassem altos custos para a sociedade; c) terceirização de serviços e d) preparo do quadro associativo para uma gestão moderna. A COCAMAR tomou para si a missão de ter em seus quadros associados profissionalizados e competitivos, mantendo cooperados que utilizassem no mínimo 80% de seu potencial econômico, decidindo-se pela eliminação

daqueles que não fossem atuantes e competitivos. Entre novembro de 1990 e setembro de 1992, o número de associados se viu reduzido de 16276 para 9972, um decréscimo de 38,7%. No mesmo período houve 3145 demissões voluntárias de cooperados, 7054 exclusões do quadro social e 1020 admissões de novos sócios. Em outro estudo realizado junto à Nova Geração de Cooperativas, o autor constatou a seleção de cooperados já no início das atividade da cooperativa, quando "agricultores são selecionados com o objetivo claro de estabelecer uma planta de processamento para agregação de valor às commodities agropecuárias. A visão e o objetivo final são do mercado e não do produtor, desse modo, essa organização é 'market oriented', e não apenas 'producer oriented', como é comum no processo de formação de cooperativas" (BIALOSKORSKY NETO 2002 p.12-13). Novos critérios passam a ser estabelecido para a constituição do empreendimento associativo, que não somente os relacionados a possibilidade de produção para subsistência mas na capacidade de acumulação por parte dos associados.

Tanto a COCAMAR quanto a Nova Geração de Cooperativas buscaram reformular seus quadros de associados objetivando fortalecer a empresa com cooperados que propiciassem uma estrutura produtiva adequada para o desafio competitivo do agronegócio. Pequenos produtores que buscam na cooperativa um dispositivo de atenuar suas deficiências econômicas, extraindo da empresa o máximo de serviços possíveis, não acrescentariam muito para a maximização da eficiência, sendo sua presença nas cooperativas competitivas não mais desejada. Já nos anos 80, Fleury (1980) apontava que para as cooperativas agrícolas voltadas para o mercado de commodities pouco interessava um produtor pequeno, falido, mas sim um associado que produzisse mercadorias, comprasse insumos e realizasse financiamentos, fomentando a acumulação por parte da cooperativa. O pequeno produtor de artigos para subsistência poderia ser descartado ou participar da cooperativa nas seguintes modalidades: aproveitado enquanto trabalhador rural nas propriedades de sócios cooperados; participar de cooperativas de trabalhadores rurais; ou ainda, arrendando suas terras para a cooperativa.

Levy (2001) alerta que no cenário do século XXI a globalização demanda mais eficiência que mutualismo principalmente nos setores agrícolas. Distinguir exigências de cunho econômico das de cunho social distancia a cooperativa do mundo da globalização. Para o autor, os antigos princípios da cooperação parecem não ser mais suficientes para a permanência da cooperativa de carater popular e de resistência num cenário global sob o paradigma neoliberal. Dessa forma, os cooperados melhor optariam por gerir a cooperativa utilizando-se da divisão do trabalho em atividades internas de produção e a gestão das cooperativas se daria em conformidade com os postulados tayloristas, separando a esfera de planejamento e núcleo das decisões estratégicas para as cooperativas, enquanto nas atividades produtivas seria utilizado o trabalho assalariado com trabalhadores não necessariamente associados à cooperativa, mas sim prestadores de serviços aos proprietários e produtores, estes sim cooperados. A cooperativa passaria a ser autogerida pelos proprietários dos meios de produção, porém as relações de trabalho internas nas propriedades não diriam respeito à cooperativa, sendo orientadas segundo a lógica capitalista, com a separação entre proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho.

Para Panzutti (1996) isso se faz necessário pela existência de dois ambientes distintos de atuação da cooperativa: a) o ambiente dos associados, onde prevalecem os princípios e doutrinas cooperativos da livre adesão, gestão democrática, distribuição das sobras e b) o ambiente de mercado, de alta competitividade, eficiência e eficácia, sendo imperativo para a sobrevivência da cooperativa a geração de excedente com objetivo de desenvolvimento. Novamente deve-se ressaltar a aproximação da gestão da cooperativa à gestão da empresa capitalista quando se trata da questão da divisão do trabalho.

Os autores supracitados entendem que as cooperativas, para se equipararem ao mercado competitivo do agrobusiness, precisam incrementar a eficiência em suas atividades, terceirizando serviços, contratando funcionários profissionais e habilitados para sua administração e gerenciamento, determinando as relações de trabalho dentro das propriedades dos seus cooperados de acordo com os padrões das empresas de capital participantes do agronegócio, que são suas concorrentes diretas pelos mercados nacional e internacional, uma vez que "A empresa cooperativa tem que agir de acordo com a lógica econômica de mercado, tanto para 'fora' da organização, como é nítido, mas também para 'dentro' da organização, na relação com seus associados. Somente isso garantiria a sua eficiência empresarial e, portanto, a sua eficácia social" (BIALOSKORSKY NETO, 1998: 45). Para tanto devem fazer uso do mesmo instrumental que rege as relações de trabalho do sistema capitalista, com o objetivo de auferir sobras progressivamente maiores a cada exercício.

5. A abordagem marxista contemporânea acerca da organização do trabalho nas cooperativas

Embora tradicionalmente a concepção de trabalho esteja relacionada com a atividade de transformação da natureza com fins de adquirir bens e serviços consumíveis e cambiáveis, o que sob o capitalismo se metamorfoseou na produção de mercadorias para aferição de lucros, para Coraggio (2003), sob a perspectiva da Economia Solidária, a percepção do trabalho é ampliada, sendo concebida sob os seguintes enfoques: a) trabalho de reprodução, produzindo bens para auto-consumo; b) trabalho mercantil, produzindo mercadorias para o mercado ou sob dependência assalariada; c) trabalho de formação: aumento das capacidades individuais através do estudo e/ou treinamento; d) trabalho comunitário: participação em ações conjuntas para melhorar as condições de existência coletiva. Sob essas distinções a importância do trabalho contemplaria não apenas sua capacidade de transformação material da natureza física mas também a transformação da natureza humana, intelectual e social.

Diferentemente da visão da organização do trabalho nas empresas capitalistas, onde se observa uma nítida separação entre a gestão e a execução do trabalho, a abordagem Marxista contemporânea defende que é possível a aproximação dos núcleos de planejamento e administração com os de execução da produção. Entendidos enquanto uma associação igualitária quanto a propriedade dos meios de produção, os empreendimentos de Economia Solidária transportam a democratização da propriedade para as questões relativas à administração e produção material, com a equidade do poder deliberativo na assembléia geral dos associados, onde cada homem/cooperado tem direito a um voto. Analogamente, a democratização do poder deliberativo da gestão permeia a estrutura produtiva, afrouxando as hierarquias e o ordenamento 'de cima para baixo' verificado nos postulados da administração científica Taylorista.

Segundo Christofolli (2000:84), nos empreendimentos solidários todo associado está vinculado a um setor de trabalho e cada setor executa o planejamento das tarefas, com coordenadores setoriais que distribuem as funções previamente acordadas. As decisões quanto ao planejamento se dão de forma coletiva, e mesmo a divisão técnica do trabalho é concebida no cenário da autogestão com rodízio das tarefas e, principalmente, alternação nos postos de coordenação dos setores, das comissões e conselhos dentro do empreendimento, possibilitando o aprimoramento dos trabalhadores tanto nas aptidões técnicas produtivas quanto nas técnicas administrativas. O autor ressalta que na organização das C.P.As. vinculadas ao M.S.T., a organização do trabalho busca elevação da produtividade mediante alguns mecanismos: a) fixação de metas de produtividade; b) maior responsabilidade de todos

os cooperados para com a produção; c) especialização técnica mas também administrativa e de gestão para todos os sócios; d) padronização técnica dos procedimentos. As cooperativas adotariam a concepção de postos de trabalho como uma "função que absorve um trabalhador, considerando disponibilidade em tempo integral, e que propicia geração de renda suficiente para sua manutenção (renda mínima mensal) e a produção de um excedente econômico apropriável pelo conjunto do coletivo".

Para Tauile (2005b) essa configuração da organização do trabalho leva o trabalhador a se sentir efetivamente um participante do todo do empreendimento, sendo ele proprietário dos meios de produção; co-gestor da administração e planejamento e trabalhador na produção, o que acarreta uma mudança de sua função econômica, pois como proprietário participa das sobras dos resultados e como co-gestor e trabalhador na produção interessa-se por todo o processo de produção, inserindo-se na vida do empreendimento não apenas como vendedor de sua força de trabalho mas como agente solidário de um empreendimento coletivo.

Gaiger (2006) assume que mesmo com a organização do trabalho sob a forma de autogestão, os empreendimentos solidários se confrontam com duas delicadas questões: a) assumir a base técnica das empresas capitalistas enviesada para a divisão técnica Taylorista-Fordista do trabalho; b) buscar patamares de produtividade que os habilite a competir no mercado tradicional capitalista. Diante dessas questões, o autor salienta que o papel da economia solidária é o de mostrar que a autogestão não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas, pois a empresa associativa, por dispor de mecanismos democráticos de ajuste de decisões, é mais maleável às mudanças técnicas e às intempéries do mercado, além de que o maior interesse por parte dos trabalhadores garante mais empenho no aprimoramento do processo produtivo, reduzindo desperdícios e negligências, gerando uma racionalidade solidária de compromisso com o empreendimento. Nesse sentido, devem os empreendimentos solidários aprimorar a formação de trabalhadores-gestores, suplantando o trabalho assalariado e a divisão típica entre a esfera de propriedade (remuneração do capital), decisão (melhor remunerada) e a esfera de execução (baixa remuneração).

Em estudo realizado junto à COPAVI na cidade de Paranacity-PR, Severino (2006: 99) constatou que "Quanto à organização do trabalho, observa-se a participação de todos os integrantes nos processos produtivos, planejamento e tomada de decisão da cooperativa, garantindo desta forma a participação igualitária de todos os membros. Para maior agilidade dos processos produtivos, a cooperativa é dividida em coordenadorias, fazendo com que as decisões do planejamento operacional (curtíssimo prazo) sejam realizadas pelos trabalhadores da atividade. Já as decisões do planejamento estratégico são realizadas pela diretoria, que recebem avaliação e autorização de efetivação das estratégias pela assembléia, que é composta por todos os sócios da cooperativa.", demonstrando que a cooperativa realiza a divisão do trabalho com a concordância dos próprios trabalhadores. Através da regulação das atividades em assembléia, os cooperados trazem para o âmbito individual o poder de decisão sobre a liberação de sua força de trabalho. "Em relação à distribuição das tarefas aos trabalhadores, estas são determinadas em assembléia, definindo o conteúdo de trabalho de cada membro a partir da afinidade, capacidade de trabalho e disponibilidade de cada trabalhador para atuarem em cada setor. Já os métodos de trabalho são determinados pelos membros dos setores em reuniões de seus grupos." (SEVERINO, 2006: 100).

O caso da COPAVI evidencia que quando os trabalhadores assumem a gestão da organização do trabalho sob outro norte que não o da empresa típica capitalista, outros parâmetros que não apenas econômicos são priorizados, na busca de outra racionalidade onde "os conceitos e valores associados à noção de eficiência diferem: no caso do capital, requer-se a combinação eficiente de ativos, força de trabalho, insumos e produtos que gerem a máxima taxa esperada de lucro. No caso do trabalho, requer-se eficiência social: reprodução das melhores condições

possíveis, tanto materiais quanto simbólicas da vida em sociedade" (CORAGGIO, 2003:95). As empresas solidárias buscam dar respostas satisfatórias para o desafio de realizar a produção permitindo ganhos materiais relevantes para os associados, capilaridade de sua produção no mercado tradicional e nas redes solidárias, mas principalmente inserindo-os num novo patamar de auto-determinação, permitindo o afloramento de suas capacidades técnicas e administrativas, realçando o compromisso do trabalhador com algo que lhe seja pertinente, da qual ele faça parte, o que, no escopo dos empreendimento solidários, tem se mostrado um diferencial para a robustez desse movimento (TAUILE, 2005a).

6. Considerações Finais

O debate teórico das visões liberal e marxista contemporânea sobre a forma como se organiza o trabalho nas cooperativas demonstra a discrepância nas proposições das duas vertentes. Se a primeira afirma que para atingir os níveis exigidos de eficiência no mercado a organização do trabalho nas cooperativas deve se espelhar na gestão da empresa capitalista tradicional, a segunda defende que as cooperativas, enquanto movimentos sociais de resistência ao processo de concentração e centralização de renda, poder e terra devam primar pelo caráter popular que redefina a importância da cooperação na organização do trabalho onde prevaleça a racionalidade social sobre a racionalidade técnica.

Dessa forma pode-se concluir que a Economia Solidária busca uma mudança na finalidade da extração do trabalho excedente ao defender a socialização da propriedade dos meios de produção delegando a gestão administrativa/financeira e o poder de decisão no campo da produção aos trabalhadores. É neste sentido que a Economia Solidária fomenta a inversão de orientação da produção priorizando a tomada coletiva de decisões: se no capitalismo observa-se que o capital utiliza-se do trabalho, na economia solidária pretende-se que o trabalho seja capaz de utilizar-se do capital.

7. Referências bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço *do Neoliberalismo.in: Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático.* (p. 9-39). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R.; ALVES, G. *As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital.* Campinas: Educ. Soc. Vol. 25 (p 335 a 351), 2004

ANTUNES, R. *Trabalho e Precarização Numa Ordem Neoliberal*. In: GENTILI, P. & FRIGOTTO, G. (org.) A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho. p. 35-48. São Paulo: Cortez Ed., 2001.

BARBOSA, R. N. de C. *A Economia Solidária Como Política Pública: Uma Tendência de Geração de Renda e Ressignificação do Trabalho no Brasil.* Tese de Doutorado em Serviço Social. São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo – P.U.C, 2005.

BIALOSKORSKI NETO, S. *Estratégias e Cooperativas Agropecuárias: um Ensaio Analítico*. Viçosa: Seminário de Política Econômica e Cooperativismo e Agronegócios, 2002.

BIALOSKORSKI NETO, S. *Virtual Cooperatives in Brazil and the Globalization Process.* Israel: Journal of Rural Cooperation, v. 29, n. 2, p. 153-165, 2001.

BIALOSKORSKI NETO, S. *Ensaios em Cooperativismo*. Ribeirão Preto: F.E.A. USP, 1998.

CHRISTOFFOLI, P. I.. *Eficiência Econômica e Gestão Democrática nas Cooperativas de Produção Coletiva do M.S.T.*. Monografia para o curso de especialização superior em cooperativismo – UNISINOS. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

CRUZ, A. C. M. *A Diferença da Igualdade: A dinâmica da Economia Solidária em Quatro Cidades do Mercosul.* Tese de Doutorado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2006.

EID, F. *Descentralização do estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: Construção da Cidadania ou Reprodução do Assistencialismo?.* In: Educação e Sócio-Economia Solidária. p. 156-172. Cáceres: Unemat Editora, 2001 (a).

EID, F; GALLO, A. R.; PIMENTEL, A. E. B.. *Desemprego, exclusão e desafios para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil.* Anais do IV Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. Porto Alegre: ABET, 2001 (b).

FLEURY, M. T. L.. *Cooperativas e Produtores Agrícolas em uma Sociedade Capitalista*. Tese de Doutorado em Sociologia pela U.S.P.. São Paulo: U.S.P., 1980.

FRIEDMAN, M.. *Capitalismo e Liberdade*. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GAIGER, L. I. *A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista*. In: Economia Solidária Volume I. Meio Eletrônico. Site: www.ecosol.org.br,2006.

GONÇALVES, E. S. *Caracterização e Análise de Três Modalidades de Cooperativas no Brasil: Cooperativas Capitalistas, Cooperativas da Economia Solidária e Cooperativas Fraudulentas*. Trabalho de Graduação em Engenharia de Produção - UFSCar. São Carlos: UFSCar, 2003.

HOBSBAWN, E.. *A Era dos Extremos: o Breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.*

KAUTSKY. K. *A Questão Agrária.* Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1968.

LEVY, Y. *Globalization and the Cooperative Difference*. Israel: Journal of Rural Cooperation, v. 29, n. 2, p105-114, 2001.

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou Revolução*? Site: www.marxism.org, 2006.

PANZUTTI, R. *Estratégias de Financiamento das Cooperativas Agrícolas no Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 1996

SANTOS, M.. *Por Uma Outra Globalização: do Pensamento único a Consciência Universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.*

SEVERINO. M. R. *Organização e Processos de Trabalho em Cooperativas do M.S.T.: Debate Teórico no Contexto da Empresa Capitalista e da Economia Solidária*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção – UFSCar. São Carlos: UFSCar, 2006.

SINGER, P. I. *Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998

SINGER, P. I.. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas.* São Paulo: Editora Contexto, 1999.

TAUILE, J. R; RODRIGUES, H; VILUTIS, L; FARIA M. S. De.. *Referências Conceituais para Ações Integradas das Cooperativas e Empreendimentos de Produção Industrial Autogestionárias Provenientes de Massas Falidas ou Estado Pré-falimentar*. Brasília: MTE/Senaes, 2005 (a).

TAUILE, J. R; RODRIGUES, H.. *Economia Solidária e Autogestão: A Criação e Re-criação de Trabalho e Renda.* Site Unitrabalho: www.unitrabalho.org.br, 2005 (b).

TAUILE, J. R; DEBACO, E. S.. *Autogestão no Brasil: A viabilidade Econômica de Empresas Geridas por Trabalhadores*. Site pekea: www.pekea.org, 2003.

ZYLBERSTAJN, D. *Quatro Estratégias Fundamentais para Cooperativas Agrícolas*. In: Agronegócio Cooperativo: Reestruturação e Estratégias. BRAGA, Marcelo J.; REIS, Bricio S. (Orgs). Viçosa: UFU/DER, 2005.

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA: DO QUE SE TRATA ESTE COMPLEXO E CONTORVERSO SETOR? BALANÇO, TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS PARA A ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO

*Leandro Pereira Morais**

RESUMO

Em vários países, constata-se o crescimento de iniciativas de produção e de prestação de serviços organizadas com base na livre associação e nos princípios de cooperação e autogestão. A presença e a progressiva amplitude deste campo de práticas suscitaram programas e ações, no sentido de promovê-las como opção de renda e de melhor qualidade de vida e de bem estar. Ao mesmo tempo, provocou-se um estado permanente de debates acerca de suas causas e de sua eficácia como alternativa de desenvolvimento socioeconômico. No entanto, a "economia social e solidária" constitui uma realidade heterogênea e, até o momento, a literatura especializada mostrou que não existe um consenso no que diz respeito ao conceito e à delimitação de suas fronteiras. Este trabalho tem como intuito contribuir com o avanço da discussão desta problemática, a começar pela tentativa de discutir o conceito e as principais teorias encontradas na literatura especializada, para, posteriormente, realizar um recorrido pelas principais produções e trabalhos já realizados no Brasil. Entende-se que a importância deste trabalho será colaborar, posteriormente, para os próximos passos pretendidos e que se referem à idéia de propor uma tipologia para este setor; tipologia esta que será utilizada para o estudo do perfil dos seus ocupados e dos respectivos rendimentos auferidos.

Palavras-chave: economia social; economia solidária; emprego; inserção socioeconômica; Brasil.

---

* Economista, Pós Graduado em Economia do Trabalho e Sindicalismo (CESIT/UNICAMP) e em Relações Laborais (OIT, Itália); Mestre em Desenvolvimento Econômico (CESIT/UNICAMP) e em *Economía Social y Desarrollo Local* (Facultad de Ciencias del Trabajo – Universidad de Sevilla, Espanha); Pesquisador Visitante da *Facultad de Ciencias del Trabajo – Universidad de Sevilla* (outubro/2006 – junho/2007) e do *Instituto Universitario en Economía Social y Cooperativa (IUDESCOOP) da Universitat de València* (junho de 2007); Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT/UNICAMP; Prêmio IPEA CAIXA 2005 – Categoria Profissionais; Tema: Mercado de Trabalho. lpmorais@hotmail.com

1. Introdução

Atualmente, em vários países, sob diferentes denominações, constata-se o crescimento de iniciativas de produção e de prestação de serviços sociais e pessoais, organizados com base na livre associação e nos princípios de cooperação e auto-gestão. De fato, a presença e a progressiva amplitude deste campo de práticas suscitaram programas e ações, de variadas organizações dos setores público e privado, no sentido de promovê-las como opção de renda e de melhor qualidade de vida. Ao mesmo tempo, provocou-se um estado permanente de debates entre líderes políticos e sociais, militantes e estudiosos[1], acerca de suas principais causas explicativas e de sua importância para a construção de uma alternativa eficaz de desenvolvimento, nos âmbitos local e global, tendo em vista a incapacidade estrutural do sistema vigente para propiciar bem-estar e melhorias na qualidade de vida dos cidadãos (Gaiger, 2004).

Do ponto de vista internacional, segundo Moreno & Chaves (2006), foi a partir dos anos 1970 que se iniciaram, sob uma perspectiva econômico-social, os estudos teóricos e empíricos mais significativos sobre o tema. De acordo com estes autores, certamente há pouco menos de três décadas que, especialmente nos países anglo-saxônicos, começaram aparecer os primeiros trabalhos com o intuito investigar a complexidade e diversidade deste setor da economia. Para Defourny, Favreau & Laville (1997), desde a segunda metade dos anos 1970, os estudiosos de diferentes disciplinas e países manifestaram crescente interesse pelas iniciativas econômicas do tipo associativa ou cooperativa que não pertenciam nem à esfera da empresa privada "clássica", nem à da economia pública.

Segundo Carpi (1997), é a partir deste período, mencionado por alguns como a crise do "modelo fordista" de produção e de distribuição, que se podem entender as "novas" tendências e o interesse pela Economia Social e Solidária - ESS. Para o autor, as transformações socioeconômicas deste período e o contexto de desemprego, incertezas, insegurança, tensões sociais e políticas, aliados à incapacidade do Estado e do "mercado" para enfrentar tal situação são os principais elementos que podem explicar a massiva mobilização da sociedade civil em busca de soluções coletivas. É aqui onde a ESS encontra um "caldo de cultivo" apropriado para seu desenvolvimento; "caldo" este que ganha ainda mais sustância nos anos 1990, com a definitiva implementação da terceirização da economia, da produção flexível e da externalização de atividades e de funções e também com a reestruturação da atividade pública, com a "externalização" da gestão de determinados serviços públicos.

Tal visão é também propugnada por Moreno & Chaves (2006) que defendem a idéia de que o interesse e a necessidade dos estudos ligados à ESS têm uma estreita relação com o processo estrutural de transformação dos sistemas sociais e econômicos, experimentados ao longo das três últimas décadas em âmbito mundial, assim como pela insuficiência dos setores institucionais dominantes, em sua "configuração tradicional", de satisfazer as necessidades reais da sociedade,

[1] Como veremos, nos últimos anos, esta discussão penetrou fortemente na agenda das ONG´s, na pauta dos movimentos sociais, nas políticas públicas e, inclusive, nas estruturas governamentais e nos grandes encontros políticos internacionais.

sobretudo daqueles grupos dotados de menos capacidades. Ainda segundo os autores, a "nova mirada científica" para este setor, embora ainda minoritária, evidencia uma "luz de esperança" para o papel que o mesmo pode ter na sociedade e na economia.

Nesta perspectiva, Defourny, Favreau & Laville (1997) já haviam antecipada a idéia de que a crescente participação destas formas de organização da atividade econômica e social podia ser entendida como "novas respostas" da sociedade civil à crise do emprego e do Estado de Bem-Estar. No entanto, estes autores também chamam a atenção ao fato de que além da dimensão socioeconômica, deve-se levar em conta, para entender as motivações deste tipo de organização, a dimensão "sociopolítica" ou "sociocultural", no sentido de que a "identidade coletiva" de pertencer a um mesmo grupo e cujos membros são conscientes de compartir destinos comuns, conforma o segundo grande registro de explicação. Para eles, a ESS surgiu de movimentos que atuariam como mecanismos de transformação social e que queriam afirmar a possibilidade de estabelecer relações sociais de solidariedade nas atividades econômicas.

No entanto, a ESS constitui uma realidade econômica heterogênea, marcada por uma série de dificuldades e contradições no que tange à sua definição, conceituação, delimitação de suas atividades e de suas organizações e, consequentemente, de sua mensuração. Vale lembrar que este setor inclui unidades econômicas vinculadas a atividades de todos os setores e que podem estar presentes em todas as fases do processo produtivo. Além do que, em cada país ou região, é tratada com terminologias diferentes que se deixam confundir facilmente. Ou seja, a expressão ESS não está isenta de ambigüidades, uma vez que convive com expressões de diversos tipos, tais como: setor voluntariado, filantrópico, não monetário, não lucrativo, de interesse social, terceiro setor, ONG, economia solidária, economia social e outras que embora tentem descrever realidades similares, nem sempre delimitam o mesmo campo de atividades[2].

Em outras palavras, o termo ESS contempla uma multiplicidade de opiniões, ou seja, o conceito carece de aceitação e implementação generalizadas. Na verdade, vive-se ante uma realidade de que muitos falam sobre o tema, mas cujas fronteiras se encontram abertas e nebulosas. Embora ao longo dos últimos anos pode-se notar o aumento dos estudos e do interesse pelo tema, a superação de fronteiras e de meios para defini-lo e quantificá-lo, está por vir. Pode-se afirmar, portanto, que até o momento, não existe consenso sobre a delimitação deste setor (Barea, 1990; Carpi, 1997; Defourny, Favreau & Laville, 1997; Chaves, 1998; Barea & Monzón, 2002; Toscano, 2002; Monzón 2006; Moreno & Chaves, 2006).

No Brasil, o termo ESS não é tradicionalmente utilizado, apesar das organizações que atuam na interface entre a economia e a sociedade constituírem um fenômeno social expressivo e cada vez mais reconhecido (Serva & Andion, 2006). Segundo estes autores, pode-se constatar que ainda não existe no país uma visão dominante e, muito menos, um consenso sobre o que é a ESS, quais organizações e entidades que as compõe e qual o seu papel social. Do ponto de vista científico, "observa-se a

[2] Como se perceberá mais adiante, a opção pelo termo "ESS" se dá pelo fato de que este permite uma visão mais ampla no que diz respeito às atividades e entidades que contemplam este setor, inclusive, considerando como pertencentes a este entidades mais diretamente ligadas ao mercado (como é o caso das cooperativas), mas que são guiados por valores sociais, com base na participação e solidariedade.

coabitação de diferentes representações, correntes e concepções as quais se apóiam em ideologias distintas e, em alguns casos, até contraditórias" (p. 39). Ainda na concepção destes autores, "a pluralidade de um campo teórico em formação é, em grande medida, o reflexo de um campo da práxis formado por múltiplos atores, interesses e estratégias, em constante disputa (p. 85). Assim, torna-se necessário e pertinente, promover um debate mais amplo sobre o papel da ESS no Brasil, a começar pela identificação das entidades que as constitui e qual seu significado e contribuição para a economia e sociedade brasileiras.

Independentemente da terminologia utilizada, das dificuldades de conceituação, definição e de mensuração e da controvérsia inerentes a um tema "espinhoso", entende-se que a ESS pode desempenhar um papel significativo, do ponto de vista socioeconômico, frente ao contexto de globalização atual. Em que pese a contribuição de alguns autores como, por exemplo, Vainer (2000) que se posiciona contra a idéia de ESS como alternativa ao enfrentamento da crise do emprego e do Estado de Bem-Estar[3] e de Castel (1998), que entende tais realizações como pouco inovadoras e com limitadas chances de ultrapassarem o estágio de "experimentação", entende-se que a ESS, através de seus "mecanismos específicos", pode contribuir para a geração de emprego e renda, para uma distribuição de renda menos desigual e para o desenvolvimento endógeno, tendo em vista seus maiores vínculos com o território, o que, consequentemente, levaria à uma maior autonomia destes, de forma complementar aos objetivos macroeconômicos mais gerais.

Para Monzón (2004), frente ao atual cenário socioeconômico, a criação de entidades de ESS constitui um vigoroso "antídoto" contra os efeitos mais perniciosos da globalização, uma vez que a ESS contempla não somente as pessoas necessitadas como "beneficiárias passivas", mas também proporciona aos cidadãos a possibilidade de agirem como "protagonistas ativos" de seu próprio destino.

Diante deste contexto acima abordado, pretende-se neste trabalho contribuir com o avanço da discussão desta problemática, a começar pela tentativa de discutir o conceito e as principais teorias encontradas na literatura especializada, com base em uma breve revisão bibliográfica internacional, para, posteriormente, realizar um recorrido pelas principais produções e trabalhos já realizados para o caso brasileiro, ainda em fase de construção. Entende-se que a importância deste trabalho será colaborar, posteriormente, para os próximos passos pretendidos e que se referem à idéia de propor uma tipologia para este setor, teórica e operacionalmente justificável; tipologia esta que será utilizada para o estudo do perfil dos seus ocupados e dos respectivos rendimentos auferidos.

[3] Segundo este autor, como bem notou Lima (2003), essa é uma tentativa de juntar coisas que se repelem e se opõem – economia e solidariedade. Sua visão é a de que no mundo da economia capitalista não há lugar para a solidariedade, uma vez que os espaços de solidariedade são regidos por outros fins, outros valores, outras práticas. Ele entende que a chamada ESS não constitui um modelo alternativo de organização social, pois qualquer projeto amplo e abrangente de solidariedade social é inseparável da crítica da economia. É expressa a idéia da impossibilidade de se construir um projeto de solidariedade social, uma alternativa à economia e a suas leis, nos marcos da economia.

2. Discussão Teórico-Conceitual sobre os termos "Economia Social" e "Economia Solidária"

Nas primeiras décadas do século XIX, período caracterizado pelo processo de "emancipação" da ciência econômica, foi quando a primeira acepção do termo "Economia Social - ES" toma força. Segundo Montolio (2002), provavelmente esta expressão foi empregada pela primeira vez pelo economista da Escola francesa liberal, Charles Dunoyer (1768-1862). No entanto, o "*mainstream*" apostava em uma ciência social neutra de valores, claramente disciplinar, e cujo foco de análise seria o intercâmbio e o modo de produção capitalista (Chaves, 1998). Ou seja, como bem expressou Monzón (1989: 3):

> *"definido el problema económico por la economía ortodoxa como un conjunto de principios que deben facilitar la elección entre los usos alternativos de unos recursos dados para obtener la satisfacción de las preferencias dadas de los individuos, queda fuera de su campo de estudio el comportamiento dinámico de los sistema económicos reales, limitándose al análisis de la asignación de recursos bajo condiciones hipotéticas de mercado".*

É a partir de então, quando se desenvolve um acirrado debate epistemológico, no âmbito do pensamento econômico concernente às relações entre a economia, a política e a religião[4]. Nestas circunstâncias, os "verdadeiros" adeptos da "ES", sensibilizados pela questão social, pelo tremendo custo humano da Revolução Industrial e pelo triunfo do capitalismo como sistema econômico, "acusam" a ciência econômica "dominante" de fazer abstrações da dimensão social em seu processo intelectual e, por tanto, de sua despreocupação pelos problemas sociais reais e por seus eventuais "remédios"; tarefas que consideravam puramente de responsabilidade dos cientistas sociais.

Como uma perspectiva alternativa, conforme observou Monzón (1987), não se pode dizer em uma Escola própria, mas de uma corrente que se caracteriza pela não aceitação do estrito quadro analítico neoclássico conformado por agentes e mercados. Em outros termos, há um "*desplazamiento*" da atenção de alguns intelectuais dos problemas relacionados à produção e alocação de recursos aos de distribuição destes entre a sociedade, levando em conta o explícito cenário de desemprego e pobreza, más condições de vida, etc. Além do que, "frente al enfoque metodológico utilizado por la economía ortodoxa, nos parece más útil y productivo el que se realiza teniendo en cuenta no sólo variables estrictamente económicas sino otras igualmente relevantes de orden sociológico, histórico, jurídico e institucional" (Monzón, 1987:21).

Desde o final do século XIX, o significado do termo "ES" ganha novo sentido, tanto como objeto de estudo, quanto método e adquire maior importância, embora nunca tenha alcançado o mesmo *status* científico da *Economics*. Segundo Vienney (1994), mencionado em Chaves (1998: 6):

> *"a finales del siglo XIX, marcada por la sistematización de los modelos de la economía política, la expresión Economía Social cambia de significado. Anteriormente había sido utilizada por otros autores críticos con el modelo*

[4] Para uma análise mais aprofundada, é interesante ver Myrdal (1967; 1970), Dugger (1977); Cocharan (1979) y Tomás Carpi (1997).

> *dominante, al que acusaban de separar las reglas de funcionamiento de la economía e de la moral. Desde entonces, esta locución designará las disciplinas versadas en el estudio de ciertos tipos de actividades y de actores cuyas reglas escapan a la lógica dominante, siendo todas ellas necesarias para el funcionamiento del conjunto social".*

Como já havia advertido Myrdal (1970), todo discurso científico e, em especial o relativo às ciências da sociedade, é guiado por "valorações". Neste sentido, o núcleo central da preocupação dos estudiosos pertencentes ao discurso econômico "não-convencional", ou seja, integrante da Economia Social, caracteriza-se pelo enfoque de longo prazo, com valores morais, éticos e com ânsia de transformação social.

No entanto, cabe a questão: o que é a "ES"? No intuito de responder tal indagação, um primeiro aspecto que chama a atenção dos investigadores deste campo de estudo é a grande quantidade de terminologias existentes. De acordo com Moreno & Chaves (2006: 91), *"esta inflación de locuciones se justifica en los diferentes modos de generación, actuación y comportamiento con que este sector se manifiesta en los distintos países"*. A diversidade terminológica existente foi minuciosamente descrita por Moreno (1996) e, de acordo com a autora, os termos mais freqüentes são:

1) "*Terceiro Setor*": quando se faz alusão aos dois outros "Setores", a saber, Estado e Privado Capitalista;
2) "Setor Voluntário": termo que tem como característica básica o caráter voluntário de uma parte muito relevante de pessoas que forma, trabalha e dirige atividades voluntárias;
3) "*Setor Não Lucrativo*": termo empregado pelo Sistema Nacional de Contas Integradas das Nações Unidas que enfatiza o caráter não lucrativo de organizações que conformam o terceiro setor, entendendo que suas ações não têm o objetivo de obter benefícios para distribuí-los entre os indivíduos que as conformam, mas sim para designa-los a outros fins socialmente determinados;
4) "*Setor Filantrópico*": referem-se àquelas organizações que canalizam recursos pessoais e materiais em prol de causas públicas ou sociais, sendo muito utilizado quando se tratam das Fundações;
5) "Setor Caritativo": termo que enfatiza o apoio que o terceiro setor recebe da sociedade em geral, em forma de doações privadas, para objetivos de caridade ou utilidade social que os depositantes depositam o próprio setor;
6) "*Organizações Não Governamentais*" – ONG´s: termo que se refere àquelas entidades privadas que visam a promoção socioeconômica dos países mais subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento;
7) "*Setor Independente*": termo que é utilizado para ressaltar o papel que o terceiro setor possui como força independente tanto frente à atividade do setor público, como com respeito ao setor lucrativo ou maximizador do benefício das atividades capitalistas;
8) "*Setor Intermediário*": análogo ao anterior, enfatiza o papel do terceiro setor não lucrativo como terceira força social, ou seja, como o setor "mediador" entre os interesses do mercado e o das políticas das agências públicas, embora mantendo relações com ambos agentes;
9) "*Setor Isento de Impostos*": considerando que na maioria dos países este setor desfruta de uma fiscalidade favorável, ou seja, com benefícios e isenções tributárias;

10) "*Economia Social*": denominação que abarca tanto entidades genuínas do Terceiro Setor (Fundações, Associações), como a certas entidades de tipo comercial, mais orientadas ao mercado, tais como cooperativas, mútuas, etc.

Nesta perspectiva, cabe notar que a multiplicidade de terminologias referentes ao setor se traduz em um outro problema, muito bem descrito por Barea & Monzón (2002, 22): "*las ambigüedades y contradicciones existentes a la hora de ofrecer información cuantitativa del sector de la Economía Social se deben, en buena medida, a la ausencia de una delimitación conceptual de su ámbito y al escaso rigor metodológico con que frecuentemente se elaboran las magnitudes agregadas correspondientes*". Desta forma, a grande quantidade de terminologias é justificada pelos diferentes modos de geração, atuação e comportamento que este setor se manifesta nos diferentes países, ou seja, em cada nação, assim como em cada região, se adotam distintas terminologias para fazer frente ao setor, de acordo com aspectos históricos, culturais, políticos, jurídicos, etc. Além do que, conforme salientaram Moreno & Chaves (2006:91): "*la elección de éstos como objeto de estudio por parte del científico social evidencia la existência de juicios de valor em el proceso científico y denota uma indudable carga política y ideologica*".

Trata-se, portanto, de um setor em que, até o momento, não existe delimitação de suas fronteiras, ou seja, onde as entidades que o contemplam não estão definidas de forma consensual. Na visão de Moreno & Chaves (2006), o problema da diversidade terminológica, um dos temas que vem gerando um maior número de investigações e trabalhos científicos, está intimamente ligado ao problema da conceituação, ou seja, da definição do conjunto de organizações / entidades que integram este complexo setor. Frente a estas dificuldades, de acordo com os autores, na literatura econômica podem-se detectar três enfoques teóricos bem definidos: a) enfoque da "ES", tido como o mais antigo, mais consolidado e bastante divulgado e utilizado na Europa e na América Latina; b) enfoque das organizações "*Non Profit*" e c) enfoque da "economia solidária", o mais recente e considerado por muitos autores como uma derivação do enfoque da "ES".

Em se tratando do primeiro enfoque, de origem francesa e que engloba organizações que desempenham atividades econômicas ligadas à cooperação, organizadas pelos próprios cidadãos, em torno de empresas baseadas em atitudes e formas de gestão democráticas, pode-se dizer que é bastante utilizado em países como França, Itália, Bélgica e, sobretudo, Espanha. Este enfoque define o terceiro setor a partir de uma concepção mais ampla, ou seja, como um conjunto de empresas e organizações cujas atividades produtivas respondem a princípios solidários (livre adesão, democracia interna, etc). O conceito de ES foi estabelecido por seus próprios "protagonistas" para identificar um amplo conjunto de organizações socioeconômicas criadas para resolver necessidades comuns de determinados coletivos sociais (Monzón, 2006). Assim, a ES se estrutura como alternativa para "corrigir" os efeitos socioeconômicos atuais, com base na justiça social. Conforme destacou Chaves (1999), este enfoque supõe uma forma mais social e humana de exercer qualquer atividade econômica frente ao modo com que realiza a empresa capitalista tradicional.

No que se refere ao segundo enfoque, de raiz anglosaxona, de acordo com Moreno & Chaves (2006), dois traços principais caracterizam as "*non-profit organizations - NPO*": o princípio de não distribuição de benefícios às pessoas que as controlam, mas sim para a realização de seus objetivos, bem como a ajudar pessoas que não exercem nenhum controle sobre a organização e a mobilidade de recursos voluntários, seja trabalho, sejam doações. Segundo Toscano (2002), dentro deste enfoque pode-se detectar duas orientações distintas,

sendo uma por apresentar uma maior vinculação para o mercado (como nos EUA e Reino Unido) e outra, mais vinculada ao desenvolvimento do Estado de Bem Estar (como em Alemanha e nos países escandinavos). Sobre este enfoque, deve-se mencionar que, em meados dos anos 1990, no âmbito de um Projeto de Pesquisa liderado pela Universidade de Johns Hopkins, os professores Salamon & Anheir precisaram uma definição operativa, que vem sendo recorrente e internacionalmente utilizada nos estudos sobre o tema (Moreno & Chaves, 2006). De acordo com este estudo, cinco requisitos básicos são considerados para que uma organização/instituição/entidade possa fazer parte do Terceiro Setor: organização formal, privada, não lucrativa, com auto-governo e com participação voluntária (Monzón, 2006).

Entre os dois primeiros enfoques relatados, o da ES e o do NPO, de acordo com Moreno & Chaves (2006), há uma considerável literatura discorrendo sobre suas semelhanças e diferenças. Para eles, a grande diferença reside no problema da definição do setor, ou seja, de quais entidades ou empresas entram em uma e não em outra. No enfoque da ES, diferentemente do NPO, consideram como entidades pertencentes, tanto àquelas que atuam no mercado e que competem em igualdades de condições com os outros setores institucionais (como cooperativas), quanto àquelas que atuam no âmbito de "não-mercado", cooperando com o setor público ou complementando sua ação em atividades que este não vem atuando, por razoes diversas, sejam econômicas, políticas, etc. (como as Fundações e Associações). Para os autores, a ES é convergente à idéia de uma "economia plural", onde os três setores institucionais (Mercado, Governo e Terceiro Setor) atuam no âmbito do mercado e do "não-mercado", em prol de um desenvolvimento social e econômico coletivo.

Para se ter uma idéia, do ponto de vista europeu, constata-se que em todos os Estados membros existe uma atenção ao terceiro setor, ou de algum sistema distinguido daquele constituído pelas empresas capitalistas tradicionais e pelo setor público. Frente ao contexto de diversidade e de realidades nacionais muito variáveis, é interessante mencionar que os estudos mais recentes classificam em três grupos de países, de acordo com a forma que tratam o tema: a) países que contam com um setor de ES estabelecido e reconhecido institucionalmente, tais como Bélgica, França e Espanha; b) países que afloram uma ES "emergente", como Dinamarca, Finlândia, Grécia, Irlanda, Portugal, Reino Unido e Suécia; c) países que respondem a um critério distinto em torno do terceiro setor não-lucrativo, a partir da idéia de NPO, como Alemanha, Holanda, Áustria e Luxemburgo.

Em se referindo ao terceiro enfoque, o da economia solidária, vale lembrar que suas raízes foram desenvolvidas na França ao longo dos anos 1980, e se identifica com um conjunto de organizações de caráter plural em suas formas, atuações e atividades econômicas, objetivando a busca de "utilidade social" em prol dos coletivos mais desfavorecidos. O termo "solidária" se aplica levando em conta a idéia de "solidariedade", em contraste com o individualismo competitivo, característico do comportamento econômico das empresas capitalistas. Sob este conceito se aglutinam um conjunto de organizações que, de um lado, fomentam a solidariedade entre os membros a partir da auto-gestão e, por outro, praticam a solidariedade entre os trabalhadores em geral, com maior ênfase nos mais desfavorecidos.

Na verdade, neste enfoque se aglutinam recursos e convergem forças de muitas naturezas, como aquelas procedentes da "economia mercantil", na medida em que conformam entidades que operam com base em "forças de mercado"; na economia "não-mercantil", visto que uma parte de suas entidades realizam funções tradicionalmente ligadas ao setor público; na economia "não-monetária", dado que neste setor se identificam numerosas formas de intercâmbio recíproco e auto- produção entre os indivíduos e também como fonte de

iniciativas locais, uma vez que alguns autores identificam a economia solidária como "serviços de proximidade". Nesse sentido, a união destas "forças" implica uma conexão entre as dimensões políticas e sociais como modo constitutivo das entidades que conformam a economia solidária (Moreno & Chaves, 2006).

A partir deste marco conceitual, geram-se uma série de práticas socioeconômicas com o objetivo conjunto de incrementar as oportunidades de "socialização democrática" e a oferta de emprego, levando em conta o questionamento político entre o econômico e o social. Este enfoque pretende, assim, fazer frente à crise de "integração social" pelo trabalho e pelos laços cívico e social. Segundo Moreno & Chaves (2006), a economia solidária é concebida como uma forma de "democratização da economia", mais que um renascer da filantropia, pois combina a participação cidadana voluntária com a colaboração e a ajuda pública e tem como traços mais característicos o comércio eqüitativo, as finanças solidárias, as iniciativas locais e o intercâmbio não monetário.

No que diz respeito às diferenças e semelhanças entre os enfoques da ES e da economia solidária, alguns autores têm apresentado suas contribuições. Para Jeantet (2001), a economia solidária representa uma maneira "específica" e "limitada" da ES, e serve como um estímulo ou prolongamento de sua ação. Em sentido oposto, Levesque, Joyal & Chouinard (1989), defendem a idéia de que uma não tem nada a ver com a outra, uma vez que a ES se trata de uma forma de distanciamento da autêntica ação solidária, visto que em sua concepção existe uma "aproximação perigosa" com o mercado capitalista e com a lógica da concorrência. Já para Laville, et al (1994), a economia solidária complementaria o papel redistribuidor da ES, com uma "solidariedade recíproca" como fator de produção. Na proposta de Lipietz (2001), a ES responderia a pergunta: como fazer? – ou seja, a partir de quais estatutos e regras de funcionamento das entidades que a correspondem se poderiam levar adiante as atividades deste setor -, enquanto que a economia solidária colocaria a questão: em nome de quem se faz? – ou seja, dando especial ênfase aos valores, ao sentido da ação, aos critérios de gestão das entidades que atuam, etc.

Em meio a tais discussões e controvérsias, de fato, pode-se apostar em uma confluência de ambas correntes, a partir da neo–locução "ESS". É por isso que se observa, com bastante freqüência, a utilização do termo ESS por agentes de base que trabalham com a realidade social, no sentido de identificar-se a um conjunto de atividades econômicas de "utilidade social", com uma tripla missão: trabalho, inserção sócio-laboral e criação de emprego, além do projeto político que suas atuações representam.

É interessante mencionar que em alguns países latino-americanos vêm se desenvolvendo uma outra visão de economia solidária que a contempla como uma força de transformação social portadora de um projeto de "sociedade alternativa" à globalização neoliberal. Diferentemente dos ideários europeus, que consideram a economia solidária compatível com o mercado e com o Estado, a perspectiva latino-americana defende a idéia de um projeto global alternativo ao capitalismo (Boulianne, 2003, citado por Monzón, 2006, p. 19)[5]. Também, embora com menor importância analítica, aparecem outros enfoques como o de "economia alternativa" com raízes nos movimentos contestatórios franceses, surgidos na Revolução de maio de 1968 e o de "economia popular", de origem latino-americana e bastante próxima ao enfoque sul-americano de economia solidária (Monzón, 2006).

[5] Sobre o caso brasileiro, posteriormente, será realizada uma análise desta problemática.

Por fim, cabem algumas breves considerações sobre as principais teorias que abordam esta problemática e os principais avanços no sentido da medição deste complexo e controverso setor. Ao longo da década de 1990, a teoria econômica vem edificando uma série de estruturas argumentativas visando justificar a existência e o papel econômico das entidades de ES ou das que conformam o Terceiro Setor. Um primeiro bloco de teorias se apresenta com base no *mainstream* da ciência econômica e constitui, por sua vez, a teoria dominante. A linha de argumentação central reside em justificar a existência deste setor social a partir de "falhas" de execução dos outros setores institucionais (setores público e privado capitalista)[6]. O outro bloco de teorias constitui as chamadas teorias "alternativas" e "complementarias", que se diferenciam por considerarem em seu arcabouço analítico, variáveis sociais, históricas e políticas, além das econômicas. Segundo seus adeptos, existem outras razões para justificar a existência deste setor que transcendem o estrito cálculo econômico individual, o que significa um importante avanço no enfoque metodológico e paradigmático para tratar o tema (Moreno & Chaves, 2006).

No que tange aos desafios da quantificação do setor, há também, frente à diversidade de conceitos e teorias, uma série de estudos que vem sendo realizados com o objetivo de quantificar e valorar suas dimensões. Do ponto de vista internacional, o estudo mais relevante dirigido a medir o terceiro setor, com base na idéia de NPO, foi o liderado pela Universidade Johns Hopkins, pelos já mencionados Professores Salomon & Anheier e realizado em mais de 20 países e que, atualmente, vem sendo ampliado para novos países e atualizado aos já existentes. Este trabalho constitui o "Manual de Contas Satélites do Setor Não Lucrativo das Nações Unidas". Referência internacional também são os estudos desenvolvidos pelo Centro Internacional de Investigação e Informação em Economia Pública, Social e Cooperativa – CIRIEC - Internacional, que periodicamente contribui com grupos de trabalhos internacionais e multidisciplinares sobre o tema e que é considerado como Centro de "vanguarda" no campo de ES e de empresas públicas. Neste ano de 2007, os especialistas no tema, Professores Barea & Monzón, apresentaram o Manual Europeu de Contas Satélites das Empresas de Economia Social. Na França, a Associação para o Desenvolvimento da Documentação em Economia Social – ADDES também vem realizando avanços científicos no âmbito da mensuração das atividades do setor, objetivando a elaboração de uma Conta Satélite da Economia Social no contexto da contabilidade social. No Brasil, como veremos adiante, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG e com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE realizaram um importante estudo das Fundações privadas e Associações sem fins lucrativos no país, com base nos dados do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE, do IBGE.

Como se tentou mostrar, o setor da ESS é marcado por uma pluralidade terminológica, o que evidencia a complexidade de seus conteúdos e a multiplicidade de formas e riqueza que as cerca. É, sem dúvidas, um setor que merece ser estudado com maior profundidade, tendo em vista, dentre outros aspectos, sua contribuição para o enfrentamento da atual realidade socioeconômica, bem como para a geração de emprego e renda e, consequentemente, de inserção social. Em que pese sua importante contribuição, deve-se entender que esta, por si só, não pode ser vista como a panacéia para os novos tempos e que também deve ser entendida dentro de um cenário macroeconômico favorável. Na seção a seguir, pretende-se

[6] Para aprofundar o tema, é interessante ver: Weisbrid (1975,1977,1986); Badelt (1980); Hashamann (1980); James (1987); Powell (1987); Steinberg & Gray (1994); Marcuello (1996); Vittadini & Barea (1999); Rodríguez Cabrero & Montserrat (2000); Anheier & Ben-Ner (2003), todos citados em Moreno & Chaves (2006), além de Moreno (1996).

analisar as principais contribuições de estudos e análises referentes ao caso brasileiro, com o intuito de realizar um balanço e apontar algumas perspectivas para posteriores avanços analíticos.

3. Economia Social e Solidária no Brasil: balanço teórico-conceitual, tendências e perspectivas

Conforme já enunciado anteriormente, o termo ESS não é tradicionalmente utilizado no Brasil[7], apesar das organizações que atuam na interface entre a economia e a sociedade constituírem um fenômeno social expressivo e cada vez mais reconhecido. No entanto, assim como a maioria dos estudos sobre o tema em outros países, no Brasil não existe um consenso sobre o que é ESS e quais entidades a constitui. Do ponto de vista científico, conforme apontou Serva & Andion (2006: 39), "o campo parece se encontrar numa fase pré-paradigmática, de acordo com o conceito estabelecido por Kuhn (1987), em que os contornos dos paradigmas e das teorias de base ainda estão sendo construídos pela comunidade científica e também por profissionais do campo que atuam no âmbito da pesquisa". Já no que diz respeito à esfera da práxis, percebe-se uma ampla gama de atores e formas jurídicas que constituem o campo, sendo as cooperativas, por exemplo, as mais fáceis de distinguir e com maior tradição em nosso país.

Segundo apontou os autores acima mencionados, a ESS[8] se caracteriza cada vez mais como um "microcosmo semi-autônomo" que tem suas próprias normas, regras e códigos, os quais devem ser dominados por aqueles que desejam entrar no campo. No entanto, "longe de ser um campo homogêneo, ele é composto por disputas simbólicas, por contradições entre indivíduos e entre grupos, cada um buscando manter o seu lugar e conquistar novas posições em busca de hegemonia" (p. 41). Nesse sentido, para começar compreender as concepções e as teorias que são subjacentes à produção bibliográfica difundida atualmente no Brasil, é mister entender, mesmo que de forma sintética, os diferentes estudos que compõem o campo científico nascente no país. Para tal, segue-se o já realizado esforço de classificação de algumas correntes proposta por Serva & Andion (2006), embora reconheçam a possibilidade de correr determinados riscos de imprecisões.

Vale lembrar que, com exceção dos estudos na esfera do cooperativismo, a produção científica no setor da ESS é relativamente recente e, embora se utilizando de diversas denominações (economia solidária, terceiro setor, ONG´s, etc.), a quantidade de estudos que abordam iniciativas da sociedade civil de cunho socioeconômico não pára de crescer. Conforme observaram Serva & Andion (2006: 51), "emoldurados sob vários rótulos e conceitos (...), tais estudos vêm se multiplicando e constituindo paulatinamente um novo campo científico no país". Partindo-se desta constatação, os autores realizam uma apresentação dos principais conjuntos de estudos que participam da construção deste "novo campo científico", tomando como referência a filiação teórica e os conceitos principais que caracterizam cada conjunto e não somente a simples questão da nomenclatura. Assim, "tentando lançar um olhar global sobre o campo", sem a pretensão de um levantamento exaustivo de estudos e de autores, mas sim com a intenção de fornecer um panorama geral da elaboração conceitual da ESS no Brasil, os autores sugerem a existência de, ao menos, quatro

[7] Ou, conforme afirma Tesch (2004: 86): "O termo ESS é desconhecido no Brasil".
[8] Neste trabalho, Serva & Andion (2006) referem-se ao setor utilizando somente o termo "Economia Social" e não "ESS" conforme se optou em utilizar neste artigo.

conjuntos distintos, a saber: a) os estudos do cooperativismo; b) a corrente do terceiro setor; c) os estudos interdisciplinares sobre organizações da sociedade civil e d) a corrente "neomarxista".

No que se referem aos estudos do cooperativismo, a mais antiga produção teórica no campo da ESS no país, dentre as mais diversas correntes teóricas, duas correntes possuem uma forte influência no pensamento cooperativo brasileiro: a doutrina cooperativa de inspiração "rochdaleana" e a corrente da racionalidade econômica e administrativa. Na verdade, o corpo da doutrina cooperativa é composto por diversos eixos, todos tendo como base os princípios estabelecidos pelos pioneiros de Rochdale[9] Segundo Serva & Andion (2006: 52):

> *"Do período inicial do cooperativismo no Brasil (fim do século XIX) até os anos de 1970, predominou claramente o pensamento da doutrina rochdaleana. Alguns dos principais temas abordados por autores brasileiros são a reconstituição histórica do cooperativismo nacional e suas tendências (Pinho, 1982; Schneider & Lauschner, 1982; Moura, 1973), a análise da evolução da legislação cooperativista e da relação entre as cooperativas e o Estado (Marques Pinho, 1973; Bulgarelli, 1973), a doutrina cooperativa e o desenvolvimento econômico (Pinho, 1962; 1973), a filosofia social do cooperativismo (Klaes, 1982), o comportamento e o dilema do ´ homem cooperativo´ (Pinho, 1977)".*

A partir dos anos 1970, o enfoque pragmático da "racionalidade econômica e administrativa" no campo das cooperativas chega ao Brasil, "exercendo uma forte influência até o presente" (p. 52). Este momento foi também marcado pelo acirramento das críticas em relação a esta nova "postura" do cooperativismo, com base na eficiência, na competitividade e nas inovações tecnológicas e organizacionais, visto que "desse período em diante torna-se nítida a priorização do caráter empresarial na maioria das cooperativas brasileiras" (Pinho, 1982: 66). Segundo esta autora, "o cooperativismo sem Rochdale, isto é, distanciado de qualquer conteúdo doutrinário, é na realidade uma inadequação pragmática da atividade econômica cooperativista no contexto das modernas economias nacionais". Ainda de acordo com ela, há atualmente a tentativa de construção de um "novo cooperativismo", com base em uma síntese entre as duas correntes acima apresentadas, enfocando as cooperativas como "empresas eficazes", mas com "gestão democrática".

De fato, devido tanto à tradição, quanto à importância econômica das cooperativas na economia brasileira como um todo, "é de se esperar que a produção científica nesse campo continue a se expandir, intensificando o debate entre as suas correntes internas e assim ampliando a riqueza dos estudos sobre a economia social no país" (Serva & Andion, 2006. 53)[10].

Em se tratando da segunda corrente enunciada, dos estudos referentes ao "terceiro setor", assim como descrito nos estudos internacionais, esta corrente está voltada mais para o estudo das organizações que não possuem objetivo de lucro e que visam à promoção do interesse geral. Assim, nos estudos que compõem esta corrente, o termo "terceiro setor" é empregado

[9] Tida como a primeira cooperativa moderna inglesa, fundada em 1844 por 28 obreiros, cujos principais valores e princípios (empresas democráticas, de livre adesão, igualdade de direito de voto, criação de patrimônio irrepartível, etc) foram adotados por todas as classes de cooperativas existentes atualmente.

[10] Sobre o tema referente à conformação, as tendências e os desafios do cooperativismo no Brasil, é interessante ver Teixeira & Domingo (2002).

na mesma acepção originária dos países anglo-saxões, ou seja, referindo-se ao conjunto de organizações que atuam na esfera pública e não pertencem ao aparelho burocrático do Estado, nem ao setor das empresas privadas e demais instituições que integram a economia de mercado. Refere-se, portanto, a um vasto conjunto de organizações como as ONG´s, fundações, institutos empresariais, entidades filantrópicas, organizações populares, organismos internacionais de cooperação, etc.

Atualmente, pode-se dizer que é a corrente mais influente no país e tem como um dos traços principais, o caráter complementar às ações do Estado e do mercado, a partir de uma visão integradora da vida pública. Esta corrente é profundamente influenciada pelos autores americanos ligados ao NPO, que a vêem como uma forma de compensação das "falhas" de um sistema centrado na economia e no mercado. Neste particular, conforme notaram Serva & Andion (2006: 55), "as idéias de Jeremy Rifkin têm tido grande aceitação por essa corrente no Brasil ao pregar a absorção dos desempregados da economia de mercado pelas organizações de um terceiro setor fortalecido". Os autores lembraram que em uma publicação conjunta com estudiosos brasileiros, Rifkin (1997) afirma que "o êxito do mercado e do governo democrático vai depender, finalmente, do êxito do setor civil. Se o setor civil for forte e politicamente ativo, o mercado florescerá no próximo século".

Podem ser também incorporados a esta linha de estudos, os desenvolvidos pelo Centro de Estudos do Terceiro Setor – CETS, da Fundação Getúlio Vargas, FGV/SP. Este Centro, dirigido pelo Professor Dr. Luis Carlos Merege, foi criado em 1994 e integra as áreas de ensino, pesquisa, treinamento e assessoria a organizações do terceiro setor, cujas missões são contribuir para o fortalecimento das organizações, formar especialistas em gestão social, produzir e disseminar conhecimentos, dar consciência a futuros dirigentes empresariais sobre a responsabilidade social do setor privado e colaborar para uma maior eficácia do terceiro setor (http://www.eaesp.fgvsp.br). O CETS publica periodicamente a Revista "Integração", contribuindo para a divulgação dos estudos que discorrem, sob diferentes aspectos, a problemática do terceiro setor no país (http://integracao.fgvsp.br).

Ainda em relação a esta corrente, por fim, vale mencionar que os detratores desta visão argumentam que, fortemente inspirada na ideologia liberal norte-americana manifestada nos estudos do NPO, essa "linha de pensamento" idealiza certa "harmonia" no campo de interação das organizações da ES, por meio do estabelecimento de "parcerias operacionais", numa relação de "complementaridade funcional", em relação ao Estado (com a prestação de serviços de interesse geral), e ao setor privado (por meio da "reparação" das fissuras deixadas pela crise do sistema capitalista contemporâneo). Desta forma, salientam Serva & Andion (2006: 57):

> *"o conteúdo político e o potencial de mudança institucional que poderiam acompanhar a afirmação da sociedade civil organizada (pela sua diferenciação do Estado e do setor privado) são sutilmente negados, reforçando-se a categorização de um terceiro setor efetivamente percebido a reboque dos dois primeiros".*

A despeito dos estudos interdisciplinares sobre as organizações da sociedade civil, onde se inserem diversos estudos de caráter interdisciplinar que tentam abordar o fenômeno da progressiva organização desta no Brasil, bem como de suas repercussões diretas ou indiretas para a ES, os autores Serva & Andion (2006) propugnam a idéia de não atribuir a este conjunto de estudos a denominação de "corrente", tendo em vista a constatação de uma "razoável pluralidade interna, principalmente no que diz respeito aos pontos de vista sob os

quais as análises se realizam" (p.57). No entanto, a opção por colocarem juntas no mesmo apanhado se dá pelo fato da constatação de alguns traços comuns, como: i) a adoção do conceito de sociedade civil como uma esfera "semi-autônoma" face ao Estado e ao mercado e, ao mesmo tempo, em constante relação com os mesmos; ii) o reconhecimento de que a sociedade civil e suas organizações constituem um campo marcado pela complexidade e, portanto, requer uma abordagem interdisciplinar; iii) o interesse em analisar os aspectos sociais, econômicos e políticos presentes no âmbito das organizações da sociedade civil, buscando compreender sua contribuição para o avanço da democracia, a ampliação da coesão social e o reforço a uma economia plural, embora reconhecendo seus limites e contradições.

Dentre os temas existentes neste conjunto de estudos, o relativo ao funcionamento das organizações da sociedade civil é bastante encontrado nas áreas dos estudos organizacionais. De acordo com Serva & Andion (2006), o ponto de partida se deu em 1986, no âmbito do Departamento de Administração Geral da Escola de Administração de Empresas – EAESP, da FGV/SP, denominado na época como estudos de organizações "alternativas". Segundo eles, os principais trabalhos realizados foram os de Garcia (1986, 1987 a e 1987 b) e, em relação a abordagens qualitativas, classificação e gestão destas organizações, foram os de Guerreiro Ramos (1965, 1983, 1986 e 1989). Posteriormente, seguindo a inspiração destes autores, outros trabalhos foram elaborados, com destaque aos temas referentes à nacionalidade das organizações (Serva, 1983; 1996; 1997 a; 1997 b; 1997 c), à natureza e à gestão em organizações de economia solidária (respectivamente, França Filho, 2002 e Andion, 1998; 2005). Outros tipos de temas encontrados no âmbito dos estudos interdisciplinares sobre as organizações da sociedade civil referem-se ao esforço para estabelecer tipologias conceituais no campo destas organizações, em virtude da imprecisão conceitual que marca este setor (Andion, 1998; 2005; Landin, 2002; Teixeira 2003), à tentativa de analisar a relação destas organizações com o Estado (Serva 1997 d; Dagnino, 2002; Teixeira, 2002) e à formação de redes nestas organizações, como, por exemplo, a articulação entre atores de movimentos sociais e culturais (Scherer-Warren, 1996).

De acordo com os autores utilizados para esta classificação, de forma geral, pode-se perceber que os estudos sobre as organizações sobre a sociedade civil trazem para o debate o pluralismo de uma "nova economia social brasileira", onde a dimensão sócio – política é central em suas análises. Há também, por outro lado, uma "nova" delimitação das esferas econômica e social numa perspectiva de "economia plural", na qual outros componentes além da economia mercantil internacionalizada são considerados, tais como uma "economia de mercado territorializada", economias "não mercantis" e "não monetárias", e também uma economia solidária "baseada sobre a hibridação do mercado, redistribuição e reciprocidade" (p. 62).

Por fim, em se tratando deste apanhado de estudos e também ao descrito anteriormente, relacionado aos do "terceiro setor", é válido mencionar que recentemente foi realizado pelo IBGE (2004), em parceria com o IPEA, ABONG e GIFE, um mapeamento das fundações privadas e das entidades sem fins lucrativos no país. Utilizando-se os dados do CEMPRE, a partir de tabulações especiais que levavam em conta cinco parâmetros para selecionar o objeto de estudo[11] (entidades privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, auto-administradas e voluntárias), das 500 mil entidades sem fins lucrativos registradas, obteve-se um subconjunto de 276 mil para o ano de 2002.

[11] Vale lembrar que as cooperativas estão excluídas deste âmbito de análise.

Como principais conclusões, a pesquisa revelou que as organizações são relativamente novas, pois 62% foram criadas a partir dos anos 1990 e que a cada década se acelera o ritmo de crescimento destas. Para se ter uma idéia desta constatação, nos anos 1980, as organizações que apareceram eram 88% mais numerosas que as que existiam nos anos de 1970, e em relação às que apareceram nos anos 1990, estas eram 124% superior às que existiam nos anos 1980; e somente de 1996 para 2002, estas registraram um aumento de 157%. Outras características apontam que, em sua grande maioria, são pequenas organizações (77% delas não possuem qualquer empregado e somente 7% contam com mais de 10 ou mais assalariados), embora haja uma concentração da mão-de-obra em poucas organizações, uma vez que somente 1% delas possui 100 ou mais empregados, reunindo 61% do total das pessoas ocupadas neste âmbito de estudo. Em relação aos postos de trabalho gerados neste setor, dois dados interessam ser reproduzidos: o primeiro, refere-se ao fato de que, do conjunto do total dos ocupados em organizações formalmente registradas no país, o número de empregos gerados nestas organizações corresponde a 5,5 % destes e, o segundo refere-se ao significativo aumento dos postos de trabalho entre um período de apenas seis anos: em 1996, estes registravam 1.039.925, saltando, em 2002, para 1.541.290, o que significa um aumento de quase 50%. Do ponto de vista setorial, as áreas de educação e saúde ocupam mais da metade das pessoas ocupadas, seguida da assistência social que, em terceiro lugar, corresponde a 15% do total dos ocupados. Por regiões do país, somente a região Sudeste concentra 44% das Fundações privadas e Associações sem fins lucrativos, sendo que só São Paulo (21%) e Minas Gerais (13%) reúnem 1/3 das organizações existentes no Brasil. No que diz respeito à massa salarial, os dados da pesquisa apontam para o valor de R$ 17,5 bilhões no ano de 2002.

No que tange ao quarto conjunto de estudos sobre ESS no Brasil, sugerido por Serva & Andion (2006), cabe agora tecer algumas considerações sobre a denominada corrente "neomarxista". Segundo os autores, esta corrente emprega o conceito de "economia solidária" para designar o seu campo de estudo, no entanto, como já adiantado, numa acepção diferente do conceito elaborado na França por Laville, dentre outros. Aos adeptos a esta corrente, a economia solidária constitui um modo de produção distinto do capitalismo[12]. O Professor e também responsável pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES[13], do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Paul Singer, situa-se como um dos grandes ícones desta corrente. Segundo ele, a economia solidária "foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego" (Singer, 2002: 83). Conforme destacam os autores Serva & Andion (2006), para Singer, no capitalismo a arma dos desprovidos de capital é a solidariedade[14] e, então, a economia

[12] Embora para autores como Lisboa (1999), a economia solidária constitua uma alternativa a partir do interior das relações com o mercado, sendo, portanto, a economia solidária uma alternativa não mais ao capitalismo, mas no capitalismo.

[13] A SENAES foi criada em junho de 2003, como reconhecimento, por parte do Estado Brasileiro, de um processo de transformaçao social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos de 1980. É tida como defesa contra a exclusão social e como mecanismo de inserção socioeconômica (Singer, 2004), além de uma alternativa ao modo capitalista de organizar as relaçoes sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza (Lance, 2006).

[14] Segundo Lima (2003), ao se tratar do tema da economia solidária, deve-se levar em conta a confluência de muitas correntes e o vasto e heterogêneo agregado de atividades que, no momento se expandem, mas que ainda não consistem num campo articulado. De todo modo, as formulações se convergem para um núcleo comum: a solidariedade como âmago de todas as propostas; solidariedade esta que, para os críticos à idéia, serve de ponto de partida para sua argumentação, no sentido de inviabilizar a harmoniosa relação entre solidariedade e mercado capitalista (Vainer, 2000).

solidária pode ser definida como um conjunto composto por diferentes tipos de "empresas" que surgem como reação às carências que o sistema dominante se nega a resolver.

Lisboa (2005) é um outro autor mencionado por Serva & Andion (2006: 63), responsável por aprofundar essa caracterização, afirmando que a "sócio – economia solidária" constitui um novo modo de produção, pois se trata de novas relações tanto na produção quanto na repartição do excedente. Também é importante destacar que, na visão deste autor, a economia solidária não se refere a um setor "não-mercantil" e "não-monetário" como a "economia da dádiva", como também não se refere a um setor "não – lucrativo" como é o caso do "terceiro setor". Para ele, "da perspectiva da sócio – economia solidária, é fundamental perceber que esta é impulsionada pelas novas tecnologias e pela crescente afirmação de uma sociedade em rede (Lisboa, 2005: 111, citado p. 63).

Percebe-se que os autores desta corrente se baseiam na recuperação de noções e de conceitos marxistas que são empregados para explicar principalmente o fenômeno do "novo cooperativismo" no Brasil. Além do que, o fio condutor de sua argumentação reside quase sempre no dualismo, ou seja, em dimensões sempre antagônicas tais como heteronímia *versus* autonomia, heterogestão *versus* autogestão, competição *versus* solidariedade, trabalho rentável *versus* trabalho voluntário.

Do ponto de vista da utilização do termo "economia solidária" para esta corrente, constata-se que ela é composta fundamentalmente por organizações nas quais é praticada a autogestão. Esta é entendida como uma "categoria central", a partir da delimitação de alguns tipos de empreendimentos econômicos, dentre os quais, as empresas privadas assumidas por seus trabalhadores após processos de falência e algumas cooperativas populares. No que se refere ao capital destes empreendimentos econômicos, este pertenceria unicamente aos trabalhadores e nela não haveria a separação entre trabalho e capital. Conforme salientam Serva & Andion (2006: 65):

> *"Ao fundamentar o conceito de economia solidária no aparato teórico marxista, os autores dessa corrente excluem do campo outras iniciativas onde formas híbridas de regulação socioeconômica, relações de trabalho, composição de capital e organização do processo produtivo se verificam, como também as cooperativas de médio e grande porte que empregam mão-de-obra assalariada. As categorias analíticas do voluntariado e da reciprocidade, tratadas pela corrente do terceiro setor e pelos estudos interdisciplinares sobre organizações da sociedade civil, por exemplo, estariam totalmente excluídos dessa acepção de economia solidária. Considerada nessas bases, a economia solidária enquanto expressão de uma ´Economia Social´ seria diametralmente oposta ao capitalismo, na medida em que neste impera a lógica da competição, enquanto naquela imperaria a solidariedade (...). Para os autores dessa corrente, na economia solidária todos os atores devem ser iguais, as organizações devem ser geridas pelos próprios trabalhadores e assim a exploração seria definitivamente abolida".*

No que se refere especificamente à experiência da SENAES, o termo "economia solidária" é definido como um "conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma de autogestão". Por atividades econômicas entende-se às atividades relacionadas à produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário. Vale também mencionar que as "organizações solidárias" referem-se às cooperativas, associações, empresas auto -

gestionadas, grupos solidários, redes solidárias, clubes de troca, etc., a partir da idéia de "empreendimentos econômicos solidários" – EES, que são organizações, singulares ou complexas, de caráter coletivo, onde trabalhadores /as do meio urbano ou rural exercem a gestão coletiva de seus empreendimentos e que podem ou não ter registro legal para a prática de suas atividades econômicas (http://www.mte.gov.br/ecosolidaria)[15].

4. **Considerações Finais**

Conforme se tentou mostrar, o termo ESS contempla uma multiplicidade de opiniões, ou seja, seu conceito carece de aceitação e implementação generalizadas. Na verdade, pode-se afirmar que, até o momento, não existe consenso sobre a delimitação de suas fronteiras e atividades. Além do que, a utilização deste termo não está isenta de ambigüidades, uma vez que convive com uma diversidade de nomenclaturas e tipologias ("terceiro setor", "terceiro sistema", "economia *no profit*", "setor voumtário", "economia alternativa", etc.) que, embora seja utilizada para designar realidades similares, nem sempre delimitam o mesmo campo de atividades. Como corolário desta multiplicidade de opiniões e de conceitos, bem como das ambigüidades e contradições existentes, aparece um outro obstáculo para o avanço dos estudos deste "setor", que se refere às informações quantitativas, de mensuração.

Nesta perspectiva, em cada país, ou até mesmo em cada região, adotam-se distintas referências, que variam em função da trajetória histórica, sociocultural, política, econômica e também dos desideratos, da ideologia e dos valores do pesquisador.

No Brasil, onde o campo de estudos parece estar "em construção", tanto do ponto de vista teórico, quanto da práxis, percebe-se, assim como nos estudos internacionais, a utilização de uma diversidade de tipologias e a inexistência de um consenso a respeito do que se entende pelo universo (bastante heterogêneo e complexo) de organizações e entidades que atuam na interface entre a economia e a promoção do interesse geral. Conforme atentaram Serva & Andion (2006), no âmbito científico, coexistem múltiplas correntes que têm como base ideologias, concepções e conceitos distintos, reflexo, em grande medida, de um campo formado por múltiplos atores, interesses e estratégias, em constante disputa.

No entanto, frente à importância e à magnitude que a ESS vem atingindo, em diversos aspectos, inclusive como instrumento de transformação e inserção social, seja em economias desenvolvidas, seja em economias em vias de desenvolvimento, torna-se relevante e pertinente avançar nos estudos, teóricos e empíricos, referentes a esta problemática.

Do ponto de vista prático, entende-se que a relação dos efeitos positivos da ESS com a sociedade civil dependerá, em grande medida, do desenvolvimento associativo e dos valores intrínsecos à consecução das atividades de suas organizações. É também importante salientar que o desenvolvimento e os êxitos dos movimentos sociais dependerão da capacidade que estes terão para combinar a ação cívica com a criação de infra-estruturas socioeconômicas suscetíveis de fortalecê-los e propiciarem continuidade.

---

[15] Para maiores informações sobre este "segmento", bem como a análise do perfil da economia solidária no país, é interessante ver o "*Atlas da Economia Solidária no Brasil*" (2006), realizado pela SENAES, com base no Sistema de Informações da Economia Solidária – SIES; um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil (http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp). Sobre este tema, vale também destacar o esforço e os trabalhos realizados pela Rede "Unitrabalho", como, por exemplo, a pesquisa "*Significado e Tendências da Economia Solidária no Brasil*", acessível no site: http://www.unitrabalho.org.br, bem como a compilação dos resultados do Relatório *"Avaliação das Políticas de Economia Solidária"* em Araújo & Barbosa da Silva (2005).

Do ponto de vista acadêmico - científico, como mencionado no início, visando contribuir com o avanço desta "espinhosa", porém prazerosa e relevante discussão, no sentido de propor, posteriormente, uma tipologia para a análise do perfil dos ocupados e dos rendimentos neste setor, bem como para entender, com maior profundidade sua dinâmica interna, este trabalho se finaliza com questões, indagações, incertezas, ao invés de sugerir respostas "desesperadas" e temerárias. Dentre as indagações, cita-se uma: quais entidades / organizações podem e devem ser consideradas para contemplar o setor da ESS no Brasil e por quê?

Pretendeu-se, assim, com este artigo estabelecer um "pano de fundo" para situar, com mais clareza, o terreno em que estamos entrando. Acredita-se que, somente com maior claridade é que se poderá avançar, no sentido de definir o papel e a contribuição de todos os atores envolvidos nesta complexa problemática, de determinar legislações específicas e necessárias, de operacionalizar a prática discursiva, de inspirar políticas públicas e privadas, etc. Nesse sentido, entende-se que a possibilidade e a oportunidade de participar em debates, seminários, congressos e discussões sobre o tema, aliada à realização de novas leituras, novos casos práticos e novas experiências, serão de extrema importância para lograr os próximos objetivos pretendidos.

4. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, H.E., BARBOSA DA SILVA, F. *Economia Solidária:* um novo paradigma de política pública? In: IPEA-Mercado de Trabalho, no. 28, setembro de 2005.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE /SENAES, 2006, 60p.

BAREA, José. *Conceptos y agentes de la Economía Social.* CIEIEC-España, no. 8, 1990, p. 109-117.

BAREA, José. *La Economía Social en España*. Economía y Sociología del Trabajo, no. 12, 1991, p. 8-16.

BAREA, José, MONZÓN, José Luis (Dirs.). *Libro Blanco de la Economía Social en España*. Ministerio del Trabajo y Seguridad Social. Madrid 1992.

BAREA, José, MONZÓN, José Luis (Dirs.). *La Economía Social en España en el año 2000*. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, Dirección General de Fomento de la Economía Social y del FSE, CIRIEC – España, 2002.

CARPI, Juan T. *La Economía Social en un mundo en transformación*. CIRIEC – España, no. 25, abril de 1997, p. 83-115.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social:* uma crônica do salário. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

CEPES – ANDALUCIA. *Anuario Estadístico CEPES – ANDALUCÍA*, Ano 5, No. 7, 2006, 63p.

CHAVES, Rafael. *La Economía Social como enfoque metodológico, como objeto de estudio y como disciplina científica*. CIRIEC – España, no. 33, 1998, p. 115-140.

COCHARAN, K. *Why a social economics?* Review of social economics, vol. 37, april, 1979, p. 121-132.

DEFOURNY, J. MONZÓN (Dirs.). *Economía Social: entre economía capitalista y economía pública*. CIRIEC-España, editorial, 1992.

DEFOURNY, J., FAVREAU, L., LAVILLE, J. (Dir). Inserción y nueva economía social, CIRIEC-España. Valéncia: IUDESCOOP, 1997.

DUGGER, W. M. *Social economics*: one perspective. Review of social economics, vol. 35, December, 1977, p. 299-310.

JEANTET, T. *La economía social europea o la tentación de la democracia en todas las cosas*. CIRIEC – España, 2001, p. 34-49.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil.* Estudo realizado em parceria com o IPEA, ABONG e GIFE, 2004, 120p.

LANCE, E. *Políticas públicas para o desenvolvimento econômico solidário do Brasil.* SENAES (www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog-txdiscussao), 2006.

LAVILLE, J.L. et al. (Dir.). *L´économie solidaire, une perspectiva internationale*. Paris: Desclée de Broker, 1994, 79 p.

LEVESQUE, B., JOYAL, A., CHOUINARD, O. *L´autre économie. Une économie alternative*. Québec, Canada: Presses de L´Université de Québec, 1989, 125 p.

LIMA, Ana Luiza Machado. O fenômeno da Economia Solidária: reflexoes em um campo de estudo controverso. In: Revista Integração, no. 25, abril de 2003 (**http://integracao.fgvsp.br/ano10/05/index.htm).**

LIPIETZ, A. *Pour lê tiers secteur*. L´économie social et solidaire: pourquoi et comment?. Paris: Éd. La Découverte/ La Documentación francaise, 2001, 86p.

LISBOA, A M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. In: Dal Ri, Neusa Maria (org). *Economia Solidária:* o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte & Ciência, 1999, p. 55-89.

MONTOLIO, José Maria. *Economía Social: concepto, contenido y significación en España*. CIRIEC – España, no. 42, noviembre, 2002, p. 5-31

MONZÓN, José Luis. La Economía Social: tercer sector de un nuevo escenario. En: DEFOURNY, J. MONZÓN (Dirs.). *Economía Social: entre economía capitalista y economía pública*. CIRIEC-España, 1992, p. 11-16.

MONZÓN, José Luis. Raíces y perspectivas de la Economía Social. En: *Documentación Social*, no. 103, 1996, p. 105-121.

MONZÓN, José Luis. Cooperativas, Economía Social y Globalización. En: *Economía Social y cooperación al desarrollo en Ibero América.* Madrid: MTAS / FIES, 2004, p. 8-27.

MONZÓM, José Luis. *Economía Social y conceptos afines*: fronteras borrosas y ambigüedades conceptuales del tercer sector. CIRIEC- España, no. 56, noviembre de 2006, p. 9-24.

MORAIS, Leandro Pereira. *Economía Social en España y Andalucía*: presente y futuro. Trabajo Final de Master. Sevilla: Facultad de Ciencias del Trabajo, 2007, 94p. (CD ROM).

MORENO, A. S. *Análisis económico del sector no lucrativo*. València: Ed. Tirant lo Blanc, 1996.

MORENO, A. S., CHAVES, R. *Balance y tendencia en la investigación sobre tercer sector no lucrativo.* Especial referencia al caso español. CIRIEC- España, no. 56, noviembre de 2006, p. 87-116.

MYRDAL, G. *El elemento político en el desarrollo de la teoría económica.* Madrid: Gredos Editorial, 1967.

MYRDAL, G. *Objetividad en la investigación científica*, Fondo de Cultura Económica, 1970.

PINHO, Diva. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. São Paulo: CNPQ, vol.1, 1982.

SERVA, M., ANDIÓN, C. A economia social no Brasil: panorama de um campo em construção. In: URALDE, J.M. *La Economia Social em Iberoamérica*: um acercamiento a su realidad. Madrid: MTAS/FUNDIBES, 2006, p. 39-86.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUZA SANTOS (Org.). *Produzir para viver*: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. *A Economia Solidária no Governo Federal*. In: Textos de Discussão IPEA-Mercado de Trabalho, no. 24, agosto de 2004.

TEIXEIRA, T.C., DOMINGO, A. S. La conformación del cooperativismo en Brasil: tendencias y desafíos en el siglo XXI. CIRIEC- España, no. 43, noviembre de 2002, p. 205-226.

TESCH, W. Economía Social en el Brasil: espacio y potencial- el desafío de la constricción de una cultura participativa en una sociedad patrimonialista. En: *Economía Social y cooperación al desarrollo en Ibero América.* Madrid: MTAS / FIES, 2004, p. 60-90.

TOSCANO, Fernando Sanchés. *Informe sobre la Economía Social en Andalucía*, 2002 (CD ROM).

VAINER, C. *Controle Político ou utopia experimental?*. Unitrabalho Informa ano III n.º 10 Janeiro de 2000. http://www.unitrabalho.org.br/boletim/artigos/vainer.htmlVAINER,

COOPERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

*Farid Eid***

*Andréa Eloísa Bueno Pimentel***

*Maico Roris Severino****

*Clarice dos Santos*****

RESUMO

Observa-se que na luta pela terra e pela viabilização da vida no campo, agricultores assentados pela reforma agrária organizam-se em cooperativas e associações que visam ao fortalecimento conjunto de suas ações, buscando dignidade e qualidade de vida para assentados e auxiliar aos que ainda não alcançaram essa condição. Para isso é preciso tornar a terra produtiva, porém sem reproduzir o paradigma capitalista da geração de excedente de capital a qualquer custo.

Este trabalho tem por objetivo mostrar ser possível organizar experiências concretas de agrária e cujos elos estratégicos – produção de matéria-prima, beneficiamento e industrialização, transporte e comercialização direta - estão

---

* Doutor em Economia e Gestão pela *Université de Picardie Jules Verne*, Amiens, França, 1994. Professor Associado do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) desde 1994. A partir de 1996 integra o grupo de assessores e pesquisadores convidados pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) exercendo atividade docente e membro de Bancas Examinadoras em Qualificação e Defesas de Monografia Final dos Cursos de Especialização em Administração de Cooperativas e Técnico em Administração de Cooperativas, desenvolvido pela CONCRAB em parceria com universidades brasileiras. Nos anos 2002 a 2006 coordenou dois projetos de pesquisa financiados pelo MCT e MDA em parceria da UFSCar com a CONCRAB. No ano de 2002, a convite da Direção Nacional do Programa Integrar, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, integrou a Equipe Curricular Nacional na área de Economia Solidária. A partir de 2002, inicia as atividades na Coordenação Nacional do Programa de Economia Solidária da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO). Coordena o Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES/UFSCar/CNPq). farid@power.ufscar.br e farid@w1.com.br

** Graduação em Economia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (2000) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (2004). Atualmente é professora substituta da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Economia e Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, economia solidária, assentamentos de reforma agrária. Pesquisadora do Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES/UFSCar/CNPq). apimentel@fca.unesp.br

*** Graduação em Engenharia de Produção Agroindustrial pela Universidade Federal de São Carlos (2003) e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (2006). Atualmente é professor efetivo da Universidade do Estado de Mato Grosso. Tem experiência na área de Engenharia de Produção, atuando principalmente nos seguintes temas: economia solidária, organização do trabalho, cooperativismo autogestionário, cadeias de produção integradas e planejamento e controle da produção. Pesquisador do Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES/UFSCar/CNPq). maico@dep.ufscar.br

**** Doutoranda em sociología rural pela Universidad de Salamanca, Espanha. dianprabha@hotmail.com

sob controle de famílias cooperadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Estas cooperativas existem a mais de dez anos na Região Sul do Brasil e servem como experiência para outros grupos de trabalhadores rurais do país, apesar de todas as dificuldades e desafios decorrentes do modo de produção capitalista e da busca pela construção contínua do trabalho coletivo e auto-gestionário, do fortalecimento da democracia interna e articulação com os movimentos sociais e instituições de apoio à Economia Solidária.

Palavras-chave: cooperação; cadeias produtivas solidárias; qualificação; MST.

1. Apresentação

Estudos sobre cadeias produtivas na agricultura brasileira, em geral, estão relacionados a poucas commodities tais como, soja, café, açúcar e álcool, laranja e carne bovina. Discute-se cada vez mais a relevância da coordenação desses grandes sistemas agroalimentares e formas para se reduzir custos de transação entre os agentes das cadeias.

Tal estrutura decorre do modelo de crescimento econômico imposto ao país, nos anos de 1960/70, cujo sistema creditício e os demais instrumentos de política agrícola foram direcionados para tais culturas produzidas, predominantemente, por grandes propriedades localizadas nas regiões sul e sudeste do Brasil. Este processo de transferência de recursos públicos, caracterizando e reforçando uma economia de renda (EID, 1994) intensificou a concentração de terras, de renda e de poder nas mãos de grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Todavia, maior controle na aplicação dos recursos públicos nos anos de 1980 e 1990 fez com que, por um lado, procurassem novas ferramentas de gestão visando reduzir custos e ganhar competitividade, sinalizando uma passagem gradual de uma economia de renda, para uma economia de risco característica da economia capitalista (EID, 1994). Como conseqüência, verifica-se na atualidade intensiva adoção de novas tecnologias e mudanças organizacionais que elevam a produtividade do trabalho, da lavoura e melhoram a qualidade dos produtos.

Ao mesmo tempo, a indústria fornecedora de insumos, exercendo forte papel estratégico dentro dos sistemas agroindustriais, passou a oferecer não apenas fertilizantes, defensivos, sementes, rações, produtos veterinários, dentre outros; mas também um conjunto de atividades de prestação de serviços como crédito, comercialização, gestão de risco, etc. O mesmo passou a ser feito por diversas indústrias agroalimentares.

Para estes produtores rurais, tal junção de serviços pode trazer benefícios como ganho tecnológico, redução de custos e aumento da produtividade. Porém, em muitos casos, leva a reprodução das relações históricas de dependência e subordinação do trabalhador.

Dentro desse contexto, tais mudanças foram responsáveis por superávits históricos na balança comercial brasileira, colocando o país como grande exportador de commodities na atualidade. Destarte, a opção de crescimento econômico feito nos anos de 1960 fez acelerar a expulsão de milhares de trabalhadores no campo. Isso ocasionou e ainda acarreta graves conflitos pela posse de terras, com ênfase para os anos de 1990, quando se intensificaram as ações dos movimentos sociais no campo, com destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

Observa-se que na luta pela terra e pela viabilização da vida no campo, agricultores assentados organizam-se em cooperativas e associações que visam ao fortalecimento conjunto de suas ações, buscando dignidade e qualidade de vida para assentados e auxiliar aos que ainda não alcançaram essa condição. Para isso é preciso tornar a terra produtiva, porém sem reproduzir o paradigma capitalista da geração de excedente de capital a qualquer custo. Carvalho (2002) analisa que a valorização da vida, a proteção à saúde e ao meio ambiente, a luta contra o capital monopolista e pela alteração do atual modelo econômico, devem ser valores utilizados para a construção de comunidades de resistência e superação. Tais valores também podem ser utilizados para distinguir a natureza da oferta dos produtos da pequena agricultura familiar, em comparação à oferta das propriedades capitalistas, que produzem a custos mais baixos. Como afirma Eid (2002), é imperativo fazer o contraponto com o pensamento liberal que traduz a viabilidade somente do ponto de vista econômico-financeiro, através da relação custo/benefício.

Portanto, inserir-se no mercado parece ser inevitável para a viabilização da produção da propriedade rural advinda da reforma agrária, seja ela coletiva ou individual. Todavia, a construção da viabilidade deve trabalhar com o planejamento da demanda para curto, médio e longo prazos e passa necessariamente pela articulação nos e com os movimentos sociais em nível local, regional, nacional e internacional (EID, 2002).

É neste sentido que inicia-se, a partir de meados dos anos de 1990, experiências de formação de pequenas cadeias produtivas solidárias, cujos elos estratégicos estão sob controle de famílias organizadas em cooperativas de produção e de prestação de serviços, implantadas em assentamentos de reforma agrária, ligados ao MST buscando gradativamente legitimar suas ações perante a sociedade.

Este trabalho tem por objetivo analisar, a partir da pesquisa teórica e de experiências concretas existentes em alguns estados do Brasil, a importância e o funcionamento de algumas cadeias produtivas solidárias e a contribuição destas para a melhoria na qualidade de vidas das famílias assentadas.

2. Cooperação no MST

No início deste século, o MST atua em 23 estados brasileiros, organizando cerca de 1,5 milhão de pessoas, com mais de 350 mil famílias assentadas e aproximadamente 100 mil vivendo em acampamentos. Esta organização encontra-se estruturada em setores. O Setor de Educação desenvolve pedagogia própria para escolas do campo em cerca de 1500 escolas públicas de assentamentos, com cerca de 150 mil crianças e 3500 professores pagos pela rede municipal e estadual; ainda, aproximadamente 25 mil jovens estão sendo alfabetizados, e várias universidades brasileiras formaram parcerias para contribuir na formação de professores, engenheiros, advogados e administradores, entre outras profissões, visando à melhoria da assistência aos assentados. Quanto ao Setor de Comunicação, coordena as atividades do Jornal Sem Terra e acompanha a formação de repórteres populares, programas de rádio e rádio comunitária em assentamentos, divulgação de informações, notícias na página da Internet e via e-mail para diversas organizações e grupos de apoio em nível nacional e internacional. O Setor de Direitos Humanos articula uma rede nacional com 60 advogados que trabalham de forma voluntária, em processos que envolvem prisões, assassinatos e outras questões relacionadas com a defesa da Reforma Agrária. O Setor de Relações Internacionais coordena as atividades internacionais, principalmente em fóruns como a Via Camponesa que agrega 80 organizações camponesas dos 5 continentes (MORISSAWA, 2001; EID & PIMENTEL, 2000). O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, presente em cerca de 700 municípios brasileiros, conta com aproximadamente 400 associações de produção, comercialização e serviços, 49 cooperativas de produção agropecuária (2300 famílias), 32 cooperativas de prestação de serviços (11 mil sócios), 2 cooperativas regionais de comercialização, 2 cooperativas de crédito (6 mil sócios) e 96 agroindústrias processadoras de frutas, leite, grãos, café, carnes, doces e cana-de-açúcar. Este setor conta com centenas de técnicos, recebe apoio do Programa de Acompanhamento das Empresas Sociais (PAES) vinculado a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), desenvolve parcerias com diversas universidades de todas as regiões do país e atua na perspectiva do desenvolvimento e implantação de um novo modelo tecnológico, com valores agroecológicos e sustentáveis.

A eficácia que se busca é o resultado da conjugação de interesses e motivações dos membros. As experiências estão sendo vistas como embriões de novas formas de produção e organização do trabalho e do mercado, revigoradoras de setores populares excluídos e instrumentos de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais.

No meio rural, é comum o desenvolvimento de formas mais embrionárias de cooperação, tais como os mutirões, as trocas de dias de serviço, as roças comunitárias. Essas formas de cooperação vêm dos tempos da colonização até os dias atuais (Vazzoler, 2004). A cooperação autogestionária, através da propriedade conjunta dos meios de produção e o compartilhamento do processo decisório, tem sido a forma associativa mais utilizada pelo MST na luta pela terra e viabilização da vida no campo. De acordo com Eid e Pimentel (2000), o cooperativismo, para assentados do MST, é entendido como um dos caminhos para a emancipação humana. Busca-se o desenvolvimento organizacional, através da motivação coletiva para o trabalho voluntário e remunerado. Há compromisso e disciplina pessoal de seus membros com o cumprimento dos objetivos sociais. Na definição das estratégias de crescimento econômico, a busca pelas sobras líquidas não é a referência principal, mas sim o desenvolvimento do ser humano, através do resgate e ampliação da dignidade e da cidadania. Esses empreendimentos econômicos têm gerado emprego, renda e impostos que beneficiam indiretamente cerca de 700 municípios do interior do Brasil (VILLELA e WILKINSON, 2002).

No entanto, atualmente, boa parte da produção dos assentados da reforma agrária estudados é escoada via “atravessador”, o que reduz o fruto da comercialização dos produtos – geralmente matérias-primas e produtos *in natura* com baixo valor agregado percebido. Essa exploração, que transfere “para fora da porteira” uma parte da riqueza que poderia ser mantida dentro dos assentamentos e em seu benefício, pode ser reduzida com a utilização de ferramentas de gestão adaptadas a realidades destes empreendimentos.

Moradia do assentamento

Comercialização com feira

Formação

Ética

Produção

Óvos Ecológicos

Sementes ecológicas

Loja: venda direta

3. Instrumentos de gestão em cooperativas de reforma agrária do MST

Primeiramente, para não incorrer em erro de dimensionamento do tamanho de cada unidade produtiva e do número de cooperados, trabalhadores que serão futuros cooperados, gradativamente, percebem que é necessário um estudo de mercado e análise da viabilidade social e econômica do projeto de criação de uma cooperativa, por exemplo de produção.

O estudo pode indicar tipos de produtos que possuem demanda no mercado – padrões e diferenciados - o preço possível de ser obtido, a tecnologia adequada de produção, a escala mínima viável para a unidade de produção, entre outras. A análise de viabilidade do projeto se faz necessária para dimensionar corretamente as obras e a infra-estrutura, o arranjo físico, a projeção do fluxo dos processos produtivos, verificar as exigências legais e normas ligadas aos serviços de inspeção sanitária e os equipamentos necessários ao processo produtivo, além dos postos de trabalho e as qualificações necessárias. Com informações qualificadas, uma cooperativa pode passar a planejar suas ações e inversões de maneira mais segura, definindo-se com menor grau de incerteza, postos de trabalho, requisitos de qualificação, número de cooperados necessários, entretanto, adequados a cada realidade e sem deixar de levar em consideração o tempo para lazer, cultura, educação e outras atividades.

Numa perspectiva de viabilidade, faz-se necessário buscar permanente ganho de produtividade e qualidade. Para isso, existe a preocupação com a formação contínua de quadros técnicos. Além disso, considera-se necessário que os dirigentes tenham algum tipo de experiência administrativa. No entanto, devido a baixa escolaridade dos associados, são poucos os que possuem experiência e qualificação na área de gestão de uma pequena propriedade (Christoffoli, 1998).

Face a isso, a CONCRAB criou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), instalado no município de Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Esse centro de formação e capacitação técnica promove, entre outros cursos, o curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) e as Oficinas de Capacitação Técnica em Agroindustrialização, que visam qualificar assentados.

Dentre os métodos de capacitação massiva utilizados pela CONCRAB, destacam-se os Laboratórios Organizacionais (LO), que buscam formar quadros organizadores de empresas associativas e os LO de Cursos, os quais visam a capacitação em algumas áreas técnicas específicas. Nos cursos de Formação Integrada com a Produção, os participantes conjugam trabalho no lote individual ou coletivo com o aprendizado de técnicas agropecuárias e noções organizativas (Concrab, 1996)

O MST considera que a evolução de uma CPA se dá através de três etapas, não necessariamente seqüenciais e com coexistência de mais de uma etapa: a) produção agrícola para subsistência; b) comércio de excedente; c) agroindústria.

A contínua preocupação com a capacitação técnica dos cooperados tem levado a buscar parcerias com algumas universidades brasileiras para o desenvolvimento de cursos de especialização superior em gestão de cooperativas.

Para esta organização, perseguir um mercado alternativo parece estratégico para sobrevivência e crescimento, tendo as seguintes características: popular, local/regional; ideológico/propaganda da reforma agrária; de comercialização direta entre os trabalhadores. De fato, conforme estudo de Kunz (1999), a experiência na criação de canais próprios de aquisição de matéria-prima básica para unidades de beneficiamento de erva-mate por cooperativas dos três estados da Região Sul, através de relações de inter-cooperação, mostra

que esse pode ser um importante caminho a ser desenvolvido, a inter-cooperação por ramo de atividades. Buscar novos mercados para produtos de maior valor agregado pela via da diferenciação de produtos, através do uso da marca registrada ‘‘Produtos da Terra’’, ou pela via de preços menores, parecem ser alternativas interessantes. No Estado do Rio Grande do Sul, a Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (COOPERAL), desenvolveu sementes agroecológicas BIONATUR, onde não foram usados agrotóxicos ou qualquer substância tóxica ou agressiva ao homem ou à natureza no seu cultivo, pós colheita ou em seu enlatamento.

Observa-se, uma preocupação crescente no desenvolvimento da agro-ecologia enquanto uma alternativa em relação à agricultura tradicional, advinda da chamada revolução verde, que utiliza agrotóxicos ou a transgenia. Estudo desenvolvido por Cadore (1999), analisa a viabilidade da produção de arroz agro-ecológico pela cooperativa COOPAN, no estado do Rio Grande do Sul.

Outra estratégia é a diversificação da produção. As cooperativas não apenas podem elevar seus rendimentos, garantir um fluxo de caixa com receitas ao longo do ano, garantir renda nos períodos de flutuações na demanda ou por perda da colheita e tendem a reduzir a mão-de-obra ociosa nos assentamentos. Porém, a diversificação intensiva, no atual estágio de desenvolvimento das cooperativas, pode acarretar perda de foco do negócio.

Nesse sentido, a adoção de algumas normas técnicas de produção vem sendo introduzidas gradativamente no processo produtivo e administrativo (Christoffoli, 1998), ao mesmo tempo, em que se percebe pelos depoimentos de dirigentes do MST, da CONCRAB e de diversas cooperativas, uma preocupação pelo desenvolvimento do cooperativismo autêntico no interior da organização, sem ter de se reproduzir a organização taylorista do trabalho, centralizadora e excludente.

De fato, para alcançar a eficácia nas decisões tomadas, além do acerto na tomada de decisão, necessário se ter a adesão de todos que vão executá-la. No entanto, um dos maiores desafios para os empreendimentos autogestionários é o de encontrar mecanismos de poder e de decisão que sejam equilibrados atendendo às exigências essenciais da democracia e da eficácia organizacional (Christoffoli, 1998; Eid e Pimentel, 2000). Para garantir esse equilíbrio, os dirigentes da CONCRAB entendem que a formação e a capacitação deve ser continuamente desenvolvida entre os cooperados, em todos os níveis hierárquicos - dirigentes, coordenadores e base (Gonçalves, 1999: 97).

Observa-se que normalmente ocorre uma forte possibilidade de diluição de responsabilidades dos cooperados na gestão e no trabalho da cooperativa. Onde acontece, pode ocorrer que não se estabelece a responsabilidade de quem atua com desleixo ou ineficiência no processo produtivo e no gerenciamento, assim como também não ocorre o reconhecimento e estímulo aos que desempenham sua função de forma a cumprir ou superar as expectativas. Christoffoli conclui em sua análise que há necessidade de se definir claramente as atribuições e níveis de autoridade e responsabilidade dos coordenadores e das instâncias de base.

Caso isso não ocorra, os coordenadores podem não se sentir respaldados em assumir o ônus das decisões operacionais que lhe caberia. O efeito disso pode ser a morosidade na tomada de decisões, afrouxamento no ritmo e na produtividade do trabalho e dissolução da hierarquia funcional. Com relação à jornada diária de trabalho, geralmente estabelece-se um horário mínimo de trabalho que cada associado deve cumprir, geralmente de 8 horas. A jornada varia conforme as demandas das atividades da cooperativa.

Como as cooperativas de produção trabalham principalmente com atividades agropecuárias ocorre, em alguns casos, um desbalanceamento entre o potencial disponível de trabalhadores e a necessidade concreta de trabalho.

Há necessidade de se organizar o trabalho de modo a haver a melhor utilização possível da mão-de-obra. A distribuição das sobras, em geral, se dá por horas ou dias trabalhados. No entanto, pode ocorrer que nos coletivos novos passa-se um período de tempo em que a cooperativa não tenha condições de gerar receitas para distribuir aos sócios. Com isso, pode haver desistência por parte de algumas famílias, uma das principais causas que levam cooperados à se desligarem de cooperativas, conforme estudo desenvolvido por Gumieiro (1999). Por outro lado, a noção de valor de troca dos bens, equipamentos, ferramentas, animais, instalações fica clara somente quando o cooperado toma contato direto com o mercado, através da venda ou troca de um produto por outro, o que nem sempre é o caso (Eid, Scopinho & Pimentel, 1998).

4. Economia Solidária: para além da reprodução simples

Ao fazermos o resgate histórico das experiências solidárias e autogestionárias verificamos que na história do capitalismo sempre existiram movimentos sociais dos trabalhadores, organizados ou espontâneos, com caráter de resistência aos modelos de concentração da terra, renda e poder. Todavia, estas experiências têm sido marcadas pelo isolamento, existência efêmera e servem notadamente como espaços de sociabilidade e com pouca repercussão para a gestação de uma economia do trabalho que pretenda se tornar uma alternativa concreta ao modo de produção capitalista (GAIGER, 2004).

Na atualidade, o fomento à geração de trabalho e renda para beneficiar pessoas pobres e marginalizadas é indispensável, porém o sucesso dessas iniciativas implica a capacidade de mobilizar, motivar e envolver as pessoas para a gestão eficiente das associações e cooperativas solidárias. Na Economia Solidária (SINGER, 1999) o trabalho sendo o elemento central, tem a pretensão de se transformar em uma Economia do Trabalho. Para isso, é essencial que a racionalidade técnica sempre esteja a serviço da racionalidade social, fundamentada na cooperação. A manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade maior do que a acumulação, a qual deve estar subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores. A formação efetiva dos associados e o desenvolvimento sustentável do empreendimento só são possíveis a partir de uma metodologia de incubação específica para essas iniciativas econômicas (EID, 2005).

Se desde os primeiros anos de atividade econômica pretende-se assegurar condições mínimas à (re) conquista da dignidade e da subsistência, supõe-se que no decorrer dos anos, com o processo de maturação dos investimentos e da coesão social, os impactos sejam maiores na qualidade de vida das famílias associadas e em seu entorno econômico, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento das localidades urbanas e rurais. Isto significa ultrapassar a noção restrita de economia popular orientada, em sua grande maioria para a reprodução simples, através da satisfação do consumo básico e da sobrevivência, garantindo para as famílias associadas apenas a reprodução imediata das condições materiais de vida.

No campo restrito da economia popular se vêem limitadas a um circuito onde pessoas pobres produzem e vendem ou prestam serviços para outras pessoas pobres. Demonstram, via de regra, pouca ou nenhuma capacidade de articulação externa, em termos de construção de redes com empreendimentos solidários ou na obtenção de apoio, parcerias e reconhecimento junto às instituições públicas. Pode-se concluir que estas experiências estariam restritas a uma dimensão comunitária com reduzido impacto nas questões sociais e econômicas mais gerais.

Por outro lado, a Economia Solidária surge e se desenvolve articulando-se com uma economia popular e solidária, entretanto isso não significa que deva ser interpretada como uma economia dos pobres. Sua trajetória histórica será a de buscar superar as suas dificuldades iniciais e estar orientada para a reprodução ampliada das condições de vida em sociedade, o que significa reconhecer que tais iniciativas reivindicam também por direitos, ou seja, ampliam o campo de atuação, com ações sobre um espaço público (GENAUTO & LAVILLE, 2004).

O alcance da Economia Solidária, como ser de um setor econômico dinâmico e estratégico, efetivo gerador de trabalho e renda, segurança humana e bem-estar. Para isso, depende fundamentalmente do impulso continuado àquelas iniciativas e da qualificação dos seus sujeitos e demais agentes envolvidos. Essa dupla linha de ação pode trazer importantes efeitos demonstrativos ao transformar as pessoas e suas expectativas, criar condições para o desenvolvimento sustentado dos empreendimentos econômicos solidários, com base no potencial produtivo da cooperação e numa visão de responsabilidade social e solidária com a população e meio-ambiente.

5. Cadeias produtivas solidárias ou tradicionais?

Os empreendimentos solidários para sobreviverem se vêem obrigados a lidarem com o mercado, compreendendo-o enquanto um procedimento de trocas, na base de diferenças recíprocas, complementares e que estão marcados historicamente, pelo menos de forma predominante, na utilidade dos bens trocados. Interpretam que não são as pessoas que são trocadas, mas os bens são trocados, conforme interesses de cada uma das partes. Se o mercado pode também ser um ambiente propício à economia solidária, este deve ser modelado, perdendo suas feições predominantes atualmente. Pode-se partir do pressuposto, que os procedimentos de trocas, as relações podem ter uma soma positiva, que as partes podem ganhar. Não se trata de tirar de um para dar para outro, mas estabelecer-se um sistema de relações econômicas e sociais que permitam ganhos a ambos. Pode-se encontrar em empreendimentos solidários elementos internos de uma outra lógica que os torna objetivamente propensos a praticarem um outro tipo de relação de troca.

Cabe aqui uma questão: como passar de uma economia popular onde há empreendimentos solidários relativamente isolados, praticando solidarismo nas suas relações internas, para um solidarismo horizontal onde, se possa criar e desenvolver um conjunto de práticas que inter-relacionam essas iniciativas? Ir além da economia popular pressupõe pensar que o desenvolvimento auto-sustentável das comunidades pode significar inicialmente buscar planejar a integração de cada cadeia produtiva solidária (MANCE, 2003), estratégica para aumentar seu impacto no desenvolvimento local, endógeno e comunitário buscando ampliar o capital social. Para isso, é estratégico que ocorra um processo de mobilização dos recursos, das potencialidades e dos agentes dos arranjos produtivos locais, criando oportunidades de trabalho e renda, superando gradativamente as dificuldades para melhoria nas condições e relações de trabalho de toda uma população local.

Segundo Mance (2003: 26-27), pode estar em processo de formação sistemas de Redes de Economia Solidária que integram organizações solidárias de crédito, produção, consumo, comércio e serviços que passam a analisar as melhores estratégias de expansão, chegando algumas a sinalizar sobre a necessidade da remontagem de cadeias produtivas. “A idéia básica dessa remontagem consiste em substituir fornecedores de insumos que operam sob a lógica do capital por fornecedores que operam sob a lógica da economia solidária.” O objetivo é alcançar a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Ao contrário, se a estratégia for priorizar, desde o início, o mercado externo convencional significaria, na grande maioria das situações concretas, integrar os empreendimentos solidários em cadeias produtivas controladas por grupos econômicos oligopolistas, geralmente transnacionais. Ao coordenarem estas cadeias, determinam o ritmo da acumulação de capital, subordinam os empreendimentos solidários ao seu controle, e a dinâmica do processo e o controle social passa a ser dado pelas primeiras. Pode-se pensar na reprodução dos processos históricos de integração entre diferentes produtores, muito comum nas relações campesinato e empresário rural.

6. Análise sobre a experiência da COPAVI (Paraná, Brasil)

6.1 Histórico

O assentamento Santa Maria com aproximadamente 250 ha está localizado a 500 metros de distância da cidade de Paranacity/PR, à aproximadamente 403 Km da capital Curitiba e à 80 Km de Maringá/PR, no noroeste do estado do Paraná. A vegetação na área de preservação ambiental é de floresta tropical perenifólia, apresentando as seguintes espécies: peroba, pau d'alho, canela, guajuvira, figueira branca, entre outras (MOURA, 2005).

O INCRA concedeu a emissão de posse para 25 famílias ligadas ao MST para serem assentadas. Considerando que 5 desistiram, foi revindicado ao INCRA, e concedida, a redução da capacidade do assentamento para 20 famílias.

A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória LTDA (COPAVI), fundada em 10 de julho de 1993, é vinculada à CONCRAB por meio da Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR) e segue as orientações do MST nas suas linhas políticas, princípios e símbolos definidos em nível nacional, estadual e regional.

Em seus aspectos infra-estruturais, os assentados transformaram a área que em 1993 era praticamente coberta com cultura de cana-de-açúcar, em um lugar de moradia, lazer e geração de trabalho e renda. As moradias foram construídas em forma de agrovila, havendo em todas as casas energia elétrica e água encanada. Em 2005, devido a uma linha de financiamento conseguida pela cooperativa apenas duas casas eram de madeira e as dezenove demais eram de alvenaria.

Em 2003, a COPAVI era constituída por vinte e uma famílias, sendo trinta e sete cooperados, que trabalham em conjunto com mais sete adolescentes, perfazendo um total de quarenta e quatro trabalhadores. E ainda dezessete crianças menores de quatorze anos que não trabalham, dedicando-se integralmente aos estudos. Já em 2005, a cooperativa era constituída pelas mesmas vinte e uma famílias e os mesmos trinta e sete cooperados, porém com apenas cinco adolescentes. Neste período, pela necessidade de força de trabalho para a realização das atividades produtivas foram contratados seis trabalhadores, perfazendo um total de quarenta e oito trabalhadores. E ainda um número de dezoito crianças (SEVERINO, 2006).

Como estratégia de otimizar o tempo do intervalo do almoço, de permitir maior socialização entre os trabalhadores e ter um local para a realização das assembléias e festividades, a cooperativa possui 1 refeitório comunitário onde são servidos de segunda a sexta uma média de 110 refeições. Quanto às benfeitorias instaladas na cooperativa pode-se destacar, além das casas e do refeitório, a existência de 2 escritórios, 1 parque de diversão, 1 barracão para estocagem de insumos, produtos acabados, máquinas e equipamentos, 1 secador solar, 1 usina-engenho, 1 curral, 1 chiqueiro, 1 granja, 1 lacticínio, 1 viveiro de hortaliças, 1 viveiro de mudas de plantas nativas da região para reflorestamento e 1 abatedouro.

Destaca-se que teoricamente o número de associados, adolescentes e crianças deveria aumentar devido ao envelhecimento das pessoas e ao aumento da natalidade. Mas observou-se que todos os integrantes que em 2003 eram adolescentes (seis membros), ao concluírem o ensino médio, foram licenciados temporariamente da cooperativa para realizarem seus estudos do ensino superior ou técnico em outras cidades. Ressalta-se que apenas um desses jovens estudantes realiza o curso de ensino superior normal, os demais participam de convênios das universidades com o MST, através dos cursos do TAC e cursos de graduação especial modular para assentados – com três meses de curso (nos períodos não letivos das universidades) e três meses de comunidade (no assentamento). A educação é uma constante preocupação no assentamento, fato que justifica as crianças até quatorze anos dedicarem-se integralmente aos estudos, os adolescentes de quinze a vinte e um anos trabalharem meio período, os jovens serem licenciados para realização de cursos técnicos ou de nível superior e todos os adultos que não haviam concluído o ensino médio terem realizado e concluído o supletivo até 2005.

A renda das famílias da COPAVI é distribuída através do cálculo da somatória das horas trabalhadas dos membros de cada família, multiplicada pelo valor da hora/cooperado definida em assembléia. Uma família (casal mais dois adolescentes) consegue obter em média uma renda monetária de seiscentos reais (R$ 600,00) mensais, trabalhando aproximadamente 26 dias no mês. Aparentemente esta renda é baixa comparando-se ao salário mínimo pago para trabalhadores no Brasil. No entanto a maior renda conquistada pelo trabalhador na cooperativa é não monetária. Pode-se classificar como renda não monetária: o consumo de energia elétrica, água, transporte e café da manhã é por encargo da COPAVI; o almoço é realizado no restaurante comunitário, onde as refeições são pesadas e os valores dos pesos são descontados da renda familiar, e o acesso gratuito aos produtos da cooperativa (queijo, leite, carne, ovos, verduras, melado, açúcar, frutas entre outros). Desta forma, verifica-se que o consumo básico de cada família é custeado pela cooperativa, sendo a renda monetária destinada para melhoramentos nas infra-estruturas de moradia, saúde e gastos individuais dos membros.

Quanto aos objetivos da COPAVI, encontram-se expressos no Regimento Interno: a) Ser uma cooperativa de produção, comercialização e industrialização, em vista de organizar o trabalho de seus sócios; b) Liberar mão-de-obra para contribuir no MST e seus setores de organização; c) Ser uma organização social de reivindicação e de luta em favor da reforma agrária e do interesse de seu quadro social; d) Dar exemplo através dos resultados econômicos e sociais de que ‘a reforma agrária dá certo; e) Buscar a especialização da mão-de-obra; f) Garantir a participação nas decisões, execução e controle e divisão das sobras através da gestão democrática. Desta forma, espera-se que a COPAVI, enquanto CPA, atinja a eficiência econômica e seja um instrumento de luta política. Para atingir estes fins a cooperativa é organizada com base nas exigências da legislação de cooperativas vigentes no país e as necessidades apontadas no planejamento anual. Esses dois elementos definem a estrutura organizacional da cooperativa. A estrutura organizacional da COPAVI em 2003 era: a Assembléia Geral, a Diretoria, o Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo. O último é formado pelos Coordenadores dos Setores e Coordenadores dos Núcleos de Famílias, e responsável por encaminhar e decidir sobre as atividades a serem realizadas.

Os sócios – trabalhadores da cooperativa em 2003 estavam divididos nos seguintes setores: horticultura e reflorestamento, canavieiro, pecuária leiteira, bananicultura, pecuária de corte (avicultura, suinocultura e piscicultura) e apoio (administrativo, comunicação, comercialização e *serviços*). Destes setores estima-se que 15% da produção era destinada pro autoconsumo, 65% destinada para os consumidores locais (Paranacity/PR) e 20% para os demais mercados. Este diferença de percentual é justificada pelo preço baixo dos produtos,

pelos principais produtos serem altamente perecíveis e pelos canais de distribuição ineficientes nos demais mercados. Os produtos produzidos pela cooperativa em 2003 eram: açúcar mascavo, rapadura, melado, leite pasteurizado, queijo, iogurte, doce de leite, banana-passa, hortaliças, madeira e pão. Na comercialização além dos produtos da COPAVI havia a comercialização de outros produtos de assentamentos do MST.

6.2. Sobre a cadeia produtiva do leite na COPAVI

O setor de pecuária leiteira é considerado pelos membros da cooperativa como a cadeia produtiva de sustentação da COPAVI. As atividades relacionadas a este setor iniciaram-se no período de acampamento em 1992. No período havia dois animais para fornecimento de leite para a nutrição das crianças. No período entre 1993 e 1995 a atividade era vista como uma atividade de subsistência, apenas com a comercialização de alguns animais por alguns membros da cooperativa de modo individual. Vislumbrando a atividade como uma atividade produtiva rentável em 1995, via decisão votada em assembléia, houve o investimento na infra-estrutura de um laticínio e na compra de algumas cabeças de gado. Para o desenvolvimento das atividades deste setor no período de 1995 a 2003, era destinado aproximadamente 117 ha da área total. A produção bovina utilizava o método semi-extensivo de manejo, no qual os animais permanecem no pasto durante a maior parte do dia. Considerando as características não favoráveis do solo e clima tinha-se dificuldades para a alimentação bovina, assim sendo os mesmos eram confinados 3 vezes ao dia no verão, e ainda, durante o período de seca os animais eram criados no sistema intensivo de confinamento total. Para a alimentação no sistema intensivo utilizava-se uma ração preparada com milho e farelo de soja, e eventualmente utilizava-se silagem de sorgo, numa produção anual de 600 toneladas do produto ensilado. A reprodução era feita através de inseminação artificial pelos próprios cooperados e ainda a cooperativa contava com acompanhamento veterinário mensal. O manejo desses animais era realizado por 5 trabalhadores. O rebanho da cooperativa era composto de 69 cabeças de gado leiteiro, sendo 48 ordenhadas, 5 bezerros, 7 animais de 5 a 6 meses e 9 recém-nascidos. As cabeças de gado, desde a implementação do laticínio, são ordenhadas por sistema mecânico (6 ordenhadeiras e 3 medidores) possibilitando uma produção média de 700 litros diários de leite, destinados para o laticínio da cooperativa.

A partir de 2002 iniciou-se a discussão da implementação do método de Pastoreio Racional Voisin (PRV). Esta discussão surgiu a partir da necessidade de diminuir o alto custo da alimentação por silagem, a necessidade de diminuir mão-de-obra utilizada na atividade e principalmente para tornar uma produção pecuária orgânica.

A princípio, a adoção do PRV, permite alcançar, entre outras, as seguintes vantagens, em comparação ao tradicional sistema de pastoreio contínuo: a) Aumento da produtividade da pastagem; b) Melhoria da qualidade das pastagens, tornando desnecessárias as reformas; c) Maior facilidade de manejo; d) Maior economia em suplementos e medicamentos; d) Maior facilidade para produção da "Carne Ecológica" e "Leite Ecológico"; e) Mais gado e maior rentabilidade por unidade de área. O método PRV constitui-se numa tecnologia de processo que atende as melhores exigências para o crescimento e desenvolvimento das pastagens e atendimento das necessidades dos animais em pastoreio. Através dos tempos de repouso concedidos aos piquetes, proporciona-se às plantas todas as condições para que possam crescer sem interrupções ou agressões, até que atinjam um novo ponto de corte.

Na COPAVI, os animais, duas vezes por dia, todos os dias, saem de uma parcela semi-pastoreada, de odor desagradável, na qual depositaram seus excrementos, e vão para uma nova, de pasto fresco e odor agradável. Esse manejo diário é o mais poderoso indutor de consumo de pasto verde nos sistemas rotativos de utilização de pastagens, além de todos os

benefícios ecológicos. Em cada piquete há uma ampla disponibilidade de água, sal e sombra com bebedouros e árvores entre piquetes, para que o pasto seja colhido diretamente pelo animal. Criadas as condições para tal, o próprio bovino colhe a sua comida e distribui de forma uniforme seus excrementos sobre o solo, fertilizando-o sem o uso de adubos solúveis formulados e poupando mão-de-obra. Para o manejo do PRV em 2005 eram utilizados 6 trabalhadores e 1 adolescente. Devido à intensa incidência de luz solar na região da COPAVI permite o acelerado crescimento dos vegetais através da fotossíntese, com isso é possível manter os animais permanentemente em regime de pastoreio. Para este manejo, houve a necessidade de uma nova divisão da área através por meio de piquetes (divididos por cerca elétrica).

Outro quesito importante do PRV é o constante acompanhamento do desenvolvimento do gado e da pastagem por veterinário e agrônomo. No mesmo período da transição do manejo, a COPAVI cedeu um espaço para secretaria estadual de agricultura do Paraná para a instalação de um escritório regional, possibilitando assistência diária de agrônomos e veterinários. A partir disto, houve todo o mapeamento e planejamento de ocupação dos piquetes, e também o fichamento de todas as cabeças de gado com registro de inseminação, cria e produtividade de leite. Nesta mudança de prática de manejo houve a necessidade da substituição dos animais da raça holandesa, para animais de porte mais rústico para sobrevivência e produtividade nas novas condições. Desta forma iniciou o processo de inseminação com sêmen de animais da raça girolanda em animais da raça holandesa para a adequação da raça ao manejo.

Em 2005 a COPAVI contava com um plantel de 145 cabeças de gado, sendo aproximadamente 13 bezerros, 20 descartes, 60 repasses e 48 cabeças leiteiras. Quando realizada a segunda fase da pesquisa de campo, e por estar em fase de transição do manejo semi-extensivo para o Voisin, verificou-se uma diminuição da produtividade, mas por outro lado diminuição de custo e aumento da qualidade. Estima-se que haverá maior produtividade deste método quando houver toda mudança da raça dos animais e estes estiverem adaptados às condições do manejo PRV.

Além das atividades de manejo do gado, neste setor há atividades relacionadas ao laticínio, onde a COPAVI conta desde 1995 com uma infra-estrutura de caixa d'água, depósito, caixa de depósito, pasteurizador e embaladeira, utilizados na produção de leite pasteurizado, iogurte, doce de leite e queijo. A mão-de-obra do laticínio é de dois trabalhadores fixos e um adolescente. A principal produção do laticínio é de leite pasteurizado, com aproximadamente 500 litros diários, com validade de três dias. A cooperativa desenvolve com os estabelecimentos comerciais o sistema de devolução das unidades de litro de leite não comercializadas até o prazo de validade. Estes litros devolvidos, mais uma parcela da produção diária são utilizados para a produção de iogurte, doce de leite ou queijo. Para a produção de iogurte são utilizados leite em pó e flavorizantes, produzindo em média 100 litros de iogurte por dia. Semanalmente são produzidos 65 kg de doce de leite, comercializados em embalagens plásticas de 480 gramas. Para esta produção utiliza-se além do leite, açúcar e bicarbonato. O excedente do leite é utilizado na produção de queijo para consumo dos cooperados.

Os principais consumidores do leite da COPAVI são as creches e escolas dos municípios próximos ao assentamento, os estabelecimentos comerciais locais e principalmente os consumidores de venda direta cadastrados na cooperativa. Para o setor do laticínio o Grupo de Estudo da COPAVI busca uma estratégia focada na tecnologia de processamento, gestão, garantia e controle de qualidade. Com esta estratégia busca-se o certificado de inspeção sanitária estadual e/ou federal para o leite pasteurizado, a certificação para o iogurte e doce de leite, e ainda como estratégia de diferenciação efetivação da implementação do PRV para certificação do leite orgânico.

Da mesma modo que no setor de horticultura, no setor de pecuária leiteira houve redução do número de postos de trabalho, portanto, possibilitou transferência de pessoas para o setor canavieiro, demandante de maior trabalho. Desta forma, verifica-se uma menor dependência do processo de produção em relação ao trabalho intensivo, pois o manejo da terra diminuiu, permanecendo principalmente as atividades de pastoreio e ordenha, e menos do preparo de silagem. Nas atividades de processamento de leite verificam-se atividades padronizadas e repetitivas em função do processo produtivo de pasteurização e embalagem. Quanto as atividades de planejamento da produção observa-se bastante influência do grupo de estudos, visto a importância da renda obtida pelo setor. Assim quem determina a quantidade de produção de leite pasteurizado em saquinhos é o mercado, enquanto que para os outros produtos quem determina são os trabalhadores. Em relação as atividades de pecuária e rodízio de gado nos piquetes, estes são determinados a partir de um planejamento de uso do solo, porém flexíveis à observação direta dos membros que atuam no setor. Ressalta-se que as atividades de pecuária são realizadas por trabalho em grupo, enquanto o processamento do leite, é feito por trabalhadores especializados e capacitados, havendo pouco rodízio nesta atividade de trabalho.

A seguir, apresentamos fotos sobre a organização da cadeia produtiva do leite da COPAVI

Cadeia do Leite - Copavi

Conclusão

No estágio atual de desenvolvimento de nossa pesquisa, observamos que no interior do MST, na prática, há uma preocupação crescente entre diversos dirigentes de CPA's localizadas em diversos estados, principalmente nos da Região Sul do Brasil, em buscar o equilíbrio crítico entre, por um lado, a ampliação dos ganhos sociais e políticos – resgate da dignidade, construção da cidadania e apoio às lutas dos trabalhadores – e, por outro, melhorar a eficiência na gestão das cooperativas buscando a sobrevivência e crescimento, a fim de se evitar que um descompasso possa levar à ruptura da coesão social. A lógica da economia alternativa que se encontra em processo de gestação é oposta à lógica do mercado globalizado. Este, em sua perseguição pelo lucro máximo, separa-se de questões que não sejam econômicas. Tradicionalmente, a globalização e seus impactos sobre o setor agrário é interpretada como um processo de padronização de políticas de fazenda, aumentando-se a expansão das fronteiras agrícolas, medidas uniformes de proteção ambiental, aumento da competitividade e da produção e comercialização de alimentos com controle cada vez maior, por firmas transnacionais, sobre a cadeia produtiva.

Porém, longe de conduzir à homogeneidade, globalização pode oferecer a oportunidade de repensar a diversidade local e pode ajudar comunidades locais a encontrarem novos espaços no mercado em uma economia global nova ou resistir às pressões globais (McMichael apud Levi, 2000:2). Nem os valores clássicos nem os princípios podem prover meios suficientemente resistentes à ameaça do paradigma neo-liberal. Isso implica ir além da concepção convencional sobre cooperativismo e de recorrer à variedade de formas sociais, culturais e que a comunidade espera que sejam adotadas pelas cooperativas, principalmente as rurais (Levi, 2000:13).

A participação na elaboração, implementação e gestão das ações de desenvolvimento local não se restringem apenas às instâncias governamentais ou aos seus órgãos, circunda também, atores da sociedade civil circunscritos ao território. Para que as potencialidades de uma comunidade possam alavancar o desenvolvimento coletivo, os atores devem estar unidos na ajuda mútua e no controle social de meios essenciais de produção e distribuição. Neste sentido, o desenvolvimento da cooperação, da democracia, do controle social e da autonomia é fundamental e deve estar, sempre que possível, presente em todos os elos de uma cadeia produtiva solidária.

Referências

CADORE, E.A. "A matriz tecnologica nos assentamentos do MST" *Curso de Especializacao em Administracao de Cooperativas.* ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasilia, 1999

CARVALHO, C. (2002) – *Comunidade de resistência e superação*. Gráfica e Ed. Perez. São Paulo.

CHRISTOFFOLI, P. I. (1998). Eficiência Econômica e Gestão Democrática nas Cooperativas de Produção Coletiva do MST. Monografia do curso Especialização Superior em Cooperativismo. UNISINOS. São Leopoldo.

CONCRAB Cooperativas de Produção - Questões Práticas. Caderno de Formação número 21. Vol. 2. São Paulo, abril de1996.

EID F. (1994), Economie de Rente et Agroindustrie du Sucre et de l'Alcool au Brésil, Tese de Doutorado, Université de Picardie, França.

EID, F, SCOPINHO, R.A., PIMENTEL, A.E.B. , "A dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária" In: *XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Pocos de Caldas – MG. 1998:767-778

EID, F. & PIMENTEL, A.E.B. (2000) – Dinâmica da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária no Brasil. In: *X World Congress of Rural Sociology*. São Paulo.

EID, F. (org) (2002) – *Construindo uma economia solidária.* Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT. Editora da UNICAMP. Campinas, São Paulo.

EID, F. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária In TIRIBA Lia & PICANÇO Iracy (orgs.) Arquitetos e Abelhas, Niterói, Editora Idéia e Letras, 2005.

GAIGER, L.I.G. As emancipações no presente e no futuro In GAIGER L. I. G. (org.) Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil, Editora da UFRGS, 2004 .

GENAUTO, C. de França & LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária: uma abordagem internacional, Editora da UFRGS, 2004.

GONÇALVES, B.V. "A logica de construcao das cooperativas de prestacao de servicos". *Curso de Especializacao em Administracao de Cooperativas*. ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasilia, 1999.

GUMIEIRO, A. "Uma analise das desistencias das familias associadas na cooperativa de producao agropecuária Vitoria Ltda - COPAVI (Paranacity/PR)" *Curso de Especializacao em Administracao de Cooperativas*. ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasilia, 1999.

KUNZ, M.F.B. "Inter-cooperação das unidades de beneficiamento de erva-mate dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Parana". *Curso de Especializacao em Administracao de Cooperativas*. ITERRA/UNISINOS/UNB. Brasilia, 1999.

LEVI, Y. "Globalization and the 'cooperative difference' " In: *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, Brasil, 2000.

MANCE, E.A. Cadeias Produtivas Solidárias In CATTANI, Antonio Davi (org.). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MORISSAWA, M. (2001) – A história da luta pela terra e o MST. São Paulo. Expressão Popular.

MOURA, I. F.; Assentamentos rurais: agregação de valor e comercialização – o caso do assentamento Santa Maria (Paranacity – PR). Campinas/SP: Unicamp/IE, Dissertação de Mestrado, 2005.

PIMENTEL, A.E.B. Assentamentos de reforma agrária na Região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, São Carlos: UFSCar, 2004.

SEVERINO, M.R. Processo de trabalho e organização do trabalho em uma cooperativa de reforma agrária do MST: análise comparativa entre empresas capitalistas e empreendimentos de economia solidária. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, São Carlos: UFSCar, 2006.

SINGER, P.I. Possibilidades da Economia Solidária no Brasil In: CUT BRASIL. Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999: 51-60.

VAZZOLER, M.R. (2004) – *Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. São Carlos. UFSCar. 301 p.

VILLELA, M.U.; WILKINSON, J. (2002) – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária e a inovação agroindustrial. In: LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. (org.) *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília. CNPq/Paralelo 15.

CRISE DO TRABALHO E ECONOMIA POPULAR: A EXPERIÊNCIA DE UMA COOPERATIVA DE RECICLAGEM DE LIXO NO RIO DE JANEIRO

*Ana Maria Marques Santos**

*Neise Deluiz***

RESUMO

Este trabalho analisou as práticas de uma Cooperativa de Reciclagem de Lixo, a COOPCARMO, situada na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, enfocando a organização e relações de trabalho, os saberes teóricos e práticos que constituem a cultura do trabalho e as redes de ação coletiva estabelecidas com a comunidade, na ótica dos cooperados e liderança e da ONG Autre Terre, que apóia o projeto. Os resultados da pesquisa qualitativa apontam que a COOPCARMO, como experiência de economia popular e solidária alternativa aos processos socioeconômicos excludentes, tornou-se um espaço de inclusão social gerando trabalho e renda, e aí são construídos saberes e valores na perspectiva de uma educação popular crítica de formação de sujeitos políticos que lutam por espaços de resistência e de re-invenção, na construção de suas histórias pessoais e coletivas. Nas relações com a comunidade tecem redes de ação coletiva, resgatando o espaço público enquanto fórum social, onde a publicização da diversidade de idéias e concepções pode viabilizar a possibilidade democrática de cidadania e inclusão social.

Palavras-chave: economia solidária e educação popular; movimentos sociais; Cooperativismo.

---

* Mestre em Educação, psicóloga, Professora Assistente da UFRuralRJ, Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu. anamarques@ufrrj.br

** Doutora em Educação, socióloga, Professora Titular do Mestrado em Educação da UNESA, Linha de Pesquisa Trabalho, Meio Ambiente e Educação. ndeluiz@uol.com.br

A crise do trabalho dos anos 1990 surge como conseqüência de dois processos estruturais de evolução do capitalismo subdesenvolvido nas duas últimas décadas - do processo de modernização da produção e do mercado nos países desenvolvidos, e da configuração do Estado, com suas crises fiscais, acompanhadas da ausência de políticas públicas sociais (RAZETO, 2001).

Na primeira vertente, as mudanças tecnológicas e a reestruturação dos mercados internacionais atingem os países periféricos, em especial, a América Latina. Acentua-se o esgotamento da absorção da força de trabalho e, concomitantemente, cria-se a permissão de acesso à satisfação das necessidades e aspirações de amplos setores populares. Há um aumento de interesse na produção de bens e serviços que atendam a tais necessidades e aspirações desses setores, em especial daqueles que ainda possam ser capazes de consumir e aumentar o lucro do capital.

Entretanto, permanece existindo um significativo grupo[1] de sujeitos sociais que acabam por ser direcionados para a margem dessas mudanças, tendo em vista permaneceram no reino de necessidades mais básicas, as de sobrevivência, carecendo de bens e serviços, inscritos na categoria de essenciais.

Na segunda vertente, temos a realidade de um Estado mínimo, que não tem conseguido assegurar recursos e serviços voltados para o interesse público, e cujas políticas sociais, vêm sendo substituídas pelo mercado, através da privatização dos serviços e pela constituição de um setor público não estatal, onde atuam várias organizações, entre elas as organizações não-governamentais – ONGs.

Tais processos de configuração do capitalismo provocam um dualismo estrutural nas economias e na vida cotidiana dos sujeitos. Por um lado, mercados crescentes da modernização e da sofisticação, porém sem expansão social, atingindo camadas minoritárias e provocando o aumento de *qualidade* para alguns. De outro, um setor marginal, onde há o aumento do empobrecimento, apresentando crescimento vertiginoso e *quantitativo*. Ambos, envolvidos pela ideologia neoliberal, que acirra a desigualdade social e impede um desenvolvimento humano mais digno e integral.

Entretanto, se na perspectiva da economia do capital, o conjunto da economia é visto a partir da lógica do capital e de sua acumulação, e o sistema de interesses na sociedade é hegemonizado pelos interesses do capital, na ótica da economia do trabalho o conjunto da economia é visto a partir da lógica do trabalho e de sua reprodução ampliada, confrontando essa hegemonia e afirmando a primazia dos interesses do conjunto dos trabalhadores e de suas múltiplas identidades e agrupamentos (CORAGGIO, 2003)

A economia do trabalho ou popular é resultado de experiências, atividades e iniciativas, que estando deslocadas dos dois sistemas formais de destinação de recursos - mercado e Estado-, precisam organizar e garantir caminhos de subsistir, garantindo a satisfação de suas necessidades econômicas.

Icaza; Tiriba (2003), delimitam a economia popular no sentido de garantia da satisfação das necessidades básicas, materiais e imateriais, através da utilização da força de trabalho e dos recursos disponíveis dos setores populares, nas suas atividades econômicas e práticas sociais. A economia popular encontra-se ligada diretamente à reprodução ampliada da vida, transcendendo a obtenção de ganhos materiais.

Para Razeto (2001), a economia popular é um fenômeno generalizado encontrado em toda a América Latina, dentro do contexto das transformações que vêm sofrendo o mercado e as estruturas econômico-sociais. O autor distingue três níveis de estratégias, nem sempre são voluntárias ao sujeitos, mas imersas nas necessidades condicionadas externamente, que por vezes são contingentes e muito fortes: *estratégia de sobrevivência*, atividades de emergência

[1] Só no Brasil são 55 milhões de pessoas na linha de pobreza ou abaixo dela. Possuem renda familiar igual ou inferior a R$ 79,00, segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas (NERI, 2001).

e transitórias para satisfação de necessidades básicas de sobrevivência fisiológica; *estratégias de subsistência*, quando há satisfação das necessidades, mas não há crescimento, embora possa durar e estabilizar-se, não é assumida como opção permanente; *estratégias de vida*, que ocorrem com a valorização de certos espaços da atividade que realizam – a liberdade, o companheirismo, a autogestão, e optam permanentemente pelo empreendimento buscando crescimento para além da subsistência.

A economia popular expressa formas mais específicas da realidade microeconômica dos sujeitos, que acabam por serem incluídas no processo macroeconômico. Uma dessa formas apresenta-se, segundo Razeto (2001), como uma Economia Solidária, onde a forma de produzir, distribuir recursos e bens, consumir e se desenvolver, ocorre através de características próprias, consideradas como alternativas ao modo capitalista hegemônico. Trata-se de uma racionalidade especial, em que o modo de constituir a economia implica em mudanças comportamentais, sociais e pessoais na organização da produção e das empresas, na destinação de recursos e distribuição de bens e serviços produzidos, assim como, nas formas de proceder ao consumo e a acumulação.

O autor destaca dez características desse modo peculiar de ser: iniciativas que se desenvolvem nos setores populares; iniciativas associativas, pequenos grupos de pessoas ou familiares; iniciativas organizadas que dão lugar à organizações; iniciativas criadas para enfrentar conjunto de carências e necessidades concretas; ações encaminhadas para resolver problemas e necessidades; iniciativas que se pretendem participativas, democráticas, autogestionárias e autônomas; iniciativas que tendem a ser integrais, econômica, social, educativa, pessoal, grupal e solidária, buscando satisfazer amplamente as necessidades e aspirações humanas; um querer alternativo – uma intenção de transformação, um nexo que associe necessidades e construção social; experiências que tendam a se coordenar com outras, formação de redes horizontais baseadas na troca de informações e nas ações conjuntas.

Singer (2003) conceitua esta economia solidária referindo-a a organização de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase aos mais desfavorecidos, sendo a Cooperativa uma das formas clássicas desta espécie de empreendimento.

É neste contexto que se situa a Cooperativa de Reciclagem de Lixo, a COOPCARMO, situada no Município de Mesquita, Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, que é formada por 19 cooperados, pessoas situadas na e abaixo da linha de pobreza - em sua maioria mulheres -, e tem como filosofia a geração de trabalho e renda, a inclusão social e o resgate de cidadania através da ação de coleta seletiva na comunidade local e municípios adjacentes. Atualmente, a Cooperativa vem estabelecendo parcerias com o poder público – Prefeitura do Município de Mesquita -; com empresas como a Petrobrás, a fim de implementar projetos de coleta seletiva e beneficiamento do lixo, formação e inserção de catadores de rua em atividades socioambientais; bem como, com as escolas municipais, comércio e comunidade local.

Observamos que apesar de serem sujeitos imersos na exclusão, alguns puderam iniciar a percepção de si a partir do fazer cooperativo que emergiu do projeto inicial - Lixo é Vida, com o apoio da ONG Autre Terre[2]. Este projeto vem se constituindo um espaço de resistência e de re-invenção, ampliando e redimensionando os conhecimentos ali gerados, assim como os significados pessoais e coletivos construídos a partir do trabalho coletivo - cooperativado - e das ações educativas não formais estabelecidas sob a forma de uma nova economia, a que Singer (1997) chamou de única alternativa válida e progressista ao capitalismo.

[2] A ONG AUTRE TERRE (http://www.autreterre.org) tem atuação internacional e seu objetivo é apoiar ações de tipo econômico visando atingir as causas da miséria. Atua desde 2002 no Projeto Lixo é Vida, que se tornou uma Cooperativa em junho/2003, além de outros projetos no Brasil.

Este estudo é resultante destas inquietações e teve como objetivo analisar as experiências e práticas desenvolvidas pela COOPCARMO, enfocando a organização e relações de trabalho, os saberes teóricos e práticos que constituem a cultura do trabalho na Cooperativa e as redes de ação coletiva que são estabelecidas com a comunidade a partir das atividades socioambientais.

Partimos do pressuposto que a relação entre educação e trabalho não pode continuar a ser vista unicamente sobre a ótica da produção e consumo, onde há ênfase nas competências e habilidades para uma educação basicamente voltada para os processos produtivos, mas deve ser necessariamente transpassada por uma dimensão sóciopolítica, com prioridade nas experiências de solidariedade e de realização pessoal e coletiva no âmbito de um projeto social mais democrático. Souza Santos (1997) refere-se às perguntas que fazem avançar o conhecimento, denominando-as como aquelas capazes de penetrar nos pressupostos epistemológicos e ontológicos do saber constituído, onde o valor e a ética são introduzidos nos conceitos científicos, chamando-as de perguntas poderosas e contra-hegemônicas. Esta perspectiva é reiterada por Bourdieu (1998), ao dizer que é necessário lutar contra a tecnocracia econômica, através do emergir do conhecimento dos homens, do seu cotidiano e do seu sofrimento.

Na experiência da COOPCARMO constatamos que a não escolarização do grupo de cooperados, a marca de uma história de vida longe de acesso ao capital cultural e econômico, fecha-lhes as portas de acesso ao mercado formal de trabalho e renda, e ao universo social configurado no modelo de produção hegemônico. A Baixada Fluminense, especificamente, o município de Mesquita[3], onde se situa a realidade da comunidade em questão, apesar de tempos de mudança, é ainda é marcada pela não sustentabilidade local, sendo celeiro de mão de obra de centros urbanos, como a cidade do Rio de Janeiro. Em pleno século XXI o município é um grande dormitório, onde serviços básicos como educação, lazer, moradia, saúde, água/esgoto, pavimentação de ruas, etc, são precários e até mesmo inexistentes.

Buscamos refletir sobre essa realidade a partir da investigação dos processos de constituição dos caminhos não formais e de busca de formas alternativas de inserção social destes trabalhadores no mundo do trabalho. Foi partindo de um olhar local – um estudo de caso -, que ora implicamos numa ótica global, que nos propusemos um resgate dessa realidade enquanto *organização e resistência social*, compreendendo o contexto sócio-histórico daquela comunidade em seu diálogo com o macro contexto social**.**

A COOPCARMO: organização e relações de trabalho e saberes construídos na prática do trabalho

Os resultados de pesquisa qualitativa realizada na COOPCARMO com cooperados, liderança da cooperativa e os técnicos da ONG Autre Terre, indicam que ao se referirem ao trabalho que realizam na Cooperativa, os trabalhadores apontam o mesmo como atividade vital, e destacam sua importância e significado em suas vidas:

> É, pra mim é muito claro. É uma questão de dignidade. Você passa a se sentir como as outras pessoas. Pra mim, ele (o trabalho) construiu muita coisa: vida, esperança, dignidade, vontade de viver (Vânia).

[3] Mesquita é hoje, um novo Município da Baixada Fluminense, pertencia à Nova Iguaçu, e foi emancipado em Setembro de 1999. Possui uma população de 164.879 habitantes, área de 35,36 km^2, 36 mil domicílios, com 57% de esgoto, 78,82% de água encanada e 48,17% de pavimentação, (CENSO 2000 – IBGE), atualizado pela prefeitura (www.mesquita.rj.gov.br)com dados do CIDE em 2005, como tendo 180.686 moradores residentes, além de dados da educação formal que encontram-se no Anexo E.

> Pra mim é tudo. É o meu meio de sobrevivência. É onde eu tive oportunidade de aprender que eu sou um ser humano. Da onde a gente não espera é que surge vida. Em relação ao projeto, eu pretendo que mais pessoas estejam aqui produzindo. Ver isso aqui crescendo (Laudicéia).

A despeito da discussão teórica sobre a perda de centralidade da categoria trabalho para o entendimento da atividade humana e para a determinação da estrutura e desenvolvimento da sociedade contemporânea (OFFE, 1989), o trabalho é considerado elemento norteador dos projetos realizados pela ONG Autre Terre, que apóia o Projeto "Lixo é Vida", como observado na fala da representante belga no Brasil:

> [...] A AUTRE TERRE uma ONG que foi formada em 1971, tem como missão de apoiar parceiros no sul do planeta e com essa idéia sempre de geração e renda e trabalho. Não por desprezar as atividades de cultura, educação, saúde, mas porque o grupo AutreTerre acha que a *transformação e o resgate da vida passa pelo trabalho* (Emanuelle – Autre Terre, grifos nossos).

Na prática, os cooperados sabem da centralidade do trabalho em suas vidas e ao vivenciarem suas experiências vão também se inscrevendo historicamente na sociedade, constituindo sua identidade como trabalhadores em oposição a outros segmentos sociais:

> [...] Não é porque eu sou rica não, mas um dia eu fui pegar o lixo e vi muitas pessoas pedindo e fiquei pensando que poderiam estar procurando seu próprio sustento num trabalho. Mas elas estão ali mexendo no lixo que as pessoas jogam fora [...] É melhor você trabalhar e mostrar que é um ser humano. Às vezes as pessoas por preguiça preferem continuar pedindo. Eu digo isso porque quase cheguei neste ponto (Laudicéia).

Na visão da liderança um dos motivos da precarização dos catadores, é a questão da "pinga", além da ausência de consciência de sua identidade como trabalhador e do próprio trabalho realizado.

> [...] Os catadores bebem demais [...], mas porque não têm nenhuma informação. Eu tenho orgulho de falar que trabalho com lixo. Agora, trabalhar com lixo, na cabeça de muitas pessoas é um desprezo, né? Você chegou num nível da sua vida que você não sabe o que fazer, não tem mais nada pra você ter e fazer. Então, o álcool é uma maneira de você se esconder daquilo que você faz. Ele leva as garrafas de Pet e aquele dinheiro é tão pouco [...] Porque *o catador, na verdade, ele é o desempregado que não consegue mais trabalho* e ele tem que sobreviver de qualquer maneira. Então ele está catando lixo e nesse lixo ele só cata o que interessa a ele, não é? (Hada – liderança, grifos nossos).

Partindo das dificuldades concretas do mundo do trabalho e do cotidiano de sobrevivência, os trabalhadores cooperados identificam em suas históricas pessoais a trajetória do trabalho "formal" precarizado e reconhecem a ausência de qualificação e de espaço nesse mercado de trabalho. Nesse momento outras formas e possibilidades de trabalho surgem como alternativas à realidade específica e comum daqueles sujeitos, dando início a uma ressignificação do mundo do trabalho que passa a traduzir-se pelas ações dos trabalhadores no sentido de um trabalho cooperado, que guarda outros valores para além do ganho, da produção e do lucro.

> [...] Geralmente o problema das pessoas todas é este mesmo, porque o trabalho tem que ser aquele trabalho convencional de carteira assinada que você vai ali todo dia e muitas vezes você tem tempo de trabalho determinado. Você vai ali só pra ganhar aquele dinheirinho e pronto. A própria empresa te proporciona isso, você não quer nem saber. Ir já pensando no ganho do final do mês. Aqui já é totalmente diferente. Você quando trabalha numa empresa de carteira assinada a sua preocupação é: quanto será que eu vou ganhar este mês, será que vai dar pra pagar minhas contas, vai dar pra comprar minha comida? Agora a nossa preocupação mudou. É será que o que eu vou ganhar vai dar para pagar minhas contas, pra comprar minha comida, pra pagar as taxas da minha cooperativa, pra pagar as contas que a cooperativa tem? (Hada – liderança).

Para a ONG Autre Terre, a importância do trabalho cooperado surge imersa nessa mesma contradição: manter-se vivo dentro do mercado, porém, dentro de uma lógica de apoio cooperativo, formado a partir da ação coletiva, como relata a representante da ONG,

> [...]a Terre quer também apoiar uma dinâmica de colaboração entre as cooperativas que trabalham no mesmo ramo, porque a *salvação e a verdadeira libertação* das pessoas dentro das cooperativas é quando elas começam se juntar para poder negociar melhor os preços para poder tratar, beneficiar materiais. É a ação coletiva entre cooperativas (Emanuelle, ONG Autre Terre, grifos nossos).

A cooperação como forma de organização do trabalho

O espaço de trabalho cooperativo na COOPCARMO possui características próprias, que guardam a essência de uma relação homem-natureza diferenciada. Apesar de contextualizada dentro do ideário do capitalismo, a idéia de vida coletiva não se justifica apenas para a acumulação numa perspectiva de produção e consumo:

> [...] geralmente as cooperativas só têm nome de cooperativa e pronto. Mas é a forma de trabalhar [...] Aqui a gente tenta fazer diferente. Dá um trabalho maior, né? (Hada – liderança).

Ainda que a organização do trabalho voltada para a cooperação seja vista como proposta alternativa de geração de trabalho e renda no atual contexto econômico, Cattani (2003) aponta, como um dos desafios a serem enfrentados, a demarcação precisa entre as verdadeiras alternativas e as práticas conservadoras do terceiro setor, que pretendem assegurar a hegemonia das elites dominantes na condução dos processos sociais, pelo risco de convulsão social ou do direcionamento da violência contra os poderosos. Nesta perspectiva, Fals Borda (1999, apud NASCIUTTI, 2001) alerta que embora as cooperativas populares venham exercendo uma ponte entre as práticas comunitárias e as demais organizações sociais de ordem mais complexa, estas acabam recebendo apoio político tendo em vista seu papel no apaziguamento das demandas sociais, e na reprodução/manutenção da estrutura da comunidade através do controle por grupos majoritários e/ou cooptação das lideranças, o que aprofunda o fosso social.

Entretanto, Razeto (2001), lembra-nos da importante contribuição dos projetos ligados ao associativismo, ao cooperativismo e à economia popular, já destacados anteriormente, cujo cerne de ação é o resgate dos sujeitos e de suas relações cooperadas e solidárias para além da lógica meramente capitalista.

Na COOPCARMO a organização do trabalho baseia-se na divisão de tarefas visando à produção, atuando a favor da preservação ambiental, no caso a coleta e a reciclagem do lixo, buscando transformá-lo em mercadoria. Entretanto, essa organização tem buscado não se restringir ao trabalho manual, como relata Jaqueline, facilitadora brasileira, ao se referir ao processo cotidiano de trabalho na Cooperativa:

> [...] É, a gente aprende aqui dentro fazendo. Aprende-se a *repensar* muitas coisas e *muitos valores*, porque parece um formigueiro organizado, tem um ritual, tem um movimento, que é próprio deles, ao mesmo tempo os corpos somem e aparecem, mas ao mesmo tempo é uma mágica, um movimento próprio que vem e faz. Chega cheio de materiais e equipamentos... o pessoal chega do caminhão e voltam, eles se reciclam, e eu acho que eles são muito abertos também e falam as coisas (Jaqueline – facilitadora, grifos nossos)

Assim como Vânia – cooperada, ao falar do processo de início de organização da cooperativa e da concepção e entendimento do cooperados durante as reuniões:

> [...] Eu acho que se melhorou até esse ponto que está, daqui pra frente pelas reuniões que a gente faz acho que vamos crescer. O que eles (facilitadores) explicam pra gente [...], às vezes a gente não fala nada, mas é porque a gente está entendendo tudo direitinho. Eu estou ouvindo, mas entendendo tudo. Uma prensa, um material, eu sei tudo, a quantidade de material para encher uma caçamba. (Vânia).

O processo de construção do cooperativismo não é fácil, uma vez que no modelo de produção da economia hegemônico o tempo deve destinar-se à produtividade e à eficiência, contradições estas vividas pelo grupo:

> [...] Dentro do cooperativismo que tem que ter a assembléia geral, a ordinária e a extraordinária, além das reuniões de diretoria e as reuniões da equipe que trabalha com o conselho fiscal, que aqui na Cooperativa mesmo ainda não tem. A gente não conseguiu fazer ainda e também porque a gente não deu balancete. Vamos fazer esse ano. Em março talvez tenha o primeiro balancete (Hada - liderança).

Nasciutti (2001) aponta que a proposta inicial das cooperativas de constituírem-se como um tangenciamento ao modelo capitalista, passa a ser pressionada pelas necessidades de agilidade e articulações exigidas pelo mercado, sendo o espaço de decisão – bem maior do cooperado- , ameaçado, dada a necessidade de "modernização administrativa" e de uma "liderança" com perfil empresarial.

> [...] então você muda, você passa de empregado a patrão e aquelas preocupações que você tinha só de empregado você passa a ter de empregado e de patrão né? Olha a situação de um patrão e de uma empresa. Hoje essa é a minha preocupação, então o trabalho para mim é diferente, hoje eu trabalho, eu estou trabalhando numa coisa que eu ajudei a construir e que eu acredito nesse trabalho (Hada – liderança).

As considerações da liderança envolvem a necessidade da existência da comunidade como espaço de discussão, planejamento e escolhas, através de ações pequenas e continuadas, cotidianas, que nortearíam o processo de consolidação do trabalho cooperado e, no caso da COOPCARMO, numa perspectiva de ação popular solidária.

Por outro lado, estas ações são marcadas pelos fazeres inerentes à reprodução da existência. Razeto (2001) destaca a heterogeneidade e a diferenciação interna desse tipo de orga-

nização econômica, caracterizada por ele como OEPs – Organizações Econômicas Populares, grupos estes que no coletivo estariam buscando formas de enfrentamento de problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos.

É identificado na forma de organização da COOPCARMO um tipo mais específico de economia popular – a economia solidária cooperativada, onde a forma de produzir, distribuir recursos e bens, consumir e se desenvolver possui características próprias, diferenciadas do modo capitalista dominante:

> [...] a gente não trabalha dentro dessa forma do capitalismo né? A gente bate de frente, de repente será que é isso que faz a gente vencer cada vez mais? A essência do trabalho que a gente fala, a filosofia do grupo, né? Porque é aquilo que eu falei dos trabalhos convencionais, até na hora de selecionar a pessoa que vai trabalhar precisa pensar muito, né? (Hada – liderança).

É interessante que o olhar da liderança e de alguns cooperados passam a comportar a visão das responsabilidades inerentes a uma produção diferenciada, onde o fator C (RAZETO, 2001), traduzido pela cooperação, colaboração, coordenação, comunidade e coletividade prevalece sobre o K (capital) e L (labor), como nas falas de Hada:

> [...] Dentro do cooperativismo nem do horário você pode falar, porque o cooperado ele não tem hora pra chegar na cooperativa, mas só que aqui é uma cooperativa totalmente diferente que tem um compromisso. Porque geralmente as cooperativas que trabalham com lixo eles são catadores. O catador, ele fica a hora que ele quer, trabalha o dia que ele quer. E aqui não, entendeu? Aqui tem aquele compromisso com os entrepostos. Tem que ir lá no dia certo coletar (Hada – liderança).

Decisões - de olho na democracia

Os processos decisórios na COOPCARMO têm sido construídos ao longo da trajetória do projeto, e são marcados por um lado por movimentos de desenvolvimento autônomo do grupo e, por outro, pela retração e medo, como na fala de uma cooperada ao se referir ao processo de transição vivido pelo projeto.

> [...] Ah! sei lá, a gente já conversou, mas não adianta nada. A gente conversa com o padre, mas o padre não ouve, acho que a gente para ele não importa nada [...] No grupo não, tudo a gente discute, e chega a um acordo, mas aí quando a gente conversa com ele, ele não entende, fica sempre contra a nossa palavra, ate chegar uma conclusão assim, nunca vai chegar a nada (Silvana)

A idéia de comunidade que pode exercitar a cidadania e o empoderamento dos atores sociais (NASCIUTTI, 2001), tem marcado a importância do cooperativismo popular na realidade brasileira. Na COOPCARMO, essa importância vem se apresentando na forma de autogestão:

> [...] Hoje na pauta foram tratados assuntos como separação indevida de material por falta de conhecimento ou descuido dos participantes do grupo, tratamos, também, da questão de um ex-membro do grupo que se afastou e está exigindo uma remuneração ou uma rescisão administrativa da soma de seu trabalho. O grupo se posicionou e pediu que essa pessoa viesse ao encontro do grupo para que isso mesmo pudesse ser colocado pelo próprio grupo e esclarecido que é um trabalho cooperativo onde não existe nenhum tipo de vínculo empregatício, nem nenhum lucro. A partilha é feita por todos no

> momento final da divisão do mês, por assim dizer (Relato de Reunião Semanal – fala dos cooperados).

Apesar da luta para estabelecer um espaço de construção, um fator primordial aparece na fala da liderança que aponta a resistência de pessoas do grupo, que se dividem entre o desejo de terem autonomia e o de serem liderados (comandados), fruto da estrutura social brasileira, marcada pelo autoritarismo, clientelismo/paternalismo e burocratismo (FALEIROS, 1992, apud RAICHELIS, 2000) fatores entre outros, bloqueadores desse projeto comum:

> Eu não sei se é a cultura brasileira em que a gente acostumou a ter sempre alguém mandando ou patrão, eu realmente não sei te explicar. Parece que está dentro da pessoa, que não faz essa pessoa mudar, por mais que você tente (Hada – liderança).

Quanto se ganha e em que condições?

O início dessa organização foi marcado apenas pelo investimento que cada sujeito fez, tomando aquele trabalho como uma possibilidade. Parafraseando Razeto (2001), o capital a ser investido foi o trabalho, porém, nesse caso, permeado pela cooperação.

> [...] Naquela época era muito pouquinho tinha que ter que esperar quatro meses para receber trinta reais. É uma questão de sobrevivência. Mas a gente no princípio já trabalhou por bem pouco (Vânia).

> [...] A gente começou como catador e a gente foi procurando a melhor forma de se organizar até chegar no cooperativismo que era um trabalho mais fino, mais livre, um trabalho de conscientização (Hada – liderança).

Cristina, cooperada, lembra que ao apresentar o trabalho nas escolas e demais espaços, existe a preocupação das pessoas em saber como se dá o reconhecimento econômico da realização dos fazeres da cooperativa – como e quanto ganham:

> Eles perguntam se a gente ganha salário. Tem carteira assinada? Não, trabalhamos com nossa partilha. É assim a partilha: nós juntamos o material, separamos e vendemos. Aquele dinheiro é junto. Somos 19 funcionários aí o valor que der a gente divide pelo número de funcionários. Como distribuímos o material. Tudo que a gente faz a gente passa (referindo-se ao processo de ensinar o serviço). Tentamos tirar todas as dúvidas deles (Cristina).

O mercado informal encontra-se à margem da economia, mas não fora dela, como nos lembra Martins (2000). Nesse sentido, Hada explica como realmente é feita a divisão dos valores apurados, a referência de valores e a "jornada de trabalho" que constam do Regimento Interno e Estatuto da COOPCARMO:

> [...] Caiu muito a produção. Um salário mínimo tem sido a média, trabalhando das 7:00h até as 17:00h. Isso é porque são 20% para taxa de administração em cima do bruto de cada um e depois se desconta R$15,00 que é a taxa de manutenção que é para as despesas gerais. Fazemos uma divisão: primeiro a gente vê os dias trabalhados pelo bruto. Aí você divide os dias trabalhados pelo bruto que vai dar o ganho por dia, e este ganho por dia é multiplicado pelo número de dias trabalhados. É, tem o descanso semanal, sábado e domingo. Só assim, se tiver necessidade mesmo que a gente trabalha aos sábados (Hada – liderança).

Apesar de reconhecerem a importância e o desenvolvimento do trabalho em suas vidas, a precarização do trabalho é destacada pelos cooperados como algo a ser superado, referindo-se às condições de realização do mesmo dentro e fora da cooperativa:

> [...] Na fábrica a gente trabalhava sentado. Era tudo limpinho. Aqui não. A gente fica com muita dor na perna. Também, trabalhando abaixado e no sol né? (Elaine).
>
> [...] A diferença é que eles não trabalham no sol (referindo-se aos trabalhadores formais). Trabalhamos no sol, e tem vezes que acham que gente não está trabalhando (Eliete).

A necessidade de garantias de trabalho e de organização da remuneração são alvos da preocupação dos cooperados. Após a constituição da cooperativa, passaram a fazer a contribuição para a previdência, não antes de muitas discussões sobre como viabilizar essa questão:

> [...] Garantia, né? Porque como se diz: de uma hora pra outra a gente adoece e não tem como trabalhar mais. Com todos nós pode acontecer. Aí a gente tendo o INSS, a gente tem uma garantia. E se a gente não tiver? Como é que fica? O que vai acontecer? Vai ficar em cima da cama. Eu não apoio tudo. Eu ajo com o que eu entendendo que é certo. Sem dinheiro para comprar nenhum remédio? Aí eles falam "você apóia tudo". Não, mas eu vejo como segurança (Vânia).
>
> Você pode estar doente, você pode estar ganhando, né? Tá tudo bem, o que for que aconteça, porque você é patrão, você é dono. Então é por isso que o grupo agora paga o INSS, para essas eventualidades. Ficou doente [...], já pagamos tem coisa de uns quatro meses, daqui a um ano a gente vai poder usar. Então, ganhou neném pode ficar em casa vai receber auxilio natalidade, essas coisas que a pessoa tem garantia. Sofreu acidente, até mesmo no trabalho, têm remuneração (Hada – liderança).

Lixo – como produzimos?

Diferente de outras formas de produzir, a COOPCARMO mantém sua produção através do lixo social. Este tem tido seu crescimento dado aos diversos fenômenos promovidos pelo processo de globalização, entre eles, a geração de consumo marcada pela descartabilidade. Buarque (2001, p.207) aponta que tal "produção" é fruto da modernidade: consumidores produzem excesso de lixo e a concentração de renda um excesso de pobreza, "as sociedades pobres não têm tanto lixo; as justas não têm tantos pobres".

Na problemática do lixo encontra-se o fazer da COOPCARMO, que a partir dos "excessos" vem buscando estabelecer um trabalho que incorpore produção, mas também trabalho formativo para o coletivo social,

> [...] eu acho que é por isso também que eu tenho outra visão do trabalho. Porque eu dou importância a essas coisas, eu sei a importância que o meu trabalho tem, além disso aqui. Porque eu não sou simplesmente uma catadora de lixo, né? Eu sou uma ecologista, eu não sei o que é que eu sou sabe? Uma empresária? Trabalhadora? Eu sou tudo isso. Vivo muito isso: a importância desse trabalho. É muito importante o meu trabalho (Hada - liderança).

A produção na COOPCARMO se dá pela coleta de lixo seletivo nos entrepostos (residências, empresas, escolas, e outros), pelo transporte, despejo, separação, organização e catalogação, prensagem, pesagem e comercialização dos materiais às empresas, além do reaproveitamento artesanal com a criação de novos produtos, em especial objetos de uso e decoração, como é o caso das oficinas de cestaria e papel. A consciência do que se produz pode ser vista nas falas, num misto de espanto e descobertas no decorrer das atividades,

> [...] Ah, tem hora que eu fico pensando, como é que pode do lixo sair um monte de material, que a gente pode trabalhar? Eu nunca vi esse tipo de trabalho assim. Eu vejo assim, o caminhão do lixo, pegando o lixo, agora eu fico imaginando, que dá dinheiro, que nem o papelão, muita gente aí sustenta a família assim, com a venda de papelão (Linda Márcia).
>
> Então a gente tem aí a PET que vai para várias coisas. PET não vira PET de novo como no caso das LAV (latinhas de alumínio vazias). O PET pode ser é reaproveitado: móvel, sofá, estante. Já o papelão é diverso. Papelão é reciclado (Hada – liderança).

Os principais materiais coletados pela COOPCARMO são o metal, o plástico, o papel e o vidro, os quais se desdobram em inúmeras classificações e finalidades. Estas é que atendem ao interesse do mercado, e isso foi uma árdua descoberta para os cooperados, pois não se tratava apenas de juntar material e vender, mas o que vender e a quem vender, buscando essa qualificação no seu no próprio fazer:

> **[**...] Tivemos que aprender a nos comunicar muito para poder achar os compradores certos. Hoje em dia a gente tem os compradores. Hoje em dia pra cada mercadoria a gente tem o comprador certo. Um para o plástico, outro para o jornal [...] (Vânia**).**

Provocando os cooperados para o reconhecimento dos produtos com que lidam, a liderança estabelece uma dinâmica de identificação de materiais:

> [...] quem viu o polietileno de alta densidade, quer dizer onde está? E o polietileno de baixa densidade, cadê o papelão colorido, cadê o papelão ondulado? Aí no outro dia eu vou trabalhando e vou perguntado pra eles, né? O plástico é derivado de que? Quantas árvores deixam de ser derrubadas quando se recicla um papel? Coisas assim que é pra ver se eles guardam. Como é o nome desse material aqui? Cadê a malha de alumínio? Às vezes eles ficam todos perdidos (Hada - liderança).

Quem quer lixo?

Segundo a classificação do CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem (1996), as cooperativas e centros de triagem estariam na fase dois do primeiro nível da cadeia de produção[4] de recicláveis. Nesse sentido a COOPCARMO é produtora de material que possui valor agregado sendo, portando, uma "mercadoria". Desta forma, a problemática e a valorização do lixo não é de interesse apenas dos desqualificados para o mundo do trabalho, mas de toda uma rede social, o que torna a questão complexa e paradoxal.

[4] Na base do primeiro nível da cadeia se encontrariam os catadores autônomos, num segundo momento desse nível, as cooperativas organizadas e centros de triagem; no nível dois pequenos e médios sucateiros; no nível três grandes sucateiros e no ápice – nível quatro, os recicladores (CEMPRE, 1996).

Atualmente, as relações que a produção da Cooperativa estabelecem com o mercado parecem ser claras para os cooperados, assim como as implicações da forma de produzir, da venda e da rentabilidade dos produtos comercializados, como nos fala Vânia:

> [...] Como foi explicado, também, na reunião que a gente vai pagar INPS, aí muita gente disse "vai pagar como?" Vai ter condições da gente tirar os R$ 36,00 da seguinte forma. Com uma caçamba dessa aqui a gente arruma o dinheiro pra pagar. Se agente ganha 200,00 reais hoje, quando entregarmos esse material prensado, preparado, é claro que ele vai sair mais caro. Então a gente vai ganhar mais, com o material apenas separado não pode ser o mesmo preço. Vamos vender por mais. Se hoje a gente vende um caminhão de Pet, a R$ 0,15 o quilo, se ele for tratado vamos vender a R$ 0,35 centavos. A gente gasta mais com energia, então não dá para vender pelo mesmo preço. Então não é por que eu não sei ler corretamente que eu não esteja entendendo nada, não (Vânia).
>
> [...] Não tinha comprador certo para nada. Não sabíamos nem para quem vender. A prefeitura emprestava o caminhão para a gente colocar o jornal. Amarrava ele todinho. A gente vendia esse jornal para o pessoal para enrolar as compras. Hoje em dia tem saquinho, mas naquela época não. O dia que eles não queriam comprar, a gente ficava sem vender nada. A gente atravessava a rua de movimento, colocava tudo no caminhão e voltava para trás. Não tínhamos comprador (Vânia).

Novas relações são constituídas com compradores que revelam formas diferenciadas de negociação, apontando para uma parceria:

> [...] Vendendo material, procurando estar sempre atento ao preço do material, buscando sempre um preço novo. Aí olha, apareceu um que compra a tanto, né? A gente já adquiriu até um vínculo com os compradores. Eles também sabem do trabalho social que a gente faz aqui, da importância do trabalho. Se estamos precisando de alguma coisa eles também ajudam entendeu? Se precisa de dinheiro emprestado na hora de pagar as contas, emprestam o dinheiro pra repor, essas coisa assim, né? Este vínculo com os compradores é bom em parte, mas tem hora que não é muito bom (Hada - liderança).

A liderança se refere aqui à relação que se estabelece ancorada em outros valores, ficando difícil num outro momento, simplesmente tratar comercialmente as vendas,

> [...] não é muito bom porque tem hora assim, que você fica até receosa de chegar ou pedir um aumento entendeu? Mas eu procuro ser muito honesta com eles, né? Quando aparece alguém aqui querendo comprar um material eu digo, olha fulano de tal, apareceu alguém aqui querendo comprar o material (Hada - liderança).

O serviço de coleta seletiva realizado pela cooperativa beneficia uma extensa rede social, incluindo o mercado, o poder público e a comunidade e, contraditoriamente, em menor escala, aos próprios cooperados, pois, como nos relata a representante da Autre Terre:

> [...] É um projeto exemplar pela sua *filosofia de libertação* agora, outra coisa, é um projeto frágil que tem de ser fortalecido. A gente trabalha com processos e não com resultados ainda, e o impacto vai demorar ainda para apa-

> recer. Como na Europa demorou 20 anos para um começo de conscientização[5] (Emanuelle – AutreTerre, grifos nossos).

O que dizem que sabemos

A escolaridade formal dos cooperados gira em torno do ensino fundamental incompleto, a maioria sem o término do primeiro segmento.

> [...] Eu queria aprender a escrever, porque eu sei ler a Bíblia, e soletro "lixo é vida", recicle, lixo é vida, mas eu não consigo gravar as letras, é isso que acontece comigo (Linda Márcia).

Segundo o olhar da facilitadora da ONG, a superação das dificuldades em relação ao processo de conhecimento passa pelo resgate do sujeito integral, iniciando-se pela reconstrução de sua auto-estima, do reconhecer-se com alguém capaz de realizar:

> [...] Às vezes temos uma baixa de auto-estima ao tratar de todas as coisas. Então, eu acho que esse é o grande ponto, eu acho que educação é o grande caminho, educação para mim é convivência, conhecimento, experiência [...] então eu acho que começa por aí, você trabalhar a auto-estima, depois a autonomia [...] Vem o momento da palestra, a gente também tem os cinco minutos do "fala grupo" na reunião, abrir e falar do grupo, que é para eles se colocarem, fazer os folhetos, são ações que a gente está tentando, além das oficinas (Jaqueline – facilitadora).

A formalidade e a não-formalidade das ações educativas no trabalho tecem-se em conjunto. A organização e a dinamização das reuniões da cooperativa, o registro das discussões e decisões coletivas em atas, a organização dos roteiros de coleta seletiva nos entrepostos, a preparação das escalas de atividades - coleta no caminhão, separação na reciclagem, a organização do bazar de venda de peças re-aproveitáveis -, mesclam-se à intuitiva preparação dos textos dos *folders* de divulgação, à organização/catalogação experimental de materiais recicláveis, às dificuldades geradas pela ausência de letramento, até ao fazer-ação no momento de "ensinar o serviço" a outro cooperado.

Esses saberes têm sido trabalhados nos espaços informais de ações do grupo como os relatados acima pela facilitadora, a exemplo do espaço do "fala grupo", onde cada um pode trazer informações, falar das questões comuns ou individuais, num exercício de reconhecimento da realidade e das possibilidades de sua transformação, ao que Gutiérrez (2001), chama de uma ação educativa socialmente produtiva, onde elementos em conjunto constituem um processo integrador e relacional.

Fica claro que as tentativas de escolarização se tornam distanciadas uma vez que o universo da educação formal apresenta-se cindido da realidade dos cooperados, que apesar de desejarem resgatar a questão da escolarização, encontram impedimentos, como aponta Linda Márcia, ao se referir à possibilidade de voltar à sala de aula:

> [...] Ah! Fica todo mundo, olhando pra minha cara, todo mundo rindo. Ah se ainda fosse aqui, ia ser mais fácil, mas eu acho que eu não vou conseguir aprender nada não, quando eu tiver que gravar as coisas que nem as crianças. Já me falaram, porque você não arruma um serviço em uma loja, aí eu falo, gente eu não vou conseguir trabalhar no mercado, fazer conta, eu não tive estudo, não sei matemática. (Linda Márcia).

[5] Emanuelle se refere às experiências do trabalho com coleta seletiva nos projetos dos trabalhadores belgas.

Como se aprende e se produz conhecimento aqui

Parece ser nesse processo de integração que acontece a produção e a socialização do conhecimento dentro da COOPCARMO e nas suas relações com a comunidade. Retomando Gutiérrez (2001), um grupo que, de forma associativa, trabalha e reflete de forma crítica e dialógica sobre as suas produções vive, certamente, um intenso processo educativo.

> [...] O que a gente aprende aqui, passa para os outros. Ainda não sei falar direito. Aprendi o que é Pet, o que é um papel, plástico. É, mas a gente já sabe que em uma palestra dá para falar alguma coisa. Eu nunca fui dar palestra. Acho que vou ficar com vergonha de falar (Eliete).

A produção associada estabelece-se como instância educativa (TIRIBA, 2001), que educa os cooperados não só a partir das relações que se estabelecem nos fazeres cotidianos, mas nas demais relações com a sociedade. É interessante a fala desta cooperada ao se referir à dinâmica empregada ao ministrarem palestras sobre o trabalho da reciclagem, seja nas escolas públicas ou privadas, empresas, comunidades e até mesmo universidades. É uma relação de saber não impositivo, mas marcado pelas dinâmicas participativas, nascido a partir do interesse e desejo daquele que quer aprender.

> [...] As pessoas elogiam a gente depois da palestra. A gente pergunta primeiro o que eles querem saber. Porque se a gente ficar falando, fala coisas que eles não querem saber [...] Então a gente só responde o que eles querem saber [...] Tem colégio que a gente chega e as crianças são debochadas. Mas é assim mesmo. Pelo nível deles, eles não são nada humildes. Deixam a gente sem jeito, né? Eles falam coisas que não sabem [...] Na coleta de lixo a gente vê que está ensinando a reaproveitar os materiais. Muitas coisas que as pessoas jogam foram pensando que a coisa não vale mais nada e aí a gente tá mostrando que tem utilidade, vê que dá pra reaproveitar (Vânia).

Como foi destacado por Tiriba (2001), a produção e a acumulação do conhecimento em diversas situações, em especial quando se trata de uma produção associada, se dá no desvelar dos vários saberes do processo produtivo, através da articulação e promoção do conhecimento entre os sujeitos, da construção de valores e de sua própria reconstrução, como relata Jaqueline, ao se referir às experiências vividas nas oficinas com os cooperados:

> [...] Na reciclagem tem transformação dessas coisas, eu trabalho muito com essas oficinas de fazer caderno, brinquedo, objeto, transformar roupa. Enfim, reaproveitar essas coisas para uma transformação, que eu acho que é um processo que trabalha a auto-estima, é você estar transformando uma coisa sem uso, que seria descartada, e aquilo ter uma função, uma vida de novo, com a sua participação. É uma coisa que mexe por dentro. É uma reconstrução (Jaqueline – facilitadora).

É necessária a ampliação dos conhecimentos dos trabalhadores sobre o mundo do trabalho, entretanto, será necessário estar atento para que estes não se ancorem nos princípios apenas da sobrevivência ou das comPetências técnicas que atendam às demandas da produção.

> [...] A gente pode ensinar no meio que a gente trabalha. Mas tem muita coisa que a gente não sabe ainda. Neste trabalho que a gente faz, a gente dá palestra, aquilo que realmente a gente sabe. Tem coisas que a gente precisa sa-

> ber mais. Como separar, como coletar na rua. Mas tem muita coisa que a gente precisa aprender. Precisa aprofundar mais (Vânia).

Em relação à aquisição de conhecimentos voltados para equipamentos e tecnologias que pudessem melhorar a produção - além da prensa e do computador que já existem -, não surgiram considerações dos entrevistados a esse respeito, apenas alguns indicadores da necessidade de ampliação de conhecimentos, como descritos acima.

É interessante a colocação de Freire (2005) ao se referir às rupturas necessárias em relação às contradições que emergem do capitalismo: ser sujeito potencialmente econômico, e/ou potencialmente humano. Como dito por Tiriba (2001), a formação técnica e humana necessitam coexistir, para que se possibilite o reapoderamento do conhecimento por parte dos trabalhadores.

As redes de ação coletiva: espaços de aprendizagem

Para Cooperados e ONG, "o processo de conscientização da população é fundamental para a continuidade do projeto da Coleta Seletiva, cumprindo sua responsabilidade social de mudar mentalidades e hábitos para construir uma sociedade melhor" (COOPCARMO, 2004, p.1).

Nas experiências de organização/realização de encontros e reuniões com órgãos públicos – prefeituras; na preparação para as palestras realizadas nas escolas e comunidade; nos contatos com outros pares: grupos de catadores, cooperativas similares, Recicloteca do Rio de Janeiro; nas reuniões regionais e nacionais; e no contato e negociação com os compradores de materiais (o mercado); é que se constroem novos saberes e conhecimentos.

As práticas cotidianas da Cooperativa nas suas relações internas ou nas relações com a comunidade, tais como: promoção de coleta seletiva sistemática e organizada no município e adjacências; promoção de conscientização comunitária sobre o trabalho ambiental-social-cultural-econômico do projeto de reciclagem; palestras e atividades ministradas pelos próprios membros do grupo; ocupação de espaço de busca de cidadania (encontros, congressos e feiras, cursos de formação que tratem dos temas de interesse do grupo: meio-ambiente, reciclagem, cidadania, sustentabilidade); e promoção da reflexão cotidiana de suas práticas em reuniões organizadas e gerenciadas pelo próprio grupo - busca de gestão democrática, tornam-se instrumentos de ampliação de seus conhecimentos e saberes.

A partir destas práticas o grupo promove o suporte dos 19 partícipes, que são hoje capazes de gerir seu próprio sustento, numa perspectiva de autonomia, solidariedade e dignidade através do ser-fazer; reconhecendo a figura do feminino como força propulsora e de resistência à exclusão e implantando, com essas ações, a possibilidade de criação, de re-invenção, de alternativas.

As atividades realizadas na Cooperativa e suas formas de interação social, construindo redes de ação coletiva, caracterizam-se por alguns objetivos específicos, tornando-se primordial para o grupo o que chamam de lema – Lixo é Vida; onde, "o lixo gera trabalho, trabalho gera renda, renda devolve a dignidade e a possibilidade de prover a própria vida e a própria história" (Hada, liderança).

Considerações Finais

A análise das experiências e relações nos fazeres da COOPCARMO, apontou a relevância dos processos associativos populares de geração de trabalho e renda como contraponto

à crise do mundo do trabalho e à crise socioambiental, vislumbrando outras formas de pensar as relações entre trabalho, natureza e educação.

Parafraseando Martins (2000), aqueles que o corpo social tomou por insignificantes e que como insignificantes são tratados permanecem, entretanto, em *movimento* e, justamente por isso, mantêm-se por mérito próprio, inseridos na composição do movimento social.

Com relação aos aspectos do trabalho organizado e produzido pela cooperativa, é possível aos cooperados, liderança e ONG Autre Terre, perceber o sentido da construção de um novo conceito de trabalho – um trabalho ressignificado a partir da consideração de outros valores, e a importância destes para o empoderamento dos sujeitos.

Cooperados, liderança e ONG Autre Terre, ao mesmo tempo em que buscam primar pela cooperação, solidariedade e democracia, encontram-se pressionados pela necessidade de produtividade e das exigências do mercado. É interessante lembrar que os benefícios conquistados pelo grupo revertem-se para o mesmo sob forma de subsistência digna, de aprendizagens e parcerias. Entretanto, benefícios maiores e mais diretos acabam por direcionarem-se ao bem público – o social, e ao próprio mercado; os serviços a eles prestados têm dimensões bastante amplas.

Se por um lado a contribuição ao social é clara, o *feedback* não é recíproco, a formação ampliada e a luta pela qualificação formal não são contempladas, uma vez que a escola apresenta-se distanciada da vida e da realidade daqueles trabalhadores. Nesse sentido, o processo educativo dos cooperados vem ocorrendo dentro do espaço da organização e da produção, tentando o caminho da aprendizagem pelas potencialidades do espaço não-formal, na busca do resgate da auto-estima trabalhadores.

Em se tratando das ações geradas a partir da realização do trabalho da cooperativa, estas parecem residir no patamar do espaço público: cooperados, comunidade, poder público, empresas estatais e privadas, escolas, cooperativas, organizações ambientais, e demais instituições sociais nacionais e internacionais, entre elas a ONG Autre Terre, vêm formando uma rede de ação coletiva.

Esta rede foi criada e projetos concretos que implicam em mudanças sociais podem ser considerados, tais como: a instituição do Programa de Coleta Seletiva no município de Mesquita, em parceira com a Petrobrás que buscará estabelecer políticas públicas sobre a questão dos impactos ambientais; o projeto da COOPCARMO - Coleta Solidária, que está ocorrendo como projeto piloto com 350 residência cadastradas pela Prefeitura com a capacitação; a abertura de espaço para publicização das questões socioambientais – I Expo Reciclagem e outros, que contou com a participação das escolas, empresários, academia, comunidade, ONGs, pequenos expositores; experiências sobre reciclagem; oficinas de reaproveitamento; e projeto de capacitação de noventa catadores de rua que serão incluídos nos programas sociais da Prefeitura, buscando o resgate da cidadania desse sujeitos que terão sua formação iniciada pela própria COOPCARMO.

A análise dessas experiências e relações nos traz contribuições das mais variadas dimensões: social, econômica, educativa, ambiental. Entretanto, parecer ser no campo da política e da cultura que acabam por envolver todas as demais ordens, que se destacam as constatações desse estudo: uma forma de cultura cunhada inicialmente, pelo fazer – pelo trabalho, um tipo de trabalho (re)significado, que surge como princípio e fim educativo no cotidiano daqueles sujeitos e que vai se ampliando para as demais relações sociais.

A complexidade que envolve tais fazeres nos coloca diante de uma gama de contribuições que são desenvolvidas nas atividades realizadas pelo grupo, seja pelo montante de lixo recolhido da natureza – prestação de serviço público; pelo resgate dos sujeitos através da geração de renda e da recuperação da dignidade; pelas aprendizagens dos cooperados e da comunidade, sob a ótica de outros valores sociais; pelas novas oportunidades criadas; pelas rela-

ções estabelecidas com o poder público e privado; pela interação estabelecida com a escola e pela inclusão através do reapoderamento do espaço social, entre tantas outras.

A COOPCARMO com seu movimento local e pontual acaba por congregar para a "roda de discussão", os mais diversos atores sociais, representativos e significativos de nossa sociedade, mesmo que estes se apresentem com intenções muito distintas. E não seria esse o maior propósito? O de resgate do espaço público enquanto fórum social? Sabemos que não é pela busca de unanimidade, pela homogeneização, que a sociedade se tornará mais equânime, mas pela garantia do espaço de explicitação/publicização da diversidade de idéias e concepções, das diferenças, que poderemos viabilizar, e quem sabe alcançar, a possibilidade de democracia, de cidadania, de inclusão social e de uma economia realmente solidária.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BUARQUE, C. **Admirável mundo atual**. Dicionário Pessoal dos Horrores e Esperanças do Mundo Globalizado. São Paulo: Geração Editorial, 2001

CEMPRE. O Sucateiro e a Coleta Seletiva . **Reciclagem e negócios – Mercado de Sucatas**, julho, 1996.

CATTANI, A. D. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A.D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

COOPCARMO. I**nformativo** nr. 03, Rio de Janeiro, Mesquita, 2004.

CORAGGIO, J.L. Economia do trabalho. In: **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GUTIÉRREZ, F. Educação Comunitária e desenvolvimento sócio-político. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.) **Educação comunitária e Economia Popular**. SP: Cortez, 2001.

ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia popular. In: CATTANI, A. D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

MARTINS, J. de S. M. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

NASCIUTTI, J. C. R. **Participação comunitária para melhor qualidade de vida**. Série Documenta. Nr. 11, Ano VIII. Eicos/Cátedra da UNESCO de Desenvolvimento Durável. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

NERI, M. **O mapa do fim da fome**. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: FGV, agosto, 2001.

OFFE, Claus. Trabalho: categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº. 10, vol. 4, jun 1989: 5-18.

RAICHELIS, R**. Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 2000.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. & GUTIERREZ, F. (Orgs.) **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 2001.

SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. In: **Revista Proposta**, nr.72. Rio de Janeiro: FASE, março/maio de 1997.

SOUZA SANTOS, B. **A queda do Ângelus Novus. Para além da equação moderna entre raízes e opções.** São Paulo: Novos Estudos - CEBRAP, 1997.

TIRIBA, L. **Economia Popular e a cultura do trabalho:** Pedagogia (s) da produção associada. RS: Ed. Inijuí, 2001.
www.outreterre.org.
www.mesquita.rj.gov.br

ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL EM SÃO PAULO

*César Augusto Andaku**

RESUMO

A década de 1990 no Brasil se caracterizou por importantes transformações econômicas e sociais e teve como uma das conseqüências marcantes o aumento do desemprego nas principais regiões metropolitanas do Brasil. O fortalecimento de políticas alternativas de trabalho aparece como contraponto à perda de dinamismo da economia e desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

As políticas públicas associadas à Economia Solidária se apresentaram como uma fonte alternativa de geração de trabalho e renda, articuladas com o processo de formação política para a construção de novas relações de solidariedade.

O presente artigo tem por objetivo analisar os dois primeiros anos de implementação do programa *Oportunidade Solidária* da prefeitura municipal de São Paulo, anos de 2001 e 2002. Para isso, analisar-se-á o desempenho da economia e do mercado de trabalho durante a década de 1990, como forma de entender o contexto em que se fortalecem essas iniciativas. Em seguida, analisa-se o programa do ponto de vista do perfil dos beneficiados, diante do objetivo de atenuar a situação do desemprego na região metropolitana de São Paulo.

Palavras-chave: economia solidária; políticas públicas de emprego, trabalho e renda; políticas de geração de trabalho e renda.

---

* Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP no ano de 2004; monitor da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp (ITCP/Unicamp) de junho de 2003 a dezembro de 2005. ceandaku@yahoo.com, ceandaku@gmail.com

Introdução

A década de 1990 significou ao Brasil a adoção da estratégia neoliberal de desenvolvimento, estabelecendo o fim do nacional-desenvolvimentismo que entrara em crise nos anos 1980 e havia vigorado desde os anos 1930. Porém, a perda de dinamismo da economia brasileira foi ainda mais aguda do que a década anterior, caracterizada por altos índices de inflação. O baixo nível da taxa de investimento nos anos 1990 contribuiu para um crescimento pífio do produto interno bruto, tendo como uma das conseqüências a desestruturação do mercado de trabalho e aumento da precariedade nas relações de trabalho. Uma das conseqüências foi o aumento significativo da taxa de desemprego no país, principalmente nas regiões metropolitanas.

A desestruturação do mercado de trabalho, com aumento da taxa de desemprego, abriu espaço no debate nacional sobre a adoção de políticas alternativas de geração de trabalho e renda; alternativas em relação aos instrumentos clássicos de combate ao desemprego, como seguro-desemprego, intermediação e qualificação de mão-de-obra. Dentre essa nova geração de política, destacam-se as iniciativas associadas à Economia Solidária, ou Economia Popular e Solidária. São políticas de formação e apoio a pequenos empreendimentos associativos ou cooperativados, que visam atenuar a situação de desemprego, promovidas principalmente no âmbito municipal, sendo alçada a política federal apenas recentemente, a partir de 2003, com a implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

A prefeitura municipal de São Paulo promoveu entre os anos 2001 e 2004 o programa *Oportunidade Solidária*, para a geração de trabalho e renda associada ao tema da Economia Solidária. O objetivo deste artigo é fazer um balanço dos dois primeiros anos do programa no que se refere ao perfil dos participantes. Para isso, analisaremos os movimentos da economia brasileira e do mercado de trabalho na década de 1990, que serão as condições objetivas para o fortalecimento das políticas de Economia Solidária e a base do contexto em que estava inserido o programa *Oportunidade Solidária*, no município de São Paulo.

A economia brasileira na década de 1990

A década de 1990 trouxe profundas transformações sociais e econômicas ao país. Uma nova estratégia de desenvolvimento passou a se estabelecer como forma hegemônica para a orientação das políticas públicas no país, tanto do lado da política econômica quanto das políticas sociais, mudando o paradigma de estratégia que perdurou no país desde os anos 1930, o nacional-desenvolvimentismo. As aberturas comercial e financeira, privatizações de empresas públicas e política monetária restritiva foram alguns dos instrumentos utilizados para a implementação dessa nova estratégia, onde o Plano Real se tornou paradigma dessas transformações.

Essa estratégia de desenvolvimento visava não somente à estabilização interna dos preços, problema evidenciado desde os anos 1980, mas também à uma nova forma de inserção nos mercados globalizados (BELLUZZO, 2002). A primeira metade da década pode ser caracterizada como o início da implementação da estratégia neoliberal de desenvolvimento. Ainda sob os governos Fernando Collor e Itamar Franco, observam-se os processos de abertura comercial, liberalização financeira e privatizações que foram impulsionados a partir do Plano Real.

A abertura comercial provocou o aumento da concorrência de produtos e produtores no mercado interno, promovendo um processo de reestruturação tecnológica e organizacional nas empresas nacionais e também contribuiu na estabilização de preços, a partir desse aumento de concorrência de produtos. Esse processo de reestruturação produtiva das empresas nacionais, bem como a entrada de novas empresas estrangeiras tinham como um dos

objetivos impulsionar uma reinserção no comércio internacional baseada na exportação de produtos com maior conteúdo tecnológico (BARROS, 1997).

A conseqüência, porém, dessa abertura, juntamente com a política de valorização da moeda nacional que veremos a seguir, foi a deterioração do saldo comercial na segunda metade da década de 1990, passando de superavitário em US$ 10,4 bilhões em 1994 para sucessivos déficits nos anos seguintes (US$ 3,4 bilhões em 1995, US$ 5,6 bilhões em 1996 e US$ 6,7 bilhões em 1997). O saldo voltaria a ser novamente superavitário somente na década de 2000, impulsionado pelo aumento do volume exportado e dos preços internacionais das *commoditties* (IEDI, 2006).

Como resultados, além do fechamento de várias unidades produtivas no país, por conta da concorrência interna abrupta e predatória, citam-se a desarticulação de diversas cadeias produtivas, desnacionalização de parte do parque produtivo e pouca resposta à exportação desses setores que foram modernizados (CARNEIRO, 2002). Em relação a este último ponto, Laplane & Sarti (1997) destacam as diversas estratégias adotadas pelas empresas estrangeiras, mas que visavam primordialmente à concorrência no mercado interno brasileiro, isto é, a despeito do esperado investimento em produtos para exportação, como supunha BARROS (1997), as empresas optaram pela disputa do mercado interno, enquanto somente as que atuavam nos setores de mineração e agrícola declaravam interesse pelo mercado internacional. A atuação no mercado interno acabou se direcionando principalmente às privatizações e fusões e aquisições, especialmente no setor de produtivo em um primeiro momento e em seguida no setor de serviços, produzindo mais impacto na remessa de lucros do que na exportação de bens, o que acabou por contribuir na deterioração do balanço de pagamentos.

Ao promover a manutenção da taxa de câmbio valorizada, a partir de 1994, bem como o incremento do volume das importações, a abertura financeira e a taxa de juros interna se tornaram instrumentos fundamentais para a atração de capitais estrangeiros, resultando em um frágil equilíbrio no balanço de pagamentos, devido à tendência crescente de déficit na balança comercial e nas características do capital, principalmente de curto prazo. Essa política contribuiu na desnacionalização e concentração de parte do sistema bancário nacional e na manutenção de altas taxas de juros a partir do Plano Real. Dessa forma, o déficit em conta corrente acumulado de 1995 a 1999 (US$ 23,5 bilhões) e da conta de serviços e rendas, que aumentou cerca de 40 pontos percentuais (de US$ 18,5 bilhões para US$ 25,8 bilhões) na segunda metade da década de 1990 por conta do pagamento maior de juros, lucros e dividendos ao exterior, foram financiados pela conta de capital, que contabilizou saldo positivo de cerca de US$ 136 bilhões entre 1995 e 1999, ou 80 p.p. do saldo da década inteira.

A manutenção de altas taxas de juros, portanto, era fundamental para a atração de capitais externos que pudessem financiar os crescentes déficits na balança comercial e na conta de serviços e rendas.

Porém, a fragilidade do balanço de pagamentos ficou evidente a partir de meados de 1998, com as sucessivas crises no mercado financeiro internacional, as chamadas crises da Ásia e da Rússia. A intensa fuga de capitais do país teve como resposta do governo federal a elevação das taxas de juros, novamente, e na mudança do regime cambial em janeiro de 1999, para o sistema de câmbio flexível, após o insucesso na tentativa de manutenção do câmbio com o uso das reservas internacionais.

A política de juros, portanto, ao longo do Plano Real, permitiu, por um lado, a formação de reservas internacionais que foram rapidamente absorvidas na crise de 1999, e provocou, por outro, a contração do investimento privado, diante da alta taxa de juros, e também do setor público. A fragilização das contas públicas pode ser observada a partir do aumento da dívida líquida do setor público, de 20 p.p. do PIB em 1994 para mais de 35 p.p. em dezembro de 1999, relacionado, entre outros fatores, ao impacto da taxa de juros sobre o

estoque da dívida e à desvalorização cambial de 1999. Isso implicou em uma restrição ao investimento público, menos pelo lado do aumento do custeio administrativo do que pelo pagamento de juros da dívida interna (IPEA, 2007). Algumas das conseqüências desse processo de aumento da dívida foram a repactuação das dívidas de estados e municípios e a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, limitando o gasto com custeio administrativo e priorizando o pagamento de juros das dívidas, implicando em severas restrições na capacidade de investimento público nos três níveis de governo.

Nesse cenário de altas taxas de juros, restrição ao investimento público e aumento da concorrência de produtos importados, a taxa de investimento global da economia brasileira ficou abaixo inclusive dos índices da década de 1980, em contexto de alta inflação. A taxa de investimento total da economia esteve por volta de 20 p.p. do PIB (máximo de 21,4 em 1998 e mínimo de 19,7 em 1999), em contraste com os anos 80 (cerca de 22 p.p., com pico de 26 p.p. em 1989).

O crescimento do produto interno bruto no período também foi baixo. O aumento do PIB na década de 1990 de 19,5 p.p. em relação ao último ano da década anterior representa um crescimento médio anual de 1,8 p.p., pouco acima do crescimento da população, de cerca de 1,5 p.p. Com isso, o crescimento do PIB *per capita* em todo o período foi de apenas 5 p.p.. Em contraste, entre os anos 1940 e anos 1970 o PIB aumentou em média 7 p.p. ao ano, representando crescimento de 3,9 p.p. ao ano no PIB *per capita*, mesmo com taxa de crescimento da população de duas vezes maior que a década de 1990 (BALTAR, 2003a).

As transformações observadas ao longo da década de 1990 apontaram, portanto, para uma estratégia de desenvolvimento que evidenciava o combate à inflação, mas que era um instrumento para uma nova forma de inserção nos fluxos de capitais e no comércio mundial. Porém, acabaram por implicar em desnacionalização e desestruturação de parte da cadeia produtiva nacional devido à abertura comercial indiscriminada, aumento da vulnerabilidade externa por conta da deterioração da situação do balanço de pagamentos, restrição à capacidade do investimento público pela aceleração da dívida interna, baixa taxa de investimento na economia brasileira também pela política de juros altos do período e, portanto, baixo dinamismo da economia, evidenciado nos baixos índices de variação do produto interno bruto.

Na próxima seção analisar-se-á como essa estratégia neoliberal de desenvolvimento se expressou no mercado de trabalho nacional.

O mercado de trabalho na década de 1990

O mercado de trabalho brasileiro, fortemente heterogêneo, com baixa proteção social e de baixos salários (OLIVEIRA, 1998), respondeu de diversas formas ao neoliberalismo no país. O aumento da taxa de desemprego, com reorientação no perfil do desemprego, desassalariamento, queda do rendimento real dos salários, aumento das formas atípicas de contratação relacionadas à precarização nas relações de trabalho são alguns dos impactos observados no mercado de trabalho ao longo da década de 1990. Isto é, a década de 1990 pode ser caracterizada como um período de desestruturação do mercado de trabalho.

Para Marcio Pochmann (1999), as políticas macroeconômicas dos anos 90, voltadas principalmente ao combate à inflação e à desregulamentação dos mercados e não às políticas de geração de emprego, aliadas a baixas taxas de crescimento, foram responsáveis diretos pelo aumento do desemprego e das ocupações precárias na última década.

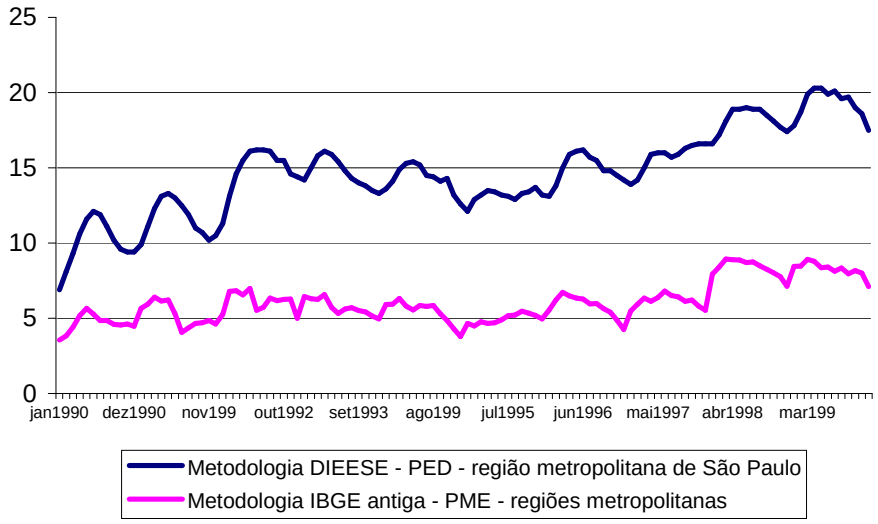
A taxa de desemprego no país, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, saltou de menos de 4 pontos percentuais em janeiro de 1990 para mais de 7 p.p. no

final da década[1]. Já a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do DIEESE e da Fundação SEADE aponta que o desemprego cresceu de 7 p.p. em 1990 para 18 p.p. em 1999 na região metropolitana de São Paulo (RMSP)[2]. Isto significa que, somente na região metropolitana de São Paulo, houve um aumento do contingente populacional desempregado da ordem de 1 milhão de pessoas.

Cabe destacar que, apesar da queda na taxa média de crescimento populacional, se comparado com as décadas anteriores, 1,5 p.p. nos anos 1990, 1,9 p.p. e 2,5 p.p. nos anos de 1980 e 1970[3], respectivamente, o crescimento da economia brasileira não foi suficiente para incorporar não só os que estavam ingressando no mercado de trabalho – crescimento da PEA de 13 p.p. –, mas também os que perderam emprego no período, dando forma à crescente taxa de desemprego observada (BALTAR, 2003a).

Gráfico 1

Taxas de desemprego nas regiões metropolitanas do Brasil e na região metropolitana de São Paulo – 1990 a 1999.



Fonte: IBGE e DIEESE/SEADE

Observa-se na tabela 1 os impactos das mudanças dos anos 1990, com queda do assalariamento na ocupação não-agrícola, aumento do emprego sem carteira e do trabalho por conta-própria. Ao final da década, somente 4 em cada 10 pessoas ocupadas tinham registro em carteira de trabalho, o que lhes conferia acesso aos direitos trabalhistas consolidados na Constituição de 1988, como férias, décimo-terceiro, licença-maternidade, seguro-desemprego, etc. Há que se destacar, na estrutura de ocupações do país, a significativa parcela da população que trabalha ligada ao serviço doméstico, 1 em cada 10 pessoas ocupadas, e em conta-própria, cerca de 2 em cada 10. Apesar de estes dados se referirem ao conjunto das regiões metropolitanas somente, é possível inferir impactos semelhantes, ou até mesmo mais agudos, na região metropolitana de São Paulo, onde as indústrias desempenharam papel importante na oferta de empregos assalariados com carteira assinada por mais da metade do século XX.

[1] Taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas (referência 30 dias). Antiga metodologia; refere-se a pessoas com 15 anos ou mais de idade.
[2] Compreende taxa de desemprego aberto e oculto (trabalho precário e desemprego por desalento).
[3] Fonte: IBGE.

Tabela 1
Composição da ocupação não-agrícola segundo posição na ocupação. Brasil 1989 e 1999

Posição na Ocupação	1989	1999
Empregado com carteira	51,9	42,7
Empregado sem carteira	14,9	17,4
Conta-própria	18,4	22,5
Empregador	4,3	4,6
Não remunerado	2,1	2,9
Serviço doméstico	8,4	9,9
Total	100	100

Fonte: PNAD-IBGE, *apud* BALTAR (2003a)

O aumento do trabalho por conta-própria está relacionado principalmente ao processo de reestruturação produtiva nacional, apoiado em um ambiente legal que permitiu a precarização das relações de trabalho. Neste sentido, José Dari Krein (2003) constata diversas ações que podem ser identificadas com esse processo, como a diminuição do quadro de funcionários nas hierarquias superiores das grandes e médias empresas, terceirização de atividades antes realizadas pelas próprias empresas e o aumento da contratação de pessoas jurídicas para atividades de apoio às atividades das empresas (a contratação do "PJ"). Percebe-se ainda o aumento da precarização nas questões relacionadas a formas de contratação, tempo de trabalho e padrão de remuneração, todas associadas ao menor pagamento de contribuições sociais e direitos trabalhistas por parte das empresas, mas que implicam em menor proteção social e perda de qualidade nas condições de trabalho (KREIN, 2003).

Percebe-se, diante desse cenário de aumento do desemprego e aumento da precarização nas relações de trabalho, a tendência de desestruturação do núcleo da classe trabalhadora historicamente mais dinâmico, qual seja, trabalhadores urbanos de grandes e médias empresas, assalariados, homens, chefes de família (IPEA 2007, HOFFMANN & MENDONÇA 2003). Além disso, supõe-se que os setores da classe trabalhadora menos dinâmicos e protegidos não passaram imunes a essas transformações, observando queda nos rendimentos do trabalho, perda de direitos trabalhistas e de proteção social, etc.

Segundo Hoffmann & Mendonça (2003), o aumento da taxa de desemprego entre os homens e os chefes de família pode ser considerado como a maior evidência da perda de dinamismo do mercado de trabalho, pois historicamente são os segmentos de maior constância e presença no mercado de trabalho. Segundo os autores, esse fato deve ser obervado com atenção:

> *Do ponto de vista social merecem destaque o crescimento do desemprego entre os chefes de domicílio, que, na maior parte dos casos, são os principais provedores da família, e a elevação das taxas de desemprego dos cônjuges, revelando suas dificuldades de cooperar para a manutenção dos rendimentos familiares, na hipótese do desemprego do chefe de domicílio. (HOFFMANN & MENDONÇA, 2003).*

O município de São Paulo não sofreu transformações diferentes do observado em todo o país. Como pode ser observado na tabela 2, o desemprego no município saltou de cerca de 10 p.p. no início da década para quase 18 p.p. em 1999, segundo dados do DIEESE/SEADE. A preocupação de Hoffmann & Mendonça (2003) fica mais evidente com os dados sobre desemprego entre os chefes de famílias, que passou de 5 p.p. para cerca de 11 p.p. durante a década de 1990. Assim também se comporta a taxa de desemprego dos homens, praticamente dobra no período (de 8,6 p.p. para 16,2 p.p.), enquanto no caso das mulheres, o desemprego atingia cerca de 1 em cada 5 que estavam no mercado de trabalho em 1999.

Também pode ser observado o expressivo desemprego entre os jovens, onde nas duas primeiras faixas etárias, 10 a 14 anos e 15 a 17 anos, a taxa de desemprego atinge 50 p.p., isto é, a metade dos jovens dessas faixas estava desempregada. Percebe-se que, diante das transformações da economia brasileira ao longo da década de 1990, houve uma dificuldade crescente de inserção dos jovens no mercado de trabalho, o que pode estar relacionado à perda de dinamismo da economia. Concomitante a esse processo, o aumento da taxa de desemprego na faixa etária de *40 anos ou mais* pode estar relacionado às mudanças na estrutura produtiva e de ocupação.

Tabela 2

Taxa de desemprego segundo atributos pessoais. Município de São Paulo. 1990 a 1999.

Ano	Total	Chefe de família	Sexo		Faixa Etária				
			Homens	Mulheres	10 a 14 Anos	15 a 17 Anos	18 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 Anos e Mais
1990	9,7	5,0	8,6	11,4	35,2	24,7	14,0	7,4	4,4
1991	10,8	6,3	9,7	12,2	34,7	25,2	15,1	8,5	5,8
1992	14,2	8,5	13,2	15,7	42,8	36,2	19,8	11,3	7,5
1993	13,4	7,4	12,5	14,7	42,6	36,2	18,9	10,7	6,6
1994	13,1	7,2	11,6	15,2	42,8	36,7	19,2	10,2	6,4
1995	12,4	6,8	11,3	13,9	43,7	31,9	18,6	9,3	6,5
1996	14,0	7,9	12,6	15,9	41,8	37,2	20,2	11,3	7,7
1997	14,8	8,8	13,1	16,9	42,5	38,7	21,3	12,1	8,3
1998	17,0	10,2	15,0	19,6	47,8	45,6	24,5	13,6	10,3
1999	17,9	10,8	16,2	19,8	49,7	48,2	25,9	14,4	11,2

Fonte: DIEESE/SEADE

Dentro da massa de desempregados, nota-se o aumento da participação das mulheres e da faixa daqueles que têm *40 anos ou mais*. O desemprego feminino, que cresceu fortemente no período (cerca de 8 p.p. ao longo da década), fez aumentar sua participação no total dos desempregados, para 50,1 p.p. no final da década de 1990, *vis-a-vis* 47,5 p.p. em 1990, o que significa um crescimento do desemprego feminino maior do que a taxa total, superando a participação dos homens desempregados. Outro destaque é a diminuição do peso dos jovens entre *10 e 14 anos* no desemprego total, cerca de um terço do valor do início da década, mas com uma queda da taxa de participação de 13 p.p. para 7 p.p. ao longo da década de 1990[4]. Ou seja, apesar do aumento da taxa de desemprego entre os jovens dessa faixa etária, houve uma queda na taxa de participação com a saída dos jovens do mercado de trabalho, diminuindo seu peso no conjunto da população economicamente ativa. Por outro lado, observa-se que a faixa etária *40 anos ou mais* representou, no final da década, um quinto do total de desempregados, de 12,2 p.p. em 1990 para mais de 20 p.p. em 1999.

[4] Fonte: DIEESE/SEADE – PED.

Tabela 3
Distribuição dos desempregados no município de São Paulo. 1990 a 1999.

Ano	Total	Sexo		Faixa Etária				
		Homens	Mulheres	10 a 14 Anos	15 a 17 Anos	18 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 Anos e Mais
1990	100	52,5	47,5	8,5	16,0	31,5	31,8	12,2
1991	100	52,4	47,6	7,0	14,5	30,3	33,0	15,2
1992	100	53,6	46,4	6,9	15,1	29,7	33,1	15,2
1993	100	53,4	46,6	7,1	15,8	30,0	32,9	14,2
1994	100	50,8	49,2	6,6	16,4	30,6	32,0	14,4
1995	100	51,9	48,1	7,1	15,7	30,8	30,3	16,1
1996	100	50,5	49,5	5,5	14,8	30,0	32,7	17,0
1997	100	49,8	50,2	4,8	14,8	29,5	33,4	17,5
1998	100	49,3	50,7	3,9	14,0	30,8	32,6	18,8
1999	100	49,9	50,1	3,1	13,3	30,7	32,6	20,3

Fonte: DIEESE/SEADE

Para o enfrentamento das questões relativas ao desemprego, a década de 1990 significou, segundo Marcio Pochmann (1999), uma mudança nas políticas de emprego no plano federal, com caráter mais passivo; pois, segundo o autor, essas políticas estariam descoladas dos reais determinantes do emprego. Observa-se, por outro lado, a ampliação dos programas de geração de trabalho e renda[5] durante a década de 1990, mas com pouca expressão por conta dos escassos recursos proporcionados pela legislação a esse tipo de política (IPEA, 2007). Ou seja, as transformações sociais e econômicas e a falta de dinamismo da economia brasileira na década de 1990 geraram forte desestruturação no mercado de trabalho, abrindo espaço para o fortalecimento de políticas alternativas de trabalho. Alternativas em dois sentidos, de que essas políticas não vão nos determinantes reais do emprego e porque não utilizam exclusivamente os instrumentos clássicos ligados ao desemprego friccional, como seguro-desemprego, intermediação e qualificação de mão-de-obra (GIMENEZ, 2003).

Observa-se que os programas de geração de trabalho e renda associados à Economia Solidária e ao microcrédito obtiveram maior amplitude no plano municipal, com várias prefeituras do país adotando essa forma de combate ao desemprego. Os programas fundamentam-se no apoio à criação de empreendimentos associativos e autogestionários através de diversas ações, como a disponibilização de crédito, convênios com incubadoras públicas e privadas para prover cursos de formação, apoio jurídico para os empreendimentos, etc.

Na seção seguinte, far-se-á uma análise da implementação do programa *Oportunidade Solidária* pela prefeitura de São Paulo no período 2001 a 2004. Neste artigo analisaremos os seus dois primeiros anos de implementação, observando o perfil das pessoas beneficidas pelo programa e os principais instrumentos utilizados para a consolidação do programa. Busca-se analisar os impactos que esse tipo de programa pode proporcionar diante de um quadro pouco dinâmico do mercado de trabalho que caracterizou a década de 1990.

Economia Solidária e inclusão social em São Paulo

O programa Oportunidade Solidária, iniciado em agosto de 2001, estava situado como

[5] Citam-se o Programa de Geração de Trabalho e Renda (PROGER), Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (PROEMPREGO), Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador na Região Norte e Nordeste de Minas Gerais (PROTRABALHO) e o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP).

um *Programa Emancipatório*, dentro de uma política mais ampla de inclusão social elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo (SDTS/PMSP). Assim, ele estava entrelaçado com os *Programas Redistributivos* e de *Apoio ao Desenvolvimento Local*, onde os *Programas Redistributivos* representam o estágio inicial da estratégia, caracterizado por um verdadeiro choque distributivo.

De fato, pela formulação inicialmente pensada:

> *"Os Programas Emancipatórios caminham no sentido da autonomização dos indivíduos, resgatados como cidadãos. E os Programas de Apoio ao Desenvolvimento local partem do pressuposto de que os dois outros blocos de programas dependem de uma rearticulação socioeconômica das forças produtivas e dos movimentos sociais no seu espaço territorial" (AMORIM & OLIVEIRA, 2003, p. 65).*

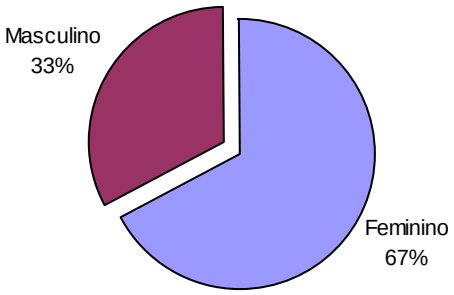
O público beneficiado pelo programa advinha essencialmente dos *Programas Redistributivos*, em busca da chamada autonomização do indivíduo. A preocupação com a consolidação dos empreendimentos justificava-se, portanto, com essa autonomização dos beneficiados em relação ao poder público e com a própria expansão do programa de inclusão social, possibilitando sempre o atendimento de um público novo. Pela própria característica dos programas de transferência de renda, de serem de curto prazo e de serem incapazes de retirarem uma família da situação de pobreza de forma definitiva, torna-se ainda mais necessária a busca por essa consolidação dos empreendimentos apoiados pelo *Oportunidade Solidária*.

As duas fases do programa aqui analisadas correspondem aos períodos agosto a dezembro de 2001 e outubro de 2002 a janeiro de 2003, respectivamente. Em sua primeira etapa, o programa recebeu 4.200 pessoas advindas dos programas *Começar de Novo* e *Bolsa-Trabalho*. Dessas, 3.420 pessoas participaram efetivamente dos seis meses de atividades (cerca de 80 p.p. eram mulheres), que consistiam basicamente em cursos de formação. Ao final dessa primeira etapa, 34 empreendimentos associativos foram organizados, congregando 428 pessoas, e houve ainda 50 empreendimentos individuais lançados (SCHWENGBER, 2003).

Já na segunda fase do programa houve forte ampliação no total de beneficiados, cerca de 13.500 pessoas, sendo 67 p.p. do público do sexo feminino (gráfico 2). Em relação à escolaridade, mais da metade não havia concluído o ensino fundamental (quase 60 p.p. entre analfabetos e fundamental incompleto), enquanto cerca de 11 p.p. havia completado o ensino médio, e menos de 1 p.p. havia ao menos estudado no ensino superior, sem necessariamente completá-lo (tabela 4).

Com relação à situação no mercado de trabalho, o resultado da pesquisa com os participantes do programa revela a precariedade das condições dos beneficiados no início dos anos 2000 (tabela 5). Utilizando uma metodologia análoga à da PED (DIEESE/SEADE), pode-se considerar o "faz bico" como uma situação de desemprego oculto pelo trabalho precário; ao mesmo tempo adiciona-se o "nunca trabalhou" como desemprego aberto, pois estavam no programa a procura de uma ocupação. Dessa forma, o desemprego total (aberto e oculto) atingiria cerca de 83 p.p. dos participantes do programa. Ao adicionar os estudantes como pessoas a procura de remuneração, e também a procura de emprego, o desemprego total atingiria 98,5 p.p. Apenas 1,5 p.p. seriam considerados ocupados, nos serviços do lar, conta-própria e outros, e estariam no programa com o objetivo de uma complementação de renda, tendo uma ocupação anterior à participação no programa.

Gráfico 2
Perfil dos beneficiados segundo sexo



Fonte: SCHWENGBER, 2003. Elaboração própria.

Tabela 4
Perfil dos beneficiados segundo escolaridade

Série	Nº	%
Analfabeto	323	2,5%
Ensino fundamental incompleto	7.304	56,2%
Ensino fundamental completo	1.592	12,3%
Ensino médio incompleto	2.279	17,5%
Ensino médio completo	1.393	10,7%
Ensino superior completo ou incompleto	102	0,8%
Total	12.993	100,0%

Fonte: SCHWENGBER, 2003. Elaboração própria.

Tabela 5
Perfil dos beneficiados segundo situação no mercado de trabalho

Situação no mercado de trabalho	Nº	%
Desempregado	5.764	43,8%
Faz "bico"	4.810	36,6%
Estudante	2.071	15,8%
Nunca trabalhou	300	2,3%
Do lar	99	0,8%
Conta própria	53	0,4%
Outros	52	0,4%
Total	13.149	100,0%

Fonte: SCHWENGBER, 2003

Sobre o perfil etário dos participantes, destaca o fato de que praticamente metade do público estava na faixa *40 a 49 anos de idade*, enquanto 30 p.p. tinham menos de 28 anos de idade e outros 21 p.p. tinham entre 50 e 59 anos de idade. Ou seja, cerca de 70 p.p. dos beneficiados tinham entre 40 e 60 anos.

Por fim, sobre os dados obtidos, 94 p.p. dos participantes do programa tinham renda familiar menor que R$ 401,00, sendo que cerca de 54 p.p. tinham renda menor que R$ 201,00.

Tabela 6.
Perfil dos beneficiados segundo faixa etária

Faixa etária	Nº	%
Até 28 anos	3.965	29,4%
40 a 49 anos	6.536	48,4%
50 a 59 anos	2.805	20,8%
60 anos ou +	185	1,4%
Total	13.491	100,0%

Fonte: SCHWENGBER, 2003

Tabela 7
Perfil dos beneficiados segundo faixa de renda familiar

Faixa de renda familiar	Nº	%
Até R$100,00	2.737	20,4%
R$100,00 a R$200,00	4.521	33,6%
R$200,01 a R$400,00	5.394	40,1%
R$400,01 ou +	797	5,9%
Total	13.449	100,0%

Fonte: SCHWENGBER, 2003

O *Oportunidade Solidária* tinha, basicamente, cinco orientações gerais, quais sejam, a formação para a autogestão popular; assessoria e assistência para a organização dos empreendimentos; capacitação técnica para desenvolvimento da atividade prevista; desenvolvimento de tecnologias sociais; e, por fim, estratégias de comercialização. Em relação à primeira orientação, havia ações que consistiam efetivamente na provisão de cursos de formação, que procuram estimular a organização de pessoas, principalmente as advindas dos programas *Redistributivos*. O segundo eixo de orientação relaciona-se a articulações de instrumentos que viabilizem inicialmente a constituição do empreendimento, como acesso a crédito, inserção de mercado, além é claro dos processos de gestão . A terceira orientação visa ofertar a capacitação técnica particularmente no desenvolvimento de produtos, buscando parcerias com incubadoras. A quarta orientação visa o desenvolvimento, através de parcerias, de tecnologias sociais apropriáveis pelos empreendimentos, tanto do ponto de vista econômico quanto do acúmulo de conhecimento dos beneficiados pelo programa. Por fim, a quinta orientação visa, já entrelaçando com o tema do Desenvolvimento Local, a busca por mecanismos de comercialização que facilitem a gestão dos empreendimentos, como a busca e descentralização de espaços para comercialização.

Importante destacar a criação do Conselho de Desenvolvimento Solidário (CDS), que tinha por objetivo acompanhar e elaborar propostas de ação junto à coordenação do programa. Faziam parte do CDS representantes de instituições dos trabalhadores, representantes dos empreendimentos e representantes de universidades e instituições de pesquisas parceiras[6], além dos coordenadores dos programas da SDTS/PMSP. Nesse sentido, a participação de atores da chamada "sociedade civil" contribui para o desenvolvimento das políticas, de um modo geral, e também na sua implementação, facilitando a articulação dos atores e promovendo um certo "comprometimento" desses atores com a política ou o programa.

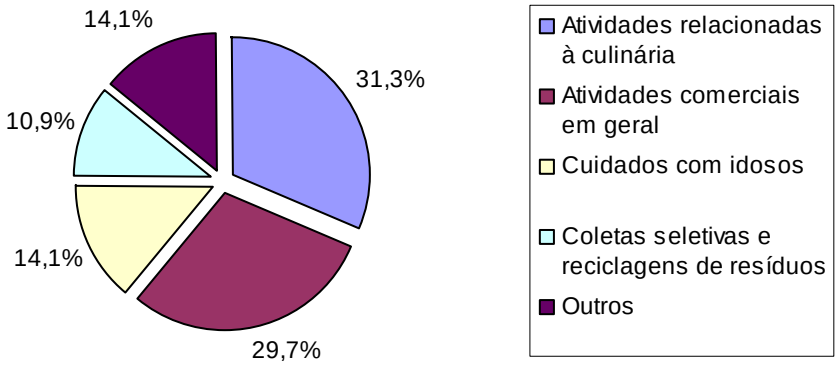
Com relação à atividade econômica dos empreendimentos surgidos com o programa

[6] Alguns representantes: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP), Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Universidade de São Paulo (ITCP/USP), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), entre outros.

(gráfico 3), cerca de 31 p.p. do total dos empreendimentos consolidados ao final da segunda fase do programa estavam em atividades relacionadas a culinária, e cerca de 30 p.p. com atividades comerciais em geral. Outros 14 p.p. estavam relacionados a cuidados com idosos e, segundo os próprios beneficiados, reflete o acúmulo de experiência adquirido anteriormente ao programa e a perspectiva de rentabilidade do negócio (AMORIM & OLIVEIRA, 2003).

Gráfico 3

Atividade econômica do empreendimento dos beneficiados do programa



Fonte: SDTS/PMSP e Projeto de Desenvolvimento Solidário, *apud* AMORIM & OLIVEIRA (2003)

Sobre a remuneração desses empreendimentos, 83 p.p. não estavam gerando renda alguma no momento da pesquisa. Dentre os que estavam gerando renda, 65 p.p. remuneravam seus membros com valores entre R$ 50,00 e R$ 100,00 e outros 30 p.p. remuneravam individualmente entre R$ 101,00 e R$ 200,00. Apesar da avaliação dos autores (BARBOSA *et alli, 2003*) de haver necessidade de maior espaço temporal para que sejam percebidos aumento desses valores, e apontarem a necessidade de aumentar os esforços de combinação dos instrumentos implantados e das instituições, avalia-se que, apesar de esses esforços melhorarem em vários aspectos os empreendimentos em um prazo maior, o dinamismo da economia brasileira é fator fundamental para tal sucesso, aumentando a renda do conjunto da população e possibilitando aumento do consumo e utilização dos serviços prestados por esses empreendimentos.

Diante desses dados, é possível afirmar que, do ponto de vista do público-alvo do programa, houve sucesso em sua implantação, abrangendo fortemente pessoas desempregadas ou em condições precárias de renda (vale lembrar que cerca de 83 p.p. dos participantes estavam declaradamente desempregados ou faziam "bico", e que 95 p.p. tinham renda familiar inferior a R$ 400,00). Sucesso também no que se refere à "captação" de pessoas com baixa escolaridade formal que, uma vez articuladas com outros programas educacionais, pode proporcionar melhor oportunidade de ocupação e de acúmulo de conhecimento. No que se refere ao perfil por sexo e por faixa etária, seria precipitado afirmar que há correlação do perfil das pessoas beneficiadas pelo programa e o perfil do desemprego da região metropolitana de São Paulo percebido após a década de 1990. Isso porque há outros fatores sócio-econômico-culturais que acabam por influenciar o perfil das pessoas que procuram esses tipos de atividade, de Economia Solidária, pois no curto prazo não proporcionam rendimentos altos, direitos trabalhistas e proteção social comparável aos trabalhadores com carteira assinada. Assim, por exemplo, não se pode afirmar que há correlação imediata entre crescimento do desemprego feminino e maior participação das mulheres nos programas de Economia Solidária, porém, essa maior participação acaba por influenciar positivamente no atendimento às pessoas vítimas do desemprego, assim como às pessoas com idade superior a 40 anos ou de baixa escolaridade formal.

Outro fato percebido é a porcentagem não-desprezível no programa de estudantes e de

pessoas que nunca haviam trabalhado antes (cerca de 18 p.p.), ou seja, pessoas que estavam ingressando na PEA. Isto é, o *Oportunidade Solidária* acabou sendo porta de entrada no mercado de trabalho, com baixa remuneração e proteção social. Nesse caso, o baixo dinamismo econômico e do mercado de trabalho acabam por proporcionar precariedade nas condições atuais desses novos trabalhadores e não abrem perspectivas positivas tanto do ponto de vista econômico quanto de novas oportunidades de trabalho, que poderiam melhorar o rendimento e garantir maior proteção social em um futuro próximo. O fato de ser porta de entrada para o mercado de trabalho pode ser positivo se houver perspectivas de melhora nas condições dos trabalhadores, o que ocorrerá, dentro ou fora dos empreendimentos autogestionários, somente com o dinamismo da economia.

Nessa perspectiva, considera-se precipitado afirmar que essas iniciativas da Economia Solidária servem como um instrumento de atenuação do desemprego. Isso porque, mesmo com a expansão desses programas, a estratégia de desenvolvimento adotada no país desde os anos 1990 produz uma precariedade do mercado de trabalho profunda que torna difícil a absorção de um contingente expressivo de desempregados. Apesar de o *Oportunidade Solidária* absorver cerca de 13.500 pessoas, o desemprego somente no município de São Paulo em 2001, início do programa, atingia cerca de 1 milhão de pessoas.

Se essas iniciativas mostram-se com baixo poder de enfrentamento na questão do desemprego, constituem-se como uma fina rede de proteção social, que tenta impedir a perda de referência do trabalho como espaço de sociabilidade, que visa garantir alguma renda aos trabalhadores desempregados e que busca articular atores da sociedade civil para compor essa rede de proteção, além de fomentar a discussão sobre os caminhos da economia brasileira, dos rumos das políticas de emprego e do frágil tecido social que caracteriza a sociedade brasileira dos últimos anos.

Conclusão

O que pudemos observar neste breve estudo, sobre o período da década de 1990, foi uma fragilização da economia brasileira e uma deterioração das condições dos trabalhadores na estratégia neoliberal de desenvolvimento. Isso não apenas nos dados apresentados neste trabalho, mas também na questão das relações de trabalho, onde a flexibilização se tornou palavra de ordem, aumentando a instabilidade na situação econômica e social dos trabalhadores. O aumento substantivo do desemprego no período, inclusive no "núcleo da classe trabalhadora", urbanos, homens, chefes de família, brancos, e o processo de dessalariamento acabaram por promover forte desestruturação do mercado de trabalho e reflexos na estrutura de rendimentos familiares.

O fortalecimento das políticas alternativas de trabalho acontece, portanto, em uma conjuntura desfavorável ao emprego formal, como política que visa atenuar o processo de precariedade das condições dos trabalhadores, especialmente urbanos.

Por outro lado, considera-se precipitado afirmar que essas políticas, como a Economia Solidária, atingem o objetivo de atenuar o desemprego. Isso não apenas pelas precárias perspectivas de consolidação dos "empreendimentos solidários" que são organizados nesses programas, diante do baixo dinamismo da economia, mas também pela capacidade desses programas de absorverem tamanha força de trabalho que não consegue ocupação no mercado de trabalho formal. Ou seja, afora a capacidade de organizar de forma eficiente os programas e as políticas de Economia Solidária, a desestruturação do mercado de trabalho se mostra tão profunda que levanta dúvidas se as políticas de geração de trabalho e renda, de um modo geral, podem efetivamente combater o desemprego.

O sucesso que deve ser remetido, no caso específico do *Oportunidade Solidária*, é sua capacidade de "captar" parte daquelas pessoas que foram fortemente afetadas pelas mudanças

econômicas na década de 1990, como principalmente as mulheres, de baixa renda e baixa escolaridade e desempregadas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, R.L.C. & OLIVEIRA, C.M.C. (2003). Abandono e esperança na cidade: o processo de exclusão e a estratégia paulistana de inclusão social. *In* POCHMANN, M. (org.). (2003). *Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo.* São Paulo: Editora Cortez.

BALTAR, P.E.A. (2003a). *O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90*. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

_____. (2003b). Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. *In* PRONI, M.W. & HENRIQUE, W. (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP.

BARBOSA, A.F. et alli. (2003). A estratégia paulistana de inclusão social: parâmetros para avaliação e monitoramento. *In* POCHMANN, M. (org.). (2003). *Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo.* São Paulo: Editora Cortez.

BARROS, J.R.M. & GOLDENSTEIN, L. (1997). *Avaliação do processo de restruturação industrial brasileiro*. Revista de Economia Política, vol. 17, abril/jun.

BELLUZZO, L.G. & ALMEIDA, J.S. (2002). *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARNEIRO, R. (2002). *Desenvolvimento em crise – a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora da UNESP.

GIMENEZ, D.M. (2003). *Políticas de emprego no século XX e o significado da ruptura neoliberal*. São Paulo: Editora Annablume; Unisal.

HENRIQUE, W. (1998). Crise econômica e ajuste social no Brasil. *In* OLIVEIRA, Marco Antônio (org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil.* Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp.

HOFFMANN, M.B.P. & MENDONÇA, S.E.A. (2003). O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo. Estudos avançados. vol.17 nº47. São Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100003. Acesso 19/06/2007.

IPEA (2007). *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Edição especial, nº 13.

KREIN, J.D. (2003). Balanço da reforma trabalhista do governo FHC. *In* PRONI, M. & HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP.

LAPLANE, M. & SARTI, F. (1997). *Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentando nos anos 90*. Revista Economia e Sociedade, vol. 8, jun.

OLIVEIRA, C.A.B. (1998). Formação do mercado de trabalho no Brasil. *In* OLIVEIRA, M.A. (org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp.

POCHMANN, M. (1999). *O trabalho sob fogo cruzado.* São Paulo: Editora Contexto.

_____. (org.). (2002). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Editora Cortez.

SCHWENGBER, A.M. (2003). O Programa Oportunidade Solidária. *In* POCHMANN, M. (org.). (2003). *Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo.* São Paulo: Editora Cortez.

SINGER, P. (2000). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Editora Contexto.

CAMINHOS E DESCAMINHOS DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Daisy Maria dos Santos**

RESUMO

A base empírica das reflexões desenvolvidas neste trabalho é a assessoria a quatro grupos populares de geração de trabalho e renda. O objetivo da análise é confrontar as assimetrias produzidas com o avanço tecnológico e as mudanças no padrão de acumulação capitalista que têm provocado o crescimento acelerado de estruturas produtivas enxutas, com custo reduzido e de alta produtividade. Na outra fronteira destas transformações enfileira-se um exército de trabalhadores cujo perfil não responde aos novos parâmetros de empregabilidade. Não habilitados a assumir os papéis propostos e impostos pelo novo padrão de desenvolvimento centrado em um conjunto de comportamentos - competências, experiências, autonomia, criatividade - capazes de responder às demandas de conhecimento geradas no âmbito do trabalho. Com a emergência da economia solidária diversas iniciativas comunitárias de geração de trabalho e renda têm sido identificadas como oportunidades de inclusão social em comunidades populares emergindo como projeto de desenvolvimento social cujo vetor econômico está entrelaçado com a consolidação de 'liberdades substantivas'. Percebe-se que uma outra economia é possível em um outro padrão de desenvolvimento e cidadania. A economia solidária pressupõe um empoderamento que requisita práticas adquiridas através de uma educação cívica forte, portanto, de difícil, lenta assimilação e exercício em sociedades de origem escravista e autoritária, onde aos extratos populares reservam-se a tutela, a assistência clientelista, o monitoramento, as imposições de fora para dentro, formas de proteção que mais excluem e subordinam do que emancipam ou geram autonomia.

Palavras-chave: economia solidária; trabalho; políticas públicas; desenvolvimento social; geração de trabalho e renda; incubação.

---

* Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento/PRODEMA/UFS. Técnica da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Núcleo da UNITRABALHO/UFS. Graduada em Serviço Social pela UFS, professora substituta no período 2002-2004, atua em projetos sociais e de ações afirmativas. daisymsantos@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O trabalho de campo na área social exerce uma capacidade de absorver os profissionais de tal forma que corre-se o risco de transformar em ativismo uma atuação que, na maioria das vezes, foi previamente pensada, analisada, elaborada, sistematizada e avaliada processualmente ao longo de sua execução. Talvez isto se justifique pela própria urgência das demandas que a realidade social das comunidades populares impõe aliado ao compromisso e ao afã dos profissionais por enxergar na sua ação uma fração do conjunto de ações empreendidas para o desenvolvimento social. Por outro lado, o fato de estar dentro do projeto parece ser inibidor de um olhar mais crítico. Talvez tenhamos que nos perguntar: *porque ir com tanta sede ao pote* ?

Há um velho ditado popular, muito utilizado pelas correntes socialistas no auge da utopia, que diz que para se dar um passo firme adiante, às vezes, é necessário dar dois para trás.

A sistematização do presente trabalho só foi possível devido ao processo desencadeado nos grupos incubados, às reuniões com técnicos, professores, estudantes, à participação em reuniões e seminários com a UNITRABALHO nacional, à leitura de diferentes correntes de interpretação da economia solidária e acerca das transformações no mundo do trabalho. A abordagem crítica e provocativa levanta mais questões do que apresenta respostas sobre o processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários. O apoio em referências teóricas que alcançam além da esfera da economia solidária buscou estabelecer um diálogo com os conteúdos que dão coloração teórica a esta práxis.

As mudanças no padrão de acumulação capitalista têm provocado o crescimento acelerado de estruturas produtivas enxutas, de custo reduzido e de alta produtividade. Na outra fronteira destas transformações enfileira-se uma “reserva silenciosa” (OFFE, 1994) de trabalhadores em situação de desvantagem – por baixa escolaridade, ausência de qualificação, idade, sexo, segmentos do desemprego estrutural, subempregados, terceirizados, sem terra, sem teto, idosos – com difícil incorporação pelo mercado por não responderem aos papéis propostos e impostos pelo novo padrão de desenvolvimento, exigentes não de uma habilidade, mas de um conjunto de comportamentos e experiências capazes de responder às demandas de conhecimento geradas no âmbito do trabalho.

Num mercado carente de profissionais altamente especializados e polivalentes, qual o legado do capitalismo financeirizado ao pólo dos trabalhadores desescolarizados e desqualificados? Qual o papel do Estado em relação a este perfil de trabalhadores e trabalhadoras sem histórico de relação anterior de trabalho formal e, por vezes, até mesmo informal, com baixo nível de organização e cultura cívica frágil ? O que tem reservado as políticas públicas para estes extratos? Numa sociedade cujas instituições de base – “da escola à fábrica” (GORZ, 1996) fundamentam-se na hierarquia, as tentativas de mudança parcial dessa estrutura podem escapar do fracasso ? As questões multiplicam-se ao largo da expansão do chamado movimento de afirmação dos empreendimentos de economia solidária que compreende diversas iniciativas comunitárias de geração de trabalho e renda e têm sido identificadas como oportunidades de inclusão social em comunidades populares. Se por um lado as regras da economia capitalista permanecem inalteradas, impondo-se de maneira perversa, descortinando fragilidades na gestão coletiva dos empreendimentos de economia solidária, subvertendo suas lógicas e colocando em cheque a emergência de um projeto de desenvolvimento social, por outro, a gestão da economia solidária vem incidindo num risco trágico: tratar como iguais os diferentes na lei da selva da competitividade do mercado capitalista. Como pode algo em situação de desvantagem, competir sob as mesmas regras, nas lógicas de um mercado desigual e excludente ?

Neste sentido, a análise aqui apresentada, considera que a construção e o fortalecimento da cidadania pressupõe etapas de um percurso de conquistas civilizatórias – entendidas como “liberda-

des substantivas"[1] em Sen (2000) – para o engajamento efetivo nos processos de empoderamento, construção de autonomia e protagonismo dos grupos populares. Fora disso, crescem os riscos de mera reprodução de práticas tuteladas e assistencialistas, que capturam os grupos incubados numa teia de dependência e imobilismo a mercê de ações de agentes externos, concentração de recursos de projetos, disputas de organizações parceiras pela gestão da pobreza, conflitos de parcerias, desencontros de interesses, imputação de aspirações muito além da capacidade de resposta dos grupos.

Todas estas questões expostas, além da própria complexidade do cenário de transformações do mundo do trabalho, parecem concorrer para a fragilização do processo, solapando a tão esperada desincubação, transição, na qual, os grupos estariam supostamente seguros e sustentáveis para caminhar com as próprias pernas. Contrariando esta lógica, os braços literalmente cruzados de grande parte dos membros dos grupos incubados, esboça sua resistência muda e a perenidade de sua carência de um Estado providência que não se completou.

A base empírica destas reflexões é a assessoria a quatro grupos populares de geração de trabalho e renda: artesãos da Associação de Desenvolvimento Sustentável de Rita Cacete formado por 12 artesãos (São Cristóvão-SE), bordadeiras de Japaratuba, com 40 artesãs (SE), Artesãs de Alagamar com 20 mulheres (Pirambu-SE) e Grupo das mulheres do camarão de São José da Caatinga, com 16 participantes (Japaratuba-SE), totalizando um conjunto de 88 pessoas.

Em linhas gerais, pretende-se retratar os elementos norteadores da economia solidária, operacionalizados na metodologia de incubação, através da mobilização das forças sociais no setor público e privado, para incentivo e valorização das habilidades e iniciativas locais no viés da geração de trabalho e renda, como forma de capitalizar ações para o desenvolvimento local. A metodologia de incubação, aqui pragmatizada em ações bem específicas que identificam o itinerário percorrido no trabalho com os grupos, simula uma linearidade totalmente fora dos padrões do cotidiano. Ou seja, a sistematização do processo não dá conta dos acidentes de percurso, das reuniões inflamadas, dos silêncios, das resistências, das oposições, dos embates. Portanto, estes momentos estão configurados em etapas organizativas, formadoras, articuladoras, de elaboração, entre outras. Não necessariamente foram percorridas todas elas no acompanhamento dos grupos citados, estão assim organizadas para efeito de apresentação, não implicando num caráter estritamente seqüencial, ocorrendo naturalmente ações simultâneas, fora desta ordem, que compreendem a construção do perfil dos grupos, ações organizativas, capacitação, parcerias, projetos e identificação de canais de mercado.

As argumentações aqui apresentadas são resultado das discussões e reflexões teóricas travadas ao longo das reuniões na UNITRABALHO entre dirigentes, técnicos, professores e estudantes, com os grupos nas comunidades, representantes das organizações parceiras, a UNITRABALHO nacional, em encontros e seminários com outras universidades. Além disso, apóia-se e referencia-se em diversas publicações e em diferentes correntes que têm produzido fundamentação teórica, sobre esta temática.

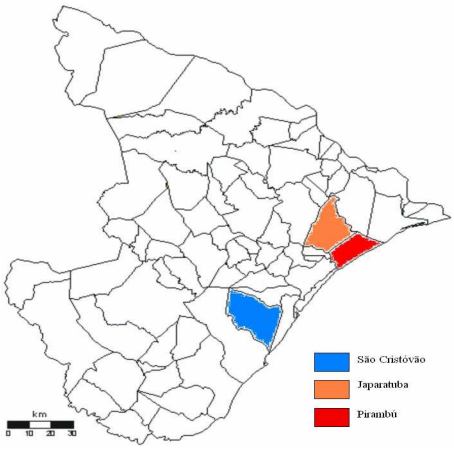
1. CARTOGRAFIA DA DESIGUALDADE: mapeamento do perfil dos grupos populares em processo de incubação

Os grupos acompanhados são formados predominantemente por mulheres. A presença masculina é residual e instável. Estão alocados em cadeias produtivas distintas, porém, todas constituem

[1] Amartya Sen analisa o desenvolvimento para além da matriz econômica e social, com base afirmativa de cidadania, a partir de conquistas centradas em cinco eixos: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e seguranças protetoras.

arranjos cujo padrão produtivo está identificado com o setor terciário, tais como artesanato e comércio de camarão, confirmando resultados de pesquisas que indicam que a mão de obra feminina constitui as maiores taxas de ocupação dos setores de mais baixo reconhecimento socioprofissional, precarizados, de baixa remuneração e baixo aporte tecnológico.
Concentrados na região norte sergipana, tradicional zona de cultura canavieira, atualmente em declínio, os grupos de bordadeiras de Japaratuba, artesãs de palha de ouricuri e mulheres do camarão constituem um recorte no quadro de desigualdade considerando indicadores como analfabetismo, desemprego, pobreza, entre outros, conforme as taxas levantadas em estudo realizado por Pochmann (2004). São Cristóvão está situada ao sul, próximo ao litoral e à capital, mas a mudança de paisagem não altera as desigualdades socioeconômicas no território (ver mapa figura 1).

Estado de Sergipe
Figura 1 - Municípios
com Grupos em Processo de Incubação
2006 - 2007



Os indicadores citados estão referenciados em figuras e quadros elaborados a partir da aplicação de questionários e da construção de diagnóstico rápido participativo, realizado com os grupos, que resultou na produção do perfil socioeconômico. Para efeito deste relatório, extraímos os indicadores que melhor sintetizam a posição dos grupos na escala da exclusão social representados por escolaridade e renda familiar, analisando a situação de cada um em função da atividade produtiva que desenvolvem e sua evolução em termos de qualificação, produtividade, mercado e retorno econômico.

Grupo de Rita Cacete

Em termos de escolaridade, o grupo de Rita Cacete apresenta uma situação menos vulnerável em relação aos demais grupos citados porque a maior parte de seus membros tem o segundo grau completo (figura 2). Porém, no campo da atividade econômica do artesanato, algumas particularidades concorrem para a fragilização como empreendimento econômico. A gênese do chamado artesanato de Rita Cacete não tem raiz cultural local, sendo resultado de habilidades individuais

exigentes de aperfeiçoamento, resultado de clonagem de outras localidades, reconhecimento maior como trabalho manual do que como artesanato e ausência de características próprias da cultura sergipana nas comidas típicas processadas, segundo avaliação do PROARTE[2]. Isto se reflete no pouco significativo retorno econômico propiciado pela atividade para complementação da já precária situação de renda familiar do grupo (figura 3). O processo de capacitação deste grupo envolveu a realização de oficinas e cursos de design, onde se definiu linhas de produtos, tipos de materiais, embalagens; cursos de aperfeiçoamento dos produtos; em vários momentos fez-se orientação para levantamento de custos dos produtos para definição de margem de lucro e preço; gestão; exposições e participação em feiras; encontros temáticos para troca de saberes e experiência; aquisição de equipamentos; articulação institucional; assessoria na implantação de projeto de inclusão digital; assistência técnica na área de informática, capacitação de instrutores da comunidade para inclusão digital; elaboração de projetos entre outras ações. Em termos de incubação, considera-se que todos os passos já foram dados neste grupo. A dispersão, a indecisão ou resistência em firmar um foco numa linha de produto, a dependência de seus membros impedem que o grupo caminhe com as próprias pernas, apesar da chegada de outros parceiros fortes.

A emergência da responsabilidade social tem aproximado a PETROBRÁS da Associação, devido a instalação de vários quilômetros de tubulação de gasoduto no povoado. Os riscos que isto representa para a segurança da comunidade, além das medidas exigidas por normas técnicas de segurança e pela legislação ambiental, são amenizados com ações de caráter social como a doação de barracas para a feira de artesanato da associação, doação de computadores reaproveitáveis para inclusão digital e realização de cursos de formação para elaboração de projeto na área cultural e sobre empreendedorismo. Logicamente, tudo isso concorre para elevar o padrão de desenvolvimento social local. No entanto, percebe-se o longo caminho a ser trilhado, no campo da cidadania, para que a própria população tome consciência desses processos, passe a entender o sentido das coisas e não desperdice, com brigas e discussões improdutivas, atos políticos tão importantes como a audiência pública realizada para referendar a instalação do gasoduto, e possa influir qualitativamente em relação aos destinos dos recursos obtidos graças aos *royalties* pagos pela PETROBRÁS à Prefeitura.

O quadro 1 sintetiza as forças e as fragilidades que envolvem o grupo de Rita Cacete evidenciando quão exigente de políticas básicas são os grupos populares para que o processo de incubação possa florescer dentro dos propósitos de atividade produtiva sustentável.

[2] Núcleo vinculado ao governo estadual responsável pela gestão de políticas na cadeia produtiva de artesanato.

Rita Cacete

Figura 2 – Escolaridade segundo faixa etária (2004)

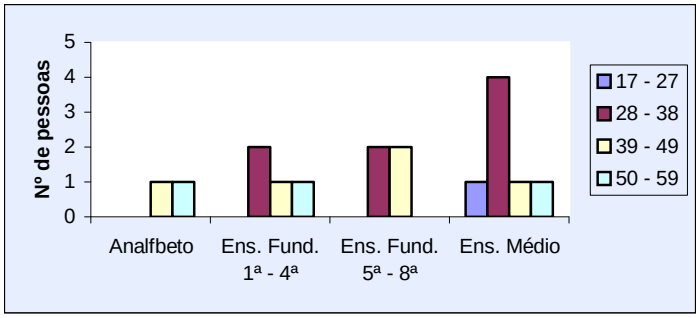
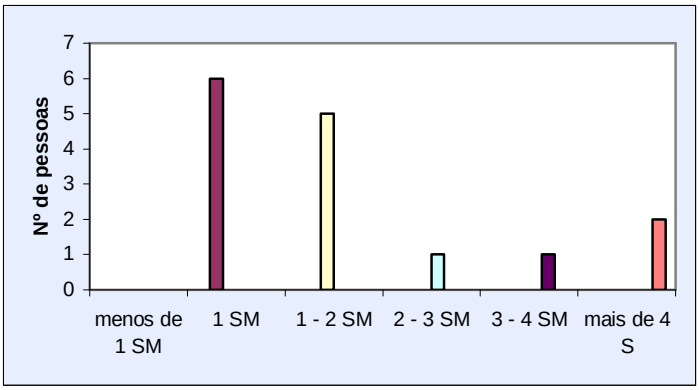


Figura 3 – Renda Familiar (2004)



Quadro 1 - Avaliação Pedagógica da Incubação – Rita Cacete

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	PROBLEMAS RESOLVIDOS	PROBLEMAS COM DIFICULDADE DE RESOLUÇÃO
- ausência de foco do grupo em relação ao eixo geração de trabalho e renda; - organização centrada na figura da liderança; - indefinição da linha de produtos; - baixa qualidade dos produtos; - introdução de produtos de artesãos de fora do grupo; - prevalência do individualismo em oposição ao coletivo; - fragilidade da cultura cívica local; - baixo nível de integração e confiança entre os membros; - indefinição de objetivos em relação à geração de renda; - maior parte da produção centrada em peças de trabalhos manuais, pouca produção propriamente artesanal; - ausência de matriz produtiva baseada em raiz cultural local; - clonagem de artesanato de outras localidades - baixa mobilização e iniciativa dos membros do grupo;	- apoio à instalação do laboratório de inclusão digital com aquisição de equipamentos, assistência técnica e treinamento de instrutores; - elaboração de projeto de capacitação em serigrafia, inclusão digital e economia solidária para 30 adolescentes no valor de R$ 15.000,00, aprovado junto ao Conselho da Criança e do Adolescente, aguardando liberação do recurso; - realização de cursos e oficinas; - debate acerca das questões centrais do grupo através de reuniões em círculo; - participação em feiras.	- resistência em trabalhar com foco numa linha de produto; - organização centrada na figura da liderança; - indefinição da linha de produtos; - baixa qualidade dos produtos; - introdução de produtos de artesãos de fora do grupo; - prevalência do individualismo em oposição ao coletivo; - fragilidade da cultura cívica local; - baixo nível de integração e confiança entre os membros; - resistência às definições resultantes da incubação em relação à atividade artesanal; - maior parte da produção centrada em peças de trabalhos manuais, ausência de produção propriamente artesanal; - ausência de matriz produtiva baseada em raiz cultural local. - baixa mobilização e iniciativa dos membros do grupo; - inadequação às orientações resultantes das capacitações e discussões do processo de incubação.

Grupo Raízes da Terra

Uma curiosidade do grupo Raízes da Terra, como se denominou as artesãs de Alagamar (Pirambu-SE), formado por mulheres que acumulam papéis de artesãs, agricultoras familiares e donas de casa, é o fato de sempre escolherem um homem para gerenciar os recursos financeiros e materiais do grupo. Ao serem questionadas sobre a escolha, explicam que deve-se à necessidade de ter alguém do sexo masculino para cortar papelão e afixar metal nas bolsas, trabalho que exige força. A despeito de serem elas mesmas responsáveis pelo corte e transporte de vários feixes de palha de ouricuri coletados na mata e carregados até as residências.

O grupo representa um recorte da brutal situação de exclusão das populações rurais do Nordeste – 66% das mulheres do grupo têm renda familiar de menos de um salário mínimo (figura 4), este mesmo percentual indica a taxa de pessoas não alfabetizadas (figura 5) - sinalizada, entre outros indicadores, pela participação no Programa Fome Zero que beneficia 61% dos membros do grupo complementando a renda familiar. A insuficiência de renda ocorre apesar de o artesanato e a agricultura ocuparem a mão-de-obra das mulheres durante o ano inteiro, conforme mostra o calendário sazonal (figura 6) . Só foram identificados no grupo dois casos de trabalho assalariado: uma professora aposentada – a coordenadora do grupo – e uma agente de saúde do Programa Saúde da Família. O quadro 2 evidencia os principais entraves observados e identificados ao longo da incubação deste grupo.

O artesanato com palha de ouricuri no povoado é uma atividade feminina que tem raiz cultural local e vem sendo transmitido de geração a geração através das avós e das mães que ensinam o ofício às descendentes do sexo feminino. A despeito do isolamento geográfico do grupo, o crescimento do terceiro setor tem levado várias entidades a conhecer este grupo (UNIT, G. BARBOSA). Efetivamente, estão atuando junto às artesãs o SEBRAE-SE com assessoria em design dos produtos e inserção no mercado, a Prefeitura Municipal de Pirambu e a UFS com criação de logomarca, inserção no mercado, criação de fundo solidário e discussões preliminares sobre a organização formal do grupo.

Grupo Raízes da Terra – Alagamar - Pirambu (SE)

Figuras 4 – Renda Familiar (2006)

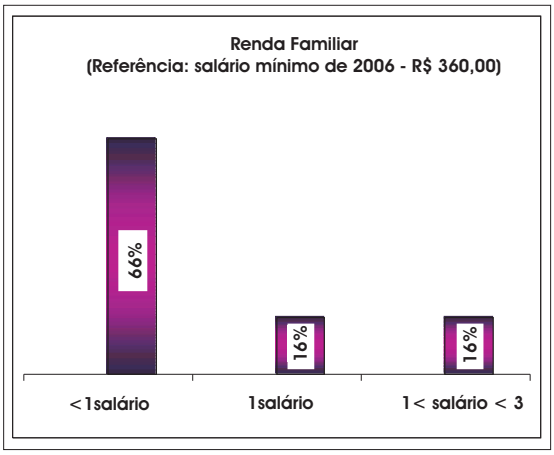


Figura 5 - Escolaridade (2006)

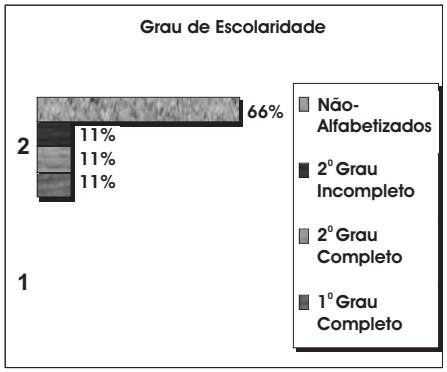


Figura 6 - Calendário Sazonal - 2006

Atividades	**Meses**											
	J	**F**	**M**	**A**	**M**	**J**	**J**	**A**	**S**	**O**	**N**	**D**
Trabalha na roça												
Planta feijão												
Planta milho												
Planta mandioca												
Colheita de mangaba												
Fazem farinha												
Extração da palha (coleta)												
Fabricação do artesanato												

Quadro 2 - Avaliação Pedagógica da Incubação – Raízes da Terra - Alagamar

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	**PROBLEMAS RESOLVIDOS**	**PROBLEMAS COM DIFICULDADE DE RESOLUÇÃO**
- grupo com forte influência política local; - baixo nível de confiança entre os membros do grupo; - baixo nível de confiança na liderança; - ausência de liderança natural; - organização baseada na domesticidade e no assistencialismo político; - imediatismo de parte dos membros; - baixa mobilização e iniciativa dos membros do grupo; - baixa escolaridade; - baixo nível de renda familiar; - organização social baseada no clientelismo político; - mulheres com sobrecarga de trabalho (agrícola, doméstico e artesanal), baixa consciência e reconhecimento social na comunidade.	- participação em feiras - criação de logomarca - realização de reuniões para integração e discussão das questões centrais do grupo; - elaboração de perfil do grupo e caracterização do processo produtivo; - confecção de etiquetas para identificação dos produtos no mercado; - início das discussões para criação da associação de artesãs; - criação de fundo solidário com participação das 20 artesãs do grupo.	- baixo nível de confiança entre os membros do grupo; - baixo nível de confiança na liderança; - ausência de liderança natural; - organização baseada na domesticidade e no assistencialismo político; - imediatismo de parte dos membros; - baixa mobilização e iniciativa dos membros do grupo; - baixa escolaridade; - baixa renda familiar; - organização social frágil; - sobrecarga de trabalho, baixa consciência e reconhecimento social das mulheres.

Grupo bordadeiras de Japaratuba

Japaratuba foi antiga zona canavieira do Estado tendo sido um dos maiores produtores de açúcar. Concentrou até o Século 19 um grande número de engenhos e um alto número de escravos, como atesta o reconhecimento oficial do povoado Patioba como comunidade remanescente de quilombo contemplada por projetos culturais.

Os efeitos desse legado se refletem na riqueza cultural do município conhecido nacionalmente pelas suas manifestações folclóricas, com destaque para a Festa de Reis, além dos grupos de Cacumbi, Taieira, Reisado e Chegança.

O bordado no Nordeste é uma tradicional atividade produtiva praticada pelas mulheres, pobres, sobretudo na zona rural. Ocupa um terço do tempo, dividido ainda com as tarefas domésticas e a agricultura familiar, constituindo-se numa importante forma de complementação de renda, mes-

mo assim ainda não o suficiente para garantir o sustento da família conforme indica a taxa de participação deste grupo nos programas de transferência de renda conforme a figura 8. Particularidades do processo produtivo do bordado exigem uma inserção diferenciada no mercado exigindo um público de alto poder aquisitivo e alto padrão cultural. É uma atividade tradicional, feminina, manual e lenta. Para efeito de definição de preço e margem de lucro, a combinação entre tempo e energia humana gastos na confecção, custo dos insumos e o valor cultural agregado pode resultar numa soma não compensadora para o consumidor, por ser muito alto, ou para a artesã, por ser muito baixo. Esta caracterização traduz como necessidade intrínseca à inserção justa da atividade econômica do bordado no mercado acoplar a políticas públicas para criação de mecanismos capazes de torná-la competitiva e compensadora.

A política assistencial praticada pela direção do Clube de Mães, há várias décadas, envolve o fornecimento da matéria-prima (tecido tipo étamine e linha para bordado e acabamento) com adiantamento do valor referente ao custo de produção da peça. O Clube tem ainda o encargo de receber as peças prontas das bordadeiras e prepará-las para comercialização encarregando-se da lavagem, preparação do acabamento em crochê, engomação e treinamento das bordadeiras com cursos de bordado para aprendizes e de acabamento perfeito.

Percebe-se que a sustentabilidade deste arranjo produtivo local depende totalmente do agenciamento do Clube de Mães, ao mesmo tempo em que não há indícios e nem percebe-se intenção de compartilhamento desta gestão, em suas diferentes dimensões, com participação ativa das bordadeiras através do associativismo, como se isto colocasse em risco o controle político exercido pela entidade. Segundo relatos de representantes desta ONG, experiências anteriores malsucedidas e as acirradas disputas políticas locais inibem novas tentativas.

O Clube se apropriou da representação das aspirações das bordadeiras pactuando com o Programa Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil - que tem como carro-chefe a concessão de linha de crédito facilitado para compra de equipamentos, insumos e despesas de gestão – para mediação e gestão dos recursos que até o momento não se consumou. Conforme as regras do Banco, ao Clube caberia gerenciar os recursos e às bordadeiras, a responsabilidade direta pela restituição ao banco, com juros facilitados, aval solidário e prazo elastecido.

A resistência das bordadeiras parece revelar que os laços de lealdade e confiança entre elas e com o Clube de Mães não são suficientes para identificar nesta política uma oportunidade, mas, sim, um risco ao qual não estão prontas a responder, negando-se à habilitação ao crédito.

Se por um lado prolifera-se hoje uma cultura de captação de recursos por parte das ONG's, em contrapartida, a população para tornar-se beneficiária também se molda ao perfil exigido pelas agências de financiamento para serem assistidas pela política. Na realidade, descobriu-se entre as 120 supostas bordadeiras locais cadastradas no DRS, menos pessoas com o domínio do bordado do que público interessado em ter acesso a crédito facilitado. Isto explica os resultados apresentados na figura 7 que mostra que a maioria das pessoas cadastradas têm o ensino médio completo, o que não corresponde à realidade das bordadeiras de fato. No entanto, o pragmatismo bancário expresso na inflexibilidade das regras para concessão do crédito frustrou as expectativas de facilidade criadas pelo DRS e abortou o processo.

Nos bastidores de Japaratuba, o impasse deflagrado para a incubação está na ausência de clareza por parte dos representantes do Clube de Mães quanto aos destinos do coletivo de bordadeiras em termos de organização. Para onde caminha o bordado de Japaratuba ? Experiências anteriores mal resolvidas, disputas políticas, práticas centralizantes e controladoras bloqueiam as opções no campo do associativismo e do cooperativismo com a manutenção da maioria das bordadeiras como beneficiárias, com quase nenhuma participação como sujeitos na gestão do bordado como atividade econômica. Todas estas variáveis refletem-se no processo de incubação criando impasses e limitando sua dinâmica conforme evidencia as questões emergentes do processo listadas no

quadro 3. No momento, está sendo aguardado um posicionamento do Núcleo da UNITRABALHO para realização do plano de negócios do bordado de Japaratuba que se constitui num instrumento capaz de oferecer uma síntese da atividade do ponto de vista de sua sustentabilidade e de nortear as ações.

Grupo de bordadeiras de Japaratuba

Figura 7 – Escolaridade

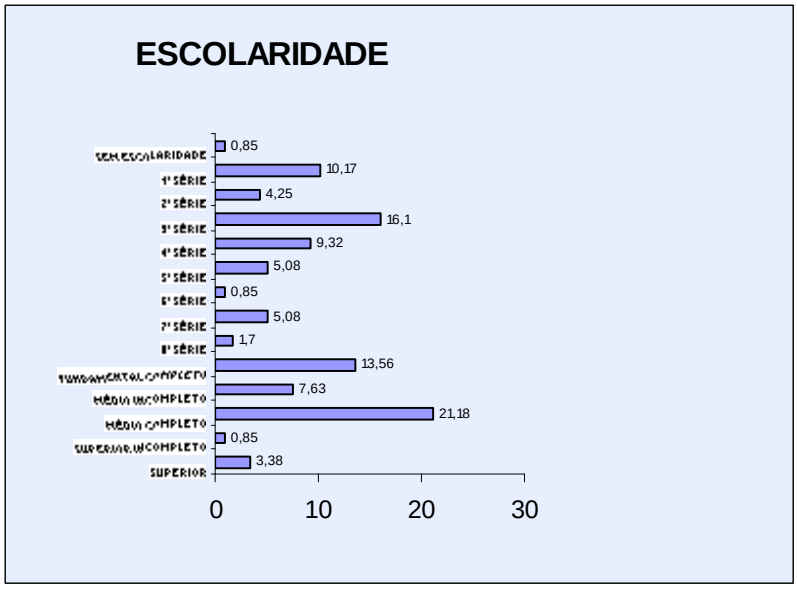
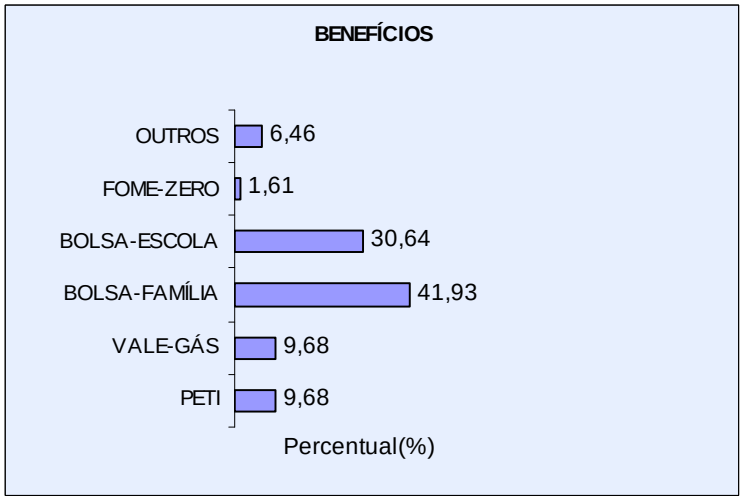


Figura 8 – Participação em programas sociais



Quadro 3 - Avaliação Pedagógica da Incubação – Bordadeiras de Japaratuba

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	PROBLEMAS RESOLVIDOS	PROBLEMAS COM DIFICULDADE DE RESOLUÇÃO
- grupo com forte influência política; - ausência de identidade como grupo; - organização representativa e não participativa; - organização baseada na assistência e no centralismo das decisões; - baixa mobilização e iniciativa dos membros do grupo; - cultura política assistencialista; - ausência de clareza de objetivos em relação a organização ou formalização do grupo; - baixa participação nas oficinas de design, embora tenha sido uma demanda apresentada; - resistência do grupo em aderir à linha de crédito oferecida pelo Banco do Brasil em parceria com o Clube de Mães.	- realização de oficinas para integração dos membros; - realização de reuniões para apresentação e esclarecimentos da linha de crédito do Banco do Brasil; - realização de oficina para criação de novos produtos; - participação em feiras; - criação de logomarca; - participação em encontros temáticos no âmbito da economia solidária; - caracterização do grupo e do processo produtivo.	-não adesão à linha de crédito do Banco do Brasil por inadequação ou não aceitação às (das) regras impostas; - baixa participação nas oficinas de criação de novos produtos; - baixa participação no processo produtivo de criação de novos produtos; - ausência de clareza de objetivos em relação a organização e formalização do grupo; - grupo com forte influência política; - ausência de identidade do grupo; - organização representativa e não participativa; - organização baseada na assistência e no centralismo das decisões; - cultura política assistencialista;

Grupo COOPERVENDAS

O grupo COOPERVENDAS atualmente é composto por 16 mulheres do povoado São José da Caatinga que compram, beneficiam, processam e vendem camarões de água salgada. Esta atividade constitui uma importante fonte de renda para grande parte das mulheres desta comunidade que dedicam-se integralmente. O grupo foi formado por uma liderança local ligada à Igreja com o objetivo de promover a valorização daquelas trabalhadoras. Neste processo de organização o grupo foi captando parceiros importantes como a Prefeitura Municipal de Japaratuba, a Associação Um Lugar ao Sol, a Visão Mundial e, por último, a UFS. A Visão Mundial, ONG norte-americana que apóia projetos sociais em países da periferia do capitalismo, tem desempenhado um papel de relevo para o fortalecimento do grupo no aspecto estrutural. Através de apoio financeiro desta organização à Associação Um Lugar ao Sol foi adquirido um ônibus e criada uma linha de crédito para apoio na compra dos insumos necessários à atividade. A Prefeitura construiu um galpão comunitário com bancadas e pias para realização dos serviços de beneficiamento e processamento do camarão. Percebe-se, com a experiência do COOPERVENDAS, que múltiplas parcerias num ambiente de cultura cívica frágil, baixa formação escolar, cultural – os poucos anos de estudo da maior parte do grupo estão referenciados na figura 9 - acirrada disputa política, pode ser combustível para reprodução de protecionismos, assistencialismos, relações de dependência e cisões. Reforçado pelo fato de não haver nenhum momento de convergência entre os parceiros para definições conjuntas e fortalecimento de ações, gerando divergências e incompatibilidades que emergem na condução da incubação, emperrando o processo. Foi neste sentido, que iniciou-se o esgotamento da incubação do COOPERVENDAS pela UFS, quando abriu-se a discussão para formalização do grupo, que foi a principal e mais urgente demanda apresentada, quando da solicitação de assessoria pela UFS. Há um compromisso assumido pela 'Um Lugar ao Sol' perante a Visão Mundial em transformar o grupo em cooperativa. A Visão Mundial entende que por tratar-se de atividade econômica, o COOPERVENDAS deve necessariamente ser transformado em cooperativa. Esta avaliação simplificada não leva em conta variáveis determinantes do sucesso ou insucesso da organização como a sazonalidade da atividade – expressa no calendário sazonal (quadro 4) e evidenciada na figura 11 - as características do processo produtivo extremamente primitivo e não compatível com as normas sanitárias de processamento de alimen-

tos, devido às precárias condições da infraestrutura do galpão, o comércio individual do camarão e a cultura local. A UNITRABALHO conduziu as discussões evidenciando as diferenças entre associação e cooperativa em relação ao tipo de gestão, ao ônus gerado por taxas e tributos, ao número de participantes e às exigências de controle contábil. Fatores que no âmbito de uma associação são procedimentos de natureza extremamente simplificados. A opção por associação foi apresentada como um estágio de maturação e experiência de gestão como organização formal, podendo, no futuro, fazer a transição para cooperativa. No entanto, o fato da 'Um Lugar ao Sol' colocar-se com um compromisso inarredável com a Visão Mundial em transformar o COOPERVENDAS em cooperativa criou uma enorme instabilidade no grupo. Nas reuniões da UNITRABALHO os membros do grupo concordavam com as posições apresentadas - inclusive com discussão de minuta de estatuto - na reunião seguinte já compareciam armados para desfazer todos os encaminhamentos anteriores. Esse jogo ocorreu durante todo o ano de 2006. Analisando a situação do ponto de vista técnico, durante a incubação deste grupo avaliamos que a não aceitação pela 'Um Lugar ao Sol', e conseqüentemente pelo grupo, em relação às orientações de formalização como associação com base em dados e informações sobre o processo produtivo do grupo, sua forma de organização atual e as normas que regem o cooperativismo e o associativismo, inviabilizou a continuidade do trabalho.

Grupo COOPERVENDAS

Figura 9 – Escolaridade (2005)

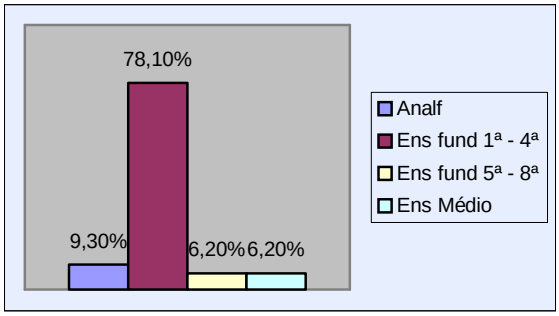
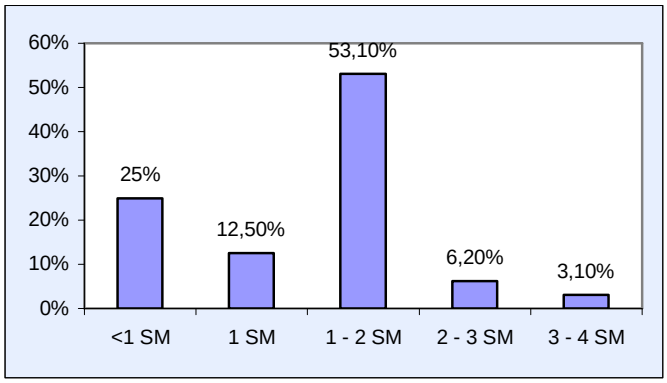


Figura 10 – Renda Familiar (2005)



Quadro 4 - CALENDÁRIO SAZONAL – 2006

Identificação das oscilações do estoque natural do camarão de água salgada (*)

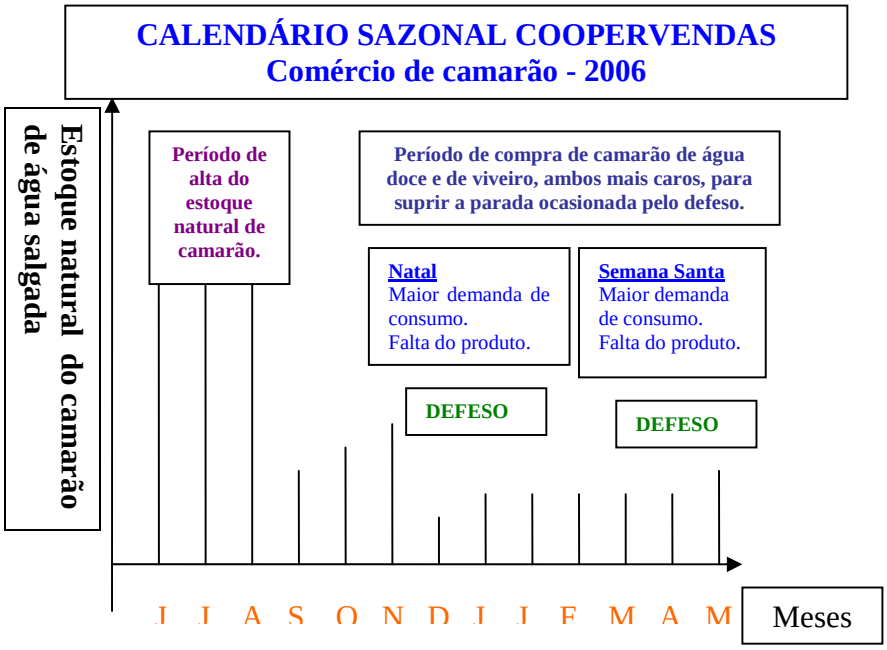
Descrição	MESES											
	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M
Período de trabalho intenso: alta no estoque natural de camarão de água salgada e doce.												
DEFESO-Período crítico: paralisação da atividade - substituição por camarão de viveiro por parte do grupo.												
Período de baixa no estoque natural de camarão de água salgada - parte do grupo recorre ao camarão de água doce												
Período com baixa do estoque natural de camarão pelas condições climáticas.												
Período em que parte do grupo congela o camarão para compensar e cobrir o período de baixa do estoque natural do camarão												
A atividade com camarão de água doce perpassa o ano todo. Mas poucas mulheres trabalham com este produto por ser caro												
Período de maior demanda de consumo de camarão e de baixa do estoque natural												

(*) A substituição do camarão de água salgada por camarão de água doce e de viveiro é feita por poucas mulheres no grupo devido ao custo mais alto.

Com a representação da figura 11 pretende-se visualizar como a atividade econômica de beneficiamento, processamento e comercialização do camarão está sujeita à variável ambiental, seja no defeso ou fora dele, pelas condições climáticas, com aumento ou diminuição do estoque natural do camarão de água salgada. Conforme o gráfico, a escala de estoque natural de camarão representada no eixo vertical, inicia-se no mês de junho indo até agosto com alto estoque natural. Este é o único período de pico durante o ano, com maior produtividade, portanto, maior retorno econômico para as mulheres do COOPERVENDAS. Nos demais meses, ocorre uma queda no estoque natural, tanto por razões climáticas - verão sem chuva - como pelo defeso, medida legal de controle e proteção da reprodução do camarão que ocorre em meses de alta demanda de consumo de camarão, como as festas de final de ano e o período da semana santa. São períodos que supostamente seriam de aumento das vendas resultando em alto faturamento e que são prejudicados por variáveis totalmente fora do controle do grupo. As alternativas para enfrentar estes períodos compensando as perdas são o congelamento, substituição por camarão de viveiro e de água doce. Estas soluções além do custo elevado – camarão de água doce e de viveiro são mais caros - exigem o investimento em infraestrutura com aquisição de freezers e materiais de acondicionamento e conservação do camarão. Por outro lado, o camarão congelado não tem o mesmo valor agregado no mercado como o fresco. Embora todas estas questões afetem o resultado econômico, portanto, a sustentabilidade da atividade, percebe-se que o comércio do camarão é capaz de dar um retorno econômico efetivo, conforme visualiza-se na figura 10, garantindo um salário mínimo ao mês de rendimento individual líquido para 12,5 % dos membros do grupo, um a 2 salários mínimos para 53%, entre 2 e 3 salários mínimos para 6,2% e entre três e quatro salários mínimos para

3,1%. Percebe-se que este percentual referente a um maior retorno corresponde às poucas mulheres que têm condições de investir mais em insumos, alguma infraestrutura para armazenamento e com capacidade econômica para enfrentar os períodos de baixa do estoque natural do camarão de água salgada. Contudo, 25% dos membros do grupo obtêm menos de um salário mínimo com a atividade. Estes dados foram obtidos a partir da aplicação de questionário e tabulação dos resultados. As disparidades em termos dos rendimentos obtidos com a atividade refletem também as resistências do grupo para ações coletivas como a compra conjunta de insumos para baratear os custos. Convém lembrar que os insumos necessários ao processamento do camarão – gelo, embalagens, sal, lenha e transporte - comprometem parte significativa da renda. Por estas razões e por fatores como o tipo de assistência que vem sendo oferecido, que impede que o próprio grupo enfrente as dificuldades e encontre as soluções, além do padrão individualizado do trabalho, considera-se uma imprudência transformar o COOPERVENDAS direto em cooperativa, sem passar por um estágio preliminar como associação com gestão direta dos seus membros e assessoria bem definida, pontual e datada dos parceiros. Os principais entraves do processo de organização e da incubação deste grupo estão assinalados no quadro 5.

Figura 11 – Gráfico de Representação da Relação entre Produtividade e Estoque Natural de Camarão



Quadro 5 - Avaliação Pedagógica da Incubação – COOPERVENDAS

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	PROBLEMAS RESOLVIDOS	PROBLEMAS COM DIFICULDADE DE RESOLUÇÃO
- divergências entre as instituições parceiras em relação às definições para formalização do grupo; - interferência de variáveis ambientais que afetam o resultado econômico da atividade; - ausência de posicionamento do grupo, dificuldade ou passividade em (de) fazer escolhas; - prevalência do individualismo em oposição ao coletivo; - cultura política assistencialista; - controle político sobre o grupo; - forte relação de domesticidade entre os membros do grupo; - organização baseada na dependência total das parcerias; - liderança frágil; - sazonalidade da atividade; - processo produtivo primitivo; - carência de infraestrutura e qualificação do processo produtivo; - baixa escolaridade; - imediatismo de parte dos membros.	- discussão de minuta de estatuto para formalização como associação; - exposição sobre as características básicas e diferenças entre associação e cooperativa; - apresentação de vídeo sobre cooperativismo; - encontros temáticos de troca de saberes e experiências na UFS/UNITRABALHO; - debate acerca das questões centrais do grupo através de reuniões em círculo; - realização de seminário sobre associativismo e cooperativismo.	- sazonalidade da atividade; - prevalência do individualismo em oposição ao coletivo; - cultura cívica afetada pelo assistencialismo e pela dependência; - organização baseada na reciprocidade das parcerias; - interferência de variáveis ambientais que afetam o resultado econômico da atividade; - ausência de posicionamento do grupo, dificuldade ou passividade em (de) fazer escolhas; - controle político sobre o grupo; - processo produtivo primitivo; - carência de infraestrutura e qualificação do processo produtivo; - liderança frágil; - baixa escolaridade; - imediatismo de parte dos membros; - reunião conjunta das organizações parceiras do grupo.

2. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INCUBAÇÃO

A abordagem da metodologia de incubação de grupos populares no Nordeste do Brasil, mais especificamente em Sergipe, nos remete a um segmento de trabalhadores e trabalhadoras cuja situação de exclusão os coloca na condição de deserdados de um trabalho decente com um mínimo de proteção social. Trata-se de um segmento social que não conhece situação anterior de inclusão. Ao contrário disso, o vazio deixado pelo Estado como agente de desenvolvimento vem sendo ocupado por uma multiplicidade de ONG's. Mesmo quando é de origem pública, os financiamentos chegam aos territórios pelas mãos de ONG's como recurso público não-estatal, aplicando-se a uma pluralidade de ações estanques, numa ausência de elos e convergência, que chegam a confundir as próprias comunidades.

Este processo parece inaugurar uma nova forma de dominação, agora não mais capitaneada pelo Estado, mas capturada por organismos multilaterais e representações do grande capital nacional e internacional sob a égide da responsabilidade social, que exercem o controle sobre o território a partir da liberação de recursos para ONG's. Com isto, o antigo assistencialismo é substituído por projetos sociais de intervenção em comunidades populares, estando implícito um acordo tácito entre organizações e comunidades onde não interessa evidenciar ou discutir o que não está dando certo. Aparando as arestas tudo fica bem: livra-se a organização da possibilidade de perder o próximo recurso, a comunidade não deixa de ter o pouco de atenção da qual está sendo objeto, em lugar de políticas públicas, e o agente financeiro não fere sua imagem de instituição comprometida com a responsabilidade social. Parafraseando Boaventura de Souza Santos, *pela mão de Alice* uma profusão de ações são desenvolvidas nas mais recônditas comunidades populares, resta saber qual projeto de desenvolvimento social estamos construindo com os nossos pobres ?

Inumeráveis ONG's, neste momento, captam recursos financeiros de organismos que representam o grande capital internacional alemão, italiano, japonês e inglês, entre outros, num minúsculo país a oeste do continente africano. As únicas formas de trabalho assalariado neste país são em ONG's ou no aparato de Estado. A captação desses recursos depende da pessoa que está a frente da entidade, 80% das políticas que estão sendo desenvolvidas lá, inclusive na área de educação, são financiadas com recursos estrangeiros. Esta nova dominação parece ser legitimada através de

códigos de convivência que incluem algum diálogo entre governo, ONG's e comunidades, um filete de transparência, como para atribuir um caráter civilizador e democrático ao velho colonialismo. Trata-se de Burkina Faso, um país do tamanho de Sergipe que fala 60 dialetos, tem somente 24% da população alfabetizada e é um dos cinco países mais pobres do mundo. As comunidades populares das zonas rural e urbana nordestina estão muito distante dessa realidade de pobreza e subordinação ?

Como fica evidenciado na análise de Bauman (2003, p.103), tendência resultante do processo de globalização parece refletir uma lógica de contenção das mazelas sociais produzidas pelo capitalismo em seus territórios: *"os pobres não são mais úteis como exército de reserva da produção"*.

A oferta e as condições de trabalho no campo, sobretudo no Nordeste brasileiro, sempre refletiram escassez, exploração e condições subumanas. As políticas públicas direcionadas às populações pobres no meio rural, apesar da modernização que expandiu o capitalismo no campo através da industrialização da agricultura, não deram conta da dívida social. Não foram capazes de modificar uma estrutura em que grande parcela de trabalhadores está condenada a uma subsistência precariamente extraída da agricultura familiar de baixa escala, muitas vezes insuficiente para a própria subsistência, sem inserção no mercado e quase nenhum acesso à proteção social (SACHS, 2004).

Neste contexto, percebe-se que a lógica da captação de recursos cria uma relação bilateralmente antropofágica que acaba comprometendo o projeto de construção de autonomia das comunidades e empreendimentos populares, posto que um torna-se refém do outro: a ONG não pode soltar os grupos porque capta recurso pelo número de grupos que beneficia; os grupos beneficiados não querem se libertar da ONG porque através dela tem acesso ao mínimo do mínimo social que o Estado deixou de garantir, tem alguma interlocução e visibilidade social. Ora, neste quadro, a própria autonomia da ONG incubadora está comprometida. Ou de qual autonomia estamos falando ? Trata-se realmente de construção de autonomia ?

As questões analisadas partem do pressuposto teórico de que as modificações na esfera do trabalho são resultantes de ação deliberada em diferentes dimensões por parte do aparato de Estado, de organismos financeiros internacionais e multilaterais, no momento em que o padrão de desenvolvimento baseado na industrialização, centrado no trabalho, passa por um processo de desmonte. Neste recorte analítico, considera-se que os grupos populares em processo de incubação são formados por trabalhadores cujo perfil é incompatível com o conjunto de comportamentos e experiências exigidos no cenário do trabalho pós mudança de regime de produção, por desqualificação, não-alfabetização, baixa escolaridade, idade, ausência de experiência anterior de trabalho, entre outros. A construção das bases para conquista das "liberdades substantivas" (SEN, 2000) por estes trabalhadores exige a compatibilização entre avanço tecnológico, desenvolvimento humano e social como condição fundamental para o desenvolvimento sustentável. Fora isto, as políticas compensatórias de geração de trabalho e renda, propositivas de empoderamento e empreendedorismo dos trabalhadores numa "sociedade de empregados" (OFFE, 1994), podem não se sustentar.

3. TRABALHADORES DESERDADOS DO CAPITALISMO: os efeitos da reestruturação produtiva na periferia do capitalismo

Na economia mundializada, multiplicam-se os trabalhadores "sobrantes", "inúteis para o mundo" (CASTEL, 1998, p. 496) do capitalismo financeiro por não responder ao padrão de qualificação

mínimo, nos moldes recentes da reestruturação produtiva, portanto, sem chance de serem incorporados ao mercado. Em que medida, o conteúdo dessa nova dominação – que envolve precarização, mudanças aceleradas, enfraquecimento do Estado e das organizações trabalhistas – pode engendrar uma estratégia de contenção da pobreza inútil e a inserção desta "reserva silenciosa" (OFFE, 1994) da produção na lógica do capitalismo financeiro ?

Por trabalhadores deserdados do capitalismo entende-se aqueles sob maior impacto da reestruturação produtiva, em situação de desvantagem, seja por não-alfabetização, baixa escolaridade, não-qualificação, idade, qualificação superada pelos novos padrões, isto é, são os segmentos da ausência de experiência anterior de trabalho, do desemprego estrutural, subempregados, terceirizados, sem teto, sem terra e idosos, que no padrão de acumulação vigente, dificilmente serão absorvidos pelo mercado de trabalho.

As mudanças no padrão de acumulação capitalista atingiram frontalmente a cultura do emprego com a quebra dos principais paradigmas da sociedade industrial, que foram a social-democracia e o Estado de bem-estar do mundo desenvolvido, utopia dos países em desenvolvimento que no Brasil sequer chegou de fato a ser constituído. Não tendo sido instaurado na fase das taxas de expansão econômica elevadas, com o colapso desse sistema nos países desenvolvidos, provocado pela expansão neoliberal, fundava-se ainda mais forte a justificativa de aplicação de uma brutal redução da ação estatal no setor produtivo e social dos países da periferia do capitalismo, pela incapacidade fiscal do Estado sustentá-la.

O padrão de produção capitalista centrado na exploração da força de trabalho foi sendo ultrapassado numa velocidade meteórica pelas inovações tecnológicas, com sobreposição do trabalho morto sobre o trabalho vivo. Da nova divisão internacional do trabalho emergiu uma questão central acerca do monopólio do conhecimento com conseqüência na assimetrização da divisão de renda e dos postos de trabalho no mundo. No Brasil, o atraso educacional, para além do avanço tecnológico, parece ser uma das causas do desemprego.

Quando Arrighi (1997, p. 215) analisa que a apropriação dos benefícios da divisão mundial do trabalho pelos Estados acontece conforme sua posição na hierarquia mundial de usufruto da riqueza, estando aquela classificada em núcleo orgânico central (países ricos), núcleo intermediário (países em desenvolvimento, semi-periferia) e núcleo inferior (países pobres, periferia), nos revela que na troca desigual entre centro e periferia, os países do centro do capitalismo mundial mantêm no jogo os Estados semi-periféricos e periféricos sob regras que tornam intransponível a travessia do fosso que separa os países pobres dos ricos. Esta subordinação exclui os países periféricos das atividades mais compensadoras e intensivas em inovação, tecnologia e conhecimento. A produção de menor valor agregado e baixo coeficiente tecnológico do centro capitalista migra para as economias periféricas, onde há a vantagem do uso intensivo de mão de obra barata, oferta abundante de matéria-prima e energia, baixa resistência social e política para atividades insalubres e poluidoras do meio ambiente, não mais aceitáveis nos países ricos (POCHMANN, 2004).

As respostas do Estado brasileiro à questão do desemprego parecem incipientes diante de toda esta complexidade. As investiduras em soluções na trilha do empreendedorismo, da revitalização do associativismo e do cooperativismo como estratégia alternativa para forçar uma inserção no mercado, via arranjos produtivos de base solidária, como indica a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, para alcançar algum êxito, parecem exigir, no mínimo, a fundação de um marco legal baseado num pacto entre Estado, representações do capital e sociedade civil.

O foco das políticas públicas no âmbito do trabalho está mais direcionado para estratégias de amenização dos impactos negativos das políticas de ajuste econômico nos segmentos mais empobrecidos da população do que mesmo à possibilidade de compatibilizar capitalismo e equidade para a maioria da população. Desse modo, não são capazes de equacionar os problemas emergen-

tes diante da retração do emprego industrial, da baixa capacidade de absorção da mão-de-obra excedente pelo setor de serviços, do crescimento da participação feminina na força de trabalho e do número de trabalhadores informais.
Pois, segundo Offe (1994), hoje, o desafio posto aos grupos populares antes destinados a serem força de trabalho, é sua reprogramação como empreendedores num cenário de Estado mínimo e, em muitos casos, sem nenhuma história prévia de relação de trabalho para servir de parâmetro.
O esgarçamento do tecido social, sobretudo no Nordeste, exposto nas disparidades das taxas de exclusão social, analfabetismo, escolaridade, pobreza, violência, desemprego e desigualdade, num contexto em que uma minoria rica beneficia-se da vulnerabilidade de uma maioria pobre, fragiliza o projeto de desenvolvimento social da nação. Portanto, avançar no desenvolvimento torna-se incompatível com a permanência de trabalhadores deserdados à margem do processo produtivo pelas assimetrias mencionadas, exigindo-se a superação de indicadores primitivos através de políticas públicas para o enfrentamento desta problemática em toda sua complexidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O padrão de desenvolvimento baseado na industrialização, com vetor no trabalho, atravessa um processo de desmonte. No centro dessa crise, os trabalhadores deserdados do capitalismo estão à mercê, quando muito, de políticas compensatórias, cujos impactos são insuficientes para as profundas mudanças necessárias à promoção da desassimetrização no âmbito político, econômico e social para transição da subcidadania a cidadãos.
Como incluir socialmente trabalhadores em situação de desvantagem numa sociedade guiada por um mercado altamente competitivo e excludente ?
Em relação à organização comunitária, observou-se no processo de incubação que a lógica que prevalece nos grupos populares é depositar todas as expectativas nos dirigentes das associações, nas lideranças, quando existentes, nas assessorias da incubação e aguardar passivamente os resultados. A visão de mundo movida por uma cultura messiânica que povoa o imaginário desses grupos resulta na mistificação das lideranças e representantes institucionais (UFS/UNITRABALHO), as quais, em sua onipotência, hão de produzir a solução para todos os problemas. Os grupos acomodam-se no desconhecimento e na dissociação do peso político das bases comunitárias nos rumos das reivindicações e das conquistas, colocando-se permanentemente na posição de receptores, beneficiários, população, clientela, público-alvo de projetos.
O surgimento de projetos sociais de novo tipo, com configuração mais horizontal, imbuídos da estratégia de empoderamento[3] dos atores sociais em seus territórios[4] para a emancipação ou construção de autonomia, pressupõem a existência de uma base democrática sólida.
Estas afirmações inspiram-se nos estudos de Putnam (2000) acerca de pesquisa realizada no Norte da Itália, a partir da qual constatou-se que a cultura cívica é um instrumento para o exercício de uma cidadania com direitos e deveres iguais para todos, livres de relações verticais e de dependência, de mediações clientelistas e assistencialistas, baseada na reciprocidade, participação do governo e na confiança mútua. Putnam assinala que as associações locais têm papel crucial nas estratégias de desenvolvimento rural bem sucedidas, desde que sua gênese tenha emergência na

[3] Processo de construção e reforço do papel central dos atores e grupos sociais, daí resultando um exercício ampliado e consistente dos direitos e deveres da cidadania (Krutman, 2004, p. 74).
[4] Sobre o conceito de território considerou-se o que discorre o geógrafo Santos (2001, p. 114) ao dizer que "o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência *naquele* espaço exerce um papel revelador sobre o mundo." Rafestin, citado em Haesbert (2002, p. 30), completa a idéia com a visão de território como "o espaço social inscrito dentro das relações de poder."

iniciativa comunitária. Revela ainda que entre as características das regiões não-cívicas figuram verticalidade nas organizações políticas, não envolvimento da população nas questões públicas, prevalência do interesse individual, associacionismo inexpressivo, corrupção como regra, favoritismo e dominação por parte dos poderosos, insatisfação, sentimento de impotência e exploração, governo ineficaz. Esta caracterização afeta o Sul da Itália, mas paradoxalmente, se aplicaria sem correr risco de inadequação à realidade dos grupos em processo de incubação. Para a construção das autonomias nestes territórios há que se fomentar o engajamento cívico nas comunidades quebrando o estigma no qual eles insistem em se refugiar como receptores, beneficiários, população, clientela, público-alvo de projetos.

Este engajamento envolve o compromisso do poder público com seus cidadãos como via de mão dupla, o desenvolvimento de um tipo de liderança com incorporação da responsabilidade diante do interesse coletivo, estímulo à participação para consolidação da consciência e confiança social através da viabilização de projetos que reflitam qualitativa e quantitativamente mudanças concretas nos padrões de existência das populações.

Entende-se que a metodologia de incubação de empreendimentos econômicos solidários é uma semente - tem caráter provisório e alcance limitado - exigente de políticas públicas fortes, de largo espectro e duradouras, para germinar e dar bons frutos. Sim, porque estamos falando de grupos que sequer conheceram situação anterior de inclusão social e no quadro atual estão em situação de maior vulnerabilidade, dependentes de programas de transferência de renda para garantir a subsistência. Tratam-se de grupos em situação de destituição das condições mínimas de exercício de cidadania, que não tiveram acesso à políticas de saúde, educação, cultura, trabalho e lazer decentes ao longo de sua existência. Talvez isto explique a ausência de uma relação de pertencimento com as conquistas do processo, mesmo quando estas se traduzem materialmente em equipamentos, infraestrutura e insumos. Parece que o fato de não gerar ônus direto para os grupos implica numa desvalorização na aquisição e no reconhecimento como conquista. Além disso, reflete a cultura de ver a coisa pública como coisa dos outros.

A carência de mando, na preferência dos grupos, vindo de um dirigismo externo, não de um igual de dentro do grupo, é um fator que solapa o projeto autogestionário minando suas bases. Isto confirma a análise de Gorz (1996) em relação aos bloqueios enfrentados numa sociedade hierárquica às tentativas de mudança deste padrão. Sobretudo, quando nada no ambiente institucional se altera e a oportunidade de subversão desta ordem se põe justo na situação de maior fragilidade social e econômica dos trabalhadores.

Se por um lado as regras da economia capitalista permanecem inalteradas, impondo-se de maneira perversa, descortinando fragilidades na gestão coletiva dos empreendimentos de economia solidária, subvertendo suas lógicas e colocando em cheque a emergência de um projeto de desenvolvimento social, no outro pólo, há uma carência extrema de avançar no campo das “liberdades instrumentais” (Amartya Sen) e na constituição do marco legal da economia solidária. Percebe-se que uma outra economia é possível em um outro padrão de desenvolvimento e cidadania. A economia solidária pressupõe um empoderamento que requisita práticas adquiridas por meio de uma educação cívica forte, portanto, de difícil assimilação e exercício em sociedades de origem escravista, hierárquica e autoritária, onde aos extratos populares é reservado a tutela, a assistência clientelista, o monitoramento, as imposições de fora para dentro, formas de proteção que mais excluem e subordinam do que emancipam ou geram autonomia. Neste ambiente, a participação política é motivada pela dependência ou por ambições pessoais.

Para finalizar as reflexões, entendemos que a incubação é uma solução provisória dependente necessariamente de políticas públicas, em diversas frentes, para suprir demandas básicas secularmente não atendidas tendo em vista colocar estes trabalhadores e trabalhadoras minimamente em condições de engajamento numa atividade produtiva no cenário atual.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho:* ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2006. 261 p.

____. *Adeus ao Trabalho ?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 155 p.

ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento.* Tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 371 p.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização:* as Conseqüências Humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 141 p.

____. *Vidas Desperdiçadas.* Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 69 p.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social:* uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 611 p.

CENTRO de Estudos Konrad-Adenauer-Stiftung. Pesquisas. *O Novo Paradigma do Emprego e o Futuro das Relações Trabalhistas.* Nº 10, São Paulo, 1998. 104 p.

CORAGGIO, José Luis. Alternativas para o Desenvolvimento Humano em um Mundo Globalizado. *Revista Proposta*, nº 72, pp. 30-38.

EID, Farid. Metodologia de Incubação e Desafios para o Cooperativismo Popular: uma análise sobre o trabalho da incubadora de cooperativas populares da UFSCar. *ANAIS do Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão*, 2001.

FERRETI, Celso; ZIBAS, Dagmar M.L.; MADEIRA, Felicia R.; FRANCO, Maria Laura P.B. (Orgs.). *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação:* um debate multidisciplinar. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 220 p.

FRANÇA-FILHO, Genauto Carvalho de e LAVILLE, Jean-Louis. *A Economia Solidária*: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 199 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.

GEIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. DADOSv. 47n.4 Rio de Janeiro, 2004. *Acessado em www.scielo.br/scielo*, 30/09/2005.

GORZ, André. *Crítica da Divisão do Trabalho.* Tradução de Estela dos Santos Abreu. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 248 p.

HAESBERT, Rogério. Os Significados da Desterritorialização Contemporânea. In: *Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF/AGB. Niterói, 2002

IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 194 p.

_____. *Estado e Capitalismo:* estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

KRUTMAN, Henriette Mariacy. *Fatores Críticos no Êxito da Gestão de Projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2004. (Tese de doutorado).

KURZ, Robert. *Os Últimos Combates.* 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 394 p.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). *Capitalismo, Trabalho e Educação.* 3.ed. Campinas: Autores Associados, HISTDEBR, 2005. 163 p.

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado:* transformações contemporâneas do Trabalho e da Política. Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Brasiliense, 1994. 322 p.

POCHMANN, Márcio (org.). *Reestruturação Produtiva:* perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004. 350 p.

____; AMORIM, Ricardo (Orgs.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004. 221 p.

____.Proteção Social na Periferia do Capitalismo: considerações sobre o Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2):3-16, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br.>.
POLANYI, Karl. *A Grande Transformação:* as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. 349 p.
PUTNAM, Robert D.. *Comunidade e Democracia:* a experiência da Itália Moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
REIS, Elisa;CHEIBUB, Zairo B.. Pobreza, Desigualdade e Consolidação Democrática. DADOS *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 36, nº 2, p. 233-259, 1993.
ROUILLÉ d'ORFEUIL, Henri. *Economia Cidadã*: alternativas ao neoliberalismo. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Petrópolis: Vozes, 2002. 199 p.
SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento:* includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151 p.
SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice:* o social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 348 p.
SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização:* do pensamento único à consciência universal. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.
SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.
SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil*: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. 360 p.
TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Sistema Público de Emprego*: caminhos, descaminhos... novas esperanças? Documento elaborado para o Congresso Regional Nordeste do Sistema Público de Emprego, Fortaleza: junho, 2005. 224 p.
VEIGA, José Eli da. *Do Global ao Local.* Campinas: Autores Associados, 2005. 120 p.

DESAFIOS DO PROCESSO DE REALIZAÇÃO DA MERCADORIA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DE PERNAMBUCO E DO RIO GRANDE DO SUL

*Cristiane Betanho**

*Farid Eid***

RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem buscado legitimar suas ações de várias formas. Um meio é a oferta da produção dos assentamentos à sociedade. Assim, agricultores assentados organizam-se em cooperativas e associações, com vistas ao fortalecimento conjunto, buscando produzir e comercializar, sem reproduzir o paradigma capitalista da geração de excedente de capital a qualquer custo. Entretanto, boa parte da produção (geralmente matérias-primas e produtos *in natura* com baixo valor agregado percebido) tem sido comercializada via atravessadores ou apropriada por terceiros, que agregam valor às matérias-primas e, conseqüentemente, apropriam-se dos sobrevalores gerados por essas atividades. O presente trabalho, excerto de tese de doutorado a defender, tem por objetivo apresentar um breve apanhado da realidade de produção e comercialização de dois empreendimentos criados e administrados por assentados oriundos de processos de reforma agrária, coordenados pelo MST, com a finalidade de refletir sobre os desafios de tais processos. Busca-se, a partir dos resultados, pensar em caminhos para a consolidação das experiências bem-sucedidas, com vistas à replicação das mesmas para outros assentamentos no Brasil, ao mesmo tempo em que se contribui com experiências para a consolidação da Economia Solidária como alternativa para alcançar a justiça distributiva.

Palavras-chave: economia solidária; marketing; MST.

---

* Mestre em Administração e Doutoranda em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora da Universidade Paulista (Jundiaí) e Anhanguera Educacional (Faculdade Politécnica de Jundiaí). Pesquisadora do Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES). cris.bet@terra.com.br

** Doutor em Economia e Gestão pela Université de Picardie Jules Verne (França). Professor e pesquisador do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos. Membro do Programa Nacional de Economia Solidária da Rede UNITRABALHO. Coordenador do GEPES. farid@power.ufscar.br

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem buscado gradativamente legitimar suas ações perante a sociedade. Na luta pela terra e pela viabilização da vida no campo, agricultores assentados organizam-se em cooperativas e associações que visam ao fortalecimento conjunto de suas ações, buscando dignidade e qualidade de vida para assentados e auxiliar aos que ainda não alcançaram essa condição.

Germer (2004) reflete que não se pode desvincular a luta dos assalariados rurais pela socialização dos meios de produção, da luta pela reforma agrária, nem tampouco separá-los dos pequenos produtores rurais, que estão somente a um passo de serem assalariados como bóias-frias. Nesse sentido, Grzybowski (2004) afirma que, apesar de muitos verem nos movimentos sociais apenas a questão social – a miséria e a pobreza – e não uma questão política, os movimentos sociais são potenciais democratizadores que podem contribuir para alterar correlações de força, auxiliando na edificação de uma outra ordem social.

Para o MST é preciso tornar a terra produtiva, porém sem reproduzir o paradigma capitalista da geração de excedente de capital a qualquer custo. Para Carvalho (2002), a valorização da vida, a proteção à saúde e ao meio ambiente, a luta contra o capital monopolista e pela alteração do atual modelo econômico, devem ser valores utilizados para a construção de comunidades de resistência e superação. Tais valores também podem ser utilizados para distinguir a natureza da oferta dos produtos da pequena agricultura familiar, em comparação à oferta das propriedades capitalistas, que produzem a custos mais baixos. Como afirma Eid (2002), é imperativo fazer o contraponto com o pensamento liberal que traduz a viabilidade somente do ponto de vista econômico-financeiro, através da relação custo/benefício.

Estudos[1] realizados pelo GEPES (Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária) apontam avanços significativos em termos de condições de vida dos assentados. No entanto, a baixa diversificação da produção, a ausência de agregação de valor aos produtos, aliados à baixa produção para autoconsumo, trazem efeitos deletérios. Vazzoler (2004) verificou indícios de proletarização dos assentados como, por exemplo, o fato de mulheres assentadas optarem por trabalhar como domésticas na Grande Porto Alegre (RS). Pimentel (2004), analisando assentamentos no Pontal do Paranapanema (SP), percebeu efeitos deletérios causados pela baixa produção para o autoconsumo, levando os agricultores a aumentar o dispêndio financeiro em aquisição de produtos para alimentação da família. Em pesquisas do GEPES, verificou-se, nos assentamentos da Zona da Mata (PE), que são práticas comuns o trabalho esporádico para grandes produtores da região, bem como o plantio de cana nos lotes, visando assegurar renda financeira para a família. Em casos extremos, os assentados abandonam a terra e voltam às zonas urbanas.

Outra constatação das pesquisas do grupo é que pouco se avançou no que tange ao escoamento da produção. Habitualmente, a produção é comercializada via atravessadores ou apropriada por terceiros agroindustriais ou distribuidores, que agregam valor às matérias-primas e, conseqüentemente, apropriam-se dos sobrevalores gerados por essas atividades. Atualmente, boa parte da produção dos assentados da reforma agrária estudados é escoada por essas vias, o que reduz o resultado da comercialização dos produtos – geralmente matérias-primas e produtos in natura com baixo valor agregado percebido. Essa afirmação é corroborada pela pesquisa realizada por Leite *et al* (2004): o maior canal de escoamento da

[1] *DINÂMICA ORGANIZACIONAL E PRODUTIVA EM COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA: diagnóstico, implementação de estratégias para o desenvolvimento e perspectivas*, desenvolvido nos anos 2002-2004, em parceria com a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), financiado pelo MCT/CNPq/COAGR; e *IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA REFORMA AGRÁRIA*, também em parceria com a CONCRAB, financiado pelo MCT/CNPq, desenvolvido em 2005-2006; ambos coordenados pelo Prof. Dr. Farid Eid. Principais produtos: 5 teses de doutoramento (4 finalizadas e 1 em finalização); 2 dissertações de mestrado; 1 monografia de especialização; trabalhos publicados em revistas, congressos e livros; desenvolvimento de cursos para assentamentos de 5 estados do país; desenvolvimento de nova identidade visual para produtos da reforma agrária.

produção é o atravessador, que corresponde a 70% da comercialização realizada na "mancha" estudada de assentamentos da zona da cana nordestina. Portanto, existem problemas no processo de realização da mercadoria.

É esse o contexto em que se insere esta pesquisa e seu objeto. O presente trabalho, excerto de tese de doutorado a defender, tem por objetivo apresentar um breve apanhado da realidade de produção e comercialização de dois empreendimentos criados e administrados por assentados oriundos de processos de reforma agrária, coordenados pelo MST, com a finalidade de refletir sobre os desafios de tais processos, respeitando os ideais do movimento social e da economia solidária, ao mesmo tempo que procura melhorar as condições de vida dos assentados e da sociedade do entorno.

Para tanto, divide-se a reflexão em três partes. A primeira, representada pelos próximos três tópicos, visa a apresentar o referencial teórico em que se baseia a pesquisa. Na seqüência, após um apanhado sobre procedimentos metodológicos, os assentamentos são apresentados, bem como sua situação de produção e comercialização, e os desafios do processo de realização das mercadorias. Finalmente, nas considerações finais, busca-se refletir, a partir dos resultados, sobre caminhos para a consolidação das experiências bem-sucedidas, com vistas à replicação das mesmas para outros assentamentos no Brasil, ao mesmo tempo que se contribui com experiências para a consolidação da Economia Solidária como alternativa para alcançar a justiça distributiva.

1. Economia Popular e Solidária

O entendimento do que vem a representar a economia solidária traz a necessidade de analisar o significado dos mercados sob outra ótica que não a da economia de mercado. Nesse sentido, sob a perspectiva da sociologia econômica, o mercado não é visto como algo natural, mas uma "construção sócio-histórica, (...) uma configuração particular que convém situar em relação àquelas que a precederam" (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p.31).

Nesse sentido, Polanyi (2000) defende a idéia de que a economia do homem, historicamente, esteve inserida em suas relações sociais. Assim, embora os mercados existam desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental antes do século XIX, e outra era sua configuração. Ganhos e lucro não eram o centro da economia humana. A ordem na produção e na distribuição era garantida por meio de três princípios de comportamento indiretamente associados à economia: a reciprocidade; a redistribuição; e a domesticidade, que consiste na produção para uso próprio. Por sua vez, padrões de institucionalização garantiam o cumprimento desses princípios de comportamento: a reciprocidade era sustentada pelo padrão da simetria; a centralidade era o conduto da redistribuição; e o princípio da domesticidade era manifestado em diversos núcleos institucionais (família, localidade, poder público, entre outros). Polanyi (2000) sustenta que todos os sistemas econômicos até o final do feudalismo na Europa ocidental foram organizados segundo esses princípios e suas formas de institucionalização, amparados por costumes, lei, magia e religião.

Os mercados passaram a ser mais numerosos e importantes a partir do século XVI, mas somente adquiriram a importância que têm hoje a partir do século XIX, quando um novo paradigma econômico erigiu suas bases. O princípio de mercado, o quarto ao qual Polanyi (2000) se refere, e seu padrão de institucionalização – a troca, subverte as relações anteriores: ao invés de a economia estar inserida nas relações sociais, são essas que se inserem no ambiente econômico, sendo por ele moldadas. Para tanto, todos os fatores de produção também necessitariam ser disponibilizados em mercados. Assim, além do dinheiro, terra e trabalho ganharam status de mercadorias. Nessa nova sociedade, emancipado o homem dos costumes, transcendência e tradições, o mercado é escolhido como mecanismo regulador porque permite ancorar as relações entre os indivíduos na esfera dos interesses. O interesse

econômico seria dotado de um potencial pacificador; essa mão invisível garantiria o equilíbrio e a ordem (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Para Antunes (2006), o capitalismo brasileiro vivenciou, durante o século XX, principalmente a partir do getulismo, um verdadeiro processo de acumulação industrial. No que tange à agricultura, após o xeque do modelo agroexportador do colonialismo do século XIX, na década de 1930 se inicia o processo de submissão do setor às necessidades de desenvolvimento do país, o primeiro passo de modernização da agricultura. Entre 1950 e 1964, discutiram-se caminhos para tal modernização, que podem ser divididos em duas correntes teóricas: a modernização conservadora, que, por acreditar que o problema era institucional, pregava a expansão da agricultura pela intensificação da mecanização e do uso de fertilizantes e defensivos químicos, sendo que a questão social seria resolvida pela criação de empregos fora do setor agrícola; e a modernização estrutural, que buscava modificar a estrutura não apenas agrícola, mas agrária, ligada aos processos de transformação das relações de produção (Kageyama, 1993). Com o golpe militar de 1964, adota-se a corrente da modernização conservadora, por meio do abundante crédito para quem adotasse um pacote tecnológico que levaria a uma agricultura mais eficiente.

A modernização da agricultura atendia, portanto, aos interesses industriais, primeiramente em termos de máquinas e implementos para depois subordinar a produção agropecuária aos padrões agroindustriais. Os agricultores passaram a fornecer matérias-primas para processamento na indústria que, por sua vez, regula os preços, padroniza a qualidade dos insumos e dita hábitos de consumo nas cidades (Via Campesina, 2005). Mior (2005), analisando as cadeias convencionais da carne e do leite em Santa Catarina, observa que o agricultor passa a encarnar o papel de produtor especializado preso a mercados distantes de si, enquanto que a agroindústria convencional, transnacionalizada a partir da década de 90, buscou o desenvolvimento de redes de distribuição de valor agregado, visando aos mercados interno e externo.

Esse novo modelo, apesar de grandemente responsável pelo superávit fiscal do país nos últimos anos, agravou o problema da distribuição da renda. No Brasil, a década de 90 foi marcada pelo aumento do desemprego e mudanças nas relações trabalhistas, provocando uma redução da participação da renda dos trabalhadores – urbanos e rurais – na renda nacional. As fazendas modernizadas utilizam cada vez menos mão-de-obra, o mesmo acontecendo na indústria. O processo resultou, de um lado, na falência crescente e acelerada da pequena propriedade rural e da agricultura familiar, que redundou na exacerbação do êxodo rural, em proporção talvez sem precedentes na história da agricultura brasileira. De outro, empresas urbanas modernizadas fecharam milhões de postos de trabalho, restando aos trabalhadores uma disputa acirrada pelos poucos postos de trabalho que escaparam à reestruturação, tanto via emprego assalariado, como prestadores de serviços autônomos. Ambos os processos resultaram na elevação do exército-reserva de mão-de-obra. Ao lado da acumulação de riquezas, acumulou-se também a miséria, como previa Marx (1985), analisando a exacerbação do modo de produção capitalista.

Vieira (2006), refletindo sobre a possibilidade de se fundar uma nova relação capital-trabalho, propõe um olhar sobre o marco da Economia Solidária, que considera alternativa de emprego e renda, ao mesmo tempo que contribuiria para aumentar a produtividade, no entanto, distribuindo seus ganhos de forma mais justa. A Economia Solidária poderia auxiliar na organização dos trabalhadores para que os mesmos se habilitem a aproveitar as oportunidades de mercado não interessantes ao capital, ou que podem ser exploradas com melhor eficiência pelos trabalhadores-empreendedores. Segundo Singer (2003), as especificidades que distinguem um empreendimento solidário de um pautado pelas regras da corrente econômica hegemônica são o estímulo à solidariedade entre os membros

via autogestão e a reintegração de trabalhadores que foram expurgados do mercado de trabalho formal por questões estruturais, advindas do paradigma econômico neoliberal.

Para França Filho e Laville (2004), a base em que se situa o desenvolvimento da vertente econômica solidária é o encontro das esferas social e econômica. Questionando os motivos do desemprego e do subembrego, a Economia Solidária busca no espaço público um poder-agir na economia, atuando não somente na organização de empreendimentos, mas na formação de seres solidários. As iniciativas de uma economia popular e solidária visam não somente à garantia da reprodução simples das condições materiais de vida das pessoas, mas a reprodução ampliada das condições de vida em sociedade, reivindicando o agir no espaço público, na luta por direitos sociais.

No entanto, Gaiger (2000) chama a atenção para o fato de que os empreendimentos solidários, se não reproduzem em seu interior relações capitalistas, também não as eliminam ou ameaçam sua reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos na atualidade e em futuro próximo. O autor ressalta que os empreendimentos, no momento, experimentam dupla subsunção à economia capitalista: por um lado, sujeitam-se às regras de acumulação e intercâmbio impostas pelos agentes econômicos; por outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo. Para que os empreendimentos solidários mantenham seus traços distintivos, o autor aponta três exigências: a) assumir a base técnica herdada do capitalismo sem se corromper e usá-la para a construção de sua própria forma social de produção; b) provar ser superior na comparação com empreendimentos capitalistas; c) resistir às pressões do ambiente econômico. A práxis, no longo prazo, é que pode gerar uma nova consciência e provocar novas mudanças na prática.

A despeito da pujança do desafio, cujos dilemas e contradições podem ser encontrados em pesquisas tanto no meio urbano (Gallo, 2003; Vieitez e Dal Ri, 2001) quanto no meio rural (Gallo, 2003; Vazoller, 2004; Pimentel, 2004), Eid (2003), analisando as experiências e desafios da Economia Solidária nos tempos atuais, afirma que em diversas regiões do país já se podem observar algumas vantagens do trabalho cooperado: renda monetária, condição de co-proprietário, auto-estima, desenvolvimento intelectual, trabalho prazeroso e não uma atividade penosa. A eficiência é resultado da conjugação de interesses e motivações dos membros. Algumas experiências estão sendo vistas como embriões de novas formas de produção e organização do trabalho e do mercado, revigoradoras de setores populares excluídos e instrumentos de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais.

Mior (2005) destaca os elementos que constituem a transformação da atividade de valor de uso (conservação de alimentos para subsistência) em uma atividade com valor de troca (apta a ser comercializada) nas redes agroindustriais familiares do oeste catarinense, sem no entanto reproduzir a lógica das redes convencionais. Nas redes familiares / cooperativas estudadas pelo autor, prima-se pela formação de redes de cooperação, que valorizem o agricultor e a mão-de-obra familiar como estratégia de reprodução da agricultura camponesa, ao mesmo tempo em que se adotam formas de governança baseada em valores locais, sociais e ecológicos, além de produzir alimentos de qualidade diferenciada – baseados nas preferências locais, sem uso de agrotóxicos, artesanais, entre outros fatores de diferenciação.

Como salientam França Filho e Laville (2004), o universo da Economia Solidária no Brasil parece extremamente abrangente e diversificado, englobando formas constitutivas variadas, como cooperativas, associações, fundações e entidades de fomento. Assim, para auxiliar na identificação de iniciativas da economia solidária, os autores sugerem cinco critérios indissociáveis: pluralidade de princípios econômicos (diversidade de fontes de recursos – mercado, poder público e práticas reciprocitárias); autonomia institucional (independência na gestão); democratização dos processos de decisão; sociabilidade

comunitário-pública (relações marcadas pela pessoalidade); e finalidade multidimensional – ao lado da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, projetando-se no espaço público.

Conforme Lisboa (2003), esses empreendimentos podem demonstrar que há outras forças econômicas além da hegemônica, que buscam construir a possibilidade de uma maior democratização da economia e, portanto, da sociedade, alicerçadas num controle genuinamente social sobre os meios de produção.

2. Cooperativismo e Cooperativas no MST

A questão do cooperativismo enquanto uma alternativa à empresa capitalista não é recente. Surgiu no início do século XIX, mas não se desenvolveu com grande força dentro da sociedade de então. Muitas fecharam, muitas perderam suas características ideológicas e filosóficas, tornando-se semelhantes às empresas capitalistas, nas quais uma característica marcante é a ideologia fortemente enraizada na relação de subalternidade. De acordo com Vazzoler (2004), as cooperativas do Movimento Cooperativo Tradicional nada têm em comum com a maioria das cooperativas formadas por trabalhadores, já que estas, muitas vezes, burocratizam-se ou mesmo extinguem-se, como previsto por Luxemburgo (2000). Nessas cooperativas tradicionais, geralmente os sócios são empregadores capitalistas, que usam a autogestão como discurso, mas na prática caminham no sentido de uma empresa na qual os sócios majoritários tomam as decisões sem consultar outros sócios.

No entanto, como salientam Schmidt e Perius (2003), a instituição cooperativa é composta por duas dimensões básicas. A dimensão empresarial congrega a importância da administração da organização; os aspectos econômicos, administrativos e técnicos têm que ser observados como tão importantes quanto para outros tipos de organização empresarial, respeitando as peculiaridades das cooperativas: o papel do capital, que não é importante em si, mas para o benefício de seus associados, e a própria gestão, exercida pelos trabalhadores, detentores do capital, rompendo o conflito e a oposição de interesses entre capital e trabalho. A dimensão social reflete sobre a harmonização entre o econômico e o social; a cooperativa é uma opção de organização que convive e mantém negócios com as empresas de capital, buscando maximizar os resultados de operações com não associados para maior benefício dos associados, sendo que as sobras, resultantes da estratégia gerencial adotada, pode ser ou distribuída ou reaplicada em investimentos e projetos sociais, a critério dos associados.

Uma das possibilidades para vencer o desafio de tirar da terra o sustento e melhorar as condições de vida dos assentados, por meio do aproveitamento comum de vantagens, é o cooperativismo popular, que, ao contrário das cooperativas tradicionais, pode adotar uma organização mais democrática e igualitária se os seus membros assim a entenderem e adotar a autogestão como procedimento para a tomada de decisão nas assembléias, as quais constituem o órgão majoritário nas decisões de que todos devem participar. Vazzoler (2004), citando estudo realizado pela FAO/INCRA compilado por Bittencourt sobre os principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, constatou que a organização coletiva constitui importante fator para o desenvolvimento dos assentamentos e, em alguns casos, foi decisiva para seu sucesso. A organização diminuiu os custos, potencializou os recursos naturais, gerou sistemas mais produtivos e ampliou alternativas econômicas dos assentamentos. Esse tipo de organização da produção também demonstrou ser possível diminuir as desigualdades sócio-econômicas entre os assentados.

A partir de 1985, o MST passou a desenvolver atividades buscando melhorar a organização da produção através de diferentes formas de cooperação. Em 1986, concebeu-se a "Cooperação Agrícola" como eixo central, visando garantir a melhoria da produção

agropecuária (MST, 2006). Dentre as formas associativistas no MST, tem-se os núcleos de família, associações, grupos semi-coletivos, grupos coletivos, Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS) e Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), sendo as últimas consideradas como a etapa mais evoluída de organização coletiva, pois a produção, a gestão e o trabalho são feitos de modo compartilhado (VAZOLLER, 2004; PIMENTEL, 2000).

O sistema cooperativista dos assentados (SCA) objetiva buscar maior articulação e afinidade entre essas diversas formas de cooperação, elaborar e aplicar políticas homogêneas de desenvolvimento, formar quadros organizadores da cooperação, elaborar programas de capacitação em todos os níveis, elevar a produção agropecuária, melhorar a produtividade do trabalho nos assentamentos, visando a atingir melhorias significativas nas condições de vida das famílias assentadas (MST, 2006). Atualmente, trabalham cerca de 450 técnicos – agrônomos, técnicos agrícolas, engenheiros de alimentos, contabilistas e outros profissionais, contratados via projetos de assistência do Incra.

Em assentamentos do MST, funcionam cerca de 400 associações de produção, comercialização e serviços; 49 cooperativas de produção agropecuária (CPA), com cerca de 2300 famílias associadas; 32 cooperativas de prestação de serviços (CPS), com mais de 11 mil sócios diretos; 2 cooperativas regionais de comercialização e 2 cooperativas de crédito, com mais de 6 mil associados. Na perspectiva de sua proposta de agroindustrialização, o MST possui 96 pequenas e médias agroindústrias, que processam frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces (MORISSAWA, 2001).

Para Leite *et al*. (2004), assistência técnica, crédito e financiamento são essenciais para dar condições produtivas aos agricultores. Os autores, analisando os impactos dos assentamentos no Brasil, constataram que apenas 55% dos assentamentos por eles analisados contavam com assistência técnica freqüente, e somente 25% fizeram algum curso de capacitação. Dois terços dos assentados disseram ter acesso a crédito, no entanto, 59% dos que já o tomaram disseram ter passado por dificuldades, o que pode comprometer significativamente os resultados da produção agropecuária e, portanto, a possibilidade de honrar o compromisso financeiro. A tese em que se baseia este artigo apresenta o uso dos conceitos e ferramentas de marketing como importante linha de capacitação para agricultores, com vistas a vencer as dificuldades da realização da mercadoria e fazer jus aos compromissos financeiros assumidos, ao mesmo tempo que se melhora as condições de vida dos assentados.

3. Comercialização e Marketing

Em primeiro lugar, cabe definir a existência ou não de diferenças entre comercialização e marketing. De acordo com Gracioso (1997), a expressão comercialização é uma das traduções de marketing para o português, no entanto tem um tom passivo, que não se coaduna com o caráter dinâmico que é associado ao marketing. Para o autor, a melhor tradução seria “mercância”, ou seja, o ato de mercadejar. Já Richers (1994) reporta-se aos termos “mercadologia” para a ciência e “mercadização” para o processo de distribuição. Todos esses termos, criados nos anos 50, não foram aceitos pelo mercado, que optou por utilizar a expressão marketing, do original norte-americano, sendo o neologismo incorporado ao português, inclusive citado em dicionários da língua. Na prática da tese em que este artigo se baseia, é utilizada a expressão marketing para denominar o conjunto de estratégias para promover eficiência e eficácia ao processo de realização das mercadorias, isto é, o fazer mercado.

No entanto, o desgaste ambiental e os novos imperativos sociais deram origem a um questionamento sobre a legitimidade do foco de marketing, que evoluiu de produção para produto, e de venda para a satisfação do cliente. Essa última orientação, denominada

orientação de marketing, pode no entanto levar a organização a esquecer ou a dar atenção insuficiente a outros grupos interessados igualmente importantes (CHURCHILL Jr. e PETER, 2000).

Tendo em vista o desafio da manutenção dos traços distintivos dos empreendimentos econômicos solidários frente a empreendimentos capitalistas (Gaiger, 2000), cumpre escolher uma orientação de marketing que se coadune com solidariedade. Para as reflexões da tese em que se baseia este artigo, foi escolhida a orientação societal. Para Morgan (1996), o marketing societal aprofunda a discussão sobre a missão da área de conhecimento. A filosofia do marketing societal prevê que a busca pelo mercado deve ser realizada de tal forma que preserve ou melhore o bem-estar do consumidor e da sociedade, indicando que as empresas devem desenvolver suas práticas de marketing sob considerações sociais e éticas, equilibrando os lucros da empresa, a satisfação dos desejos dos consumidores e o interesse público, objetivos freqüentemente conflitantes na prática.

Essa preocupação deve ser refletida tanto no desenvolvimento da oferta aos consumidores, quanto no processo de planejamento *per se*, isto é, na participação dos trabalhadores-empreendedores. De acordo com Favareto (2004), para empreendimentos solidários, equilibrar fatores controláveis e incontroláveis do ambiente de marketing é ainda mais importante, posto que o planejamento se torna um poderoso instrumento para romper com o amadorismo e a improvisação, além de organizar de forma metódica e sistemática a participação dos agentes internos para que os ideais e valores solidários sejam traduzidos em princípios organizacionais diferenciados e em produtos e serviços que traduzam-nos aos mercados, ao mesmo tempo que produzam resultados de sustentabilidade positivos para os empreendedores.

Dadas as características de distribuição de renda do país, diversidade cultural, desequilíbrios nos níveis de informação e educação da população, além de contrastes climáticos e de outros de inúmeras origens, as necessidades, expectativas e desejos dos consumidores, no Brasil, apresentam tremendas variações. Isso é particularmente notável em oportunidades para o mercado de alimentos. A partir da década de 1990 abriu-se espaço para produtos semi-processados, orgânicos e com certificação de origem, que passaram a disputar espaço nas gôndolas com produtos da agricultura tradicional e propostas de agregação de valor inovadoras. Houve, além disso, uma sobrevalorização da embalagem (formas, materiais, tamanhos), e a abertura de novos canais de distribuição, juntamente com a diferenciação em preços.

Todas essas tendências trouxeram uma miríade de possibilidades para os produtores de alimentos, independentemente de seu tamanho, ou forma de constituição, ou orientação. Segundo Nascimento (1998), esse é um setor que poderá ser ocupado pelos pequenos produtores, se devidamente apoiados com tecnologia, gerenciamento e marketing, dadas as oportunidades de diferenciação e ocupação de nichos de mercado. Mas salienta que os produtos devem apresentar aspectos de padrão, de embalagem, de sanidade e detalhes de marketing reconhecidos pelos clientes nos produtos do mercado tradicional.

Para este artigo, cumpre salientar as especificidades do marketing mix, ou operacionalização de marketing, à luz da orientação societal.

O aspecto Produto do marketing mix, que abrange a análise não somente do aspecto físico da oferta e sua formulação, mas também serviços ao cliente, marca, embalagem e outros que possam acrescentar valor ao cliente e diferenciar a oferta do concorrente (Churchill Jr. e Peter, 2000; Kotler e Keller, 2006), é delimitado por questões legais e éticas. Como exemplos, vários alimentos possuem padrões de identidade e qualidade obrigatórios, a rotulagem nutricional de alimentos limita a decisão das organizações sobre como utilizar o espaço do rótulo, assim como aterros sanitários repletos são evidências de que as embalagens podem impactar a questão ambiental. Quando aplicada a orientação societal, as organizações

devem satisfazer as exigências legais, além de buscar auxiliar o cliente na seleção e no uso adequado de produtos, evitando o desenvolvimento de supérfluos, que façam mal à saúde ou sejam inseguros, ou que prejudiquem o meio ambiente, ou levem o cliente a erro, como o caso da "maquiagem" de produtos – a redução de volume sem alteração de preço.

Kotler (2000) salienta que a dimensão Preço é a única variável do marketing mix que produz receita e, portanto, contribui para a sustentabilidade do empreendimento. No entanto, algumas organizações podem se ver tentadas a utilizar práticas como conluio de preços, precificação enganosa ou predatória, fixação do preço de revenda, discriminação de preço, *dumping*, entre outras estratégias de limitação da concorrência (Churchill Jr. e Peter, 2000). Os autores apresentam também considerações éticas na prática da precificação, como preços de "isca-e-troca", sensação falsa de qualidade superior ou preços que confundem o consumidor. Os autores afirmam que os preços podem ser uma extensão da responsabilidade social da organização quando ela o usa de forma a não se aproveitar da fraqueza do cliente, de desgraças ou de movimentos de mercado, e essa atitude da empresa pode melhorar sua reputação e solidificar seu relacionamento com os clientes.

O elemento Praça, que envolve o levar os produtos até os clientes, também pode ser analisado pelo viés ético e legal. Leis que buscam evitar a configuração de monopólios, a exclusividade da distribuição, questões territoriais e venda casada são questões abordadas por Kotler (2000). Churchill Jr. e Peter (2000) vão além, analisando a própria estratégia do fabricante, quando define descontos por quantidade de tal forma que somente beneficie as grandes redes, ou quando existe restrição de distribuição de produtos por tipo ou tamanho de loja. Do lado do varejista, os autores questionam se é ética a propaganda do tipo chamariz, a discriminação de classes sociais a pretexto de segmentação de mercado e a reserva de espaço dentro da loja em troca de taxas, o que se constitui em barreira para a entrada de pequenos produtores e leva ao aumento de preço dos produtos, por aumentar os custos do fabricante, independentemente de seu tamanho.

A última variável do marketing mix é a Promoção, que, segundo Churchill Jr. e Peter (2000), deveria mais corretamente ser denominada comunicação de marketing, posto que essa definição mais ampla incluiria todas as maneiras pelas quais a empresa poderia se comunicar com seus clientes atuais e potenciais. Além da necessidade de evitar ofensas a grupos étnicos, minorias raciais ou grupos de interesses específicos e o bombardeamento dos clientes com comunicação direta que não querem (Kotler e Keller, 2006), Churchill Jr. e Peter (2000) questionam a comunicação voltada ao público infantil, que ainda não tem capacidade cognitiva para avaliar as mensagens, as comunicações de bebidas, que associam seu consumo à conquista sexual ou à prática de esportes, promoções que visem somente à formação de *mailing list*, a geração de dificuldades para o resgate de bônus previamente cedido ao cliente e a oferta de brindes, que pode prejudicar outros grupos interessados. Os autores afirmam que a comunicação pode ser socialmente responsável, na medida em que transmite informações precisas sobre como a organização pode propiciar valor por meio de produtos e serviços que satisfaçam a necessidades legítimas, além do patrocínio a causas dignas e informações sobre o consumo socialmente responsável dos produtos que podem oferecer risco relativo, como as bebidas alcoólicas.

4. Procedimentos Metodológicos

Quanto ao método clássico, esta pesquisa pode ser classificada como um estudo de casos, tendo em vista que a falta de amplitude oriunda da análise de uma única experiência não permite extrapolar os dados para o universo dos cooperados da Reforma Agrária. Yin (2001) afirma que os estudos de caso, como os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos, e que o objetivo do pesquisador que se

utiliza do método do caso é expandir e generalizar teorias (generalização analítica), e não enumerar freqüências (generalização estatística).

Minayo (1994) afirma que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, tais como: motivos, aspirações, costumes, crenças, traços culturais, valores e atitudes, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. E, ainda, que a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas em um lado não perceptível e não passível de ser captado nas equações, médias e estatísticas.

Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa participativa. Etimologicamente, participar – ou *participare*, do latim – significa "tomar parte". Segundo Thiollent (1997), a pesquisa participativa apresenta um compromisso com a interação entre pesquisadores e pesquisados para o entendimento da situação pesquisada. No caso da tese em que se baseia o artigo, a metodologia foi utilizada com o objetivo de envolver os agricultores na tomada de conhecimento de sua realidade quanto ao assunto comercialização, uma ação coletiva que sugere tomar decisões coletivas.

A pesquisa participativa foi realizada em duas fases de levantamento das estratégias de comercialização utilizadas por empreendimentos dos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul. No ano de 2005, os assentamentos foram visitados para uma análise exploratória sobre o tema comercialização. Em 2006, foi realizada a fase conclusiva da pesquisa. Ao todo, foram ouvidas entre 5 e 10% das famílias de cada um dos assentamentos ou grupos de assentamentos pesquisados, com o objetivo de entender como os principais interessados viam o assunto comercialização e marketing. Exatamente por esse motivo a amostragem selecionada foi do tipo não-probabilística intencional, que, segundo Mattar (2001), é a ideal quando o objetivo do pesquisador é obter multiplicidade de opiniões, mesmo que as mesmas não sejam passíveis de serem generalizadas para a população de pesquisa. Essa multiplicidade era importante para entender, mesmo que sob o formato de exploração, o universo de comercialização e produção desses assentamentos, e foi garantida por meio das informações sobre as condições dos assentados em termos de trabalhar ou não coletivamente, comercializar ou não diretamente, obtidas das lideranças de cada assentamento.

Para este artigo, foram selecionados os casos de dois assentamentos, um em cada estado, com o objetivo de comparar as realidades de cooperação e uso de ferramentas de marketing nos mesmos. Os resultados são apresentados a seguir.

5. Resultados

5.1 Caracterização dos assentamentos e situação associativa

O Assentamento Várzea Grande é localizado na cidade de Gravatá, uma das estâncias do chamado Circuito do Frio de Pernambuco. O município dista 56 Km de Recife, e é conhecido como o maior produtor de flores de Pernambuco, concentrando cerca de 70% da produção estadual, e pelo cultivo de vegetais orgânicos. A área do assentamento, distante apenas 16 km do centro urbano, abriga 40 famílias, que ocupam individualmente lotes de 8 hectares. Os assentados fundaram, no tempo de assentamento, uma cooperativa, mas a mesma somente funcionou como intermediária para a adesão a convênios. As famílias produzem, como sempre produziram, de forma individual, e 30 delas fundaram uma associação, que é utilizada para dar corpo jurídico na produção ou na venda de produtos específicos, como será visto posteriormente.

O Assentamento Lagoa do Junco está situado na cidade de Tapes, grande Porto Alegre (RS). A economia do município está concentrada principalmente na agricultura (predomina a cultura do arroz irrigado por inundação) e na pecuária. A área do assentamento

abriga 35 famílias, sendo que 20 delas produzem coletivamente, tendo fundado uma cooperativa, que inclusive possui de fato a propriedade da terra. As demais 15 famílias produzem individualmente em seus lotes, concentrando-se principalmente no cultivo de arroz por inundação, enquanto que as famílias cooperadas buscaram diversificar sua produção. Essa iniciativa as protegeu das oscilações de preço do arroz e, portanto, preservou o coletivo de oscilações nas condições de vida das famílias.

Como se pode depreender, o assentamento Várzea Grande goza em grupos informais das vantagens da cooperação, enquanto que o processo é totalmente institucionalizado no assentamento Lagoa do Junco. Dois fatores aparecem nas explicações sobre a resistência à uma cooperação mais abrangente em Várzea Grande: não confiar na capacidade de trabalho do próximo e a não correspondência de idéias, principalmente em grupos muito grandes de pessoas. As associações dentro da associação respondem aos dois problemas, reunindo grupos menores de pessoas em torno de idéias comuns, ao mesmo tempo que a remuneração de cada sócio informal da empreitada corresponde à sua capacidade de trabalho individual.

Apesar de já estar um passo à frente da realidade de vários assentamentos no Brasil, Várzea Grande não possui a infra-estrutura que Lagoa do Junco conseguiu com a união total dos esforços do grupo: área de lazer coletiva, instalações produtivas com maior escala de produção e alimentação farta e de boa qualidade para todos, inclusive carnes. O grupo tem se decidido a realizar modestas distribuições de sobras, reinvestindo os resultados na cooperativa.

5.2 Produção, produtos e distribuição

Em ambos os assentamentos, existe produção para autoconsumo, principalmente no que tange a produtos tradicionais da alimentação, apenas havendo compra nos mercados do que não se pode produzir na terra. Nesse sentido, Lagoa do Junco possui mais produtos da cesta tradicional que Várzea Grande, em função do trabalho cooperado, sendo inclusive a produção para autoconsumo um dos setores de produção que gera postos de trabalho na cooperativa.

Já as linhas para comercialização são mais concentradas em ambos os assentamentos. A tabela a seguir traz as principais informações gerais comparativas sobre os produtos para venda, produzidos nos assentamentos.

TABELA 1 – Linhas gerais da produção para comercialização dos assentamentos estudados.

Assentamento	**Produtos para comercialização**	**Grupo produtor**	**Canais de distribuição**
Várzea Grande (PE)	▪ Pimentas em conserva ▪ Verduras orgânicas (certificadas) ▪ Frutas	▪ Associação ▪ Grupo de Mulheres ▪ Associação	▪ Supermercados e distribuidores ▪ Feiras específicas de produtos orgânicos ▪ Atravessadores
Lagoa do Junco (RS)	▪ Arroz orgânico ▪ Panifício	▪ Cooperativa ▪ Cooperativa	▪ Supermercados, merenda escolar, CONAB, loja do MST, exportação ▪ Merenda escolar, loja do MST

O caso da pimenta é o mais emblemático do assentamento Várzea Grande, por ser o primeiro caso de ruptura, mesmo que informal, do individualismo na área, quanto pelo

processo de tentativa-e-erro em "fazer mercado", um dos primeiros bem-sucedidos em afastar atravessadores no estado. A produção começou com um assentado, que plantou alguns pés de pimenta e comercializava o produto a granel, na feira da cidade. A baixa durabilidade do produto levou o produtor a desenvolver uma conserva simples, a base de vinagre e cachaça, que foi inicialmente oferecida em garrafinhas de 50g. Análise empírica dos concorrentes levou o produtor a engarrafar a pimenta em recipientes menores, de 30g, seu carro-chefe atualmente.

Essa análise empírica também o estimulou a desenvolver uma rotulagem, o que elevou o preço de venda do produto em 30% e ampliou sua distribuição. Anteriormente, a comercialização se dava no entorno, em restaurantes e nos encontros do MST. Com a embalagem e rotulagem, o produto passou a ser oferecido em supermercados de pequeno porte e também em restaurantes. As garrafas de 30g têm sido vendidas entre R$ 1,00 e R$ 1,30, dependendo do canal de distribuição que o produto percorre. Apesar de não haver planilha de custos, o produtor tem a impressão de que o negócio tem trazido retorno, impressão corroborada pelo autofinanciamento do aumento da escala de produção, do pagamento de quatro ajudantes fixos e ainda por sobrar dinheiro para investir em frutas, segundo seu relato. Atualmente, a produção é de 2500 garrafinhas, sendo mil delas escoadas pelo próprio produtor a varejistas, e outras 1500 são absorvidas por um distribuidor, que repassa a restaurantes e outros pontos de venda.

A experiência despertou a atenção de outros assentados, que passaram a cultivar pimenta para suprir as necessidades do produtor. Atualmente, ele conta com três fornecedores dentro do assentamento, aos quais paga o preço de mercado pela matéria-prima, mas no médio prazo poderá chegar a dez assentados cultivando o produto no local. Além disso, outro assentado desenvolveu uma linha de artesanato com pimenta, que tem utilizado os mesmos canais de distribuição das conservas. Vale ressaltar que o produtor das conservas oferece o artesanato juntamente com seu produto nos pontos de venda que atende. Obviamente os resultados não são iguais para ambas as linhas de produto, em função do direcionamento das atividades produtivas.

No caso das verduras é importante ressaltar o processo de certificação, que se deu por meio de uma associação denominada AMA Gravatá, que é uma certificadora solidária, isto é, mantida pela comunidade e não cobra taxas de certificação. Essa horta iniciou-se graças a um projeto de irrigação cedido a custo zero pelo IPA, para um hectare. A distribuição é realizada pelos mesmos canais da AMA Gravatá, isto é, supermercados e feiras de orgânicos, na cidade e na capital.

Já as frutas acabam por seguir o caminho do atravessador, comum no mundo do produtor familiar. A graviola tem a melhor saída, comercializada inteira ou em pasta, esta última apresentação considerada pelo assentado que a produz a maior quantidade dentro do assentamento como muito trabalhosa e de pouco retorno. O atravessador é o único canal utilizado para escoamento da produção, considerado viável em função da perecibilidade do produto, apesar do pouco retorno financeiro.

A disseminação da experiência da pimenta deflagrou o processo de busca de financiamento a fundo perdido para a construção de uma agroindústria para o assentamento, que inicia com o processamento de conservas de pimenta, mas pode no futuro ampliar suas linhas de atuação para frutas e processamento mínimo de legumes e verduras. O processo está em análise pela Fundação Banco do Brasil.

O caso pioneiro no assentamento Lagoa do Junco é o arroz orgânico. O início da transição para a agroecologia deu-se em 2001, e a produção atualmente se dá com a conjugação da criação de peixes, facilitam a limpeza do arroz e ainda servem de complemento à alimentação dos assentados. Com o modelo agroecológico reduziram-se os custos de produção, houve recuperação do solo e a preservação do meio ambiente. Em 2004, a produção

de arroz foi de 5.000 sacas em 60 ha, e em 2006 a produção chegou a 14 mil sacas em 130 ha, em função de investimentos no solo.

Em 2004, a produção do assentamento foi certificada pela IMO, organização suíça, no padrão exigido pela União Européia e Estados Unidos. A certificação foi paga por um comprador solidário, que se interessou pelo produto. No entanto, como não absorve toda a produção, o comprador liberou a comercialização do restante da produção como os cooperados quisessem.

O arroz orgânico não absorvido pelo cliente solidário passou a ser comercializado na loja do MST do mercado municipal de Porto Alegre e também nas lojas dos demais estados da região sul do país, além de ser oferecido a pequenos supermercados da região de Tapes. Ainda, o assentamento vende esse arroz para o ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa em Reforma Agrária, mantido pelo MST), que abriga entre 600 e 800 educandos por ano em suas instalações. Outros canais de distribuição utilizados são a CONAB e a entrega para a prefeitura da cidade de Tapes, que compra o produto para a merenda escolar.

Para escapar dos atravessadores e conseguir chegar ao consumidor final ao menor preço, os assentados investiram mais de R$ 200 mil em equipamentos de beneficiamento e na silagem do produto. Além disso, a aquisição de empacotadoras possibilitou o envase do produto e sua distinção dos produtos concorrentes por meio do uso de uma marca própria. Consta na embalagem o termo "arroz agroecológico" e a bandeira do MST, e o produto é oferecido em sacos transparentes de 1 kg e 5 kg.

Por questões ideológicas, o produto é comercializado com preço muito próximo ao praticado na venda do produto convencional – a diferença não chega a 5%, enquanto que nos supermercados a lacuna varia de 15 a 30%. Para os trabalhadores-empreendedores, a ideologia do MST prevê a produção de alimentos saudáveis a baixos custos para toda a população, e não somente para um segmento de mercado mais endinheirado. Um assentado lembrou que a produção sem agrotóxicos, com a ajuda da natureza e cuidada pelas mãos de homens e mulheres cooperados e diretamente interessados no resultado da atividade, incide em menores custos que uma produção convencional e, portanto, a margem deles já é maior que os 5% de diferença entre o arroz convencional e o orgânico. Esse assentado, um dos líderes da cooperativa, ainda filosofou: "o lucro é a medida da ganância do homem, e estes homens e mulheres estão satisfeitos com o resultado de nosso arroz agroecológico".

Da produção de pães e outros panificados, vale destacar que a distribuição dessa linha de produtos também se expandiu para além da loja própria do MST em Porto Alegre. Os cooperados ganharam status de fornecedores desses produtos para a merenda escolar do município de Tapes. O aumento da produção resultante da abertura desse novo canal levou ao investimento em novas instalações, subsidiado pelas sobras da cooperativa. Finalmente, essa oportunidade levou ao estreitamento de mais um laço de intercooperação. O assentamento também está fornecendo leite para a merenda, mas como não tem capacidade de produção para tanto, adquire produto de uma cooperativa do oeste de Santa Catarina, também ligada ao MST, e o entrega à prefeitura.

5.3 Dificuldades e Desafios

Percebe-se que em ambos os assentamentos a produção antecedeu o consumo, isto é, os assentados decidiram pelas linhas de produção a partir do conhecimento do cultivo e, com o fato consumado da matéria-prima à mão, buscaram mercado para escoar a produção. Essa lógica tende a gerar mais custos aos empreendimentos e um processo de tentativa-e-erro muitas vezes difícil de suportar, dada a convivência em um ambiente de muitas oportunidades a aproveitar, mas com poucos recursos para tanto.

No assentamento Várzea Grande, a resistência à cooperação, que redunda no crescimento lento da capacidade produtiva, impede o aproveitamento de oportunidades de mercado mais institucionalizadas, que exijam documentos fiscais. Pelo mesmo motivo, aumentos na demanda são difíceis de ser absorvidos no curto prazo. Esses novos clientes, frustrados, podem ser satisfeitos com produtos de organizações concorrentes, talvez com outra orientação que não a solidariedade.

A análise do estado de Pernambuco para a tese revelou que a preocupação imediata da liderança é a da política de ocupação, sendo boa parte dos esforços do movimento voltados à consecução desse objetivo. Assim, resta uma quantidade menor de energia para tratar o assunto da organização da produção e da comercialização. Os assentados reclamam falta de assistência técnica e de suporte à comercialização, como o desenvolvimento de uma marca estadual e código de barras. Também ressentem-se de falta de qualificação. Em alguns casos, acabam por ser assistidos por organizações pouco voltadas à solidariedade, que lhes apontam o caminho da integração a grandes agroindústrias. Esse ambiente tem prejudicado o aproveitamento de oportunidades ímpares, como o acesso a 200 boxes do CEASA de Recife, no pavilhão da Agricultura Familiar, que estão desabastecidos por falta de coordenação da produção no estado.

O assentamento Lagoa do Junco também poderia oferecer carne à merenda escolar de Tapes, no entanto, não possui instalações frigoríficas para o abate e processamento da carne. Esse e outros investimentos, que abririam novos mercados e criariam novos postos de trabalho para os jovens e para as mulheres, são atualmente limitados pelo volume de sobras não distribuídas e, portanto, aquém do necessário para o aproveitamento das oportunidades que surgem no ambiente de mercado.

Análise do estado do Rio Grande do Sul mostrou um bom aproveitamento de políticas públicas para a distribuição dos produtos dos assentamentos, havendo a ocupação de espaços em feiras, na merenda escolar, programas de combate a fome e no mercado municipal. No entanto, no campo mediato de planejamento, é necessário preparar-se para "dias magros", resultantes da perda desses canais de distribuição tão expressivos, que são infelizmente governados por interesses nem sempre de acordo com os interesses dos atores sociais. A ameaça de mudanças de orientação governamental deve ser enfrentada com a abertura de novos canais de distribuição e com o aumento da proximidade com o consumidor final.

6. Considerações Finais

Como salienta Palloix (1982), o processo de realização de mercadorias se dá por meio da circulação, que implica não apenas nas atividades de transporte, mas na comercialização dos produtos. O autor ressalta que pode de nada adiantar o reivindicar controle da produção se não forem confrontados diretamente o controle da reprodução das mercadorias. Exatamente nesse ponto é que as experiências relatadas se encaixam. Os assentamentos estudados têm procurado entender como se dá a reprodução das mercadorias e agregar valor à produção rural, retendo para si os ganhos que seriam apropriados por terceiros, caso vendessem suas matérias-primas a atravessadores ou industriais.

Para Lisboa (2003), a submissão a uma certa arbitragem por parte dos consumidores, quando direcionada por um *ethos* não individualista-possessivo, e orientada pela dimensão da responsabilidade ecológico-social, além de estimular a inovação, proporcionar qualidade e multiplicar as energias produtivas, não traz os maléficos efeitos dos jogos "ganha-perde" da economia predominante, o que significa ir além das virtudes clássicas do mercado e no sentido de uma economia popular e solidária. No entanto, o entendimento da

lógica de mercado não é uma coisa que se aprende do dia para a noite, o mesmo acontecendo com o estabelecimento de laços sólidos com a comunidade.

Os consumidores podem, e devem, segundo Zerbini e Pistelli (2004) e Kujawa e Botura (2004), ser educados para o consumo responsável e entender sua relação com o exercício da cidadania, que na ótica de Toro e Werneck (1997), é a capacidade de, com outros, criar ou transformar a ordem social. A identificação da produção dos assentamentos com o MST pode ser um aspecto importante do posicionamento dos produtos, buscando espaços para politizar o mercado.

Apesar do aspecto educação ser crucial, não se pode esquecer o consumo de símbolos e signos, portanto, é de suma importância que os produtos sejam desenvolvidos de acordo com as perspectivas dos clientes. Entender de pesquisa e de planejamento é crucial para o sucesso desses empreendimentos, não só pelo aspecto da customização das ofertas, mas também pelo aspecto da eficiência no uso dos recursos organizacionais. Deste modo, entende-se que o assunto marketing deve ser tratado com seriedade, e todo e qualquer planejamento de produção deve ser antecedido por um planejamento profundo de mercado.

O uso eficiente da filosofia de marketing, sob a orientação societal, ainda pode auxiliar na construção da imagem do MST. Em pesquisas com consumidores, realizadas para a tese, observou-se que os clientes das lojas e das feiras acreditam que os produtos dos assentados realmente são livres de agrotóxicos; mesmo quando não apóiam as ações no plano imediato, adquirem os produtos, pelo preço e pela qualidade. Uma comunicação mais estruturada pode vir ao encontro da desmistificação das ações do MST perante a sociedade.

As relações comerciais travadas revelam a orientação societal tanto em Várzea Grande (relação com o fornecedor de remuneração justa pela matéria-prima e troca de informações, compartilhamento de canais de distribuição) quanto em Lagoa do Junco (relação com o mercado consumidor de preços baixos, venda do arroz para outros assentamentos e escolas do MST, distribuição do leite de outra cooperativa em seu canal institucional). Nos dois casos, os produtores melhoraram suas condições de vida sem reproduzir aquele paradigma da geração de excedente de capital a qualquer custo. Ambas as experiências podem ser replicadas por outros assentamentos, contribuindo para a disseminação da Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A era da informatização e a época da informalização**. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

CARVALHO, C. (2002) – **Comunidade de resistência e superação**. Gráfica e Ed. Perez. São Paulo.

CHURCHILL Jr., Gilbert A. & PETER, Paul J. **Marketing: criando valor para os clientes**. São Paulo: Saraiva, 2000.

EID, Farid. Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? In: **IX Congresso da Federação Internacional dos Estudos sobre América Latina e Caribe – FIEALC**. Osaka, Japão, 2003.

FAVARETO, Arilson (org). **Planejando Empreendimentos Solidários**. São Paulo: CUT/ADS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto C. e LAVILLE, Jean-Lois. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. 2000. Internet [http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc5.doc]. Acesso em 12/07/2005.

GALLO, Ana R. **Empreendimentos Econômicos Solidários: alternativas organizacionais de (re) inserção social e econômica**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, São Carlos: UFSCar, 2003. 271 p.

GERMER, Claus. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GRACIOSO, Francisco. **Contato Imediato com Marketing**. São Paulo: Global, 1997.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos Populares no Brasil: desafios e perspectivas. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

KAGEYAMA, Angela. A questão agrária Brasileira: interpretações clássicas in: **Revista Reforma Agrária**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, ABRA, n°3, volume 23, set/dez 1993.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2000. 10ª ed.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2006. 12ª ed.

KUJAWA, Henrique; BOTURA, Ivaníria. O Consumo Solidário na ótica do consumidor. In PAULI, Jandir; ROSA, Enéias (org.) **Consumo Crítico, Solidário e Coletivo**. Passo Fundo: Clio Livros, 2004. 148p.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impactos dos Assentamentos – um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Edunesp, 2004.

LISBOA, Armando M. Mercado Solidário. In: CATTANI, Antônio D. (org.) – **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. Os sindicados, as Cooperativas e a Democracia Política. In: **CONCRAB – Caderno de Experiências Históricas da Cooperação 2**. O cooperativismo no pensamento marxista. São Paulo: CONCRAB, 2000.

MARX, Karl. O **Capital: crítica da economia política – Volume I tomo 1**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2.ed.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de Marketing**. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, Maria C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIOR, Liuz C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MORGAN, Robert E. Conceptual fundations of marketinf and marketing theory. **Management Decision** 34/10, MCB University Press, p. 19-26, 1996.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256p.

MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Internet http://www.mst.org.br Acesso em 03/08/2006.

NASCIMENTO, Edson F. Agregação de valor: perspectivas futuras. Palestra proferida durante a **XXIII Semana da Ciência e Tecnologia Agropecuária**, Jaboticabal/SP – Maio/1998.

PALLOIX, Christian. O processo de trabalho: do fordismo ao neofordismo. In: _____. **Processo de trabalho e estratégias de classe**. São Paulo: Zahar, 1982.

PIMENTEL, Andréa E. B. **As cooperativas de reforma agrária como alternativa para a geração de trabalho e renda: os casos da COCAMP e COPAVA**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, São Carlos: UFSCar, 2000.

PIMENTEL, Andréa E. B. **Assentamentos de Reforma Agrária na região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, São Carlos: UFSCar, 2004. 267 p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 2ª ed.

RICHERS, Raimar - Recordando a infância do marketing brasileiro – Um depoimento Revista de Administração de Empresas – **RAE CASES** – São Paulo, v.34, n.3, p26-40 – Mai/Jun.1994.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio D. (org.) – **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo - Cooperativa. In: CATTANI, A.D. (org.) – **A outra economia**. Porto Alegre : Veraz Editores, 2003.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997

TORO, José B.A., WERNECK, Nísia M.D. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS, UNICEF, 1997. 104p.

VAZZOLER, Márcia R. **Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, São Carlos: UFSCar, 2004. 301 p.

VIA CAMPESINA. **A natureza do agronegócio no Brasil**. São Paulo, 2005.

VIEIRA, Edson T. **A distribuição funcional da renda e a economia solidária**. Internet http://www.unitau.br/nupes/artigos/distribuicao_funcional.htm Acesso em 03/12/2006.

VIEITEZ, Candido e DAL RI, Neusa M. **Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001. 2.ed. 205 p.

ZERBINI, Fabíola; PISTELLI, Renata. Um ensaio sobre a educação para o consumo responsável: reflexões, pedagogia e prática. In PAULI, Jandir; ROSA, Enéias (org.) **Consumo Crítico, Solidário e Coletivo**. Passo Fundo: Clio Livros, 2004. 148p.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E A QUESTÃO AMBIENTAL: UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS RUMO A UM OUTRO DESENVOLVIMENTO

*Francisco Salau Brasil**

*Manuela Salau Brasil***

RESUMO

A economia solidária surgiu como uma nova forma de organização da produção, rompendo valores clássicos do capitalismo. Seja por um maior número de descontentes com este sistema, ou simplesmente como uma forma de conseguir trabalho, a economia solidária foi ganhando importância, com cada vez mais pesquisas e trabalhos sobre o tema. Como preconiza uma nova forma de desenvolvimento, não se pode deixar de considerar a relação que a economia solidária estabelece ou procura estabelecer com o meio ambiente. Como forma de contribuir nesta relação, este trabalho faz uso do conceito de ecodesenvolvimento, que também propõe uma alternativa ao capitalismo, sem se tratar da organização dentro de empreendimentos, mas com uma relação com o meio ambiente mais evidenciada. Dentro do contexto de ecodesenvolvimento está o emprego de tecnologias apropriadas, e sua aplicabilidade na economia solidária será discutida, relacionando-os de modo que a economia solidária realce o seu compromisso com a manutenção da biodiversidade, mantendo entretanto os valores de autogestão e solidariedade que a caracterizam.

Palavras-chave: economia solidária; desenvolvimento; ecodesenvolvimento; tecnologia apropriada.

---

* Engenheiro civil, mestrando em Engenharia Ambiental pela FURB (Universidade Regional de Blumenau). fsbrasil@gmail.com

** economista, mestre em Ciências Sociais Aplicadas, doutoranda em Sociologia pela UFPR (Universidade Federal do Paraná). manuela.lela@bol.com.br

INTRODUÇÃO

O tema economia solidária ganha cada vez mais espaço (e adeptos?) posto que o problema do desemprego e do trabalho precário continuam, senão avançam, indistintamente por todos as partes do mundo. Alguns teóricos defendem que não se trata de uma alternativa ao desemprego, mas também ao emprego,constituindo-se assim, numa escolha por um modo de vida. De acordo com Paul Singer (2002, p.114) "A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor".

A despeito do debate acerca das possibilidades da economia solidária, que se estendem de simples (e temporária) estratégia de sobrevivência até o embrião de um novo modo de produção, este trabalho pretende explorar alguns de seus limites, que obviamente tem impacto na questão das possibilidades. Isto posto, o objetivo é analisar a questão da sobrevivência dos empreendimentos solidários, tanto na questão micro (tecnologia apropriada) como na questão macro (desenvolvimento) lançando luzes e buscando pistas para compreender este processo. A primeira seção traz uma breve discussão acerca da economia solidária, a segunda sobre desenvolvimento e a terceira a respeito de ecodesenvolvimento. A quarta seção apresenta a tecnologia apropriada, e nas considerações finais tem-se uma proposta de síntese provisória sobre o tema.

1- ECONOMIA SOLIDÁRIA: BREVES CONSIDERAÇÕES

A economia solidária pode ser vista através de diversas e diferentes perspectivas, como por exemplo, uma estratégia de sobrevivência dentro do capitalismo, uma forma de gerar renda e substituir a falta de empregos formais, e até mesmo como algo funcional a este sistema. Ao mesmo tempo, pode ser compreendida como uma alternativa que extrapola esta dimensão puramente emergencial e econômica, uma vez que carrega a possibilidade de construção de uma nova racionalidade ou de novas relações sociais e de trabalho, de novas subjetividades dos trabalhadores e nova relação com a comunidade e biodiversidade. De acordo com alguns teóricos mais entusiasmados, pode mesmo ser a semente de um novo modo de produção, sendo que seu fortalecimento pode redundar em uma disputa com o capitalismo.

Por se tratar de uma experiência social relativamente nova, seu conceito está cercado de imprecisões, assim como existem vários termos para designar ou abarcar tais práticas. De acordo com ARRUDA (2003, p.234):

> Por trás da diversidade de conceitos que visam a instituir novos modos de organização do trabalho e da produção – economia social, economia de proximidade, economia solidária ou de solidariedade, sócioeconomia solidária, economia social, humanoeconomia, economia popular, economia do trabalho, economia do trabalho emancipado, colaboração solidária – existe uma busca comum de se recuperar o sentido original do vocábulo economia, que em grego significa a gestão, o cuidado da casa.(...)

Cruz (2006, p.37) chama a atenção para dois fatores a respeito do tema:

> ...a noção de economia solidária é substantivamente distinta quando utilizada por teóricos dos países centrais do capitalismo e quando utilizada por teóricos dos países periféricos. (...)o conceito não nasce de uma idealização de novas

> relações sociais, mas de uma aguda percepção de difertentes e distantes estudiosos das ciências sociais que, em diferentes lugares e quase ao mesmo tempo, buscaram sistematizar dados e compreender o funcionamento de um fenômeno social emergente no final dos anos 80 e começo dos anos 90, em vários países da América Latina

Observando-se o que Cruz nos traz, e enfatizando-se que o objetivo deste trabalho não é fazer uma revisão bibliográfica a respeito do conceito de economia solidária, muito menos propor um outro, faz-se menção à inclusão deste termo no Dicionário de economia do século XXI. Destaca-se esta referência, pois é um indício importante de que o tema entra no debate da economia, pois geralmente são autores de outras áreas que se apropriam e interessam por esta discussão, salvo honrosas exceções. Portanto, de acordo com o livro citado, tem-se que economia solidária é a:

> Denominação dada a um conjunto de atividades que representam uma reação contra a tendência estrutural do capitalismo de desempregar, excluir, empobrecer, proporcionando aos marginalizados a gerência democrática de seus próprios empreendimentos quando eles se associam para produzir, comprar, vender ou consumir. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa. (SANDRONI, 2005. p.276)

Ainda sobre a questão conceitual, o economista Paul Singer (2003, p.116) afirma:

> Economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a)estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b)praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

A economia solidária está presente na forma de cooperativas, associações, clubes de troca, feiras solidárias, empreendimentos autogestionários, desde que preservados os princípios e valores relacionados à solidariedade e autogestão. Deve-se ressaltar que, apesar de assumir diversas denominações e da falta de exatidão conceitual, a economia solidária não deve ser confundida com outras práticas que nada mais são que formas disfarçadas de exploração do trabalho, como algumas cooperativas ou "pseudo-cooperativas" criadas para burlar os custos trabalhistas, assim como não pode ser confundida também com a economia informal. Da mesma forma, não é sinônimo de economia para os pobres e excluídos da sociedade. Esta afirmação parece ser uma redução do que é na verdade uma nova forma de economia com outros valores e outra lógica. Como ressalta Singer:

> (...) a economia solidária não tem que ser uma economia de pobre. Eu fico meio nervoso quando ouço dizer: é uma economia de microempresa, de pequenas cooperativas, de pequeno... Por que pequeno? Por que pobrinho? É pobrinho, claro. Ele não tem capital nenhum. (SINGER, 2000, p.148,152)

KRAYCHETE (2000, p.37) corrobora a tese de que

> deve estar claro que não se trata de idealizar valores e práticas existentes no âmbito popular, nem da criação de uma ilusória economia alternativa, ou de coisa feita para pobre, pequenininha, precária ou compensatória, mas de intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores da economia.

A ausência de um marco jurídico prejudica a identificação dos empreendimentos solidários, e mais ainda, sua gestão. As categorias atuais não dão conta de entender a lógica destas recentes configurações, o que torna-se um grande limite para os trabalhadores e seus empreendimentos.

POCHMANN (2003, p.2-3) considerando as mudanças no mundo do trabalho propõe uma nova classificação entre os setores da economia, avançando na divisão entre setor formal e informal. Segundo o autor:

> A maior parte da ocupação gerada [a partir de 1990] não foi formal [legal], nem informal [ilegal] , mas 'alegal', uma vez que não era assalariada, para a qual não há uma regulação pública adequada, capaz de permitir a definição de formalidade ou informalidade.(...) o conceito de formal e informal, tal como vem sendo tratado por muitos analistas do governo e da academia, encontra-se voltado exclusivamente para o marco regulatório do mercado, que se refere muito mais à natureza do emprego assalariado..(...) desde os anos oitenta, a OIT e a CEPAL vêm trabalhando com uma abordagem inovadora que diferencia dois segmentos do mercado de trabalho nos países da América Latina, segmento estruturado e não-estruturado. O segmento estruturado incluiria as empresas dinâmicas, tipicamente capitalistas, que empregam trabalhadores com e sem carteira[legal e ilegal]. Por outro lado, o setor não-estruturado ou não-capitalista abarcaria as micro e pequenas empresas e boa parte do trabalho autônomo, além dos trabalhadores sem rendimentos, incluindo parte expressiva do trabalho ilegal e do a-legal.

A despeito da necessidade de novas categorias explicativas para estes fenômenos, as experiências aumentam e dão visibilidade à economia solidária. De acordo com o "Atlas da Economia Solidária no Brasil" existiam 14.954 empreendimentos econômicos solidários, abrangendo 1.251.882 trabalhadores numa pesquisa realizada em 2.274 municípios no ano de 2005. São várias as origens destas atividades, passando por lutas de movimentos sociais, sindicatos, igrejas, pastorais, universidades, organizações não-governamentais, além do poder público[1].

Se existem empreendimentos solidários, pode-se pensar efetivamente em uma economia solidária? Estas experiências são suficientes para se afirmar que há uma economia solidária? E, em que medida esta economia é diferente da economia capitalista, para além dos limites do próprio empreendimento? As práticas de autogestão e cooperação podem, por si só, legitimar este nova forma de economia? A hipótese é de que, embora necessárias, estas não sejam condições que garantam a sustentabilidade dos empreendimentos, e no limite, a organização de uma economia solidária. A economia solidária se sustenta na autogestão, cooperação, solidariedade e centralidade do trabalho, assentada num novo modelo de desenvolvimento que privilegia igualmente a questão social e ambiental, valendo-se para tanto, dentre outras coisas, da utilização de tecnologias apropriadas. Embora não se esteja apresentando nenhuma novidade ou defendendo um antagonismo, são temas pouco explorados ou descuidados das análises sobre economia solidária a ver pelos próprios conceitos. Desta forma, o documento da I Conferência Nacional de Economia Solidária será utilizado para subsidiar estas discussões, justamente por inserir estas questões no debate. Assim, buscar-se-á subsídios para articular a economia solidária com outras categorias de análise, como ecodesenvolvimento e as tecnologias apropriadas, que serão tratadas nas seções seguintes.

2- O DESENVOLVIMENTO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

[1] Atualmente a economia solidária constitui-se como parte da política pública de alguns municípios e estados, contando ainda com uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), presidida pelo professor Paul Singer.

Em 2006 foi realizada a primeira Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES)[2], com a participação de delegados do poder público, empreendimentos solidários e apoiadores destas experiências, numa iniciativa de órgãos ligados ao Governo Federal. O tema deste evento foi "Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento" e no documento encontram-se 3 eixos temáticos:

> Eixo temático I: Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo"; "Eixo temático II: O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas"; e "Eixo temático III: Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social.

Neste documento lê-se, no Eixo I:

> A Economia Solidária se caracteriza por práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza. Esta nova prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, o desenvolvimento comunitário, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras". (I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA,2005, p.31)

O mesmo documento traz seis princípios da Economia solidária, sendo que o último trata da "luta ambiental pelo desenvolvimento sustentável, pela preservação dos recursos naturais e ecossistemas". (op cit. p.33)

Constata-se que as questões do meio ambiente e de um outro modelo de desenvolvimento estão postas, embora não constituem-se em pontos centrais deste debate. Este trabalho pretende, ao contrário, evidenciar a necessidade de se pensar e agir em relação a estas duas categorias que também devem se fazer centrais, assim como o uso das tecnologias apropriadas neste modelo.

A respeito do desenvolvimento, o referido documento esclarece: "Podemos chamar este outro desenvolvimento de comunitário ou solidário, porque dele participam todos e seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados, com respeito a diversidade de raça, etnia e gênero" (op cit. 34)

No mesmo documento lê-se:

> A transformação estrutural da economia brasileira, capaz de promover desenvolvimento sustentável com distribuição de riqueza e emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, crescimento econômico com a proteção dos ecossistemas, será fruto do avanço da economia solidária, exigindo-se, para tanto, um conjunto de alianças entre as organizações populares e solidárias do campo e da cidade (op cit, 35).

É importante destacar que o termo "desenvolvimento sustentável" não é consensual, e seu significado é campo de disputas entre diversas perspectivas.[3]

Torna-se então urgente pensar em algumas perguntas: Qual o modelo de desenvolvimento preconizado por estas experiências? Qual o papel das tecnologias neste modelo? Há necessidade de romper com a lógica do "pequeno" para garantir a sustentabilidade de tais experiências dentro dos princípios e valores assumidos? Como se dará a

---

[2] A Conferência Nacional, realizada de 26 a 29 de junho de 2006, foi precedida por conferências regionais e estaduais.

[3] No capítulo três tem-se uma breve menção a este respeito.

relação com a biodiversidade? Como propor e fazer valer uma lógica antagônica a dominante, num mundo que globaliza os problemas sociais e ambientais?
Boaventura Santos defende uma globalização contra-hegemômica, e numa análise paradigmática aposta que os atores coletivos podem converter a globalização em transformação social, "prenúncio de rupturas radicais". (SANTOS, 2005,p.94)

De acordo com o autor "O processo de globalização pode assim ser visto, quer como altamente destrutivo de equilíbrios e identidades insubstituíveis, quer como a inauguração de uma nova era de solidariedade global ou até mesmo cósmica"(op cit,p.94)

Desta análise, o autor afirma "...a resistência mais eficaz contra a globalização reside na promoção das economias locais e comunitárias, economias de pequena-escala, diversificadas, auto-sustentáveis, ligadas a forças exteriores, mas não dependente delas" (op cit, p.72).

Para tanto, Santos utiliza o termo "localização": "Entendo por localização o conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade de pequena escala, comunitários, assentes em relação face-a-face, orientados para a auto-sustentabilidade e regidos por lógicas cooperativas e participativas." (op cit, p. 72)

A construção de redes e de "alianças transnacionais" são fundamentais para evitar o isolamento destas iniciativas, que se inscrevem como reação a globalização hegemônica, numa espécie de "globalização solidária".

Santos recorre à sua "teoria da tradução" para validar a articulação entre diversas experiências sociais. O autor propõe uma nova racionalidade para as ciências sociais, uma "racionalidade cosmopolita" em contraste com a "razão indolente" que não é suficiente para compreender a natureza das experiências concretas. Sua proposta contempla três aspectos: uma sociologia das ausências, uma sociologia das emergências, e o trabalho de tradução (SANTOS, 2004).

A respeito desta última, o autor explica como sendo: "...um procedimento capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade" (SANTOS, 2004 p.779)

Ainda de acordo com SANTOS (op cit , p.74)

> O local acontece globalmente. É preciso fazer com que o local contra-hegemônico também aconteça globalmente. Para isso não basta promover a pequena escala em grande escala. É preciso desenvolver (...)uma teoria da tradução que permita criar inteligibilidade recíproca entre as diferentes lutas sociais, aprofundar o que têm em comum de modo a promover o interesse em alianças translocais e a criar capacidades para que estas possam efetivamente ter lugar e prosperar

Esta é uma questão relevante, pois permite refletir a respeito de dois importantes aspectos, sendo que o primeiro aponta para a relação entre o local e global. Santos afirma:

> Ainda que as alternativas ao desenvolvimento dependam , em grande medida, da defesa das alternativas locais e das formas de vida e de conhecimento anticapitalistas que elas possam representar, acreditamos que o pensamento e a ação pós-desenvolvimentista têm muito a ganhar – como mostram as lutas bem-sucedidas que articulam o ativismo local, nacional e global – se, em vez de celebrar incondicionalmente a diversidade local, se esforçarem por desenvolver propostas que se desloquem através de todas as escalas,dependendo das necessidades da luta concreta. (SANTOS, 2002, p.57)

Baumann (2005, p.95) alerta: "Não há soluções locais para problemas gerados globalmente. Os problemas globais só podem ser resolvidos, se é que podem, por ações

globais". Desta forma, defende-se a importância do fortalecimento dos movimentos contra-hegemônicos, na busca em resolver sim, os problemas globais.

A segundo aspecto diz respeito à aproximação dos diversos movimentos e propostas , aqui definidos como os de economia solidária, ecodesenvolvimento e uso de tecnologias apropriadas**.** Todos eles se inscrevem numa lógica contrária ao do capitalismo, e para garantir sua eficácia, não podem ser entendidos como movimentos diferentes ou até mesmo incompatíveis. Não se trata de estabelecer uma hierarquia entre questões sociais, ambientais ou tecnológicas, mas sim de considerá-los um só movimento em suas diferentes dimensões. A disputa ou divisão entres estes movimentos, enfraquece e fragmenta um modelo que se apresenta como contra-hegemônico, e que precisa se fortalecer para ter aumentado seu potencial.

A despeito de muitas críticas a obra de Marx, ele não deixou de pensar a questão ecológica juntamente com a social, como afirma Foster (2005,p.23) "Desde o princípio, a noção de Marx da alienação do trabalho humano esteve conectada a uma compreensão da alienação dos seres humanos em relação à natureza. Era esta alienação bilateral que, acima de tudo, era preciso explicar *historicamente"*.

O mesmo autor enfatiza:

> De um ponto de vista materialista consistente, a questão não é antropocentrismo versus ecocentrismo – a rigor, tais dualismos pouco nos ajudam a entender as condições materiais reais, em perene mudança, da existência humana no interior da biosfera -, mas uma questão de co-evolução. Abordagens que focam simplesmente valores ecológicos, como o espiritualismo e o idealismo filosófico de modo mais genérico, são de pouca valia para a compreensão destas complexas relações. (FOSTER, 2005.p.25).

Da mesma fora que a economia solidária incorpora preocupações que transcendem a da renda e do trabalho, o ecodesenvolvimento contempla a preocupação com o social e o ambiental, e da mesma forma o uso de tecnologia apropriada.

As conseqüências da manutenção do modelo atual de desenvolvimento pelos países centrais, e a busca por este mesmo modelo por parte dos países subdesenvolvidos é discutido há tempos, assim como as diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Celso Furtado já alertava para o "mito do desenvolvimento econômico" como a crença de que o modelo de desenvolvimento dos mais ricos poderia ser "copiado" para os países pobrese tendo como subsídio o estudo solicitado pelo Clube de Roma, afirma:

> ...que acontecerá se o *desenvolvimento econômico*, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegarem efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambigüidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem [ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado*]* que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso... A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico.(FURTADO, 1996,p.11)

O autor continua: "A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los".(op. cit. p.12)

Portanto, (re)pensar o modelo de desenvolvimento e o papel das tecnologias, são temas urgentes, e que não estão dissociados da discussão sobre economia solidária.

3- ECODESENVOLVIMENTO

Na busca pelo aumento da produtividade como forma de elevação dos lucros do capitalista, este passa a procurar melhorar os processos de produção e o maquinário utilizado. Cada vez em que há um incremento no campo tecnológico que possibilite uma maior produção surge então a necessidade, por parte do capitalista, de aumentar suas vendas como forma de garantir assim o incremento de sua riqueza.

Deste fato acarreta um importante desafio: como vender cada vez mais produtos e serviços? Além de se diminuir o preço de cada produto, possibilitando que um número maior de pessoas tenha condições de adquiri-lo, torna-se fundamental que não apenas as pessoas pudessem comprá-lo, mas que elas necessitassem comprá-lo. Conforme Gorz (2003, p. 115)

> Era preciso tornar indistinta a fronteira entre as necessidades e os desejos; era preciso ensinar a desejar produtos mais caros, embora de valor de uso igual ou inferior àqueles de hábito; era preciso tornar necessário aquilo que era apenas desejável; conferir a esses desejos a urgência imperiosa da necessidade. Em suma, era preciso criar uma demanda, criar consumidores para os bens mais rentáveis a serem produzidos e, com este objetivo, reproduzir sem cessar novas carências em meio à opulência, através da inovação e obsolescências aceleradas dos antigos bens, reproduzindo as desigualdades em um nível cada vez mais elevado, aquilo que Ivan Illich em *A convivialidade* chamou de "a modernização da pobreza".

Uma vez que se aumentava cada vez mais o número de mercadorias que eram comercializadas e produzidas, a quantidade de recursos naturais retirados para a produção também crescia, pois cada produto, cada máquina e ferramenta necessária para a confecção de um produto final requer matéria-prima oriunda da natureza.

As conseqüências deste ciclo são perversas: o investimento feito em áreas de pesquisa e desenvolvimento pelas indústrias constantemente resulta em novas tecnologias, novas formas de se acelerar a produção, sendo que este desenvolvimento tecnológico vem gerando substâncias cada vez complexas e nocivas ao meio ambiente. Outro aspecto diz respeito a relação que o homem estabelece com a natureza, em que esta é apenas um objeto dominado pelo ser humano.

Soma-se a isto a falsa noção de que os recursos naturais jamais se extinguiriam, ou ainda, que numa perspectiva economicista o atual desenvolvimento peca ao tratar os recursos naturais como sendo bens de renda e não bens de capital, não tendo portanto, a preocupação em conservá-los (SCHUMACHER 1979). Não houve tal preocupação nos países do primeiro mundo que abusaram da exploração do meio ambiente para patrocinar o seu desenvolvimento e tampouco nos países do terceiro mundo, que objetivam chegar aos padrões de desenvolvimento dos primeiros. Não se pode desconsiderar a legitimidade dos países subdesenvolvidos em querer se desenvolver, assim como os países desenvolvidos não se contentarão em simplesmente estagnar seu crescimento enquanto os demais progridem. É essa constante busca pelo aumento de riqueza que, conforme SOMBART (1946, apud FOLADORI, 2001) pressiona para um desenvolvimento ilimitado, incondicional e sem escrúpulos.

Assim como o pensamento economicista acreditava que o desenvolvimento econômico compensaria as desigualdades sociais, MERICO (2002) aponta que esta corrente também confiava que o avanço tecnológico e o acúmulo de capital seriam capazes de sanar quaisquer problemas ambientais, dispensando assim qualquer preocupação com o esgotamento dos recursos naturais e rompimento dos ecossistemas.

Inúmeros são os dados que refutam esta tese defendida pelos representantes do capitalismo e da economia de mercado. O recente estudo lançado pelo IPCC (Intergovernmental Painel on Climate Change) traz alguns cenários nada animadores para o futuro do meio ambiente, com elevado aumento da temperatura média do planeta e aumento do nível dos oceanos. Outro estudo revela que o ritmo de perda da biodiversidade é de cem a mil vezes maior que a seleção natural (AMBIENTE BRASIL, 2007). No Brasil, a Mata Atlântica, um dos biomas mais importantes no nosso país, está com sua área reduzida 6,98% da sua cobertura original (SOS MATA ATLÂNTICA, 2007). Diminuição da quantidade da água disponível em boa qualidade, desertificação, perda da biodiversidade além da diminuição dos estoques de recursos não-renováveis são outras conseqüências desse mau desenvolvimento.

Acerca da preocupação com o meio ambiente e justiça social, os malefícios causados ao meio ambiente, cada vez mais visíveis, aliados à também crescente desigualdade social no mundo são cada vez mais motivadoras de um crescente número de críticos do desenvolvimento capitalista, preocupados com o futuro que a humanidade tomará ao se continuar trilhando por este caminho, chamado de mau desenvolvimento (RAUD, 1998, SACHS, 1986, 1998; SAMPAIO, 2005; VIEIRA, 1995).

Neste debate entram em conflito aqueles que defendem o desenvolvimento socialmente excludente e ambientalmente insustentável, alegando que somente com contínuo desenvolvimento é que os danos sociais e ambientais poderão ser reparados, e aqueles que defendem um crescimento à taxa de zero por cento como forma de se contornar a situação. Desta disputa surgiu, no contexto da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, o conceito de ecodesenvolvimento que tinha como objetivo proporcionar um estilo de desenvolvimento alternativo, focando suas ações principalmente nas área rurais de países do terceiro mundo (SACHS, 1986; VIEIRA, 1995).

É importante salientar que o ecodesenvolvimento difere-se do termo desenvolvimento sustentável como foi apresentado em 1987 no relatório da Comissão Brundtlant, Nosso Futuro Comum, em que este crê primeiramente no crescimento econômico, estratégia criticada por Kumarappa (Apud SACHS, 1998**,** p. 36), uma vez que “o problema da produção e da distribuição devem ser resolvidos simultaneamente, pois a lógica de acumular riqueza primeiro e redistribuí-la depois resulta numa má distribuição da riqueza”, e também por Alier (1998), afirmando que neste relatório a degradação ambiental é associada diretamente à pobreza.

Desta forma, e a despeito de toda discussão teórica a respeito do termo "desenvolvimento sustentável", faz-se aqui uma opção pelo conceito de "ecodesenvolvimento" apesar do primeiro ser utilizado inclusive como princípio da economia solidária, como visto anteriormente.

O ecodesenvolvimento trabalha com a perspectiva "de um desenvolvimento alternativo nos países ditos desenvolvidos, sugerindo a substituição do objetivo de maximização da produção material pelo objetivo de maximização do bem-estar geral, num horizonte de harmonização progressiva das relações sociedade-natureza” (RAUD, 1998**,** p. 257).

SACHS (1986) destaca algumas características do ecodesenvolvimento, tais como a valorização dos recursos para que se atendam as necessidades fundamentais da população, em que estas sejam definidas de maneira realista e autônoma, evitando assim um consumo excessivo. A realização do homem, exploração de recursos em solidariedade com as gerações futuras, produção de energia renovável e local, utilização de tecnologias apropriadas, participação efetiva da população nas estratégias de desenvolvimento sem uma autoridade vertical e uma educação preparatória são outras características apontadas.

Aparecem aqui elementos de convergência entre as propostas de economia solidária e ecodesenvolvimento, como a preocupação do bem-estar do homem e da sua relação com a natureza, bem como a autonomia de suas decisões. Estes pontos de aproximação evidenciam-se nos argumentos seguintes.

Analisando as idéias de Sachs, VIEIRA (1995) aponta quatro postulados ao ecodesenvolvimento: prioridade ao alcance de fins sociais, redirecionando o processo de crescimento econômico para se alcançar algumas metas como diminuição da pobreza e satisfação de necessidades básicas, em que tais necessidades são de ordem material e psicossocial, incluindo-se nesta a autodeterminação, participação política e autorealização. O segundo postulado é a valorização da autonomia, que busca maior controle do processo de desenvolvimento das comunidades locais, sem que isto acarrete num isolacionismo. O terceiro postulado é a busca de uma relação de simbiose com a natureza, com a valorização de uma sensibilidade ecológica, respeitando a dinâmica dos ecossistemas. O último postulado trata da eficiência econômica com a internalização efetiva da problemática dos custos sociais e ambientais no processo de desenvolvimento.

As características da economia solidária, quais sejam a cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade (SENAES, 2005) podem ser percebidas também como características do ecodesenvolvimento, e para melhor perceber esta semelhança, recorre-se à explicação de cada um destes itens:

> Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total dos bens, partilha dos resultados e responsabilidades solidária diante das dificuldades.
> Autogestão: exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.
> Atividade Econômica: agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.
> Solidariedade: preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalharas e consumidoras. (SENAES, 2006)

Evidencia-se as semelhanças entre os objetivos da economia solidária e ecodesenvolvimento, que embora nem sempre enfatizando as mesmas questões, não deixam de pautá-las, preconizando novas relações entre os homens, entre eles e o trabalho e entre eles e a biodiversidade.

Ao fazer da população local um ator ativo no planejamento do desenvolvimento da sua região, o ecodesenvolvimento contribui para estreitar laços de sociabilidade entre as pessoas, minando o individualismo, além de contribuir para a valorização da cultura local e fortalecimento da autonomia das comunidades destacada como uma das prerrogativas do ecodesenvolvimento (RAUD, 1998, SACHS, 1986, 1998; SAMPAIO, 2005, 2006; SAMPAIO e FERNANDES, 2006; VIEIRA, 1995).

Verifica-se, depois da caracterização da economia solidária e do ecodesenvolvimento, vários pontos em comum entre eles, seja a incorporação das questões ambientais na economia solidária ou a inclusão da preocupação social no ecodesenvolvimento. Desta forma pode-se defender que são propostas não excludentes, e que se operacionalizadas em conjunto, podem alcançar resultados mais rápidos e melhores. Por último cabe analisar o papel das tecnologias apropriadas e sua relação com a economia solidária e ecodesenvolvimento.

4-TECNOLOGIAS APROPRIADAS

A economia solidária e o ecodesenvolvimento não prescidem de tecnologia, até porque não se pode negar os inúmeros benefícios que algumas tecnologias trouxeram e trazem para o homem. Novos equipamentos e métodos permitiram um grande avanço na medicina, energia elétrica e avanços na engenharia possibilitaram uma vida de maior conforto. Sofisticados meios de transporte como automóvel, navio, trem e avião encurtaram distâncias, conseqüência não só dos meios de transporte como também da comunicação, por meio de jornais, rádio, televisão e internet (DORF, 2001).

Porém, conforme anteriormente comentado, o grande fator que impulsionou a evolução tecnológica foi a necessidade que os capitalistas sentiram de aumentar a sua produtividade como forma de expandir o seus lucros (aumento da mais-valia relativa).

DAGNINO (2004) aponta algumas características da tecnologia convencional: mais poupadora de mão-de-obra que o conveniente, uma vez que para se aumentar o lucro é necessário diminuir o gasto com funcionários; possui ótimas escalas de produção; ambientalmente insustentável ao considerar o meio ambiente uma mera externalidade; intensiva em insumos sintéticos; e produzidos por grandes empresas, segmentada, pois não permite o controle do produtor direto sobre o processo de trabalho, alienante, hierarquizada e monopolizada por grandes empresas.

DICKSON (1978 apud DAGNINO, BRANDÃO, NOVAES, 2004, p. 26) estende sua crítica ao argumentar que:

> os problemas contemporâneos associados à tecnologia provêm não apenas dos usos para os quais é empregada, mas também de sua própria natureza. A tecnologia cumpriria uma dupla função: no nível material, mantém e promove os interesses dos grupos sociais dominantes na sociedade em que se desenvolve; no nível simbólico, apóia e propaga a ideologia legitimadora desta sociedade, sua interpretação do mundo e a posição que nele ocupam. (...) O desenvolvimento da tecnologia tem servido inclusive como indicador do progresso geral do desenvolvimento social, fazendo com que se tenda a julgar as sociedades como avançadas ou atrasadas segundo seu nível de sofisticação tecnológica.

O desenvolvimento tecnológico enfrentou, logo no início da 1ª Revolução Industrial, suas primeiras críticas às conseqüências impostas pelas tecnologias adotadas. O primeiro grupo com esta característica foi o dos ludistas, que entre 1811 e 1813 combateram na Inglaterra os donos das indústrias mecanizadas que tiravam empregos e conduzia vários trabalhadores à miséria (SALE, 1999).

Passado mais de um século, mais precisamente na década de 20, Gandhi ao defender a produção pelas massas ao invés da produção em massa popularizou na Índia o *Charkra*, um equipamento de fiação manual que foi reconhecido como o primeiro equipamento tecnologicamente apropriado, embora Gandhi nunca tenha usado o termo tecnologia apropriada (DAGNINO, BRANDÃO, NOVAES, 2004; BRANDÃO, 2006).

O economista alemão Ernst Schumacher foi quem trouxe as idéias de Gandhi para o ocidente através de seu livro *Small is beautiful*, em que Schumacher utiliza o termo tecnologia intermédia, de baixo custo, pequena escala e não violência. Ganhando mais espaço no mundo acadêmico, e da mesma forma que ocorre com o termo "economia solidária", a tecnologia apropriada ganhou vários sinônimos, tais como tecnologia alternativa, tecnologia utópica, tecnologia intermediária, tecnologia correta, tecnologia ecológica entre diversos outros adjetivos empregados, sendo que estes diferentes termos têm em comum a oposição ás tecnologias convencionais, de uso intensivo do capital e poupadores de mão-de-obra (*ibidem*).

BRANDÃO (2006) faz um levantamento de várias características de tecnologias apropriadas trazidas de diferentes autores, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 – Características das Tecnologias Apropriadas

Autor	Características da TA
Ernst Schumacher	Baixo custo de capital, pequena escala, simplicidade e não violência, abarcando também, uma dimensão ambiental das tecnologias, que, por tudo isso, seria mais adequada aos países pobres.
Henrique Rattner	Baixo investimento por emprego criado, baixo investimento de capital por unidade produzida, organização simples e de pequena ou média escala, adaptação e harmonia com o meio ambiente sócio-cultural, economia de recursos naturais, baixo custo do produto final e alto potencial gerador de empregos
Nicolas Jéquier	Ecologicamente bem adaptadas ao ambiente local, pequena escala, poupadora de recursos naturais
Barret Hazektine e Christopher Bull	Pequena escala, eficiente energicamente, ambientalmente sadia, de trabalho intensiva e controlada por uma comunidade local

Fonte: Adaptado de BRANDÃO (2006)

VIEZZER e OVALLES (1995) apontam dez características da TA: harmonia com o ecossistema, autonomia local, baixo custo, alto potencial de ocupação, capacitação acessível, garantia de continuidade, menos burocracia, acidentes em menor escala, gestão democrática e adaptabilidade. HAZELTINE (2001) destaca como vantagens da tecnologia apropriada, sua capacidade em aumentar o nível de conhecimento e, por conseqüência, a capacidade de resolução de problemas, além de sua presença em pequenas organizações, permitindo possibilidade de acesso a um maior número de pessoas. SAMPAIO (2004, apud SAMPAIO e FERNANDES, 2006), aponta outro princípio em uma tecnologia voltada ao ecodesenvolvimento, que é o da "endogeneidade, que consiste na potencialização dos saberes locais, como sendo as tecnologias apropriadas, externalizando seja a dimensão tácita do conhecimento, sejam as interações culturais codificadas".

No mesmo sentido, GLENDINNING (1990, apud SALE, 1999, p. 210) defende

> a criação de novas tecnologias pelos que as usam e efetivamente sofrem seus efeitos, únicos que serão capazes de promover a liberdade política, justiça econômica e equilíbrio ecológico, baseados na forma de comunidade e de forma descentralizada, orgânica e cooperativa.

Quando se fala em tecnologia apropriada deve-se tomar cuidado com o termo "apropriada", uma vez que toda a tecnologia é apropriada para uma certa finalidade, caso contrário esta não existiria. (GOLDEMBERG, 1978 apud BRANDÃO 2006; SACHS, 1978 apud BRANDÃO, 2006). Uma tecnologia extremamente nociva ao meio ambiente poupadora da mão-de-obra é apropriada ao capitalista que objetiva somente o aumento de seus lucros.

A maior crítica que as tecnologias apropriadas recebem por parte dos defensores do mau desenvolvimento é de pregar o retrocesso tecnológico. O que os críticos não consideram é que a tecnologia apropriada defende a potencialização da utilização de cada ecossistema, havendo, portanto, uma mudança nos rumos da pesquisa tecnológica, mas não voltada ao passado e sim ao futuro (BRANDÃO, 2006, SACHS, 1986). É importante salientar o que Paul Singer comenta sobre as condições para que a economia solidária possa ser mais que uma medida paliativa e passageira, ou mesmo funcional para o próprio capitalismo:

> ... a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto-sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e científico-tecnológico solidários. (SINGER, 2002, p.121)

Isto posto, defende-se que o uso de tecnologia apropriada pode agregar valor aos produtos da economia solidária, dando sustentabilidade a estes empreendimentos, além de respeitar os princípios do ecodesenvolvimento.

Acerca da relação entre economia solidária, tecnologias apropriadas e meio ambiente, concorda-se com Cruz (2006, p 270) quando este ressalta que "o imperativo ético que os valores da economia solidária impõem às iniciativas em termos do emprego de tecnologias alternativas em função da preservação do meio ambiente". O mesmo autor reforça a urgência com que os empreendimentos solidários devem pensar a questão ambiental: "os aspectos ambientais (...) não são algo que se possa 'deixar para depois', para quando as IESs atingirem uma ilusória e inexistente "estabilidade em termos de *marketshare*" e puderem 'dar-se ao luxo de pensar ecologicamente'" (op cit, p.271, 272).

A discussão sobre a escala, sobre o tamanho destes empreendimentos é de somenos importância, desde que garantidos a sustentabilidade do empreendimento, da biodiversidade, e deste novo modelo de desenvolvimento. A relação entre economia solidária, ecodesenvolvimento e uso de tecnologia apropriada diz respeito a elos que compõem uma mesma corrente, a construção de um modelo que não dissocia homem-trabalho-tecnologia-natureza, ao contrário, fortalece e reconhece esta totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os empreendimentos solidários sofrem com a ausência de um marco jurídico, a complexidade da prática da autogestão, as dificuldades de comercialização, a falta de financiamento, e além destes, com a questão da escala e da tecnologia, até como necessários para o futuro desta outra economia e deste novo modelo de desenvolvimento exigido por estas novas práticas.

A economia solidária prioriza o enfoque mais voltado às questões do trabalho, e no limite, aponta para uma forma de desenvolvimento alternativa ao capitalismo. Dentre os aspectos em que procura se distanciar do capitalismo está o respeito com o meio ambiente. Entretanto, apesar de constar dentro dos preceitos da economia solidária a questão ambiental, nota-se que esta ainda encontra-se de maneira um tanto incipiente. Por outro lado, o conceito de ecodesenvolvimento, que busca também um novo desenvolvimento, enfoca as questões ambientais e sociais de forma diferente à que o capitalismo emprega.

O imbricamento entre economia solidária, ecodesenvolvimento e tecnologia apropriada é evidente, numa relação em que todas determinam e são determinada pelas demais. Desta forma, tanto o discurso sobre economia solidária quanto o do ecodesenvolvimento podem incorporar elementos que reforcem esta relação dialética entre eles, visando a construção de um mundo justo social e ambientalmente, solidário com os homens e com a natureza.

Este trabalho não tem como objetivo criar novas nomenclaturas ou conceitos, mas sim conciliar estas "correntes", social e ambiental, e fazer uma aproximação real entre elas, sem preocupação exagerada quanto aos termos (não que não sejam importantes.), principalmente em virtude da urgência de enfrentar os problemas sociais e ambientais.

O que se percebe, entretanto, é que tanto na economia solidária como no ecodesenvolvimento ainda há uma dicotomia entre as esferas social e ambiental. Embora na economia solidária seja corrente a preocupação com meio ambiente, esta é apenas citada, enquanto o ecodesenvolvimento não esquece a dimensão social ao ressaltar a importância da comunidade na escolha de seu próprio desenvolvimento, mas não trata da organização produtiva dentro dos empreendimentos.

Percebe-se assim a importância de uma integração economia solidária-ecodesenvolvimento, uma vez que são complementares, apenas cada um com um foco diferente. Não se quer, todavia, desprezar ou mesmo diminuir os enormes esforços realizados e resultados alcançados por estes movimentos que têm como objetivo maior focar o desenvolvimento para um outro rumo, apenas se reforça a importância desta soma de esforços.

E, com o intuito de fazer a aproximação destas duas correntes é que se evidencia o papel das tecnologias apropriadas, que já estão contempladas no ecodenvolvimento e que encaixam-se na perspectiva da economia solidária, visto que suas características - baixo custo, intensiva na mão-de-obra, poupadora de capital e fácil manutenção e assimilação - inserem-se nas características da economia solidária - autogestão, cooperação, solidariedade e viabilidade econômica.

Há contudo, uma questão que deve ser elucidada ao se pensar tecnologias apropriadas dentro da economia solidária: qual o limite que ambas podem atingir juntas? Esta é uma questão relevante uma vez que teóricos da economia solidária a vêem não somente como uma alternativa aos pobres, mas sim como uma possibilidade real de desenvolvimento, não se restringindo apenas a pequenas cooperativas, pequena produção, micro-crédito e outros diminutivos. As tecnologias apropriadas, ao defenderem uma economia de baixa escala, contrapõe-se à economia solidária? Caso seja possível uma união entre elas, o que deverá ser deixado de lado, a baixa escala das tecnologias apropriadas ou a ambição de um dia os empreendimentos solidários romperem a barreira do pequeno?

Surgem então novos questionamentos: por que esta "obsessão" em ter grandes empreendimentos? Não pode a economia solidária ser grande graças à formação de redes? Grandes empresas não seriam características do capitalismo, o qual é combatido pela economia solidária? Pode-se dizer que alguns produtos podem apenas ser viáveis economicamente apenas quando produzidos em grande escala. Mas, tais produtos são realmente necessários ou é mais um produto adquirido graças ao modo de vida consumista patrocinado e patrocinador do capitalismo?

Á parte de tais questionamentos, ressalta-se a importância da união das esferas social e ambiental, que pode sim ser feita entre economia solidária, ecodesenvolvimento e tecnologias apropriadas. Assim, numa alusão ao livro "O negócio é ser pequeno", sugere-se neste texto que "o negócio é ser- grande ou pequeno".

REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martinez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**; tradução de Armando de Melo Lisboa. Blumenau: Editora da FURB, 1998.

AMBIENTE BRASIL**. Número de espécies extintas atinge níveis alarmantes**. Disponível em : < http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3? action =ler&id=31319 > Acesso em 24/mai 2007.

ARRUDA, M. Socioeconomia solidária.In: Cattani,A .D.(Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.232-241.

BAUMANN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005

BRANDÃO, Flávio Cruvinel. **Uma história brasileira das tecnologias apropriadas.** Coleção Abipti Ciência e Tecnologia. Brasília: Paralelo 15, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. I Conferência Nacional de Economia Solidária **"Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento"**. Brasília, 2005

BRASIL.Ministério do Trabalho e Emprego.Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**.Brasília, 2006.

CRUZ,A.C.M. **A diferença da igualdade:** a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do mercosul.2006, 343 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas,2006.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cuvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

DAGNINO, Renato. **A tecnologia social e seus desafios**. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004

DORF, Richard C. **Technology, humans, and society**: toward a sustainable world. Academic Press, San Diego, 2001.

FOLADORI, Guilhermo. **Limitantes do desenvolvimento sustentável.** Tradução: Marise Manoel. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

FOSTER, J.B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização brasileira,2005.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica; tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.

HAZELTINE, Barrett. Appropriate Technology. In: **Technology, humans, and society**: toward a sustainable world. (Org.) DORF, Richard C. Academic Press, San Diego, 2001.

KRAYCHETE,G.;LARA,F.;COSTA,B.(Org). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes; Rio de Janeiro:Capina;Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

MERICO, Luiz Fernando Krieger. **Introdução à economia ecológica**. 2. ed. Blumenau: Edifurb, 2002.

POCHMANN, M. **Trabalho legal, ilegal e 'alegal'**: novidades da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo,2003.

RAUD, Cécile. O ecodesenvolvimento e o desenvolvimento territorial: problemáticas cruzadas. In: **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs.** Orgs: Paulo Freire Vieira, et al. Porto Alegre: Pallotti 1998.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. Tradução de Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. Conferências. In: **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs.** Orgs: Paulo Freire Vieira, et al. Porto Alegre: Pallotti 1998.

SALE, Kirkpatrick. **Inimigos do futuro:** a guerra dos ludistas contra a revolução industrial e o desemprego. Tradução:Valéria Rodrigues. Record: Rio de Janeiro, 1999.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a ecossocioeconomia. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAMPAIO, Carlos A. C, FERNANDES, Valdir. **FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO BASEADO NO CONHECIMENTO LOCAL**. *RAE-eletrônica*, v. 5, n. 2, Art. 11, jul./dez. 2006. Disponível em <http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=3548&Secao=ARTIGOS&Volume=5&Numero=2&Ano=2006> Acesso em 17 jan 2007.

SAMPAIO, Carlos et al.. Zona laboratório de educação para o ecodesenvolvimento. In: VI Congresso OIUDSMA 2006**. Anais ...**, Curitiba: UFPR, 2006.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. ed. rev. ampl.do Novíssimo Dicionário de Economia. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, B.S. (Org). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. p.32-78

_____.Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____. **Conhecimento prudente para uma vida decente:** 'um discurso sobre as ciências' revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p.777-821.

_____. Boaventura de Sousa Santos: Os processos da globalização. In:_____.**A globalização e as ciências sociais**. 3.ed.São Paulo: Cortez, 2005.p.25-104.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**: um estudo da economia que leva em conta as pessoas. Tradução de Octávio Alves Velho. 2.ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1979

SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas tem nova versão 2000/2005.** <http://www.sosmatatlantica.org.br/index.php?section=content&action=contentDetails&idContent=23> Acesso em 24/mai 2007.

SINGER,P.Economia dos setores populares:propostas e desafios. In: KRAYCHETE,G.;LARA,F.;COSTA,B.(org). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes; Rio de Janeiro:Capina;Salvador: CESE: UCSAL, 2000.p.143-166

_____.**Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____.Economia solidária. In: CATTANI, A .D.(org) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003. p.116-125

VIEIRA, Paulo Freire. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). In: **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.** Orgs: Daniel Joseph Hogan, Paulo Freire Vieira. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

VIEZZER, Moema L., OVALLES, Omar. **Manual latino-americano de educação ambiental** . São Paulo: Editora Guia, 1995

EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: COMÉRCIO JUSTO, BANCO DOS POBRES E CLUBE DE TROCA SOLIDÁRIA

*Carlos Alberto Cioce Sampaio**

*Francisco Brasil***

*Oklinger Mantovaneli Junior****

RESUMO

Diante da atual conjuntura econômica que é marcada por tantas patologias sociais, como apelação desenfreada do consumo, mesmo entre aquelas pessoas que não teriam condições para isso, estabeleceu-se um modo de vida humano baseado na combinação entre utilitarismo econômico e darwinismo social, ocasionando uma racionalidade social egocêntrica, centrada no cálculo de conseqüências individuais de curto prazo. Diante da hegemonia do utilitarismo econômico e do darwinismo social, clama-se pela construção de uma alternativa econômica que dê conta das insuficiências da combinação desses modelos. Assim, tem-se como objetivo analisar experiências em curso que podem ser entendidas de economia solidária e que vêm utilizando processos de gestão, que sinalizam a ênfase interorganizacional, qualificados como associativos, e que ainda predominam o viés extra-organizacional, donde se valoriza o conhecimento tradicional-popular.

Palavras-chave: economia solidária; comércio justo; banco dos pobres; clube de troca solidária.

* administrador, especialista em informática, mestre em administração, doutor em engenharia de produção. sampaio@furb.br

** engenheiro civil, mestrando em Engenharia Ambiental pela FURB (Universidade Regional de Blumenau). fsbrasil@gmail.com

*** bacharel em relações internacionais, mestre em administração e doutor em sociologia. oklinger@furb.br

Introdução

Diante da atual conjuntura econômica apontada por críticos da dinâmica capitalista e da economia de mercado como causadora de patologias sociais, se faz necessário apontar algumas alternativas para o que parece ser um *beco-sem-saída*. Entre as patologias sociais existentes destacam as sociopolíticas: instâncias democráticas manipuladas por interesses oligopolistas e burocracria dominada por interesses corporativistas; socioeconômicas: sub-trabalho, não-trabalho, exclusão social e apelação desenfreada do consumo, mesmo entre aquelas pessoas que não teriam condições econômicas para isso; e socioculturais: substituição de modos de vida tradicional por padrões homogenizados e resignificação do trabalho humano como trabalho repetitivo alienado (MAX-NEEF, 1986, 1993; RAZETO, 1997; SEN, 2000; SINGER, 2002; SACHS, 2003, 2004).

Estas patologias são encontradas no seu extremo, sobretudo, nos países chamados menos desenvolvidos (países que na sua maioria possuem baixo ou médio Índice de Desenvolvimento Humano - IDH), nos quais se encontram países da América do Sul como Brasil e Chile. Sob estas evidências apontadas, o que se acostumou chamar de desenvolvimento poderia ser qualificado pelos mesmos críticos como mal desenvolvimento, isto é, um estilo de desenvolvimento que privilegia a minoria da população mundial. Em síntese, estabeleceu-se um modo de desenvolvimento humano baseado na combinação entre utilitarismo econômico, fruto da dinâmica capitalista, e o chamado *darwinismo social*, resultado da dinâmica de mercado, ocasionando uma racionalidade social egocêntrica, centrada no cálculo de conseqüências de ganho individual.

1. Problema de Pesquisa e Objetivo

A dinâmica capitalista pode ser apontada como a principal causadora das patologias socioeconômicas, na qual privilegia o cálculo de conseqüências econômicas individuais de curto prazo sobre coletivas de médio e de longo prazos. Por sua vez, a economia de mercado pode ser indicada como causadora principal das patologias sociopolíticas e socioculturais, pregando que a má distribuição de renda é justificada pelo esforço de alguns e a falta de vontade de outros. Diante deste contexto, sugere-se pensar na construção de uma alternativa econômica que dê conta das insuficiências da combinação destas dinâmicas, no entanto, sem a pretensão de transformá-la em outro modelo hegemônico.

O estado atual do conhecimento sobre experiências em curso que convergem com uma outra economia, denominada na literatura de viés heterodoxo por economia solidária (SINGER, 2002), ou, então, valendo-se de outros termos como economia descalça (MAX-NEEF, 1986), economia social (SACH, 1986a, 1986b), economia popular solidária (RAZETTO, 1997) e a mais recente ecossocioeconomia (SAMPAIO, 2007), privilegiam problemas microeconômicos, contudo causados por problemas macroeconômicos, com soluções de base territorial, perpassando pela perspectiva da endogenia, do conhecimento tradicional e do empoderamento das comunidades locais. Essas experiências vêm utlizando de gestão organizacional que sinaliza ênfase interorganizacional (redes), qualificada como associativa e socialmente responsável e que ainda predomina o viés extra-organizacional (relevando o entorno territorial na gestão organizacional) e a extraracionalidade, donde se valoriza o conhecimento tradicional-popular caracterizado pela capacidade de gerar demandas e propostas que não se distanciam nem se desvinculam das nuances e peculiaridades do quotidiano, a partir do olhar das próprias pessoas. Assim, tem-se como objetivo analisar experiências em curso que podem ser entendidas de economia solidária e que vêm utilizando processos de gestão, que sinalizam a ênfase interorganizacional, qualificados como associativos, e que ainda predominam o viés extra-organizacional, donde se valoriza o conhecimento tradicional-popular.

2. Economia Solidária

A Economia Solidária (ES) é uma categoria de economia que se funda na crise do trabalho e do Estado e é expressão de uma das respostas dos trabalhadores que incorporam suas críticas históricas ao capital e constituem uma forma de organização não capitalista (SINGER, 2002), que se distingue da economia capitalista principalmente pela solidariedade, praticada entre os membros de uma mesma organização e também destes com a população em geral (FRANÇA e LAVILLE, 2004; SINGER, 2003). A solidariedade no nível interno é favorecida pelo princípio da autogestão, um dos princípios da ES, que consiste num "conjunto de práticas sociais que se caracterizam pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo" (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

Na autogestão todos os sócios têm o direito a voto sobre qualquer decisão que será tomada dentro da empreendimento, sendo que todos têm o mesmo direito independente da função que cada um desempenha. As empreendimento solidários tomam todas as decisões a partir de assembléias, onde as questões são debatidas pela totalidade dos sócios. Quando trata-se de empresas com grande número de cooperados, o que difilcuta práticas participativas, elegem-se representantes (delegados) para tomarem decisões mais agilmente. Contudo, os delegados constituídos em diretoria não definem os rumos da empresa sozinhos, mas sim esses (os rumos) são elegidos pela assembléia de cooperados. Membros da diretoria assumem funções de gestores para que a organização responda mais agilmente as demandas surgidas na relação com o mercado (BRASIL, 2001).

É responsabilidade de todos os cooperados estar a par dos problemas da gestão organizacional e resolvê-los. Este esforço adicional é característico da autogestão, fomentando a cooperação entre os associados, pois não há qualquer motivo para a competição interna dos recursos organizacionais (ALBUQUERQUE, 2003; SINGER, 2002; GAIGER, 2000).

Entretanto, assim como traz benefícios, este processo decisório tambem possui prejuízos para as cooperativas. Existe normalmente uma acomodação entre os associados quanto a conveniência de reconduzir membros à diretoria, consequentemente, diretores permanecem por muitos mandatos, o que pode levar a concentração de poder que, a princípio, seria uma contradição com o ideal cooperativsta. Este cenário é muitas vezes resultado de um movimento cooperativista descolado da perspectiva da educação associativista que supera a mera prática de gestão organizacional para o mercado e que discute a ação social coletiva, como possibilidade e superação dos condicionamentos individualistas (individualidade a qualquer preço!). A ausência de formação democrática dos cooperados leva muitos a aderirem a ES apenas como modo de escapar da pobreza, assim não aproveitando dos benefícios da autogestão (SINGER, 2000; SAMPAIO et al., 2007). Sem considerar ainda do risco das chamadas "pseudocooperativas" que "*consistem em formas disfarçadas de terceirização, onde um elo da cadeia produtiva de determinadas empresas é desmembrado, e confia-se sua produção a um grupo de trabalhadores, que perdem a relação empregatícia e os direitos sociais e passam a ser fornecedores autônomos da mesma empresa"* (DOWBOR, 2002, p. 43).

Vale recordar dos sete princípios do cooperativismo propostos pela Aliança Cooperativa Internacional: adesão livre e voluntária; controle democrático pelos sócios; participação econômica do sócio; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas; e preocupação com a comunidade, reforçam o caráter autogestionário e solidário dentro das cooperativas (OSESC, 1999). A ES não se reduz apenas à geração de trabalho e renda, mas possui amplitude maior, na solidariedade e nos novos significados que modificam o sentido do trabalho, da produção, do consumo e das trocas (PINTO, 2006) Quando se trata de cooperação na perspectiva da ES, pensa-se no

desenvolvimento integral do indivíduo, podendo levá-lo a bem equacionar o binômio individualidade e coletividade (VEIGA e FONSECA, 2001).

A ES pautada nos valores de solidariedade, autogestão e cooperação contrapõe-se as relações do trabalho pautada na lógica capitalista. Isto porque o capitalismo impede que a maioria das pessoas possam adquirir os meios e recursos necessários para desenvolver seu trabalho em seu sentido verdadeiro, libertador e realizador do homem, não restando alternativa senão a venda de sua força de trabalho para aqueles que podem arcar com tais custos (capitalistas), ou seja, o trabalho é alienado de tal forma que passa a ser tratado como mera mercadoria (isto é, sujeito à lógica da oferta e da procura), desconsiderando-se, assim, as capacidades e aspirações dos trabalhadores (CHAUÍ Apud LAFAGUE, 1999; RAZETO, 1997). Apesar desta contraposição ao sistema capitalista, a ES não está necessariamente na oposição do capitalismo. Ela denuncia as limitações tanto da dinâmica (neo)capitalista quanto da economia de mercado, sugerindo que existe sistemas de produção, fomento de crédito, distribuição e consumo que funcionam sob uma lógica mais solidária (GAIGER, 2004). A título de exemplo, a economia solidária pode ser visualizada a partir de experiências pragmáticas que estão em curso, entre elas se encontram o comércio justo, banco dos pobres e clube de trocas.

O Comércio Justo (*Fair Trade*) surge para assegurar uma nova relação, livre, direta e honesta entre três novos sujeitos econômicos: produtores em vias de empobrecimento, geralmente excluídos ou com desvantagens no comercio praticado no âmbito da economia de mercado; consumidores solidários que estão dispostos a pagar um sobrepreço ; e os intermediários sem ânimo de lucro. Nesta relação existe a perspectiva de contratos à longo prazo, baseados no respeito mútuo, de maneira que permita ao produtor e sua família viver mais dignamente. A incorporação de boas práticas socioeconômicas e socioambientais pelos pequenos produtores são premiadas com um preço justo, materializado no princípio de sobrepreço, isto é, quando o consumidor está disposto a pagar a mais por um produto originado de práticas com responsabilidade socioambiental. Busca também conscientizar os consumidores sobre o poder de barganha que têm ao comprarem produtos favorecendo trocas mais justa. O Comércio Justo pode ser considerado como um movimento dentro da ES, entretanto, pela engenhosidade de sua proposta merece atenção especial. Mesmo com tal engenhosidade, a cadeia solidária (chamada fidelização) pode ser rompida à medida que o consumidor desconfia de práticas advindas ora do produtor ora do intermediário que possam induzir a um desvio moral da proposta original do Comércio Justo. O que não seria difícil de imaginar quando se coloca em cheque o sobrepreço; ou, ainda, quando consumidores confundem a proposta de Comercio Justo com alguma proposta de selo de garantia ou certificação de empresas do setor produtivo lucrativo que mesmo que tendo boas práticas, estão distantes de questionarem sobre as desigualdades socioprodutivas existentes na economia de mercado (PLATAFORMA KOMYUNITI, 2005; ESPANICA, 2005).

O Banco dos Pobres ou *Grameen Bank (Banking for the poor)* surge em Bangladesh, em 1974, e foi criado pelo economista Muhammad Yunus (ganhador do Prêmio Nobel da Paz, versão 2006), e até 2005 tinha mais de 3 milhões de clientes, tendo emprestado cerca de 4 bilhões de dólares e com mais de 60 sucursais em diversos países. Yunus, rompendo com o *modus operandi* do empréstimo bancário, criou um sistema para entregar fundos às mães socioempreendedoras informais de Bangladesh, cujo percentual de reembolso dos empréstimos realizados é alto quando comparado com os empréstimos bancários convencionais (YUNUS, 2005). O Banco dos Pobres empresta uma pequena, entretanto suficiente, quantidade de dinheiro às pessoas de escassos recursos como mulheres indigentes chefes de lar que estejam sem trabalho e que não tenham nenhuma possibilidade de aceder a créditos na banca financeira, mas com idéias e capacidade de empreendimento organizacional

(próprio e independente) com potencialidade interorganizacional (conectados a redes de apoio), com a finalidade de que possam iniciar um micro projeto socioprodutivo que lhes possa significar rendimentos permanentes conservando seu modo atual de vida (YUNUS, 1998). No Brasil já há experiências semelhantes, destacando-se entre elas o Banco de Palmas.

O Clube de Troca Solidária tenta reconstruir o vínculo social entre produtores e consumidores, denominado por Lisboa e Faustino (2006) e Pascali, Primavera, Whitacker e Castro (2007), enquanto prossumidores, através da convivência e de laços de solidariedade. Quando não é possível o escambo de bens e serviços, pode-se valer de uma moeda social para facilitar a troca entre os sócios do clube.

3. Metodologia

Este estudo vale-se de uma pesquisa exploratória empírica que privilegia três blocos ainda pouco compreendidos na administração e na economia e que podem constituir em princípios de gestão organizacional para uma outra economia: gestão interorganizacional, efetividade extra-organizacional e extra-racionalidade.

As duas experiências chilenas[1] e a brasileira analisadas estão em curso e foram catalogadas processualmente a partir de pesquisa avaliativa formativa. Entre as experiências que podem ser entendidas de economia solidária, optou-se para efeito deste estudo analisar três casos pragmáticos que estão em curso e que estão se multiplicando pela Ámercia Latina: comércio justo, banco dos pobres e clube de trocas.

As experiências analisadas são a Plataforma Komyuniti de Comércio Justo (sediada em Santiago, Ch), criada desde 1996; *Barco (Banco) de los Pobres* (*Valdivia, Región Los Lagos*, Ch), fundada em 2002; e Clube de Troca Solidária Rio Sagrado (Micro-bacia Rio Sagrado, Município de Morretes-PR, APA de Guaratuba, ReBIO de Floresta Atlântica, Br), iniciado em 2007.

4.1 Plataforma *Komyuniti:* Cooperativa de Comercio Justo (Santiago, Chile)[2]

As discussões acerca do Comércio Justo iniciaram no Chile em 1996 com a união de diversas organizações não-governamentais (ONGs)[3], voltadas às questões sócio econômico e ambientais, denominada Plataforma *Komyuniti*, que após alguns anos de articulações, conseguiu formar uma rede de cooperação e de apoio mútuo à pequenos produtores para garantir a sustentabilidade de seus socioempreendimentos. Em outubro de 2002, inaugurou-se a primeira Loja de Comércio Justo do Chile, e após um ano de funcionamento constatou-se a importância de disseminar o conceito de comércio justo e o significado de consumo consciente. Para tanto, a Plataforma *Komyuniti* concebeu uma Cooperativa de Comércio Justo Chile, na qual começou a vigorar uma Carta de Princípios e uma Carta de Compromissos que formalizam as diretrizes a serem seguidas por pessoas e organizações que queriam ingressar na esfera comercial da Plataforma. Além de encampar os interesses dos pequenos produtores, organizações da sociedade civil e consumidores, e de fomentar a formação de micro-redes de Comércio Justo no Chile, a Cooperativa promove estratégias educativas para pensar uma economia mais solidária.

A rede interorganizacional formada pela Plataforma *Komyuniti* - Cooperativa de Comércio Justo se estende de norte a sul do Chile, incluindo regiões metropolitanas de centros urbanos como Santiago e centros menores como Valparaíso, e comunidades e povoados, como os descendentes dos *mapuches-huilliches* (grupo indígena predominante entre os primeiros habitantes do Sul do Chile), ademais produtores da Bolívia e do Peru. O grupo de produtores são, em sua maioria, indivíduos de baixa renda, povos autóctones e originários que ainda preservam muitos de seus costumes e tradições, vivendo em comunidades (muitas vezes isoladas) e desenvolvendo atividades relativas à agricultura

familiar, à pesca de subsistência e trabalhos manuais. Os artesãos, produtores e pescadores envolvidos estão agrupados em torno de 40 organizações e o volume de vendas estimado para o ano de 2005 era de US$ 45.000. A grande maioria dos produtos comercializados pela Loja de Comercio Justo personifica a cultura socioprodutiva e a identidade dos territórios onde são produzidos, como artesanato: produtos utilitários e de decoração feitos de cerâmica, fibras, madeira, couro, lã, pedras e jóias (exemplos: produtos em madeira talhada da *Terra del Fuego*, jóias da Patagônia, artigos de lã e couro das artesãs de *Ibañez*, cestaria das mulheres *Mapuches*, cerâmica da região de *La Serena*, esculturas mitológicas em pedra de Chiloé); como alimentos primários: café, chá, açúcar, frutas, verduras, cereais andinos, ovos, carnes, mel, condimentos, ervas medicinais, etc. (exemplos: frutas da região de Valparaíso, ervas medicinais de *Chillan*, café da Bolívia e Peru); e produtos semi-industrializados: comidas nativas, pães, vinhos, licores, biscoitos, queijos, geléias, brinquedos, sabões (exemplos: cosméticos naturais, cerâmicas e licores artesanais da região metropolitana de Santiago, sabões de leite de ovelha e cabra de *Litueche*).

Não se verificou o envolvimento de governos locais na experiência, ou qual foi o papel do poder público local na identificação das potencialidades locais e na criação do ambiente propício para o desenvolvimento destas potencialidades. Apesar de ser uma experiência relativamente nova, verifica-se que acaba trazendo benefícios sociais, econômicos e ambientais importantes (guardadas suas proporções) às comunidades de produtores. Por sua vez, não quer dizer que os grupos de produtores respondam totalmente aos critérios determinados pela cooperativa, o que também não invalida a experiência e nem a enfraquece. As principais debilidades da Plataforma *Komyuniti* são: desarticulação com governos locais; rigor nos critérios de integração dos cooperados à rede; limitação da área de comercialização da Loja de Comércio Justo, restringindo a região metropolitana de Santiago; loja com espaço físico restrito, embora esteja bem localizada; dificuldade de tal experiência diante do ambiente competitivo da economia de mercado chilena; e inexperiência de dirigentes quanto à gestão da cooperativa.

4.2 Corporação Barco dos Pobres (sede Valdivia, *Región Los Lagos*, Chile)[4]

A Corporação Barco dos Pobres[5] surge a partir da experiência exitosa do economista Muhammad Yunus quem inventou o sistema do micro crédito. O Deputado Roberto Delmastro (Partido de Centro-Direita), na época presidindo a Fundação de Gestão Social de Valdivia, reunindo US$ 3.700 (Três mil e setecentos dólares), toma a iniciativa de entregar o primeiro micro crédito no mês de setembro de 2002 à presidenta do Acampamento A Estrela, Laura Villablanca, que instalava um quiosque para a venda de pão amassado (o tipo de pão mais conhecido do Sul do Chile) e empanada. Teve-se como objetivo emprestar uma pequena, entretanto suficiente, quantidade de dinheiro às pessoas de escassos recursos, como mulheres chefes de lar (tendo em média três filhos pequenos) que estejam sem trabalho ou não tenham nenhuma possibilidade de aceder a créditos no mercado financeiro, contudo que estejam dispostas a esforçar-se para sair dessa condição através de idéias e de capacidade de empreendimento para iniciar um pequeno projeto socioprodutivo, no qual lhes possam significar rendimentos e também elevar auto-estima de maneira que valorizem seus modos de vida que lhe são próprios e, ainda, evitando romper a estrutura familiar, já que essas mulheres desenvolvem geralmente suas atividades no ambiente doméstico.

De maneira geral os grupos de beneficiários do projeto provêm de acampamentos que se formaram a partir de invasões ilegais de terreno. Os acampamentos se localizam em diversos setores marginais da zona urbana de *Corral*, *Valdivia*, *San José*, *Máfil* e *Lanco*: setores baixos e até pantanosos, uns com mais vantagens de acesso aos serviços urbanos do que outros. As pessoas vivem em condições de pobreza extrema, sendo que a maioria recebe

assistência social precária por parte do Estado. O baixo nível educacional restringe a estas pessoas a exercer ofícios poucos qualificados.

O trabalho se inicia a partir da associação de cinco mulheres, podendo ter projetos distintos, mas que se comuniquem permanentemente e troquem experiências durante o desenvolvimento de seus projetos. É requisito que as candidatas ao micro crédito não tenham sido beneficiadas anteriormente por outras instituições. O grupo é monitorado por uma assistente social da Corporação que assume a responsabilidade de reunir semanalmente as participantes para assessorá-las em todos os detalhes necessários para melhorar a administração dos socioempreendimentos. O atendimento é realizado nos próprios empreendimentos, evitando que as pessoas saiam de seu lar e que interrompa suas atividades produtivas. O micro crédito consiste num monte máximo de US$ 200 (duzentos dólares) a serem pagos num máximo de 52 (cinqüenta e duas) parcelas iguais semanais. A taxa de interesse geralmente é a metade do que oferece no mercado financeiro. Outorgam-se micros créditos, condicionado ao comportamento de pagamento regular dos outorgantes anteriores. Falhando um pagamento, suspende-se o crédito aos candidatos posteriores. Apóia-se às beneficiárias mediante a capacitação em controle financeiro, organização da produção e distribuição dos produtos.

No início o projeto contou com a participação de alunos do curso de Engenharia Comercial da *Universidade Austral de Chile* (UACh) que realizavam estágio profissional monitorando grupos de beneficiários a quem lhes outorgavam apoio na administração dos socioempreendimentos. Além de contar com outras instituições, como *Fundación CEMA Chile: Organización Nacional de los Centros de Madres, Fundación PRODEMU: Promoción y Desarrollo de la Mujer*, e de organizações privadas - Supermercado UNICO, *Casa del Menaje, Multitiendas Taboada, Feria Persa Posto Nº 8, Ferretería Sur, Frigoríficos Trendy e Visiontec*.

Como principal marco do projeto, no ano de 2005, se cria a Corporação Banco dos Pobres, tornando-se independente da Fundação de Gestão Social de Valdivia, com o que se pretendia postular fontes de financiamento adicionais mais estáveis e fortalecer vínculos de apoio e colaboração com o governo, empresas e instituições do terceiro setor. A exemplo, incorporou-se a Rede para o Desenvolvimento das Micros Finanças do Chile A.G., além de ter presença na rede internacional de computadores (*internet*) através de um *site* eletrônico; difundiu-se institucionalmente o projeto mediante a organização de feiras e alianças que permitem o consumo dos produtos oferecidos pelos micro empreendimentos; e captou-se fundos não reembolsáveis para desenvolver e ampliar as atividades. Desta maneira, fortaleceu a institucionalidade da Corporação, sendo capaz de ampliar suas operações e cobertura em outras comunidades da província (microrregião) de Valdivia. Em Abril de 2005, o Banco dos Pobres contava com um fundo de US$ 14.500, uma taxa de reembolso dos empréstimos próxima dos 90%, ainda que ocorram morosidades, trinta beneficiários e duas Assistentes Sociais que atendem aos beneficiários em período integral. As áreas dos socioempreendimentos compreendem quiosques e bazares de produtos diversos, criação de coelhos, jardinagem, desenho de vestuário, confecção de panos de cozinha e gastronomia.

Está-se trabalhando para elevar o nível de profissionalismo no atendimento aos beneficiários, sobretudo na capacitação em gestão de socioempreendimentos e na criação de novos produtos financeiros que atendam os segmentos dos beneficiários. Espera-se fortalecer a associatividade e o encadeamento produtivo como estratégia para aumentar a produtividade e a perenidade dos micros socioempreendimentos. Na medida do possível se incentiva a formalização de modo que possam se beneficiar das benesses da previdência social e do acesso aos sistemas de saúde. Contudo, há limitantes que se enumeram: pouca inovação e criatividade nos tipos de socioempreendimentos; os beneficiários tendem a perceber os micros

créditos como ajuda assistencial, nos casos que não se cumprem os compromissos de reembolsar os empréstimos; perfil dos beneficiários é restritivo podendo marginalizar candidatos potenciais ao micro crédito; dificuldade de se alcançar um equilíbrio entre taxa ativa e o custo real dos fundos, o que dificulta aumentar os montantes emprestados; profissionais não estão sendo bem remunerados; restrições quanto a recursos físicos e financeiros; falta de avaliação de desempenho dos socioempreendimentos; oferta de serviços financeiros limitando-se a créditos (não há na carteira de produtos cadernetas de poupança e seguros por exemplo); e não há estudos sobre impactos dos empreendimentos.

4.3 Encontro Comunitário de Troca Solidária (Comunidades da Micro-bacia Hidrográfica do Rio Sagrado, Município Morretes, PR, Brasil)[6]

Diante da parceria entre as comunidades da Micro-bacia do Rio Sagrado, representada pelas Associações Comunitária Candonga (cuja finalidade principal é gerar trabalho e renda através da agroindustrialização do excedente da produção agrícola aproveitando a estrutura de uma cozinha comunitária) e de Moradores do Rio Sagrado – AMORISA (tendo como finalidade primordial assegurar o abastecimento de água potável para uma grande parcela dos moradores da Micro-bacia do Rio Sagrado) e o Instituto Lagoe: Laboratório de Gestão de Organizações que promovem o Ecodesenvolvimento (ONG composta por professores universitários e pesquisadores), surge o projeto guarda-chuva Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento na Micro-bacia do Rio Sagrado, envolvendo principalmente quatro comunidades - Rio Sagrado Alto, Canhembora, Brejamirim e Candonga[7] - localizadas no município de Morretes, Área de Preservação Ambiental de Guaratuba, Reserva da Biosfera de Floresta Atlântica, cujo objetivo é fomentar uma experiência de valorização de modos de vida comunitário distanciados do padrão hegemônico urbano-consumista. Nas reuniões sistematizadas entre os três parceiros emergiu a idéia de colocar em prática um Clube de Troca (com moeda solidária), agregando-o a um evento comunitário que se pensava, cuja finalidade era de disseminar os objetivos propostos da implantação da Zona Laboratório à população da Micro-bacia, independente se possuíssem ou não domicílio (autóctones, migrantes e proprietários de chácaras que passam finais de semana), à parceiros em potencial (representantes de instituições governamentais, redes da sociedade civil, universidades, ongs) e à visitantes.

A área caracteriza-se por ecossistemas como Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista e campos de altitude, com mata densa e diversa mesclada por pinheiros e vegetação de terras interiores. É uma área exemplar do bioma de Mata Atlântica, neste caso a chamada Serra do Mar. O Estado do Paraná conserva no seu território 97% desta mata. É um dos Estados que melhor conserva a Mata Atlântica que se distribui, segundo a Revista Rede Semente Sul (2005), em 1.306.421km^2 (quase 15% do território brasileiro). Atualmente restando apenas 99.466km^2, o que corresponde a 7,6% da área original. A mesma reportagem da Revista Rede Semente Sul aponta que esta mata alberga mais de 20.000 espécies de flora e 1,6 milhões de espécies de fauna, incluindo insetos, mamíferos, pássaros e anfíbios, constituindo uma biodiversidade única, ou seja, endêmica, o que quer dizer que não se acham em outros lugares. O serviço ecossistêmico que a mata oferece às comunidades é de grande valor, porque além de prover diretamente meios de subsistência, ajuda a manter e regular o clima e conservar as nascentes de água potável.

A partir de testemunhos de moradores e de documentos, as pessoas que habitaram o local foram descendentes de indígenas, espanhóis, italianos, alemães, polacos, russos, entre outros. Desde meados do século XIX, quando chegam os primeiros assentados (o que não quer dizer que antes não havia indígenas), as famílias viviam da agricultura, do cultivo do palmito, cana, aipim, banana e feijão, da criação de gado e de galinhas, e da horta caseira, entre outras coisas. As estradas e os caminhos eram (e continuam) acidentados

geograficamente em virtude da Serra do Mar. Nestes tempos a maiorias das famílias comercializava o excedente da produção da banana e do aipim na zona urbana do município de Morretes, e com o dinheiro da venda compravam querosene, açúcar, sal, roupas, entre outras coisas. Os demais produtos já eram trocados entre as próprias famílias, e os fandangos e outras festas populares representavam a expressão da solidariedade destas famílias[8].

Atualmente, a maioria das famílias domiciliadas com residência exercem atividades agrícolas, através dos plantios de aipim, feijão, café, frutas como banana, abacaxi, maracujá, goiaba, jabuticaba, pitanga, entre outras (alguns agroindustrializados em uma cozinha comunitária que fica instalada na sede da Associação Comunitária Candonga, ou ainda em engenhos tradicionais e semi-industrializados). Além de famílias que produzem quase exclusivamente palmito, pupunha, ou exercem atividades associadas ao lazer (pousadas). Contudo há pedreiros, marceneiros, artesões, chacreiros (caseiros de chácaras), empregadas domésticas, comerciantes (mercearias, bares, uma pizzaria e um material de construção).

A gênese do Encontro Comunitário iniciou da formulação de uma proposta, confeccionada por alunos da disciplina Planejamento Ambiental de Empresas Turísticas de Turismo e Lazer da Universidade Regional de Blumenau, que concebia um Clube de Troca. A proposta baseou-se nas edições do Brique FURB[9] e de dois trabalhos acadêmicos, o primeiro de autoria de Lisboa e Faustino (2006), no qual conceitua trocas solidárias a partir da literatura e de vivências próprias, e o segundo de Pascali et al. (2006), ilustrando suas experiências em São Paulo. Esta proposta delineou algumas diretrizes que puderam servir de base para pensar um Encontro Comunitário de Trocas na Zona Laboratório. A proposta foi apresentada e aprovada por lideranças comunitárias que participaram do ll Encontro Caminhos para o Turismo Comunitário realizado em novembro de 2006 no campus da FURB. Dois estagiários chilenos do Instituto LaGOE[10] e um aluno do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da FURB adaptaram a primeira proposta do Encontro e conduziram sua implementação. A partir da quinta reunião comunitária (todas com atas lavradas), realizou-se um ensaio experimental do Clube de Troca com moeda solidária, donde se trocaram aproximadamente 20 bens e serviços – além de saberes - entre as 15 pessoas que participaram do experimento, tentando corrigir equívocos e confirmar acertos para a preparação do 1º Encontro Comunitário de Trocas Solidárias, que aconteceu em março de 2007. As avaliações do simulado e do 1º Encontro foram realizadas logo após *de conhecer o que é que faz o vizinho, conversar e conhecê-lo ainda mais*[11]. Assim, ratificou-se o objetivo do 1º Encontro Comunitário de compartilhar experiências, através de um *seminário, de manifestações culturais* e de troca solidária, neste último podendo além de intercambiar bens acumulados (em bom estado), bens produzidos e serviços, pode-se também trocar saberes, olhares e sentimentos, transformando-se em convivencialidade solidária[12]. O Encontro foi organizado através de comissões de trabalho: coordenação geral - coordenava as atividades, horários, acompanhamento e funcionamento das demais comissões; divulgação - informando e convidando membros da comunidade e pessoas externas; tesouraria - emissão, distribuição e controle da moeda solidária; e inscrições – confeccionando o formulário de inscrição dos participantes e secretariando o evento.

Anteriormente a formação das comissões, definiram-se uma carta de princípios e um regulamento do Clube de Troca. Pode participar qualquer pessoa que pertencia à comunidade e que tenha algum bem, serviço ou saber para trocar; cada inscrito, necessariamente um *prossumidor*[13], recebeu 10 moedas solidárias a título de incentivo; a moeda social foi utilizada nos casos de trocas diretas, nas quais os valores determinados pelos produtores divergiam ou, então, e de trocas indiretas; a moeda solidária é o *Sagrado* e seu valor de referencia é 1 Sagrado = R$ 1,00; emissão do *Sagrado* foi em notas de 1, 2, e 5; criou-se uma comissão fixa para administrar o *Sagrado*; formulou-se uma lista prévia dos participantes com seus

respectivos produtos e saberes a serem oferecidos e os que desejam demandar; ficaram excluídas as trocas de produtos como álcool, tabaco ou medicamentos; e as crianças que participaram, precisaram estar acompanhadas de seus pais.

A programação da agenda ficou definida para um sábado em horário (16h às 20h) que tanto os trabalhadores das chácaras quanto seus patrões pudessem participar. O 1º Encontro compreendeu um seminário, no qual se teve o objetivo de replicar os desafios da Zona Laboratório, uma avaliação comunitária do evento realizada no seu encerramento, manifestações culturais (fandango, poesias e exposição de artesanato local), e finalmente o clube de trocas solidárias. O Encontro se realizou no salão da AMORISA. Aportou-se R$ 100,00 na logística e na difusão, além de colaborações espontâneas das lideranças comunitárias para oferecer um lanche aos participantes do Seminário. É intenção incondicional que o Clube de Troca Solidária tenha periodicidade mensal para que o Sagrado se valorize na comunidade, e se está estudando a possibilidade de medir a circulação das trocas e da moeda solidária, o Sagrado.

Entre os aspectos positivos da experiência, destaca-se a motivação de várias lideranças e participantes comunitários de juntos planejarem e gestionarem o desenvolvimento territorial, a partir dos olhares de quem vive no local. Como dito por uma das lideranças do local: *o LaGOE jogou a semente e nos a fazemos crescer*[14]. No entanto, há duas debilidades: nas reuniões comunitárias as discussões ficam muitas vezes polarizadas na divergência entre duas lideranças, o que pode acabar inibindo a participação de outros membros comunitários nas discussões ou nas próprias reuniões devido a certo mal estar que a situação que ocasiona. E o risco de influência de empreendedores com maiores aportes econômicos querendo implantar atividades agrícolas sob a lógica da economia de escala (como a monocultura que, consequentemente, pode levar ao desmatamento de florestas para expandir a área de plantio), comprando propriedades menores e se transformando-se em latifúndios. Não que se é contra aos empreendimentos maiores, contudo, que se respeite a biodiversidade dos modos de vida comunitários e ecológica do território.

5. Conclusões

As experiências de Economia Solidária estudadas, Plataforma *Komyuniti*: Cooperativa de Comércio Justo, Banco dos Pobres e Clube de Troca Solidária, não se restringem apenas ao conceito clássico de auto-gestão (associativismo e cooperativismo), mas a prática da solidariedade no campo da economia, desprendendo dos critérios –eficiência produtiva (chamada produtividade), eficácia produtiva (chamada competitividade) e lucro (mais valia) - típicos da dinâmica capitalista e da economia de mercado. Sob estes critérios, a economia solidária é julgada irracional, contrariando o utilitarismo economicista que, muitas vezes, justificado sob o signo do conhecimento técnico-científico da economia e da administração.

Não há de se esquecer que as experiências de economia solidária tratam de atividades muitas vezes realizadas informalmente e levadas a cabo à pequena escala, que requerem pouco investimento (equipamentos e materiais) e tecnologia (artesanal). Essas experiências ficam confinadas muitas vezes em comunidades isoladas, sejam urbanas ou rurais. Por sua vez, enquanto nas zonas rurais os modos de produção são voltados predominantemente para a fabricação de bens de consumo (sendo que as matérias primas são extraídas da biodiversidade local, chamada de recursos naturais), nas zonas urbanas os modos de produção são predominantemente voltados para prestação de serviços domésticos. Os consumidores demandantes de tais bens e serviços geralmente são famílias que procuram satisfazer suas necessidades mais de ordem doméstica, isto é, de sobrevivência. Na prática

algumas experiências resultam ser muito precárias e enfrentam sérias dificuldades para se manterem vigentes, ficando às margens da economia de mercado.

A economia solidária refere-se ao trabalho distante do conceito industrial: padronizado e enfadonho, realizado para a esfera doméstica, isto é, limitando-se ao espaço público de seu território. Ela, por sua vez, pode resgatar o significado de trabalho como ensejo de lazer, no sentido de busca de satisfação, de felicidade; isto é: não é necessário trabalhar uma vida toda para depois libertar-se; trabalho não é apenas produzir riquezas econômicas, pode ser também uma maneira de produzir a si próprio. As três experiências analisadas além de demonstrarem capacidade sinérgica nas redes de pessoas ou organizações (interorganização) de viabilizar economicamente empreendimentos, através de encadeamentos socioprodutivos à economia de mercado, respeitaram também princípios que lhe são próprios, ou seja, de uma outra economia. As experiências de economia solidária analisadas sugerem que a qualidade de vida não depende apenas das condições econômicas nas quais as pessoas se encontram, embora possa parecer que a finalidade da troca solidária seja satisfazer meramente uma necessidade econômica que não se consegue comprá-la. Contudo, a intensidade das trocas passam pelo plano da afetividade e dos laços culturais, isto é, da convivência solidária que essas novas dinâmicas socioeconômicas acabam desencadeando.

6. Bibliografia

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In:. Antônio David Cattani (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Verg Editores, 2003

BRASIL, Manuela Salau. *Trabalhar ou não: eis a questão – a perspectiva do trabalhador da cidade de Ponta Grossa no final do século XX*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Departamento de em Ciências Sociais Aplicadas. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, Paraná, 2001.

DOWBOR, Ladislau. *O que acontece com o trabalho?* São Paulo: Editora SENAC/SP, Série Ponto Futuro, 10, 2002.

ESPANICA. *El comercio justo: origen y evolución*. Disponible en http://www.nodo50.org/espanica/cjust.html#primeras. Acesso em 20/jun/2005.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L.. Economia solidária: uma abordagem internacional.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luis Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: Paul Singer, André Ricardo de Souza (Org.) *A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

GAIGER,L.I.(org) *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LISBOA, Armando; FAUSTINO, Andrea. Trocas solidárias, moeda e espiritualidade. III Encontro Internacional de Economia Solidária, São Paulo, 2006**.** In: *Anais* **...** São Paulo: NESOL/USP, 2006.

MAX-NEEF, Manfred. *Economia descalza***.** Estocolmo, Buenos Aires, Montevideo: Editorial Nordan Comunidad, 1986.

OCESC. *O Cooperativismo ao alcance de todos*. 3ª ed. Florianópolis, 1999.

PASCALI, Maria Julia; PRIMAVERA; Heloísa Primavera; WHITAKER, Stella; CASTRO, Carlos Henrique de (Org.). *O Clube de Trocas de São Paulo*. Disponível em: http://colibre.com.br/bin/view/Bansol/ClubeDeTrocas. Acesso: 15/01/2007.

PINTO,J.R.L. *Economia solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PLATAFORMA KOMYUNITI. *Cooperativa cmercio jsto Chile*. Disponible em http://www.tiendacomerciojusto.cl/es_que_es_comercio_justo.php. Acesso em 16/jun/2005.

RAZETO, Luis. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. *Proposta*, 75, 91-99, dez./fev., 1997.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável sustentado*. RJ: Garamond, 2004

SACHS, Ignacy. *Inclusão social pelo trabalho***.** RJ: Garamont, 2003.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. SP: Vértice, 1986a.

SACHS, Ignacy. *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. SP: Vértice, 1986b.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. prelo

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce, LEÓN, Iñaki Ceberio de, DALLABRIDA, Ivan Sidney, PELLIN, Valdinho. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: o aprendizado a partir das cooperativas de Mondragón. *Organizações & Sociedade (O&S)*, UFBA. 2008. prelo

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. SP: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Economia solidária. In: CATTANI, A .D.(Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz editores, 2003. p.116-125

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA Isaque. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

YUNUS, Muhammad. *Banco de los pbres o Grameen Bank***.** Conferencia proferida. Valdivia: Instituto Salesiano, 2005.

YUNUS, Muhammad. *Hacia un mundo sin pobreza***.** Clube de Debate de la Universidad Complutense de Madrid. Madri, 1998.

---

[1] A economia chilena é a quarta mais importante da América Latina, atrás apenas do Brasil, México e Argentina. O Chile se caracteriza por uma economia aberta, com grandes êxitos macro-econômicos, medidos em altas taxas de crescimento médio anual: o crescimento do PIB esteve em torno de 4% a.a. de 2000 a 2004, com projeções entre 5,6 e 6,4% para 2005; a inflação chilena tem se mantido próxima de 2% ao ano e os juros ficando abaixo de 3% ao ano, muito inferiores aos quase 20% do Brasil, ou 16% da Venezuela. Enquanto a região sul-americana apresenta déficit nominal público, o Chile tem superávit próximo de 2% do PIB, mesmo com uma carga tributária abaixo dos 20% do PIB, cerca de metade da brasileira (CEPAL, 2005). Nos últimos quatro anos, os programas governamentais conseguiram tirar da pobreza um milhão de pessoas. Do ponto de vista do IDH, segundo o último relatório do PNUD (2003), o Chile está entre os oito países ibero-americanos de alto grau de desenvolvimento humano, com esperança de vida de 76 anos, PIB per capita de U$ 9.820 (era de US$ 4.990 em 1998) e índice de alfabetização de 96%. Embora se tenham avanços, o Chile apresenta desempenhos negativos em sua microeconomia, destacando-se: a) Forte concentração de riqueza; b) Grande quantidade de horas de trabalho per capita; c) Baixa produtividade da mão-de-obra; d) Alto índice de degradação ambiental (62% do território em processo de desertificação); e) Graves problemas de coordenação entre diferentes níveis funcionais e territoriais de ação do Estado: confrontos persistentes entre os diferentes níveis de gestão governamental para a aplicação das políticas públicas; e f) Forte concentração populacional e da produção (GAETE FERES, 2003).

[2] *Com contribuições de Ivan S. Dallabrida (*graduado em administração e mestre em desenvolvimento regional pela FURB) e *Esperanza S. Alvarez S., Natalia V. Ciudad G. e Rosario Del Pilar Muñoz G.*., Baseado num formulário qualitativo de coleta de dados, as três estudantes coletaram infomrações na ocasião da disciplina Filosofias do Desenvolvimento, coordenada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio, em 2005, vinculado ao Programa de *Honor* em Estudos de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Austral de Chile (UACH).

[3] Instituto de Ecologia Política (meio ambiente); *Tekhne* (desenvolvimento sócio-ambiental, participação cidadã e associativismo); *Asociación de Estudios Geobiológicos – GEA* (saúde, hábitat e meio ambiente); *Fundación OCAC* (*Oficina Coordinadora de Asistencia Campesina*): desenvolvimento social no meio rural e proteção aos camponeses; *PET: Programa de Economía del Trabajo* (participação cidadã); *Corporación "Caleta Sur"* (questões ligadas à educação e à proteção da infância); *Estudios Agrarios Ancud* (desenvolvimento rural de comunidades pobres; *ACJR - Corporación Alianza Chilena por un Comercio Justo y Responsable* (desenvolvimento sócio-econômico e consumo consciente), entre outras. Além das ONGs, a Universidade do Chile, em especial os Centros de Engenharia de Recursos Naturais e Engenharia Agronômica, participa efetivamente.

[4] *Com contribuições de Cristian M. Aguirre A., Bladimir P. Antilef A. e Hector M. Caro C..* Baseado no formulário qualitativo de coleta de dados preenchido pelos estudantes na ocasião da disciplina Filosofias do Desenvolvimento, coordenada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio, em 2005, vinculado ao Programa de Honra em Estudos de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Austral do Chile (UACH).

[5] Atualmente a legislação chilena bancária impede que a Corporação opere como uma instituição de micro financiamento tradicional, sobretudo pelo baixo capital acionário, o que explica a denominação Barco ao invés de Banco.

[6] *Com contribuições Christian E. Henríquez Z., Esperanza S. Alvarez S. e Francisco Brasil.* Baseado no formulário qualitativo de coleta de dados preenchido pelos estudantes na ocasião de seus estágios de conclusão de curso de graduação, respectivamente de Turismo e de Antropologia, ambos da *Universidad Austral de Chile* (UACH), na Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento na Micro-bacia do Rio Sagrando, Morretes (PR), entre dezembro de 2006 e fevereiro de 2007, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce, coordenador do Instituto LaGOE. Brasil é graduado em engenharia civil e é mestrando em engenharia ambiental pela Universidade Regional de Blumenau (FURB).

[7] Além de outras comunidades nos arredores, tais como Morro do Chiqueiro, Campo Formoso e Morro do Cupim.

[8] Depoimentos colhidos de Josimari Nogueira, João Rapque e Julia.

[9] Coordenado atualmente pela Professora Rachel Aparecida de Oliveira.

[10] Os dois alunos são egressos da *Universidad Austral de Chile* (UACH) e estavam participando de convênio firmado com a FURB, através do *Centro de Estúdios Ambientales* (CEAM) e do Instituto de Turismo.

[11] Depoimento de Marta dos Santos.

[12] LISBOA e FAUSTINO (2006).

[13] Nas palavras de Lisboa e Faustino (2006), todo produtor é consumidor que, por sua vez, todo consumidor é produtor.

[14] Depoimento de Sr. Rudolf Windmûller.